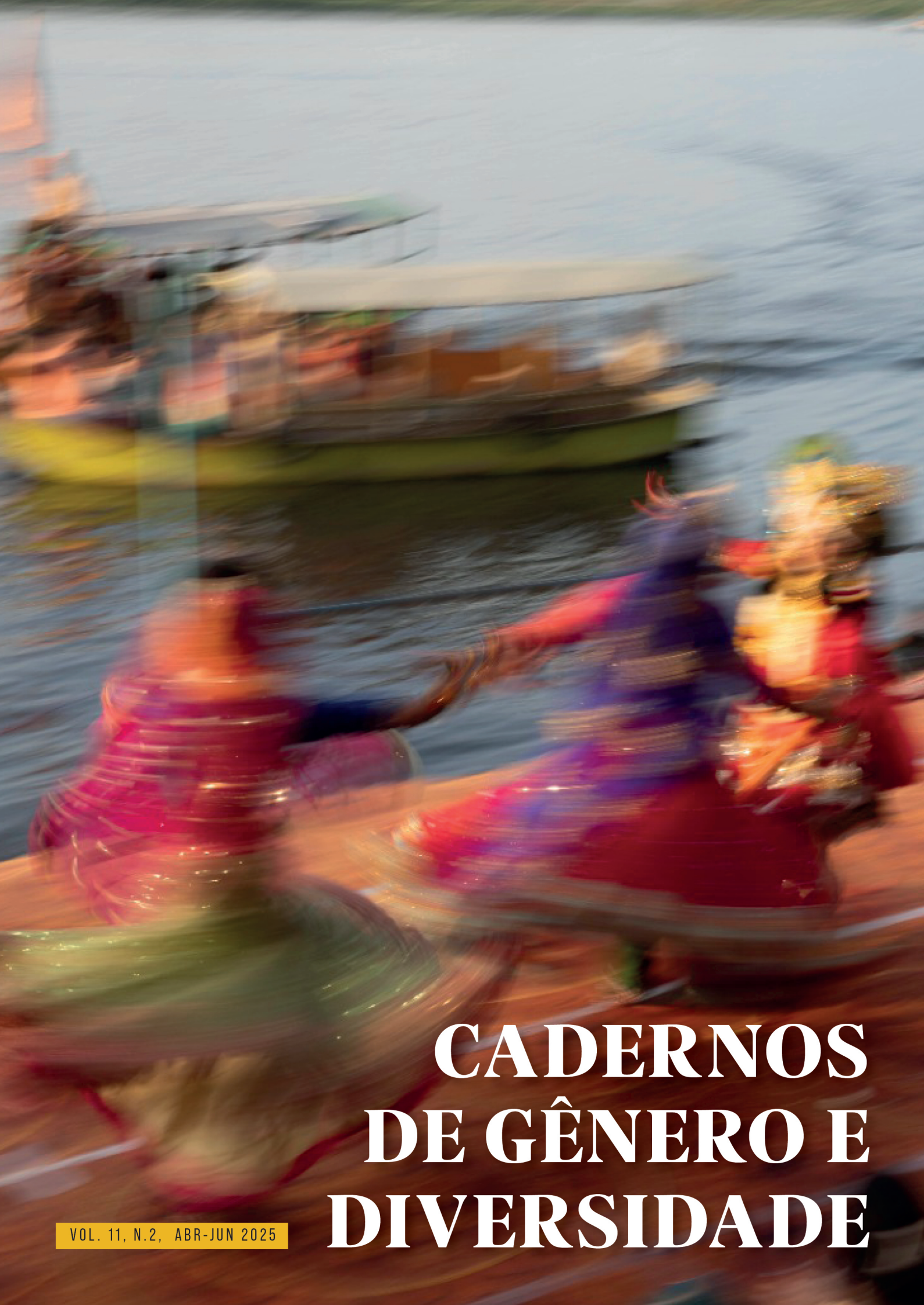


CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

VOL. 11, N.2, ABR-JUN 2025



Título: Hijras. 2025.

Autora: Sara Nacif, Antropologa, fotógrafa e viajante. Nasceu em Laguna, Santa Catarina, e mora em Salvador da Bahia. Gosta de gente, de conversa, de ouvir estórias, de fotografar pessoas, cultura popular e religião.

Sobre a obra:

Fotografia capturada em Vindravan, Índia, durante o Holi Festival. As Hijras na cultura indiana, são consideradas como um terceiro gênero, com indivíduos que não se identificam como homens ou mulheres. Essa comunidade é tradicionalmente vista como sagrada e honrada. Algumas hijras trabalham em rituais religiosos e são chamadas para dar bênçãos em ocasiões auspiciosas.

Créditos da arte da capa de Rita Motta da Tribo da Ilha-Florianópolis

Editorial

A urgência das questões Queer e Trans no Brasil atual

É com alegria que fechamos mais uma edição dos Cadernos de Gênero e Diversidade, dando continuidade ao processo de transição editorial iniciado em 2024. Este número reúne artigos submetidos antes do encerramento de submissões no ano passado, muitos dos quais dialogam com temáticas trans e queer — campos que têm despertado crescente interesse em diversas áreas disciplinares e mobilizado pesquisadoras(es) a partir de múltiplas perspectivas teórico-conceituais.

Apesar de já consolidadas nos Estudos de Gênero e Sexualidade no Brasil, as reflexões em torno das experiências trans e queer ganham novos contornos e força nos últimos anos. O trabalho pioneiro de Hélio (Lili) Raym Silva, com Travesti: a invenção do feminino, publicado no início dos anos 1990, marcou o início de um campo que se expandiu com vigor a partir dos anos 2010. Um marco importante nesse percurso foi a realização da I Conferência GLBT, em 2008, quando a sigla ainda continha apenas quatro letras e o posicionamento do “L” foi tema de intensos debates. De lá para cá, a sigla se ampliou significativamente, e a pauta trans tornou-se central tanto nas lutas por direitos quanto nas produções acadêmicas. Hoje, lideranças trans são algumas das vozes mais visíveis e articuladas no ativismo LGBTQIAPN+ brasileiro.

Dessa conferência também resultaram importantes resoluções, como o reconhecimento do uso do nome social por pessoas trans em instituições de ensino e no sistema de saúde pública — uma conquista que hoje se consolida como prática em muitos espaços. É nesse diálogo entre ativismo e produção acadêmica que a teoria queer ganha potência, e é também sob essa perspectiva que reunimos os textos desta edição dos Cadernos de Gênero e Diversidade.

Esta edição conta com seis seções: Artigos, Entrevista, Seção Temática, Ensaios, Resenhas e Obituário.

Abrimos com cinco artigos que abordam temas relacionados à teoria feminista e queer, à equidade de gênero, maternidade e homofobia recreativa.

No primeiro artigo, *Descolonizar o Queer: uma Proposta Feminista Decolonial*, Ana Claudia da Silva Abreu traz uma reflexão teórica sobre feminismo, decolonialidade e teoria queer.

Na sequência desta proposição teórica, temos o artigo de Danni Conegatti, *Performatividade Butleriana: a Crítica (Neo)Materialista e as Respostas em sua Teoria,* que tem como foco a problematização do conceito já muito conhecido de "performatividade" proposto pela teórica lésbica norte-americana Judith Butler nos anos 1990 para problematizar o uso do conceito de gênero, pensando as identidades como um teatro no qual sujeitos se produzem, a partir do olhar e expectativa dos outros, na vida cotidiana.

No terceiro artigo, *A aplicabilidade do controle de convencionalidade pelo STF para a promoção da igualdade de gênero de mulheres no Brasil*, Aline Andrighetto e Vitória Santana dos Reis trazem uma importante contribuição do campo do Direito, ajudando-nos a entender o significativo papel que o Supremo Tribunal Federal tem cumprido no recente período democrático em prol da concretização da igualdade de gênero no Brasil contemporâneo.

Miguel Ferreira Júnior, Danilo de Freitas Araújo, Renata Figueiredo Anomal e Thaiza Teixeira Xavier Nobre, no quarto artigo, intitulado *O desvelar da mãe atípica solo,* problematizam duas temáticas de grande atualidade nas Teorias Feministas: a questão da Maternidade e os Estudos Interseccionais de Deficiência.

No quinto e último artigo desta seção, *Humor na superfície, discriminação nas entrelinhas: a piada como elemento de estigmatização de corpos transgressores da cisheteronormatividade,* Cristian Silva Tavares de Moura e Camila Miranda de Amorim Resende realizam uma análise meticulosa da utilização do humor como dispositivo de violência simbólica contra pessoas LGBTQIAP+. O estudo se debruça sobre episódios do programa "Escolinha do Professor Raimundo" (1990–1995), com foco no personagem "Seu Peru", interpretado por Orlando Drummond, para evidenciar como a comicidade popular pode encobrir discursos profundamente discriminatórios, travestidos de inocência ou neutralidade cultural.

A segunda parte deste número é dedicada à temática trans. Esta se inicia com a **entrevista** com Sara Wagner York, realizada especialmente para este número dos Cadernos de Gênero e Diversidade, que nos traz elementos fundamentais para entender o aporte da presença de intelectuais e ativistas trans no espaço acadêmico, ativista e na comunicação no Brasil.

Na **seção temática** *Experiências, subjetividades e direitos trans no Brasil contemporâneo,* organizada por Francisco Cleiton Vieira e Arthur Leonardo Costa Novo, apresentamos um conjunto interdisciplinar de oito artigos que, em sua diversidade de temas de pesquisa, desvelam boa parte das principais problemáticas que têm emergido nos estudos trans e travestis no Brasil desde o final dos anos 1990, nas Ciências Humanas e Sociais e no campo da Saúde Coletiva.

Iniciamos com o artigo *Transição de gênero: linguagem, contextos e experiências de uma geração no Brasil*, em que Francisco Cleiton Vieira descreve e analisa a categoria "transição de gênero", que passou a ser empregada no final da década de 2010 para se referir a processos individuais e sociais de mudança de gênero. O autor aponta, a partir de uma pesquisa etnográfica em Natal e São Paulo, para as dinâmicas não apenas identitárias, mas para as transformações geracionais de um grupo social de jovens que coincidiram sua entrada na vida adulta com a mudança de gênero, de modo a perceber como a expressão esteve aliada à emergência da categoria "homem trans" no Brasil e a investigar os efeitos sociológicos de se pensar esse processo como uma *transição*.

Também refletindo sobre a "transição de gênero", *"O nome que eu sou": Pessoa, gênero, relacionalidade e os sentidos da nominação de sujeitos trans,* de Arthur Leonardo Costa Novo, analisa como sujeitos trans constroem a identificação com um novo nome alinhado à sua identidade de gênero e passam a vivê-lo socialmente. Os dados, resultantes de pesquisa de campo etnográfica de inspiração multisituada, realizada em João Pessoa, Recife, Natal e São Paulo, evidenciam que a *transição* de nome não ocorre apenas a partir de uma decisão individual ou por meio da alteração do registro civil, mas por processos interacionais e afetivos. Estes envolvem adensamento, diluição, transformação e atualização de vínculos sociais de família e/ou amizade, constituindo Pessoas-Indivíduos no movimento de deslocamento na ordem de gênero.

No terceiro artigo da seção temática, *Territorialidade, prostituição travesti e artivismo na voz de Linn da Quebrada*, Letícia Carolina Boffi e Manoel Antônio dos Santos debruçam-se sobre a arte como prática de ativismo, forma de fazer política cultural que é característica do campo da diversidade de gênero e sexualidade e que vem sendo renovada por uma nova geração de artistas trans e travestis. A partir da análise documental da composição “Mulher”, da cantora, compositora, atriz e "agitadora cultural" Linn da Quebrada, os autores demonstram como a música, produzida a partir das subjetividades trans e travestis, é uma prática de resistência às violências que travestis e sujeitos trans vivenciam cotidianamente.

No artigo "Vivências *da demissão para pessoas transgênero: uma investigação narrativa”* Samuel Osório Ribeiro da Silva e Marcio Pascoal Cassandre realizam uma importante contribuição para a compreensão da situação de empregabilidade de pessoas trans. Enfrentando situações preconceituosas, trabalhadores trans são estigmatizados em seus locais de trabalho ao indicarem viver a transição de gênero, o que explica em grande parte a dificuldade de manutenção de um emprego. O artigo analisa especificamente como os preconceitos e discriminações operam no processo de demissão de pessoas trans, a partir de entrevistas com sujeitos trans que passaram pela experiência de demissão involuntária em uma cidade no interior do Paraná.

Os quatro trabalhos que completam a seção temática compreendem análises sobre saúde trans. Esse tema tem crescido vertiginosamente nos estudos acadêmicos brasileiros, principalmente devido à mobilização social em torno da criação estatal de serviços de saúde hábeis em supervisionar biomedicamente a transição de gênero em termos clínico-cirúrgicos, bem como devido ao debate em torno da despatologização das identidades trans e do acesso à hormonização e às cirurgias.

No artigo *Invisibilização das transmasculinidades na saúde: Considerações a partir do perfil sociodemográfico de homens trans e pessoas transmasculinas vinculados a um serviço especializado no sul do Brasil*, Guilherme Lamperti Thomazi e Gabriela Tizianel Aguilar, discutem sobre um ambulatório público pioneiro no atendimento a pessoas trans, debruçando-se sobre as demandas e características de homens trans e pessoas transmasculinas que têm buscado o serviço desde a sua criação.

Enquanto autores de ambos os artigos anteriores estavam preocupados com a dimensão ambulatorial da saúde trans, cenário que tem sido privilegiado nas pesquisas e na mobilização política, o penúltimo artigo desta seção temática busca uma direção diferente. Em *Atenção Primária à Saúde e o atendimento às pessoas trans e travestis: uma proposta de Educação Permanente em um Centro de Saúde da Família em Sobral - Ceará,* Thamyles de Sousa e Silva, Beatriz Alves Viana, Juliana Vieira Sampaio, Deni Elliot Noronha Lopes, Isabela Cedro Farias e José Rogers Winchester de Sabóia refletem sobre a importância da formação continuada em diversidade de gênero e sexualidade entre profissionais de saúde da Atenção Primária à Saúde. A partir da realização de uma oficina entre os trabalhadores, os autores indagam-se sobre as explicações para a dificuldade erigida para o acolhimento de pessoas trans na porta de entrada do SUS. Ao identificar um grande desconhecimento sobre diversidade de gênero, os autores apontam para a necessidade de um atendimento mais humanizado e ético, apontando a urgência de formação sobre gênero e sexualidade no campo da saúde.

No mesmo sentido do artigo anterior, assinam o texto *Cuidado transcultural na assistência de enfermagem à comunidade LGBTQIAP+: revisão de escopo* Natália Cristiane Silva Pereira, Janine de Araújo Ferro, Samuel Miranda Mattos, Jameson Moreira Belém, José Arnaldo Moreira de Carvalho Junior, José Wicto Pereira Borges e Antonio Werbert Silva da Costa. O grupo de autores e autoras constatou lacunas na formação universitária transcultural na área de gênero e diversidades que impossibilitam uma adequada e respeitosa atenção às pessoas com identidades sexodissidentes. O trabalho é uma revisão bibliográfica sobre como os estudos da Enfermagem têm abordado a temática LGBTQIAP+.

E por fim no artigo *A prevalência da hormonioterapia não assistida na população transgênero: um estudo realizado em um ambulatório especializado de Florianópolis*, Rodrigo Martins e Rose Marie Mueller Linhares buscam definir o contexto de acesso à hormonização, através de um estudo com dados coletados de quase 500 prontuários eletrônicos. O artigo é uma importante contribuição para compreender a dimensão da desigualdade social que tem acompanhado essa dinâmica farmacológica, uma vez que os usuários têm um perfil de

solidão em relação ao apoio familiar e ao contato com profissionais de saúde.

Continuando a temática trans, a seção de **ensaios** traz também dois textos que ampliam o corpus temático deste número.

No primeiro ensaio, intitulado *Política e carnaval: como narrar a militância ancestral de Fernanda Benvenutty,* Silvana de Souza Nascimento conta como conseguiu traçar a trajetória da ativista e artista paraibana Fernanda Benvenutty. Com uma escrita que aproxima, escuta e respeita a densidade subjetiva de sua personagem, a autora abraça os entrelugares da intimidade, da ancestralidade e da luta política cotidiana, tornando sua escrita também ato militante — um gesto ético e estético de reconhecimento e celebração.

O segundo, de Carlos Henrique Ben Gonçalves, *Discurso em disputa e transindividuação: sentidos de paternidade e masculinidade na campanha da Natura,* que a partir da observação de redes sociais, analisa batalhas discursivas em torno dos significados da paternidade provocados pelo boicote proposto por um pastor evangélico à uma campanha publicitária do dia dos pais, protagonizada por um homem trans.

As duas **resenhas** deste número contribuem também para conhecermos livros que abordam questões queer e trans.

A primeira resenha dialoga com o ensaio sobre Fernanda Benvenutty e o livro de Silvana Nascimento. Sob o olhar sensível de Carlos Henrique Duarte Araújo, que mescla crítica e homenagem em seu texto, é revisitada a trajetória política de Benvenutty com foco em suas vivências pessoais e nos desejos que moldaram — e continuam a moldar — sua atuação como liderança travesti na Paraíba. A resenha destaca a análise feita pela autora sobre a tensão fecunda entre memória e futuro, mostrando como a história de vida de Benvenutty não é uma narrativa concluída, mas uma constelação em expansão.

Já a segunda resenha, *Arqueervos escuiresidos:: práticas trans-formativas na desobediência radical e filosófica negra,* de Katharine Nataly Trajano Santos e Cristina Scheibe Wolff, oferece uma leitura atenta e engajada da obra *ex/orbitâncias: os caminhos da deserção de gênero,* de abigail Campos Leal. A resenha nos conduz por uma paisagem textual em que crítica, filosofia, performance e militância se fundem em uma escrita de fronteira. O livro — que reúne 12 textos

produzidos entre 2016 e 2019 — constitui um gesto de desertar não apenas da norma cishetero, mas também das formas tradicionais de se pensar e escrever o mundo.

Por fim, é com muita tristeza que compartilhamos na nova seção dos Cadernos de Gênero e Diversidade, **obituário**, nossa homenagem à Professora Mara Lago, que faleceu em 2 de junho de 2025, em Florianópolis.

Agradecemos a colaboração de Cristian Alejandro Darouiche e Guilherme Ceolin, bem como o apoio do CNPq, da IUAES Commission, e dos núcleos de pesquisa NIGS, NAntS e Tirésias, fundamentais para a realização desta edição.

Miriam Pillar Grossi - Coordenadora Editorial
Arthur Leonardo Costa Novo
Francisco Cleiton Vieira
Izabela Liz Schlindwein
Priscilla Gusmão
Editoras/es do número 2- 2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO



Descolonizar o Queer:
uma proposta feminista e decolonial

Ana Claudia da Silva Abreu, *Centro Universitário Campo Real (Guarapuava-PR)*

Resumo. Qual é o sujeito da teoria *queer* no Brasil? Quem são os corpos abjetos de que se fala e quem são os sujeitos produtores desse saber profano? A partir da proposta descolonizadora de autoras feministas decoloniais, propõe-se pensar o *queer* contra hegemonicamente, o que isso significa ir além das críticas à dicotomia de gênero e à sua fixidez, para enxergar as outras hierarquias fundadas no colonialismo e no racismo e que desumanizam os sujeitos em razão da sua raça/etnia, gênero, sexualidade e classe social, que promovem a histórica colonização dos corpos dissidentes. Ao analisar a recepção da teoria *queer* na América Latina e no Brasil, seus deslocamentos e traduções, sugere-se uma outra genealogia descolonizada para o *queer*. Conclui-se que esse saber, dito subversivo, não foge à matriz eurocêntrica de produção do conhecimento, reiterando um padrão colonial de sujeição epistêmica e silenciando as corporalidades dissidentes.

Palavras-Chave: Gênero. Raça. Sexualidade. Teoria *Queer*. Feminismo Decolonial.

Introdução

Empreender a proposta de desestabilizar o conceito de gênero e recepcionar a teoria *queer* na América Latina parte da urgência em analisar, além do gênero e da sexualidade, as categorias do colonialismo e do racismo. Esse exame não é uma mera sobreposição de marcadores ou somatória de opressões, é a compreensão de que a articulação dessas categorias constrói a histórica colonização dos corpos dissidentes.

Esses deslocamentos são de suma importância para questionar não só quem são os sujeitos *queer*, mas como a própria teoria *queer* afinal, ao aterrizar em *terras brasilis*, ela precisa ser pensada por outras leituras de opressão. Assim, ante a emergência de vozes até então silenciadas pela colonialidade, é necessário tensionar o feminismo e a teoria *queer* e realizar as rupturas metodológicas necessárias.

Além disso, discutir os trânsitos da teoria *queer* nos trópicos (PEREIRA, 2015; 2020), não deve se limitar apenas à tradução/recepção desse saber dito abjeto. É preciso ir além e avaliar, a partir da colonialidade do saber, que essa teorização, por mais subversiva que se apresente, não foge à matriz eurocêntrica de produção do conhecimento e das relações de poder colonial.

Partindo da descolonização do gênero (LUGONES, 2014; CURIEL, 2020) e da construção de um conhecimento mestiço (ANZALDÚA, 2019), propomos pensar o *queer* contra hegemonicamente (ESPINOSA MIÑOSO, 2020) e traçar estratégias de resistência. Ante a histórica luta por espaço de fala (e de escuta) dentro do feminismo, escolhemos algumas propostas feministas decoloniais para visibilizar esses sujeitos que habitam as margens e escapam à fronteira da intelegibilidade.

A proposta do presente estudo é realizar uma crítica decolonial à teoria *queer*. Para realizar esse propósito, as reflexões tomam como ponto de partida a pergunta: Quem é o sujeito da teoria *queer*? Que se desdobra em outras duas indagações: Esse saber abjeto é enunciado por qual sujeito? O sujeito *queer* de quem se fala é o mesmo sujeito *que* produz as verdades universais sobre o sexo e a sexualidade?

Antes, contudo, para a introdução ao tema, abordaremos a genealogia dos estudos *queer* no Norte, seu trânsito para o Sul, para refletir sobre uma outra genealogia do *queer*.

A genealogia hegemônica da teoria *queer*

Não há única[1] teoria *queer* e sim várias proposições *queer*, através das quais convergem teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas, que analisam a construção de um sujeito feminino ou masculino como resultado de discursos normalizadores e reguladores da sexualidade, que impõem arranjos de gênero "que obedecem à seguinte lógica: vagina–mulher–feminilidade versus pênis–homem–masculinidade" (BENTO, 2011, p. 553). A sexualidade e o desejo também são construídos segundo essa matriz de intelegilidade que condiciona os gêneros à heterossexualidade e classificam como patológicos e anormais aqueles corpos que não se encaixam na norma "dois corpos, dois gêneros, uma sexualidade" (BENTO, 2011, p. 558). Ainda, a cultura ocidental está baseada na existência de apenas dois sexos, o que, segundo Anne Fausto Sterling (1993) explicaria a necessidade que a sociedade e os discursos (jurídico e médico, por exemplo) têm em controlar os corpos intersexuais, afinal, com a sua habilidade de viver às vezes como um sexo e outras vezes, como outro, borram a diferença sexual.

Para o desenvolvimento dos estudos *queer* é importante destacar a denúncia à heterossexualidade compulsória, ou seja, ao regime ou padrão de normalidade dos corpos e dos desejos; e ao caráter instável do gênero e do sexo, como pontuado por Butler: "se o sexo é tão culturalmente construído quanto o gênero, na verdade, talvez o sexo tenha sido desde sempre gênero, de maneira que a distinção sexo/gênero não é na verdade distinção alguma (BUTLER, 2016, p. 7)".

Um dos textos mais influentes da teoria *queer* é a *História da Sexualidade I*, de Michel Foucault, publicado em 1976, em que o autor explica o processo pelo qual foi construído o dispositivo da sexualidade. Foucault (2015) analisa a existência de dois dispositivos: o dispositivo de aliança, constituído por um sistema de regras cujo fim é delimitar o que é proibido e o que é permitido; e o dispositivo da sexualidade, que atua como uma estratégia para o gerenciar e controlar a produção dos corpos, das subjetividades e das populações. O dispositivo da sexualidade se refere mais à produção de uma sexualidade (a norma) do que

[1] "As divergências no interior do pensamento *queer* são grandes e assim, tratar as posições e teorias de forma unificada, desconsiderando a especificidade de cada pensamento, retira a força das propostas e das ideias" (PEREIRA, 2020, p. 91).

especificamente à repressão do sexo. Ele se desenvolve a partir do século XVIII por meio de quatro táticas que constroem discursos de saber e poder sobre o sexo: a histerização da mulher; a pedagogização do sexo da criança; a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso. Por esse dispositivo, naturaliza-se a norma heterossexual como a dominante, inscreve as sexualidades desviantes como anormais e criam-se as condições para a sua patologização.

A heterossexualidade compulsória se impõe como um regime político, "um sistema complexo de estruturas reguladoras que controlam a relação entre os corpos, os instrumentos, as máquinas, os usos e os usuários" (PRECIADO, 2014, p. 79).

A preocupação em evidenciar a heteronormatividade compulsória serve de base às contestações do feminismo lésbico, visando "alagar o âmbito de reconhecimento do humano para incluir pessoas que necessitam de reconhecimento para lá das normas dimórficas e binárias de gênero" (OLIVEIRA, 2017, p. 120-121).

As feministas lésbicas contestam o regime heterossexual e as verdades sobre o sexo e a sexualidade. Monique Wittig (2019) explica que a lésbica, ao escapar a essa norma, não é uma mulher, afinal, o que faz uma mulher em uma relação social específica é a sua subordinação aos homens e ao regime heterossexual. Adrienne Rich (2010), por sua vez, denuncia que a heteronormatividade é um mecanismo que assegura aos homens o livre acesso aos corpos femininos, seja sob o ponto de vista de acesso físico e sexual, seja o emocional.

O termo *queer,* derivado do inglês significa um xingamento, uma palavra pejorativa usada para se referir aos sujeitos *queer*, sobretudo aqueles que, além de não aderirem à heterossexualidade, contestam os arranjos de gênero, como o gay afeminado, a lésbica masculinizada, as travestis. A palavra foi incorporada pelas comunidades LGBT+ norte-americanas na luta ante a indiferença do Estado no tratamento dos infectados com o HIV. Posteriormente, o conceito foi cooptado pela academia, transformando-se em uma categoria formal, firmando-se como um discurso crítico às categorias normalizadoras (MOGROVEJO, 2020, p. 44).

Até então uma palavra pejorativa, o *queer* foi associado pela primeira vez a uma escola acadêmica em 1990, quando Tereza de Lauretis, em uma conferência na *University of California*, visando um termo que abarcasse gays e lésbicas achou no *queer*, "um rótulo que

buscava encontrar o que há em comum em um conjunto muitas vezes disperso e relativamente diverso de pesquisas" (MISKOLCI, 2016, p. 32).

Aos poucos, a resistência ao termo vai diminuindo e ele foi ressignificado, apropriado pelos próprios sujeitos oprimidos, em um sentido provocador, para desafiar as normas regulatórias do gênero e da sexualidade. Sua finalidade é perturbar, contestar a estabilidade dos arranjos de gênero, "quebrando a dicotomia de gênero e deslocando as normas de gênero" (CONNELL; PEARCE; 2015, p. 141).

Teoria Queer: *A Epistemologia do Armário*, de Eve Kosofski Sedgwick e *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, de Judith Butler são geralmente identificadas como as obras inaugurais da teoria *queer*. Eve Sedgwick (2007) reflete sobre o "armário" como um dispositivo que regula a vida de gays e de lésbicas, mas que se impõe também aos heterossexuais que, para garantir os seus privilégios devem se comportar segundo essa hegemonia de valores. Em suma, todos nós, de alguma maneira, estamos no armário. Em *Problemas de Gênero* (2016), Butler (2016) explica que a naturalização da heteronormatividade regula o gênero por meio de pares binários e opostos, das práticas do desejo heterossexual e da coerência interna respectiva entre sexo, gênero e desejo. Assim, corpos inteligíveis são aqueles que mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero e desejo (por exemplo, homem-masculino-heterossexual).

A partir dessas constatações, para a autora, o gênero é sempre verbo, nunca substantivo, ele é um ato performativo, aliando à heteronormatividade a ideia de performatividade. Desse modo, sexo, gênero e sexualidade não são atributos identitários fixos e imutáveis. Gênero não é o que somos e sim o que fazemos, nossos atos, gestos e atuações são todos performativos, ações que expressam a identidade; fabricações "sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado os vários atos que constituem a sua realidade" (BUTLER, 2016, p. 235).

Ao propor que o gênero é verbo e um ato performativo, as proposições *queer* promovem a desestabilização das categorias existentes (sexo, gênero, sexualidade), ainda que o *queer* esteja também se tornando uma categoria (MOGROVEJO, 2020, p. 45).

A partir da contestação da imposição da heterossexualidade como a norma, a teoria *queer*, fundada na instabilidade das identidades sexuais,

supera a mulher universal enquanto categoria do feminismo ou o sujeito gay ou a lésbica como sujeitos dos estudos da homossexualidade. Ou seja, se as identidades são fluídas e não fixas, torna-se questionável um movimento/teoria com base identitária. Esses sujeitos são então substituídos por um sujeito *queer*, "um conceito guarda-chuva que inclui as diferentes identidades sexuais" (MOGROVEJO, 2020, p. 51), que nega qualquer essencialismo biológico como marca instransponível dos corpos.

No entanto, esse conceito, ao homogeneizar todos esses sujeitos – gays, lésbicas, transexuais e travestis – apaga as diferenças entre eles e ignora que, além da sexualidade, os corpos dito abjetos, são também atravessados pela raça/etnia, classe social, idade, dentre outros. No contexto latino-americano "é realmente possível fazer uma crítica desestabilizadora às concepções de identidade" (GARGALLO, 2020, p. 61), partindo de um lugar em que a luta pelo reconhecimento de sua humanidade ainda não se concretizou?

Se na periferia os corpos são colonizados e racializados é preciso avaliar como se dá o deslocamento geopolítico da teoria *queer* e a sua recepção na América Latina, afinal, a hierarquização racial, a binaridade do gênero e a heterossexualidade compulsória são ficções poderosas (LUGONES, 2014) que instrumentalizam a continuidade das relações de opressão e exploração dos corpos desumanizados.

Traduzir é possível (e necessário)?

Pedro Paulo Gomes Pereira (2020), ao avaliar a viagem da teoria *queer* para os trópicos, seus limites e possibilidades, questiona: Seria o *queer* mais uma teoria do centro para a periferia? O uso de um termo em inglês reforçaria a geopolítica do conhecimento? A tradução mantém o caráter e significado político do termo? Como recepciona-lo nos trópicos?

O uso do termo *queer* tem o fim de escorregar entre categorias, gêneros, identidades e desejos, desafiando-os, tornando-os mais tortas e invertidas (OLIVEIRA, 2017). Esse sentido subversivo é passível de tradução para o espanhol ou para o português sem perder a sua potência e seu caráter desconstrutivo? Se esse guarda-chuva reúne sob si todos aqueles esquisitos e esquisitas (GARGALLO, 2020) que lutam contra as

violências motivadas pelo exercício das suas sexualidades é possível traduzi-lo sem deixar para trás esse sentido político?

Não há, na língua espanhola ou portuguesa um termo que, além de misturar significados distintos, possa ser ao mesmo tempo, substantivo, adjetivo e verbo. Ainda que soe *fashion* (PRECIADO, 2014), o *queer* no espanhol não significa a força que ele traduz no inglês, no sentido de uma resposta à naturalização dos gêneros. Dizer, na América Latina, "teoria bicha" e dizer teoria *queer* não surtem o mesmo efeito que no seu local de origem. Com o fim de castelhanizar a palavra, alguns acadêmicos a ativistas começaram a usar *cuir*, *kuir* ou *qüir*, propostas que, entretanto, não traduzem todo o seu conteúdo (MOGROVEJO, 2020).

Devemos considerar também que esse termo *fashion*, cause menos resistência na academia, favorecendo "a que se ensine essa sabedoria em instituições e universidades, sem provocar tensões e repercussões ao estigmatizar esse tipo de saber como bastardos" (PERRA, 2014, p. 6).

Precisamos mesmo, conforme reflete Marié Bourcier (PEREIRA, 2015) inventar um outro termo menos imperialista que o *queer* como a única forma possível para descolonizá-lo? Como apontado por Yuderkys Espinosa Miñoso (2015), o que é deixado de fora quando a questão se resume à tradução?

Não bastassem tais dificuldades, no Brasil, além dessa palavra não dizer nada e não ferir o ouvido de ninguém, temos o fato de que o português é um idioma ilhado, falado em países que podemos localizar geopoliticamente no "cu do mundo". Se nosso lugar de origem é periférico, a cabeça pensante fica acima, no Norte, onde se produz o conhecimento; enquanto aqui embaixo, o Sul, é o local onde ocorre a experimentação das teorias. Falamos das margens, ao invés de optar pela polidez do uso do termo *queer*, temos que assumir que somos teóricos e teóricas cu. Para Larissa Pelúcio (2020), não se trata da tradução do *queer* para cu, e sim de um exercício antropofágico de se nutrir das teorias e conhecimentos do Norte, de pensar com elas, mas também de localizar o nosso lugar nessa tradição e assim produzir as nossas próprias teorias.

Considerando que "a maioria da pesquisa e do debate sobre questões de gênero no Sul Global parte de teorias de gênero da Europa e dos Estados Unidos, procurando combiná-las com dados ou experiências locais" (CONNELL; PEARCE; 2015, p. 148), Igor Torres e Felipe Fernandes (2021) evidenciam que, ainda que se adote uma outra

tradução para o *queer* que possa incorporar nossas especificidades locais, nossas metodologias, não é possível apagar as origens desse conceito, seu caráter ocidental e suas marcas geopolíticas. Para os autores, não basta a reformulação do *queer*, é preciso o "próprio abandono do conceito, uma vez que, ao utilizá-lo e torcê-lo, ainda estaríamos referenciando as produções das metrópoles do saber/poder" (TORRES; FERNANDES; 2021, p. 22).

Focar na tradução do *queer* pode ocultar o fato de que, ao importamos irrefletidamente tais estudos, dissociados no nosso contexto colonial, estaríamos reproduzindo um colonialismo epistemológico. Antes, contudo, de avaliar a questão epistemológica com maior profundidade, interessa questionar se esse saber é, de fato, uma novidade por aqui, ou se no Sul tais questões já estavam sendo debatidas.

Na genealogia do *queer* há lugar para o sul?

Yuderkys Espinosa Miñoso (2020) faz um exame crítico da colonialidade da razão feminista latino-americana, denunciado que as autoras acolheram categorias, conceitos e métodos de uma razão feminista com pretensões de universalidade. A partir desse olhar situado, ela questiona: como seguimos o feminismo hegemônico, fundado em uma mulher universal, em regiões do mundo onde a modernidade revela a sua face oculta: racista, eurocêntrica, capitalista, imperialista e colonial?

Sugere, então, um método genealógico, cujo propósito é "traçar a história das práticas para desnaturalizá-las, para observar como e em que momento surgiram e por quê" (ESPINOSA MIÑOSO, 2020, p. 117). Assim, ao pensar na genealogia da teoria *queer* e sua recepção no contexto latino-americano, as reflexões de Miñoso são um ponto de partida necessário.

Para revelar a verdade oculta da teoria *queer* (seu compromisso com a colonialidade), antes de problematizá-la e desnaturalizá-la, a genealogia se apresenta como uma atividade investigativa que busca enxergar os fatos desconsiderados, os saberes desvalorizados e seus apagamentos. Trata-se de ativar os saberes locais, deslegitimados e não

valorizados, os saberes profanos, excluídos pelo discurso (dito) verdadeiro.

O privilégio epistêmico de definir o que é verdade pertence a um sujeito determinado: ocidental, masculino (cisheteronormativo) e burguês. Este privilégio tem duas faces: a primeira, que garante que as teorias se assentem em um discurso universalizante, supostamente suficiente para explicar a realidade do resto do mundo; e a segunda face (racismo/sexismo epistêmico), que assegura a inferioridade do conhecimento produzido por homens (do restante do mundo) e por mulheres (incluídas aí também as mulheres ocidentais) (GROSFOGUEL, 2016).

Ao analisar as condições que possibilitaram a emergência da teoria *queer*, Guacira Lopes Louro (2001, p. 547) explica que a sua origem "pode ser vinculada às vertentes do **pensamento ocidental contemporâneo** que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação" (grifamos). Pensando mais especificamente sobre aplicação dessa teorização na educação, complementa que a teoria *queer*: "permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a **fluidez das identidades sexuais e de gênero**, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação" (grifamos) (LOURO, 2001, p. 550).

Louro é uma referência dos estudos *queer* no Brasil, pioneira na tarefa de consolidação, no campo da análise sobre gênero e sexualidade, da teoria *queer* e sua aplicação na educação no Brasil, o que por si só justifica a escolha por um texto de sua autoria. A opção pelos trechos que foram reproduzidos se dá por duas razões: a) evidenciar que a teoria *queer* é apresentada como uma teorização elaborada por esse sujeito localizado e que detém um privilégio epistêmico; b) questionar se a noção da fluidez das identidades sexuais e de gênero teria sido realmente inaugurada pelo sujeito "dotado de uma episteme superior" (GROSFOGUEL, 2016, p. 43), ou se existem evidências de que tais questões já eram objeto de reflexão e análise por outros discursos, geralmente inferiorizados ante o racismo/sexismo epistêmico.

Tais pressupostos indicam a necessidade de escavar e trazer à tona o que pode não ter sido visto, ante a colonialidade do saber. Uma genealogia dos estudos *queer* na América Latina mostra que por aqui, ativistas lésbicas e pesquisadoras decoloniais já questionavam "à sua

maneira, os estudos sobre a homossexualidade, discutindo os mecanismos de liberação sexual e seu horizonte de solidariedade com a negritude, a pobreza, a lesbianidade e mesmo a maternidade", assim como as chamadas "bichas loucas" desafiavam a adoção de um modelo eurocêntrico de sexualidade dos gays da região, evidenciando o abismo entre "elites homossexuais europeizadas e a negação e/ou invisibilização da multiplicidade de respostas, estratégias, formas de pensamento e de luta gestadas em questões locais do universo queer no Sul global (HOLLANDA, 2020, p. 14).

Nesse sentido, podemos apontar a obra do escritor chileno Pedro Lemebel. O autor escreve sobre a "loca", como é comumente conhecida a travesti, exatamente porque ela representa a fuga de todos esses padrões sociais e incorpora o elemento desestabilizador das identidades sexuais. Além disso, demonstra seu descontentamento com a preferência do uso do termo gay ao invés de *maricón*, indicativa de uma concepção neoliberal de subjetividade (PACHECO, 2020). Ao analisar a relação entre identidade e poder, afirma: "O gay se soma ao poder, não o confronta, não o transgride. Ele propõe a categoria homossexual como uma regressão ao gênero. O gay cunha sua emancipação à sombra do 'capitalismo vitorioso'". (LEMEBEL, 2000, p. 127) Além disso, destaca em seus poemas a sua não identificação na figura de homossexualidade vinda da Europa continental e dos Estados Unidos (PACHECO, 2020, p. 54).

Catarina Rea e Izzie Amancio (2018) defendem a possibilidade de se considerar uma outra gênese do *queer*, como no campo das produções de lésbicas não-brancas. Segundo as autoras, Gloria Anzaldúa, no texto, Borderlands/La frontera. The New Mestiza, de 1987, utiliza, pela primeira vez, no contexto acadêmico, o termo *queer*[2].

No texto citado, Glória Anzaldúa (2019), ao analisar o conceito de gênero, também o colocou no lugar da fluidez, tal qual os teóricxs *queer*. Para ela, ainda que a fronteira signifique um limite, algo fixo, ela pode ser atravessada, constituindo-se em um lugar de exercício de poder e de resistência, ante a possibilidade de transitar entre lugares diversos.

[2] "Paola Bacchetta, Jules Falquet e Norma Alarcón destacaram como, apesar da gênese do termo queer no campo acadêmico ter sido atribuída a Teresa de Lauretis, "uma outra genealogia" (Bacchetta; Falquet; Alarcón, 2011:3) é possível, a partir da obra de Anzaldúa que, no texto Borderlands/La Fronteira; The New Mestiza, autodenominou-se como queer, introduzindo pela primeira vez esse termo na academia norte-americana." (REA; AMANCIO, 2018, p. 14).

Segundo ela, transitar entre culturas não é juntá-las dissociadas de um dado contexto, trata-se de, partindo do conhecimento dessas culturas, elaborar uma cultura própria, livre das dicotomias hiearquizantes do binarismo ocidental, que crie "uma nova história para explicar o mundo e nossa participação nele" (ANZALDÚA, 2019, p. 322).

Ainda, a teoria *queer*, ao olhar para as identidades sexuais, não enxerga que os sujeitos não são constituídos apenas pelo gênero e pela sexualidade, suas existências são atravessadas por outras narrativas. Ignora-se que "a classe social, a raça, a educação, a localização, incidem dentro do conceito de gênero (PERRA, 2015, p. 5)", ou seja, "discute-se descolonização das identidades, marginalidade e periferia das experiências sexuais e de gêneros de um lugar heteronarrativo" (TORRES, FERNANDES, 2021, p. 11).

Sobre a colonização do discurso *queer* no Brasil, Caterina Rea (2020,) aponta que os estudos *queer* mais lidos no país são aqueles que ela define como teorias *queer* branca, caracterizadas pela centralidade de suas análises na dissidência sexual e de gênero e que, ainda que mencionem o racismo e a colonialidade, falam a partir de um sujeito *queer* branco, euro-americano e de classe média, universalizando as opressões a partir desse sujeito, como se todos tivessem a mesma experiência heterossexista.

Uma das formas de contestar o *queer* marcadamente ocidental, branco e burguês está na atribuição de uma genealogia subalterna e não branca do *queer*, visando abrir caminhos outros para o seu desenvolvimento no Sul, facilitando traduções e deslocamentos, pelo diálogo e construção de pontes entre o Sul do norte (as feministas de cor erradicadas nos Estados Unidos e na Europa) e o Sul do Sul (REA; AMANCIO, 2018)

Leandro Colling (2015) ao questionar se há uma teoria *queer* (na América Latina) e no Brasil antes do seu desenvolvimento nos Estados Unidos, na década de 1990, propõe a genealogia do *queer* no Brasil. Colling pretende demonstrar o seu despertar aqui antes mesmo do seu despertar no Norte e, além disso, analisa como a teoria pode ser usada para pensar e analisar a realidade brasileira. Ao invés de questionar se estamos importando uma teoria estrangeira, propõe pensar a nacionalidade da teoria *queer* e inclusive interrogar se pode-se dizer que ela tem uma nacionalidade. O autor aponta trabalhos pioneiros no Brasil que questionaram a heteronormatividade e que, assim como os estudos

queer do Norte Global, sofreram influência dos pós-estruturalistas franceses. Por fim, demonstra a necessidade de adotarmos uma metodologia *queer*, que enxergue não só a produção acadêmica *queer*, mas os produtos culturais (teatro, música, literatura) que apontam o quanto já éramos e fomos *queer* e não sabíamos (COLLING, 2015).

Yuderkys Espinosa Miñoso (2015) também avalia os problemas relativos à recepção da teoria *queer* na América Latina. Em primeiro lugar, aponta para o reducionismo a que a questão é submetida, limitando-se às dificuldades de tradução, ocultando o fato de que essa teoria universaliza a sexualidade e o sujeito *queer*. O segundo problema está no modo como esse discurso chega na América Latina: como uma teoria produzida por elites brancas e mestiças, acadêmicas e ativistas (produtores de verdades) enquanto nós subalternos somos os sujeitos ignorantes que precisam ser instruídos. A terceira e última problemática é o fato de que é um discurso adstrito apenas a certos espaços acadêmicos e universitários.

Considerando que a adoção da teoria *queer* no contexto latino-americano "não se trata de uma mera tradução textual, mas de operação epistemológica" (TORRES; FERNANDES; 2021, p. 6), passamos para a análise das questões epistemológicas que se impõem ao *queer* decolonial

Quem são os sujeitos da teoria *queer*?

Partindo da colonialidade do saber e da inferiorização dos saberes locais ante o racismo/sexismo epistêmico, quando analisamos a "aterrisagem do *queer* em solo acadêmico brasileiro" (TORRES; FERNANDES; 2021, p. 8) as questões principais que se colocam são: a) "a tensão entre se construir na periferia global e usar conceitos da metrópole" (CONNELL; PEARCE; 2015, p. 141); e b) quem é o sujeito da teoria *queer*.

Sobre o primeiro questionamento, Igor Torres e Felipe Fernandes (2021) explicam que o que houve foi não só a imediata tradução de uma teoria anglófona como também a adoção de um modelo eurocêntrico de disputa de poder, marcado pela sujeição epistêmica e invisibilização de corpos racializados, tão comum às colonialidades do saber e do poder.

Para melhor compreender essas duas formas de colonialidade, Ramón Grosfoguel (2016), explica que a locução cartesiana “penso, logo existo” tem duas faces: a visível, que garante a autoridade para a produção do conhecimento ao homem ocidental; e a invisível, que esconde o “não penso, não existo”. Assim, o sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2009), ao negar a racionalidade e o conhecimento produzido pelos homens e mulheres colonizados, engendra uma estrutura racista/sexista que constrói esses sujeitos como seres inferiores, que têm negada a sua humanidade, impondo-se, assim, a colonialidade do ser.

Esse processo de desumanização favoreceu a dominação e a exploração dos colonizados, formando um modelo de poder fundado na superioridade do colonizador – colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) – garantida pela invenção da raça (racismo), pelo eurocentrismo como padrão de poder mundial e pelo capitalismo como modo de produção, fundado na exploração dos recursos naturais e da mão de obra (indígena e negra escravizada). A invenção da raça justificaria a exploração e inferiorização dos sujeitos subalternizados, o eurocentrismo e a superioridade da metrópole (centro do mundo) impõem a sujeição e a opressão, sob um violento sistema de apagamento da cultura dos povos originários. Assim, o encobrimento das populações e da sua cultura criam as condições para a dependência cultural e epistemológica da periferia, assim como a submissão ao capitalismo mundial (SILVA; BALTAR; LOURENÇO; 2018).

Da colonialidade do poder (e do ser) decorre a colonialidade do saber, “um tipo de racionalidade técnico-científica, epistemológica, que se coloca como o modelo válido de produção do conhecimento” (CURIEL, 2020, p. 149), balizada na dependência epistêmica dessas populações, cujas identidades foram submetidas à hegemonia eurocêntrica, que passa a definir quais conhecimentos são válidos e quais não são.

A dominação hegemônica do pensamento eurocêntrico realiza uma “mutilação epistemológica” na medida em que deslegitima as epistemes contra hegemônicas e, assim “a colonialidade se transfere do âmbito do poder para o campo do saber, construindo a colonialidade do saber que age de forma a manter a hegemonia eurocêntrica como perspectiva superior do conhecimento” (SILVA; BALTAR; LOURENÇO; 2018, p. 70)

Ante a colonialidade – do poder, do ser e do saber – a aceitação irrefletida da teoria *queer*, sem a revisão crítica dos postulados epistemológicos sob os quais ela está fundada, oculta a diferença colonial. Assim, pensar a partir dos problemas de um sujeito *queer* ocidental (e universal) situado em uma outra realidade política, econômica e cultural, impede a criação de ferramentas analíticas específicas adequadas à vivência daquela sujeito *queer* que habita a ferida colonial, aberta pelo colonialismo e que, graças à colonialidade, não para de sangrar.

Assim, ao recepcionar o *queer*, importar seus conceitos, categorias e métodos que foram elaborados no Norte global (produzidos em outras realidades), reproduzimos, em nossas pesquisas, uma dependência epistêmica (e acadêmica) desse mesmo conhecimento hegemônico que tanto se critica. Como apontado por Igor Torres e Felipe Fernandes (2021, p. 9): "O discurso *queer* da última década incita a produção de um saber *queer* querendo-se local, latino-americano, mas excluindo as vozes racializadas da discussão e produção de sentidos, teorias e experiências *queers* em primeira pessoa".

A partir dessa exclusão, passamos à segunda questão (quem é o sujeito *queer*), que se divide em outras duas perguntas: quem é o produtor de conhecimento *queer* na América Latina e no Brasil e quem é o sujeito abjeto, sobre cuja sexualidade dissidente se fala.

Na teorização *queer*, o sujeito ocidental detentor do privilégio epistêmico (branco, ocidental, cisheterossexual e burguês) foi apenas substituído outros corpos, igualmente euro-americanos, brancos, burgueses e que agora se apresentam como sujeitos *queers*. São eles que ocupam a centralidade das discussões e estão autorizados a produzir esse conhecimento "subalterno" no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade (TORRES, FERNANDES, 2021).

Para Catarina Rea e Izzie Amancio (2018), uma revisão bibliográfica das produções teóricas *queer* latino-americanas e, especialmente, brasileiras, permite constatar um campo bastante branco, seja porque a grande maioria dos autores são brancos, seja porque a análise das relações entre a produção de identidades sexuais e de gênero dissidentes está dissociada da colonialidade e da opressão de raça/etnia ou classe, ou, quando muito, ainda é pouco desenvolvida. Ainda, segundo as autoras, as produções teóricas estão centradas na experiência de um sujeito *queer* de classe média cuja vivência da opressão é

atravessada pela branquitude e pelos privilégios de classe. Entretanto, os perseguidos não são os gays brancos e de classe alta e sim os racializados e pobres.

Sobre a teorização *queer*, Minõso (2015) explica que o sujeito mulher universal do feminismo foi substituído por um novo sujeito, o abjeto, aquele que questiona e rompe com a inteligibilidade do sexo, do gênero e do desejo. Para ela, o problema é que os autores da teoria *queer*, desde Butler e os que a precederam, insistem em um sujeito descolado da modernidade, de modo que não se observa a matriz de raça/classe/colonialidade que o constitui e possibilita o seu surgimento histórico. Ou seja, essa análise limitada à performatividade de gênero oculta as condições históricas que definem os processos de subjetivização, pois universaliza a experiência histórica de um sujeito cujo corpo é inteligível/ininteligível somente a partir da sua sexualidade.

A crítica *Queer of Color* evidencia que as teorias *queers* latino-americanas não conseguem se livrar da colonização e da inseparabilidade das "relações pós/neocoloniais, as tensões étnico-raciais, os novos imperialismos, o terrorismo e os conflitos do mundo neocapitalista" (REA; AMANCIO, 2018, p. 5). Além disso, o *Queer of Color* denuncia "a imposição de uma epistemologia única da sexualidade, supostamente universal, mas, de fato, baseada na imposição do modelo ocidental" (REA, 2018, p. 126) e contesta o uso do *queerness* (marcadamente ocidental, branco e burguês) pelo projeto neoliberal que exclui outros sujeitos e outros corpos com ele julgados incompatíveis (REA, 2018).

Daí a pergunta: a análise desses corpos abjetos "leva em consideração as políticas de racialização e empobrecimento dos corpos da região: um corpo racializado, oprimido, explorado pelo capital e pelas políticas neocolonias? (ESPINOSA MIÑOSO, 2015).

Os corpos *queer* racializados e pobres, por não se enquadrarem no sujeito *queer* universal, euro-americano, branco e burguês (homonormatividade), tornam-se os corpos abjetos. Além disso, a homonormatividade garante direitos ao homem gay, caso performe uma masculinidade hegemônica, assim como à mulher lésbica, desde que seja feminina. As relações afetivas são também formatadas segundo um padrão de homoafetividade que reproduz a relação de conjugalidade heteronormativa. Em suma, trata-se da aderir "a uma normatização da

vida homossexual, ao que os estudos *queer* chamam hoje de uma assimilação da heteronormatividade" (COLLING, 2015, p. 227).

Ao identificar homossexualidade e branquitude, esse discurso apaga a existência de pessoas *queer* racializadas (REA, 2020, p. 74), da mesma forma que ao vincular o sujeito mulher à cisheterossexualidade e branquitude, o discurso feminista oculta a existência de mulheres cis negras, mulheres trans, as travestis e as mulheres lésbicas.

Essas reflexões vão ao encontro de uma importante questão elaborada por Ochy Curiel (2020). Ao avaliar as possibilidades de uma metodologia feminista descolonial a autora se pergunta o quanto reproduzimos de colonialidade do poder, do saber e do ser quando "transformamos a raça, a classe, a sexualidade em meras categorias analíticas ou descritivas, de modo que não conseguimos estabelecer uma relação entre essas realidades e a ordem mundial capitalista moderno-colonial?" (CURIEL, 2020, p. 154).

Além de invisibilizar o sujeito *queer* racializado e explorado, Miñoso (2015) denuncia que, ao assimilar como verdade universal as narrativas hegemônicas sobre gênero e sexualidade produzidas a partir da matriz moderna ocidental, a elite intelectual criola e mestiça oculta as resistências epistêmicas e rupturas produzidas pelo sujeito colonial. A partir dessas constatações, questiona-se: De que maneira temos sido agentes ao serviço da expansão da razão racista imperial? Em que medida usamos a razão eurocêntrica para invalidar, destituir e destruir outras formas de pensar, compreender, organizar e viver o mundo, a sexualidade e as relações érotico-afetivas? Quanto do que temos indicado como formas de compreensão limitadas e opressivas do exercício pleno da sexualidade e identidade devemos ao jeito que o ocidente produz, a partir da sua própria experiência histórica, uma verdade sobre a sexualidade e o gênero?

A par desses questionamentos resta analisar em que medida a academia e as universidades reproduzem a colonialidade ao elitizar esse conhecimento dito subalterno.

Sobre o tema, Hija de Perra (2014) afirma que a matriz *queer* de conhecimento (a academia), após o giro decolonial, apenas reconhece a hierarquização imposta entre o pensamento acadêmico do Norte e do Sul globais, sem, contudo, questionar a academia em si, o quanto ela é ocidentalizada. Ou seja, o *queer* é mais um dos mecanismos de colonialidade do saber no contexto sudaca e terceiro-mundista.

Ao contrário das pesquisas que defendem uma aproximação dos estudos decoloniais com a teoria *queer* no Brasil (PEREIRA, 2012; 2015; PELÚCIO, 2020; FERNANDES, 2020), Ígor Torres e Felipe Fernandes (2021) denunciam que os estudos q*ueer*, devido às dinâmicas geopolíticas de conhecimento fundadas em uma estrutura em que o Norte produz as teorias que o Sul irá consumir, não questionam as dinâmicas internas de produção do conhecimento que estão marcadas pela colonialidade do poder, do ser e saber. Isso significa que, ao excluir outros sujeitos da produção desse saber, não se sustenta efetivamente uma prática decolonial *queer*.

Conforme apontado por Jota Mombaça (2016), falta à elite teórica do *queer* nos trópicos o reconhecimento de que a colonialidade do *queer* não se dá apenas de fora pra dentro (do Norte para o Sul), mas também de dentro pra dentro, um colonialismo internalizado reproduzido pelos mesmos teóricos de gênero que questionam a hierarquização do conhecimento produzido na Europa e nos Estados Unidos e no mundo colonizado. Ou seja, essa oposição Norte-Sul oculta a tensão Sul-Sul, contribuindo para a perpetuação de modos de dominação epistemológica.

Como consequência, temos uma teoria que segue produzindo um sujeito universal (o *queer* ocidental), que analisa o gênero (ou a sexualidade) como o fator determinante da opressão, sem realizar as conexões com o antropocentrismo, a modernidade e a colonialidade (ESPINOSA MIÑOSO, 2015).

Grada Kilomba (2019) associa o silenciamento dos sujeitos escravizados aos regimes de produção de saber acadêmico que têm, historicamente, produzido um marco epistemológico nas ciências humanas, que constrói um tipo de saber sobre os povos africanos sem que o saber dos povos africanos seja considerado. São discursos teóricos que oficialmente constroem a nós como o 'Outro'. No mesmo sentido, Torres e Fernandes (2021) explicam que o *queer* segue sendo um conhecimento produzido distante do corpo que o produz, mas que pelos privilégios que o atravessa (de cisgeneridade e branquitude) tem o poder de repensá-lo e torcê-lo. Assim, esse saber é enunciado em terceira pessoa, excluindo as vozes racializadas e as experiências *queers* em primeira pessoa.

Os autores explicam a necessidade de submeter esse grupo hegemônico de pesquisadorxs *queer* no Brasil à crítica, sem, contudo,

deixar de reconhecer as potencialidades de suas ideias. No entanto, é necessário apontar "para uma redistribuição de espaço de produção e visibilidade epistêmica de outros corpos desde outras referências e saberes, crucial para pensar gênero e sexualidade em qualquer contexto" (TORRES; FERNANDES, 2021, p. 26).

Tanto o regime de verdade estabelecido pelo sujeito detentor do privilégio epistêmico quanto os cânones da modernidade (neutralidade e universalidade) são reproduzidos nas universidades. Desse modo, não se constroem espaços para que outras epistemologias sejam consideradas e não há lugar de escuta para que os conhecimentos produzidos por sujeitos não hegemônicos sejam ouvidos, ou seja, "a academia, mais do que um espaço neutro de produção de conhecimento científico, deve ser compreendida como espaço de violência e exclusão" (MOBAÇA, 2015).

Há um "nós" autorizado a produzir conhecimento sobre o "eles" e, assim, são os acadêmicos latino-americanos os agentes produtores da teorização *queer* nos trópicos, ou seja, não são saberes produzidos pelos corpos dissidentes, é sobre eles e não por eles (TORRES; FERNANDES; 2021, p. 19).

Jota Mobaça (2015), ao refletir sobre a pergunta de Spivak se pode o subalterno falar, conclui que se trata de uma "alusão à impossibilidade de forjar espaços de enunciação a partir dos quais umx subalternx possa se expressar e ser ouvidx como sujeito". Dessa forma, o silêncio subalterno é "efeito de uma não-escuta colonial do que propriamente de uma não-fala subalterna: 'O subalterno (...) não pode ser escutado ou lido'".

Precisamos, portanto, pensar a academia a partir de um lugar de escuta e enunciação dos saberes desobedientes, e não de reprodução de violências epistêmicas. A seguir algumas propostas de construção de uma nova consciência mestiça, de possibilidades de desengajamentos epistemológicos e de descolonização de corpos e de saberes.

Descolonizar para resistir

O *queer* vem para desestabilizar, desafiar as verdades sobre o sexo, expor e denunciar os regimes de cisheterossexualidades compulsórias. Refletir sobre o trânsito do *queer* para os trópicos exige um movimento

de descolonização, que contesta a visão eurocêntrica de mundo, para construir uma epistemologia apta a enxergar a diferença colonial.

Glória Anzaldúa (2019) sugere outras formas de pensar. Para a autora, uma consciência outra está em construção – "uma nova consciência *mestiza*, *una consciencia de mujer*. Uma consciência de fronteira" (ANZALDÚA, 2019, p. 326). Essa nova *mestiza* deve contestar o modelo hegemônico cultural ocidental e extirpar massivamente qualquer pensamento dualista. Ao mesmo tempo em que questiona os padrões culturais, ao transitar entre culturas (indígena, mexicana e branca) produz "uma mudança na forma como percebemos a realidade, na forma como nos vemos e nas formas como nos comportamos –, *la mestiza* cria uma nova consciência" (ANZALDÚA, 2019, p. 326).

Ela propõe um movimento de descolonização para que as mulheres do Terceiro Mundo construam um saber que revele a subalternização imposta pela colonialidade e que entrecruza raça, sexualidade e gênero. A autora sugere uma ruptura, uma atitude que reinterpreta a história, adotando "novas perspectivas sobre as mulheres de pele escura, mulheres e *queers*" (ANZALDÚA, 2019, p. 329).

É preciso então contestar, transitar e criar um pensamento próprio.

Fazendo o uso da terminologia de Glória Abzaldúa, María Lugones (2014, p. 947) propõe "um pensamento de fronteira feminista", em que a fronteira significa um espaço para resistir, "não apenas uma fenda, não uma repetição infinita de hierarquias dicotômicas entre espectros do humano desalmados". Ao demarcar o sistema moderno colonial de gênero passamos a enxergar as opressões de sexo, gênero e sexualidade a partir da diferença colonial. Habitar a diferença colonial é estar um lócus fraturado, um lugar em que nos permite resistir à colonialidade de gênero (LUGONES, 2014).

A partir da fronteira da diferença colonial de Anzaldúa e do lócus fraturado de Lugones podemos observar que o colonizado não é totalmente oprimido, ele resiste, pois "é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras." (LUGONES, 2014, p. 948). Por essa razão, é preciso pensar a teoria *queer* como uma forma de resistência não só às identidades sexuais fixas, mas à colonialidade de gênero.

María Lugones (2014) defende a necessidade de descolonizar o gênero e sugere uma *práxis* por meio da "resistência epistêmica", que se inicia "vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu

próprio hábito epistemológico de apagá-la" (LUGONES, 2014, p. 948). Para a autora, ao enxergar essa diferença, a feminista decolonial vê a si mesma, abandona o seu encantamento pelo sujeito mulher universal e inicia uma aprendizagem sobre como as outras mulheres, que habitam a ferida colonial, resistem à colonialidade de gênero.

É preciso enxergar, resistir e aprender umas com as outras.

No mesmo sentido, Yuderkys Espinosa Miñoso (2019), ao analisar a subalternidade do feminismo latino-americano elabora uma crítica ao que denomina de razão feminista eurocêntrica e busca revelar as relações de poder que ocultam e criam o lugar de subalternidade do Sul global.

Ante a necessidade de descolonização do feminismo, sugere a genealogia crítica da razão feminista para trazer à tona a face oculta da modernidade – a colonialidade e o racismo – e revelar a contribuição do feminismo latino-americano para a manutenção e expansão dessa razão universal e eurocêntrica. Esse projeto genealógico visa questionar os discursos sobre "sexualidade, gênero e sujeito sexo-genérico" localizando-o no contexto latino-americano e a produção desse saber pensada a partir da história da colonialidade (ESPINOSA MIÑOSO, 2020), visando romper com a exclusão e invisibilização do saber de sujeitos subalternos.

É preciso escavar e revelar as histórias ocultas pelos feminismos hegemônicos.

Ochy Curiel (2009) também evidencia as limitações da categoria gênero, sobretudo para visibilizar as formas de subordinação que surgem e se articulam nos eixos que atravessam a construção social do gênero, como a classe, a raça e a política heterossexual. Ao interrogar sobre a necessidade de uma identidade comum para o feminismo, Curiel advoga a emergência de um sujeito que se configura na ação feminista de combate à opressão sexista, mas que considere a imbricação com outros sistemas de dominação, como o racismo, a heteronormatividade e o capitalismo.

Assim como Anzaldúa, Curiel (2009) considera urgente uma proposta descolonizadora e transformadora da produção do conhecimento. Para ela, essa descolonização deve-se dar por meio da superação do binarismo entre teoria e prática, que possibilite a criação de teorizações particulares e que permita descentralizar o sujeito eurocêntrico e a subalternidade interna do feminismo latino-americano,

que ainda se vê muito dependente das teorizações do Norte e que, dessa forma, lançam um olhar imperial sobre as nossas próprias experiências.

Ochy Curiel (2020, p. 157) sugere um "desengajamento epistemológico" por meio do que ela denomina de "antropologia da dominação: desvendar as formas, maneiras, estratégias, discursos que definem certos grupos sociais como 'outros' e 'outras', a partir de certos lugares de poder e dominação". Essa antropologia deve realizar uma etnografia do Norte, mas também do Norte que existe no Sul; requer, igualmente, etnografias das práticas acadêmicas, metodológicas e pedagógicas, sobretudo daquelas carregadas de uma solidariedade transnacional baseada em privilégios.

É preciso construir metodologias feministas decoloniais, aptas a superar os binarismos sujeito-objeto, teoria e práxis.

Propomos uma teoria *queer* com uma perspectiva feminista, interseccional e descolonizada, apta a evitar a reprodução do colonialismo epistêmico. As propostas feministas e decoloniais apresentadas nesse texto fazem parte de uma epistemologia contra-hegemônica atenta ao eurocentrismo, ao racismo e à colonialidade, mas preocupada em evidenciar, sobretudo, a colonialidade que existe no bojo da teorização feminista latino-americana, aí incluída a *queer*.

Considerações finais

Ao propor um *queer* descolonial, de nada adianta recepcionar uma teoria produzida no Norte global ignorando que ela está inserida nos cânones do pensamento ocidental, na modernidade e na colonialidade. Por isso, uma nova consciência (ANZALDÚA, 2009) questiona a geopolítica do conhecimento e cria novos saberes, novas consciências. Afinal, não é possível vencer a violência epistemológica com as ferramentas da razão feminista eurocêntrica (ESPINOSA MIÑOSO, 2020) e assim cometer os mesmos epistemicídios que sustentam o pensamento hegemônico e um sujeito *queer* universal. Por fim, é preciso realizar o exercício etnográfico (CURIEL, 2020), que possibilite enxergar as recolonizações presentes nas mentes acadêmicas e nas práticas universitárias e em nós mesmos. É preciso habitar a fronteira, afinal, é

nas frestas do lócus fraturado que a resistência é possível (LUGONES, 2014).

Atualmente são dadas algumas (raras) oportunidades para o subalterno falar, mas para ele não há escuta. A colonialidade mantém firmes os alicerces da supremacia branca e ocidental, que torna inaudíveis essas vozes. Ainda há um evidente desconforto das pessoas brancas em ouvir, "o não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados" (RIBEIRO, 2017, p. 44).

Pensando na proposta de Ochy Curiel (2020, p. 157) de "uma etnografia dos sujeitos e das práticas sociais considerando-se os lugares e as posições da produção dos privilégios", gostaria de evidenciar que esse texto foi escrito por uma mulher cis, branca, heterossexual, professora universitária, ou seja, uma pesquisadora que não escapa às críticas e reflexões apresentadas. Trata-se de um exercício contínuo de reconhecimento dos privilégios que a minha branquitude e cisgeneridade têm me garantido durante a minha existência.

Faço minhas as palavras de Jota Mombaça (2017), brancos podem falar de racismo e pessoas cis estão autorizadas a falar de transfobia, o que elas não podem é falar desse lugar de pessoas cis brancas: "isto é, como sujeitos construídos conforme uma matriz de produção de subjetividade que sanciona a ignorância, sacraliza o direito à fala, secundariza o trabalho da escuta e naturaliza a própria autoridade".

Essa proposta teórica sobre o *queer* pretende refletir sobre o quanto a colonialidade é intrínseca às nossas pesquisas e às nossas práticas cotidianas, sobretudo no âmbito da academia. Essas críticas, ainda que partam de um corpo cis e branco, operam a favor da emergência de lugares de fala e de escuta ativa de vozes historicamente emudecidas.

A descolonização do *queer* deve partir da descolonização de nós mesmos, para enxergar a diferença colonial e que nossos privilégios produzem hierarquias que, ao nos colocar em um lugar de fala autorizada, constitui um lugar de silêncio para os sujeitos subalternizados.

Convido a academia, que insiste em emudecer as vozes negras e mestiças, índias, lésbicas e *queer*, a refletir comigo, junto com Jota

Mombaça (2016): “pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta?”.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. La Consciencia de la Mestiza / Rumo a uma Nova Consciência. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2010, p. 323-339.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 19, v. 2, maio-agosto/2011. p. 549-559.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da Identidade.** Trad. Renato Aguiar. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COLLING, Leandro. Quatro Dicas Preliminares para Transar a Genealogia Queer no Brasil. *In*: BENTO, Berenice; SILVA, Antônio Vladimir Félix da. **Desfazendo Gênero: Subjetividade, cidadania, transfeminismo**. Natal: EDUFRN, 2015. p. 225-242.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero, uma Perspectiva Global: Compreendendo o gênero da esfera pessoal à política no mundo contemporâneo**. Trad. e rev. téc. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: Una perspectiva desde América Latina y el Caribe. **Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista**, Buenos Aires, Argentina, 2009.

CURIEL, Ochy. Construindo Metodologias Feministas desde o Feminismo Decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 140-161.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. El futuro ya fue: una crítica a la idea del progreso en las narrativas de liberación sexo-genéricas y queer identitarias en Abya Yala. **Desde el margen**, 2015. Disponível em: https://desde-elmargen.net/el-futuro-ya-fue-una-critica-a-la-idea-del-progreso-en-las-narrativas-de-liberacion-sexo-genericas-y-queer-identitarias-en-abya-yala/. Acesso em mai. 2023.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Fazendo uma Genealogia da Experiência: O método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 96-120.

GARGALLO, Francesca. O Pensamento Queer Existe ou se Manifesta de Alguma Maneira na América Latina? *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: Sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 59-65.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 31, 2016.

FAUSTO-STERLING, Anne. *The Five Sexes: Why Male and Female Are Not Enough*. ***The Sciences***. march/april, 1993, p. 20-24.

FERNANDES, Estevão Rafael. Queer caboclo como possibilidade anticolonial: Algumas reflexões à guisa de provocação. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 10, n. 1, jan.- abril 2020, pp. 35-56

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I. A Vontade de Saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOLLANDA, Heloísa B. Introdução. *In*: HOLLANDA, Heloísa B. (org). **Pensamento Feminista Hoje: Sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 11-28.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano.** Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMEBEL, P. Loco Afán. **Crónicas de sidario**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.

LOURO, Guacira lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. **Revista de Estudos Feministas**, n. 541, v. 2, 2001. p. 541-553.

LUGONES, María. Rumo a um Feminismo Descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez, 2014.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: Um aprendizado pela diferença**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; Editora: UFOP – Universidade Federal de Outro Preto, 2016. (Cadernos da Diversidade).

MOMBAÇA, Jota. Pode um cú mestiço falar? **Medium**, 2015. Disponível em: https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee. Acesso em jun. 2023.

MOMBAÇA, J. Para desaprender o queer dos trópicos: desmontando a caravela queer. **SSEXBBOX**, São Paulo, 2016. Disponível em: https://bit.ly/3otvbqt. Acesso em mai. 2023.

MOMBAÇA, Jota. Notas estratégicas quanto ao uso político do conceito de lugar de fala. **Medium**. 2017. Disponível em: https://medium.com/@monstraerrtika/para-desaprender-o-queer-dos-tr%C3%B3picos-desmontando-a-caravela-queer-6ced98495821 https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee. Acesso em jun. 2023.

MOGROVEJO, Norma. O Queer, as Mulheres e as Lésbicas na Academia e no Ativismo em Abya Yala. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 33-57.

OLIVEIRA, João Manuel de. Trânsitos de Género: Leituras queer/trans* da potência do rizoma género. *In*: OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lígia. **Género e Sexualidades. Interseções e Tangentes**. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL), 2017.

PACHECO, Victor Augusto da Cruz. O devir travesti do mundo: o projeto político literário de Pedro Lemebel em Loco Afán. **Revista Entrelaces**. v. 10,, n. 22, Out.- Dez., 2020. p. 47-58.

PELÚCIO, Larissa. Histórias do Cu do Mundo: O que há de queer nas bordas? *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 287-301.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos Trópicos. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento Feminista Hoje: Sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 287-301.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, pp. 411-437.

PERRA, Hija de. Interpretações Imundas de como a Teoria Queer Coloniza nosso Contexto Sudaca, Pobre de Aspirações e Terceiro-Mundista, Perturbando com Novas Construções de Gênero aos Humanos Encantados com a Heteronorma. **Revista Periódicus**. Salvador. v. 1, n. 2. p. 1-8, nov. 2014/abr. 2015.

PRECIADO, Paul. **Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 117-142, 2005.

REA, Caterina. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. **Cadernos de Pesquisa**. v. 4, n. 2, abr.-jun., 2018. Disponível em https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendi. Acesso em mai. 2023.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **cadernos pagu**, n, 53), 2018, p. 1-38 .

REA, Catarina. Crítica Queer Racializada e Deslocamentos para o Sul Global. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 67-77.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica. Trad. Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas – Estudos Gays: Gênero e sexualidades**. v. 4, n. 5, p. 17-45, 27 nov. 2012.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 28, p. 19-54, jan.-jun. 2007.

SILVA, Fabricio Pereira da; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas,** v. 12, n.1, 2018, p. 68-87.

TORRES, Igor Leonardo de Santana; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Queer (neo)colonial : colonialidade e teoria queer no Brasil. GÊNERO, Niterói, v. 22, n. 1, p. 1-31, 2021.

WITTIG, Monique. Não se Nasce Mulher. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 83-92.

Decolonizig Queer: a feminist and decolonial proposal

Abstract: What is the subject of queer theory in Brazil? Who are the abject bodies spoken of and who are the subjects producing this profane knowledge? From the decolonizing proposal of decolonial feminist authors, it is proposed to think queer against hegemonically, what that means to go beyond the criticism of the gender dichotomy and its fixity, to see the other hierarchies founded on colonialism and racism and that dehumanize the subjects because of their race/ethnicity, gender, sexuality and social class, which promote the historic colonization of dissident bodies. By analyzing the reception of queer theory in Latin America and Brazil, its displacements and translations, another decolonized genealogy for queer is suggested. It is concluded that this so-called subversive knowledge does not escape the Eurocentric matrix of knowledge production, reiterating a colonial system of epistemic subjection and silencing dissident corporealities.

KEY-WORDS: Gender; Race; Sexuality; Coloniality; Queer Theory; Decolonial Feminism;

Ana Claudia da Silva ABREU

Doutora e Mestra em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós Doutora em Desenvolvimento Comunitário na Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro). Professora de Direito Penal e Direitos Humanos no Centro Universitário Campo Real (Guarapuava-PR). Pesquisa Feminicídio e Violência de Gênero sob o enfoque do Feminismo Decolonial.

Recebido em: 25/08/2023

Aprovado em: 27/03/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Performatividade Butleriana: A Crítica (Neo)Materialista E As Respostas Em Sua Teoria

Danni Conegatti, *Serviço Social da Indústria (SESI/RS)*

Resumo. O presente artigo tem como objetivo revisitar a teoria da performatividade de gênero da pessoa filósofa estadunidense Judith Butler, de modo a apresentar pontos de dissidência de sua teoria para o campo dos estudos feministas, de gênero e sexualidade. Para tanto, a teoria butleriana concernente à gênero e performatividade é apresentada, assim como algumas críticas a suas concepções, a partir do filósofo francês Michel Kail e da feminista literária portuguesa Isabel Magalhães. O retorno à teoria de Butler é promovido de forma a encontrar possibilidades de tensionamento com as críticas apresentadas, concernentes sobretudo à relação entre materialidade e linguagem, operando aqui, portanto, a crítica da crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Butler. Performatividade. Neomaterialismo.

A teorização filosófica butleriana possui grande tradição sobretudo nos estudos feministas, de gênero e sexualidade pós-estruturalistas. No entanto, e talvez por isso, Judith Butler sofreu críticas ferrenhas. Lembro-me de um concurso promovido pelo periódico acadêmico *Philosophy and Literature*, em 1998, que elegeu os piores excertos retirados de livros e artigos (The Guardian, 1999), e, dentre estes, encontravam-se escritos de Butler. Escritos que foram alvo de críticas advindas de diversas correntes feministas, sobretudo (neo)marxistas e em diálogo com a psicanálise – como é o caso das pessoas autoras evocadas para o diálogo que aqui se propõe. A psicanálise, sobretudo por ser uma das fontes das quais Butler bebe, ao abordar temas polêmicos a partir dos escritos de Freud e Lacan. Os feminismos (neo)marxistas, pelo seu foco em uma concepção distinta de materialidade, como veremos.

Dentre os pontos de dissidência traçados por boa parte das críticas à Butler, sua teoria da performatividade de gênero talvez seja a que mais recebe atenção no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade. Enquanto importante ferramenta teórico-analítica, entendo como fundamental o retorno a alguns pontos da teoria que ainda permanecem sendo alvo de críticas e tensionamentos. Nesse sentido, recorro a Michel Kail e Isabel Magalhães como tensionadores da teoria de Butler. Kail é francês e especialista no trabalho de Simone de Beauvoir. O autor parte do trabalho da psicanalista socialista britânica Juliet Mitchell, a quem se alinha teoricamente, para potencializar suas críticas sobre o trabalho de Butler. Isabel Magalhães é portuguesa e especialista em literatura e feminismo, além de adepta da perspectiva neomarxista. Tal autora e autor foram eleitos por uma evidente proximidade crítica, sobretudo pelo apelo materialista e (neo)marxista que ambos evocam, ainda que a partir de áreas de estudo distintas.

Dessa forma, o presente texto foi organizado a partir da seguinte sequencialidade. Primeiro, as concepções butlerianas de gênero e de performatividade foram brevemente apresentadas. Posteriormente, algumas críticas a ambas as concepções foram discutidas, a partir das pessoas autoras citadas. A terceira parte promoveu o retorno à teoria de Butler, de forma a encontrar possibilidades de tensionamento com as críticas apresentadas. Por fim, as considerações finais resgatam elementos importantes, identificando a necessidade de se deslocar o foco da dicotomia materialidade/linguagem para o que pode resultar da inevitável dependência entre as duas.

O poder do/no gênero: a norma e a performatividade

Encontra certo consenso nas diferentes correntes contemporâneas feministas e queer que gênero se efetiva como categoria analítica relacional[1] e socialmente construída. Gênero emerge também, e inseparavelmente, como meio pelo qual o poder se organiza e se relaciona, num movimento recíproco em que as relações de gênero produzem poder que, por sua vez, produz relações de gênero. Ou seja, gênero é tratado, em uma perspectiva mais ampla, como o meio pelo qual a organização social se dá. Assim, a hierarquização e as relações de poder se constituem, e, como indica Joan Scott (1995), acabam permeando inclusive aquilo com que o gênero, em um primeiro momento, parece nada ter a ver.

Entender o gênero como poder é fundamental para a teorização de Butler (2014a). Para a autora, gênero não pode ser compreendido como algo anterior a suas formas de regulação, mas sim como produto delas, a partir de um processo de sujeição que não é outra coisa senão gênero. Consequentemente, gênero emerge como uma das formas que o poder assume, e seu aparato regulador e disciplinar é, ele próprio, generificado, de modo que a inteligibilidade do sujeito é sustentada por este aparato. O clássico exemplo da pintura do quarto do bebê pode ser aqui explorado. Para além de identificar que há cores que simbolizam o gênero da criança – como a azul ou a rosa –, há, certamente, um limite estabelecido pelos gêneros. De fato, rosa é uma cor que muito dificilmente comporá o quarto de um bebê nascido e nomeado menino. Isto é o poder regulador e disciplinar do/no gênero.

Como efeito, gênero enquanto poder é constituído como algo mais amplo do que as práticas que ele institui. Mesmo que resulte de suas próprias formas de regulação, pode delas desprender-se (Butler, 2000). Dizendo de outro modo, no lugar de pensar a hegemonização de masculinidades e feminilidades, entende-se que as formas de fazer gênero não são o gênero, mas sim o meio pelo qual ele permanece produzido dentro de uma relação binária e limitada. Suas práticas, portanto, assim como se aproximam de sua idealização, podem dela se apartar, produzindo algo outro que não aquilo que idealizamos como gênero.

[1] Relacional porque não opera de modo isolado, mas na interseccionalidade que estabelece com outras categorias analíticas, como sexualidade, raça, classe social, etc.

Entretanto, se estas práticas são o meio pelo qual o gênero é sustentado e reiterado, não há como pensar as duas instâncias – isto é, a do fazer e a do ser – de forma independente: o gênero enquanto poder emerge como produto de suas práticas, mas essas práticas podem contribuir ativamente para realocar as fronteiras que ele institui (Butler, 2000).

Este é, portanto, o ponto para o qual a autora volta sua teoria da performatividade de gênero. Para desenvolver o tema da força regulatória, porém producente, das práticas de gênero sobre os corpos, Butler (2013) recupera a noção de *performativo*, conforme desenvolvida pelo filósofo da linguagem John Langshaw Austin, e enfatiza o aspecto construído do gênero e do sexo, assim como seu caráter (re)citacional, este tal como proposto por Derrida. Butler (*Ibidem*) argumenta que é por meio da repetição de atos estilizados que o gênero é (re)produzido num corpo e, mais do que isso, que o indivíduo se torna sujeito. Assim, ele emerge como produto da performatividade, ao invés de ser dela produtor. Se interpelado, passa a reconhecer-se como pertencente a um gênero-sexo, em detrimento do outro, e isso é reiterado constantemente. É neste ponto que a importância da linguagem se torna evidente para a teoria butleriana, uma vez que a reiteração se dá pela linguagem. É ela que, ininterruptamente, torna inteligível o corpo, que, por sua vez, passa a estar sujeito ao gênero. O que se enfatiza aqui, portanto, é que o gênero é um efeito e pode ser atualizado na justa medida em que é *performativizado* – isto é, tornado prática imperfeita, mas naturalizada.

Ao manter o foco no gênero enquanto prática, Butler (2013) rejeita visões que o concebem de maneira estática ou anacrônica. Ao contrário, evidencia que, no ato mesmo de efetivar o gênero, o indivíduo é convocado a repetir, isto é, a pôr em prática o efeito performativo – algo que jamais poderá ser feito com perfeição e exatidão. Nessa dinâmica, Butler localiza fundamental possibilidade de resistência, já que tal repetição e citacionalidade estão irremediavelmente destinadas ao fracasso. Isto é o que também corrobora Sara Salih (2013) – estudiosa de Butler –, ao indicar que tais processos estão destinados a produzir tensão em relação com o próprio gênero, ainda que como efeito do poder.

Brevemente apresentado o conceito de performatividade butleriano e sua relação com o gênero, adiante abordo algumas críticas sobre estes dois pilares da construção teórica de Butler. Assim, esta breve apresentação será complexificada a partir de tais críticas e do

posterior retorno aos escritos da autora, de modo a compor aspectos minuciosos da teoria.

Performatividade: limites e (im)possibilidades

Uma das grandes problematizações dos feminismos e estudos de gênero reside, justamente, na questão das diferenças sexuais. Desde o chamado feminismo radical, passando pelo feminismo interseccional, pelo pós-estruturalismo e pelo feminismo neomaterialista (para citar apenas alguns dos movimentos teóricos dentro do próprio campo), o corpo emerge como instância problema, porque, para algumas dessas correntes, ele é tido como matriz das subjetividades e/ou identidades; para outras, ele é efeito dos processos de subjetivação, entre eles o gênero, o sexo e a sexualidade (Magalhães, 2010).

O tema da diferença dos sexos (e seus deslocamentos) é centro, inclusive, de um importante debate contemporâneo do campo, no qual, tal como aponta Kail (2017), Butler se destaca sobretudo por investir na luta contra a discriminação da homossexualidade. Nesse sentido, o autor indica o que percebe como uma espécie de *acomodação* por parte de Butler a respeito da opressão de gênero, sobretudo em relação ao lugar social destinado à mulher (*Ibidem*). Magalhães (2010), no mesmo sentido, ao tecer críticas às teorizações de Butler, classifica sua estratégia política como de desmarginalização dos *sexualmente marginais*, e identifica que esta se dá em detrimento do olhar para a condição feminina e sua relação (de poder) com o gênero masculino.

A partir da denúncia ao que considera certo descaso de Butler, Kail (2017) recorre aos escritos da psicanalista britânica Mitchell para sustentar um afastamento da lógica butleriana. Para Kail, Mitchell defende que a diferença entre gêneros é incapaz de operar de forma universal – ponto inclusive de conexão com a teoria butleriana. De fato, Mitchell (2003) assume o caráter histórico desta que é também uma transmissão inconsciente, cujo efeito é conservar as diferenças sexuais. Contudo, diferentemente de Butler, e em consonância com Mitchell, Kail entende que a incapacidade para a universalidade persiste por meio da transmissão transgeracional; mais precisamente, é a transmissão psíquica entre gerações que impactaria na construção das subjetividades individuais e dos vínculos familiares (Kail, 2017; Mitchell, 2003). Consequentemente, o autor afirma que a diferença entre gêneros não

pode ser explicada pela performatividade de gênero, pois ela (a diferença) não diz respeito a um ato de linguagem; antes, faz referência a si própria.

Disso resultam debates importantes, já que Kail entende que a teoria performativa perde efetividade na medida em que se distancia de uma compreensão materialista, diferentemente da explicação pela via da transmissão transgeracional. Para Kail, por mais que Butler tenha Monique Wittig (autora materialista) como uma inspiração política, seu conceito de performatividade parte de uma perspectiva pragmaticista, que se distancia da materialidade porque teria o enfoque direcionado para a ação. Nesse sentido, o autor indica que é para o corpo (matéria) que as compreensões materialistas, com as quais se alinha, pretendem voltar-se (Kail, 2017).

Em uma linha de pensamento semelhante, e a partir de uma perspectiva neomaterialista, Isabel Magalhães defende que a diferenciação entre feminino e masculino seria anterior à sexualidade, de modo que o funcionamento desta não teria relação com o gênero. Explica:

> Esta [a orientação sexual] será apenas um dos modos possíveis de "homens" ou "mulheres" viverem a sexualidade, sem que isso altere a diferença sexual dos corpos e a vida sexuada e sexual. Por isso, não parece possível pensar em identidade sexual quando se fala da orientação sexual (homo-, hetero-), porque nem hetero- nem homossexualidades estão desligadas de corpos concretos, isto é: a orientação sexual não rasura o corpo, naturalmente sexuado (Magalhães, 2010, p. 117).

Magalhães advoga por um retorno ao corpo, de forma a valorizar o potencial matricial das diferenças sexuais. Como efeito, assume o apelo ético dos feminismos de viés materialista, situado justamente no reconhecimento das diferenças que constituem um corpo – nesta perspectiva, as sexuadas –, mas que devem ser constituídas a partir de um reconhecimento de seu estatuto de igualdade.

Neste sentido, a autora defende que a limitação do conceito de performatividade butleriano reside, justamente, na abordagem ao que denomina de *identidades sexuadas* (Magalhães, 2010, p. 115) – o que permite concluir que a autora refere-se ao sexo do corpo, ou seja, sua constituição enquanto corpo sexuado. Mais precisamente, tal limitação

residiria em um efeito contraditório do conceito de performatividade, em que a forte limitação do sujeito que é circunscrito pelo potencial performativo se dá ao mesmo tempo em que este pode resistir às limitações da performatividade, isto é, a partir da repetição de atos cuja inteligibilidade é produzida e limitada pela linguagem.

Como efeito, a autora afirma que o corpo emerge como uma instância plástica na teorização de Butler (Magalhães, 2010). Observa que, dentro destes termos, a/o sujeita/o não precisaria assumir sexo ou gênero algum, tornando o sexo algo alienável por parte do indivíduo, radicalmente separável do corpo. Tal perspectiva indicaria, portanto, um "hiperindividualismo generalizado" (*Ibidem*, p. 21), que se baseia justamente na fuga do corpo (sexualizado) e em uma consequente concepção de gênero e sexo como escolhas, no limite, sem propósito.

Em um sentido muito aproximado, Kail (2017) define a estratégia de Butler como multiplicadora de possibilidades. Tais possibilidades dizem respeito a concepções diversas de gênero e sexualidade, e são denominadas pelo autor como *intermediários*, os quais, por sua vez, se relacionam diretamente com os referentes *mulher-homem*, *feminino-masculino*. Para o autor, contudo, esse apelo à diferença, ou melhor, aos *intermediários*, acaba por neutralizar a força política do argumento de Butler, pois, tal como posto, não desafia a hierarquização estabelecida pela lógica binária. Assim, Kail (*Ibidem*, p. 81, tradução própria) afirma, de modo enfático: "o problema butleriano está fechado no formalismo da diferença; acumula as diferenciações ao deixar intacta a hierarquização inicial".

Consequentemente, Kail (2017, p. 82 tradução própria) nomeia "matriz alienante da diferença" o resultado do foco nos *intermediários*, e indica características conflituosas dessa aposta. A fonte de sua discordância reside no fato de que, para que essa lógica possa tomar forma, é a própria diferença que necessita ser naturalizada e, nesse processo, acaba por adquirir status de norma. Como efeito, tem-se aí uma organização coletiva a partir das diferenças, resultando em um relativismo que torna indiferente a diferença. Isto porque, conforme explica o autor (*Ibidem*), para que a diferença exista é necessário que haja uma matriz – um/a sujeito/a pré-definido/a – em relação à qual a diferença se constitui. Em contrapartida, a perspectiva por ele defendida opera, acima de tudo, com a noção de *singularidades*, que excedem a questão da diferença – ainda que, mereça ser dito, a noção mesma de o

que é e como se dinamiza a *singularidade* não tenha sido, de todo, esclarecida.

De forma aproximada da ideia de *intermediários* (Kail, 2017), e em consonância com sua denúncia de um *hiperindividualismo generalizado*, Magalhães (2010) antecipa que a perspectiva butleriana pode resultar, inclusive, na dissolução da categoria mulher. Se o sexo e o gênero são, de fato, instâncias plásticas – e consequentemente o corpo –, a teoria de Butler permitiria um cenário futuro potencialmente catastrófico. No limite, poderia resultar na abolição de sistemas como a contabilização de feminicídios – porque a identidade mulher não se sustentaria mais nestes termos, assim como a violência sofrida em função do gênero –, ou de políticas públicas destinadas às minorias, já que estas não seriam mais identificadas como tal.

Muitos são os pontos que poderiam ser problematizados nos conceitos de corpo e diferença sexual defendidos por Kail (2017) e Magalhães (2010). No entanto, o trabalho operado aqui ficará restrito, na próxima seção, ao retorno à teorização butleriana de forma a buscar argumentos que possam responder a tais críticas promovidas.

Voltando à Butler: o que (não) pode a performatividade?

A partir das críticas aqui abordadas, a questão da materialidade emerge como ponto de partida. Como efeito, o que tanto Kail (2017) quanto Magalhães (2010) evidenciam é que, na teoria butleriana, o foco na linguagem se dá em detrimento da materialidade, de modo a resultar, no limite, numa espécie de negação da matéria.

A partir da psicanálise, Butler (1993) repensa a relação entre corpo matéria e corpo psíquico – que, em muitos sentidos, constitui o corpo linguagem e sustenta sua teoria da performatividade. Para tanto, a autora afirma que quaisquer dimensões do corpo (composição química, biológica, hormonal, psíquica), para além de evidenciar sua inerente organicidade (como a inevitável morte, por exemplo), são indícios de uma inegável materialidade. No entanto, a autora entende que a condição material do corpo não é capaz de ganhar inteligibilidade sem que sejam consideradas sua condição histórica, cultural e social, e, ainda, sem conceber o próprio corpo como um produto da linguagem – uma vez que é por meio desta que o corpo é referenciável, e, portanto constituível.

Nesse sentido, a autora propõe que o foco da discussão precisa ser redirecionado da permanência da materialidade – a qual ela não nega – para "uma demanda na e pela linguagem" (*Ibidem*, p. 67, tradução própria). Uma linguagem, cabe ressaltar, que está destinada, sempre, a não dar conta da matéria em sua totalidade:

> As categorias linguísticas que se entende como "denotativas" da materialidade do corpo são perturbadas por um referente que nunca é resolvido total ou permanentemente ou contido por qualquer significado já dado. Na verdade, esse referente persiste apenas como uma espécie de ausência ou perda, que a linguagem não captura, mas, em vez disso, que impulsiona a linguagem repetidamente a buscar essa captura, essa circunscrição – e a falhar. Essa perda toma seu lugar na linguagem como uma chamada insistente ou convocatória que, enquanto contida na linguagem, nunca é totalmente a linguagem (Butler, 1993, p. 67, tradução própria).

Dessa forma, Butler tenciona argumentar contra a relação de oposição que se estabelece entre materialidade e linguagem em algumas correntes feministas e de estudos de gênero e sexualidade. Afirma, assim, a inevitável relação de permeabilidade entre matéria e linguagem, entendendo que a primeira está destinada a relacionar-se com a segunda para ser matéria, e a linguagem não permanece no nível do discurso, pois é, em si, materialidade, na medida em que constitui aquilo que referencia: "a linguagem é e se refere ao que é material, e o que é material nunca escapa totalmente ao processo pelo qual é significado" (Butler, 1993, p. 67, tradução própria). Como efeito, a própria *perda* a que Butler se refere em seus escritos é, justamente, um efeito da relação entre linguagem e materialidade.

O resultado desta relação confere a base para o conceito de performatividade de gênero butleriano. Dessa forma, não se sustenta o efeito de oposição articulado por Kail (2017) e Magalhães (2010). Ao que parece, ao recorrer à materialidade dos corpos, os autores citados apostam em uma concepção estanque de corpo, concebendo-o enquanto referente estável. De fato, quando Kail associa a incapacidade de universalidade ao gênero, e não, necessariamente, ao corpo, é possível inferir que o segundo permanece enquanto referente estável. Ao mesmo tempo, é possível questionar o que, necessariamente, o autor compreende como corpo, ou melhor, como o compreende. Mesmo que comporte uma referência generalista, no sentido de que todo e qualquer

ser humano possui um corpo material, ainda assim seu caráter estável precisa ser garantido por alguma característica que permaneça constante, imutável.

Compreender o efeito desta postura teórica se faz importante porque é a partir dela que é possível localizar o ponto em que efetivamente se distanciam Butler e Kail. Ou seja, ele não reside no conflito dicotômico entre materialidade e linguagem, mas justamente em compreensões distintas de materialidade. Para Butler (1993), esta não pode se efetivar sem a linguagem, porque, justamente, o corpo-matéria só se constitui enquanto tal como efeito da linguagem. A materialidade jamais está ausente, no entanto, nem ela mesma pode garantir uma espécie de estabilidade, justamente porque está, irremediavelmente, presa à linguagem (e vice-versa).

É importante ressaltar que Butler (1996) não nega diferenças biológicas dos/nos corpos. Contudo, assume como mais importante perguntar-se sob quais circunstâncias, regimes discursivos e condições tais diferenças são assumidas como características de um sexo biológico. Ou seja, Butler reitera que a materialidade dos corpos importa, mas, ao mesmo tempo, precisa ser pensada a partir de seus efeitos para que se entenda as formas mesmas que tal materialidade assume, bem como os sentidos que produz:

> Quando as pessoas fazem a pergunta "não são estas diferenças biológicas?", elas não estão realmente perguntando sobre a materialidade do corpo. Estão, na verdade, perguntando se a instituição social da reprodução é a mais significativa de todas para pensar sobre gênero. Neste sentido, há um reforço discursivo de uma norma (Butler, 1996, p. 113, tradução própria).

A partir deste excerto, Butler denuncia a valorização de certas instâncias – em detrimento de outras – para a inteligibilidade do gênero. Assim, indica que a própria convocação biológica – e reprodutiva – do gênero é, em si mesma, uma construção linguística e, portanto, arbitrária. Desta forma, o receio de Kail (2017) e Magalhães (2010) referente a uma alienação de gênero por parte do indivíduo – processo nomeado por Kail (2017, p. 82, tradução própria) de "matriz alienante da diferença" e por Magalhães (2010, p. 21) de "hiperindividualismo generalizado" – não se sustenta, tendo em vista que, por meio da performatividade de gênero, o que se explicita e se problematiza são,

justamente, os meios pelos quais a materialidade ganha inteligibilidade. Antes de oferecer ferramentas para uma compreensão de gênero radicalmente descolada do processo de normatização, a performatividade expõe a forma com que tal normatização assujeita os corpos por meio do entendimento do gênero como poder, evidenciando, assim, como o indivíduo se torna sujeito de gênero.

É verdade, contudo, que as preocupações das/os críticas/os de Butler referentes à plasticidade do gênero não podem ser admitidas, de todo, como infundadas. Em entrevista intitulada *Gender As Performance*, Butler (1996) menciona o exemplo da drag trabalhado em Problemas de Gênero, indicando que, naquele momento, buscava mostrar como gênero pode ser subvertido em relação com a norma que o rege. No livro indicado, Butler identifica as performances drag queen como espaços para atravessamento dos limites de gênero. O foco de tais performances é emular o gênero feminino a partir de estereótipos que são levados ao extremo, tendo como efeito, segundo Butler, a exposição do próprio caráter construído do gênero. Butler admite que tal exemplo acabou se tornando um paradigma de subversão. Entretanto, assume que seu intuito foi apontar, antes, que a performance drag tem força para expor o caráter construído das naturalizações de gênero porque, justamente, depende diretamente delas para se constituir enquanto tal. Essa dependência, portanto, impede que o gênero seja radicalmente subvertido. Os esforços para corrigir tal alienação do gênero estão presentes, inclusive, na mesma obra supracitada. Sara Salih (2013) indica que em Problemas de Gênero, a filósofa buscou afastar sua noção de performatividade do conceito de performance, tendo em vista que tal correlação culminaria em uma agência exacerbada do indivíduo que performaria o gênero (*Ibidem*). De fato, para Butler, a/o sujeita/o está profundamente limitada/o pelo aspecto performativo – o que significa que uma pessoa só pode performar até certo ponto, pois suas ferramentas de performance estão severamente restritas pelas normas que regulam o gênero e, por consequência, tornam o indivíduo sujeito de/ao gênero, limitando consideravelmente a possibilidade de agência. Ou seja, estão severamente limitadas pelo efeito performativo (e pela dependência performativa) de tal performance. Consequentemente, Butler compreende que a performance, diferentemente da performatividade, depende diretamente das intenções da/o performer; já na performatividade, o que é performado no gênero são majoritariamente normas culturais e de linguagem – as quais limitam, condicionam e, principalmente, produzem tal *performer*. Na concepção

de performatividade de Butler, portanto, não há sujeita/o anterior à prática, já que é a própria prática que oferece status de sujeita/o (*Ibidem*). Por consequência – e aqui trazendo à tona novamente o gênero enquanto poder –, gênero acaba sendo um ato que nunca cessa de acontecer, não havendo existência social fora dos termos nos quais a norma se dá.

No sentido de oferecer outros elementos para pensar a relação entre norma e gênero, é possível retornar a uma entrevista em que Butler (2014b) comenta os esforços realizados em algumas escolas suecas visando à eliminação de distinções de gênero no ensino infantil. Butler oferece importante crítica em relação a tais experimentos. Em um contexto como esse, pergunta se o gênero, quando reprimido, não acabaria por se tornar uma forma de transgressão à norma ali estabelecida. Como conclusão, defende que a luta pela equidade de gênero precisa tornar o gênero, acima de tudo, uma categoria não normativa. Portanto, Butler expõe cautela em relação à possibilidade do gênero ser uma categoria alienável, sobretudo por entender que o processo de alienação, na verdade, passa por uma necessidade de padronização, ou, pelo menos, de falta de vínculo com uma perspectiva linguisticamente e historicamente situada. Corrobora, assim, o efeito performativo como algo profundamente implicado na língua, que por sua vez é situada desde uma perspectiva histórica, cultural e social.

É sabido, no entanto, que mesmo as limitações impostas pelo efeito performativo do gênero não são suficientes para impedir Butler de afirmar que existem modos de existência capazes de perturbar a norma. Segundo Salih (2013), Butler ressalta que é possível reinscrever o gênero desde seu caráter performativo, de forma a dar ênfase à sua dimensão construída e ficcional. Contudo, é possível indagar: em que medida o indivíduo pode, efetivamente, produzir e manifestar resistência, tendo em vista que a possibilidade de transformação reside, justamente, na incapacidade do sujeito em repetir o gênero de forma plena? Se o sujeito emerge como efeito da performatividade de gênero, não estaria o potencial para resistência localizado na incapacidade da norma de ser soberana, e não na agência do sujeito que é efeito desta norma?

Tais indagações relacionam-se com o aspecto contraditório do conceito de performatividade, conforme pontua Magalhães (2010), na medida em que ele institui uma forte limitação sobre o sujeito ao mesmo tempo em que assume caráter de resistência à norma de gênero.

O que é importante de ser debatido nesta relação entre sujeito e performatividade é que nela pode estar implicada uma ideia de status quo. Se uma das formas pelas quais a subversão se dá é justamente por meio da reiteração das normas, o ato mesmo de reiterar a norma repetidas e repetidas vezes faz-se potente – já que esse ato por si só é suscetível à falha. Consequentemente, não há a necessidade de um posicionamento crítico frente à norma de gênero por parte do indivíduo.

Neste ponto, a meu ver, resta um dos grandes impasses da teoria performativa de Butler, qual seja: como encontrar as rupturas de gênero a partir da teoria performativa? Por certo, a teoria nos indica que estamos destinada/os a produzir fissuras no gênero, desde as mais normativas até as mais irruptivas, na medida em que mesmo aquelas/es que não questionam, a priori, o aspecto biológico do gênero, são incapazes de (re)produzir as normas perfeitamente em ato. Como fazer emergir, portanto, este instante que produz rachaduras às expectativas de gênero, uma vez que o próprio gênero atualiza-se por meio de suas práticas, ao passo que pode encontrar, nas mesmas fissuras, justificativas para permanecer estável? Nessa direção, Butler ressalta:

> Desviar-se da norma de gênero é produzir o aberrante exemplo que os poderes regulatórios (médico, psiquiátrico, e legal, apenas para nomear alguns) podem rapidamente explorar para alavancar a racionalidade de seu próprio zelo regulador continuado. A questão permanece, pois, que desvios da norma constituem algo diferente do que uma desculpa ou justificativa para a continuidade da autoridade da norma? Que desvios da norma desrompem o processo regulatório? (Butler, 2014a, p. 267-268)

Ainda que, em um primeiro olhar, pareça óbvio, faz-se importante relacionar o aspecto contraditório da performatividade com a dificuldade em diferenciar performatividades subversivas de outras que reiteram a norma. Isso porque o que é percebido como paradoxal pode constituir, antes, a complexificação da performatividade. Nenhuma teoria que dê conta do teor pragmático das dinâmicas de resistência e de constituição das normas pode ter o poder de prever o efeito de tais ações e relações. Butler (1996) assume que um dos motivos pelos quais, em suas discussões, não são prescritas formas subversivas de performatividade, reside justamente no fato de que os efeitos de uma subversão são incalculáveis – qualidade que dá à subversão seu estatuto. Dizendo de

outro modo, as formas subversivas de performatividade somente podem ser pensadas a partir dos acontecimentos, ou seja, em ato.

Há, no entanto, exemplos significativos de subversão às normas por meio da performatividade. Para além das discussões sobre o potencial disruptivo das performances drag (Butler, 2019), em *Doing Justice to Someone: Sex Reassignment and Allegories of Transexuality* (Butler, 2004), a autora discute a força subversiva da performatividade de gênero por meio da análise do caso Brenda/David – uma pessoa nascida com pênis e, por isso, designada como homem ao nascer, mas que, aos seis anos de idade, teve sua genitália *desfigurada* em uma cirurgia. Devido a isso, passou a ser socializado como menina para evitar sofrimentos futuros decorrentes da sua impossibilidade de ser um *homem completo*, isto é, um homem com um pênis funcional para o sexo cisgênero e heteronormativo.

Obviamente que, de imediato, é importante perceber que a lógica aplicada aqui sobre a suposta falta de funcionalidade do pênis pressupõe um corpo funcional nos termos da lógica reprodutiva heterossexual. A mudança de gênero, assim justificada, foi sugestão de John Money, psicólogo e sexólogo, que pode aproveitar o caso para (tentar) dar sustentação à sua tese de que o gênero de um indivíduo pode ser modificado até certa idade. Contudo, Brenda/David permaneceu resistente às investidas de Money em todo o processo, reivindicando o gênero pelo qual foi interpelado ao nascer.

Ao apresentar o caso Brenda/David, Butler busca explorar uma história que é, acima de tudo, de resistência. O que ela narra, portanto, é a trajetória de um corpo que, por meios *artificiais*, foi tornado sujeito do gênero feminino, mas que, profundamente insatisfeito com essa imposição[2], recorreu a outros meios, igualmente artificiais (ingestão de hormônios, intervenções cirúrgicas etc.) para atingir a coerência com aquele primeiro gênero pelo qual foi interpelado e nomeado. Apesar de limitado pelos efeitos performativos do gênero, do sexo e da sexualidade, e profundamente convocado por esses, Brenda/David, crítico das formas e dos efeitos dessa produção de gênero em seu corpo, utilizou-se dessas próprias ferramentas para dar forma a si mesmo, num processo que expõe a precariedade do poder citacional e repetitivo, na medida em que não alcança a tão sonhada coerência.

[2] Imposição quase alegórica, posto que pessoas transgênero (e boa parte das pessoas cisgênero) também estão insatisfeitas com os efeitos de tal imposição *natural*, em maior ou menor medida.

Em sua análise, Butler transforma um caso que poderia ser a *prova perfeita* para a tese das/os naturalistas de gênero, em uma história de luta e ressignificação da própria norma, capaz de aproximar movimentos trans e intersexuais de um fenômeno ocorrido, ironicamente, sobre um corpo que não é nem trans nem intersex. Como Butler afirma (2004, p. 64, tradução própria), de modo incisivo, ao apresentar a história de Brenda/David: "o que é concebível é concebido novamente e novamente, por meio da narrativa, mas algo permanece fora dela, um momento resistente que dá sinais de um inconcebível persistente". É neste inconcebível resistente que a autora localiza o efeito subversivo do e sobre o gênero.

Ademais, também aqui, Butler (2004, p. 70, tradução própria) desestabiliza as próprias formas pelas quais o gênero é produzido, ao questionar uma das justificativas de David em buscar o seu *natural* masculino: aquela ligada ao profundo descontentamento com as roupas consideradas femininas. Nesse sentido, Butler provoca: "Em que mundo, sob quais condições, não gostar de um tipo de roupa dá evidências de se ser/estar (n)o gênero errado? Para quem isso seria verdadeiro?".

Assim, mesmo que Butler assuma que o caráter subversivo da performatividade se dá em ato, e que justamente por isso é dificilmente mapeável, também indica que a resistência é localizável sobretudo naqueles atos que, num primeiro olhar, não encontram inteligibilidade imediata. Atos subversivos compreendem, assim, aqueles que desafiam a inteligibilidade do gênero e que por isso não podem, inequivocamente, serem previstos por uma teoria, mas podem – e serão – efetivados por sujeitos. Caminhar pelas incertezas implica o exercício crítico, na medida em que a própria falta de inteligibilidade nos convoca a operar de uma forma, talvez, mais criativa – mas por vezes mais repressiva[3] –, e implica também renegociar sentidos. Como explica Butler:

> Algumas pessoas diriam que nós precisamos de um terreno a partir do qual iremos agir. Que precisamos partilhar de um terreno comum para uma ação coletiva. Acredito que precisamos buscar os momentos de desterritorialização, quando estamos em dois lugares diferentes ao mesmo tempo; ou não sabemos exatamente onde estamos; ou quando nós produzimos uma prática estética que

[3] Repressiva porque, justamente, o desvio da norma parece convocá-la a operar de forma mais resistente. Um exemplo que gosto de citar é o de uma aluna que confessou, em aula, ter passado uma semana "vigiando" uma pessoa que trabalhava em uma loja próxima à universidade, justamente porque não conseguia "ler" o gênero do indivíduo.

> desestabiliza o chão. Neste ponto é onde a resistência à inteligibilidade [recuperabilidade] acontece. É como um rompimento para um novo conjunto de paradigmas (Butler, 1996, p. 122, tradução própria).

Portanto, ainda que entenda o sujeito como efeito do gênero, Butler localiza nos atos performativos – e, portanto, imperfeitos – espaço de resistência. Consciente desta condição da performatividade, o indivíduo pode buscar potencializar fissuras provocadas no gênero pela sua própria condição performativa, inclusive por meio de práticas estéticas propositalmente assumidas.

Considerações Finais

Neste artigo, busquei discutir os conceitos de gênero e performatividade a partir da obra de Judith Butler, teórica importante para os estudos de gênero e sexualidade. O intuito consistiu em apresentar algumas críticas que autoras/es do campo tecem a estas duas concepções, ainda que desde perspectivas e áreas distintas, para então recuperar, na teorização de Butler, a resposta a possíveis problemas ou incongruências teóricas e práticas.

Importante relembrar que a opção por abordar as críticas de Kail (2017) e Magalhães (2010) se deu pela proximidade de suas considerações, ambas voltadas para a defesa de um tipo de materialismo. Ademais, o espaço temporal entre seus textos permite perceber que certas imprecisões sobre a teorização butleriana permanecem latentes, aspecto que pode indicar a presença de questões fundamentalmente problemáticas para os estudos de gênero e sexualidade. Assim, o presente exercício de tensionamento teórico entre críticas e autora criticada emergiu justamente para resgatar a teoria butleriana na sua minuciosidade, o que acredito ser essencial nesses casos. Disso resultou importante interpretação conceitual, uma vez que, se das críticas emergiu um aparente tensionamento entre materialidade e pragmática, do retorno à Butler se engendrou uma outra compreensão de materialidade, profundamente atravessada pelo caráter histórico e performativo da linguagem. A questão, portanto, não pode ser mais matéria versus linguagem, mas como escapar à profunda e inegável dependência de ambas – ou como colocar tal dependência a serviço dos feminismos e estudos de gênero. Tal virada conceitual pode ser uma importante contribuição para o campo.

Por fim, ressalto que meu intuito não foi resolver tais problemas conceituais, justamente por entender que sua dimensão excede uma pessoa e sua obra. Há questões irresolúveis, como o potencial dicotômico transgressor/alienante da performatividade, justamente porque se trata de uma teoria profundamente dependente dos acontecimentos e atos. No entanto, por assumir a importância de Butler para a área em questão, defendo sua relevância teórico-metodológica. Sua potencialidade reside nas aproximações e afastamentos que possibilita, mas também nas incongruências e debates que provoca.

Referências

BUTLER, Judith. **Regulações de Gênero.** Cecília Holtemann (trad.). *Cadernos Pagu*, v.42, p. 249-274, jan.-jun. de 2014a. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/ . Acesso em: 05 jan. 2021.

BUTLER, Judith. **Judith Butler adresses TERFs and the work of Sheila Jeffreys and Janice Raymond** [entrevista cedida à] Cristan Williams. *The Terfs*, 01 maio 2014b. Disponível em: http://bit.ly/1f45LIV Acesso em: 30 out. 2023.

BUTLER, Judith. ***Problemas de gênero:* Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. ***Undoing Gender*.** Nova York: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. **Changing the subject: Judith Butler's Politics of Radical Ressignification.** Gary Olson and Lynn Worsham, *JAC*, v.20 n.4, p. 727-765, 2000. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20866363 Acesso em: 05 jan. 2021.

BUTLER, Judith. **Gender as Performance.** In: *A critical sense* – interviews with intellectuals. Peter Osborne (Editor). New York: Routledge, 1996.

BUTLER, Judith. ***Bodies that matter:*** **on the discursive limits of "sex".** New York: Roudedge, 1993.

KAIL, Michel. Juliet Mitchell répond à Judith Butler. Nietzschéisme, anti-naturalisme, matérialisme. ***L'Homme et la société*****,** v. 1, n. 203-204, p. 71-84, 2017. DOI : 10.3917/lhs.203.0071. Disponível em: http://bit.ly/2zUSDnc Acesso em: 05 nov. 2023.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de. **A instância corpórea do humano: Sexualidades e subjetividades, mulheres e ética.** *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, v. 89, p. 111-125, 2010. Disponível em: http://rccs.revues.org/3740; DOI : 10.4000/ rccs.3740. Acesso em: 05 nov. 2023.

MITCHELL, Juliet. ***Siblings:*** **sex and violence.** Cambridge: Blackwell, 2003.

SALIH, Sara. ***Judith Butler e a Teoria Queer*****.** Guacira Louro (trad.). 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação e Realidade*. V.20 n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667 Acesso em: 05 jan. 2021.

THE GUARDIAN. ***The World's Worst Writing*****.** 24 dez. 1999. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/1999/dec/24/news>

Gender Performativity in Butler: The neo-materialistic critique and the answers within Butler's theory

This paper aims to revisit the theory of gender performativity by American philosopher Judith Butler, in order to present points of dissidence from her theory within the field of feminist, gender, and sexuality studies. To this end, Butler's theory concerning gender and performativity is presented, along with some critiques of her conceptions, based on the perspectives of French philosopher Michel

Kail and Portuguese literary feminist Isabel Magalhães. The return to Butler's theory is undertaken in order to explore possible tensions with the presented critiques, particularly concerning the relationship between materiality and language, thus engaging here in a critique of the critique.

PALAVRAS-CHAVE (INGLÊS, FRANCÊS OU ESPANHOL): Butler. Performativity. Neo-materialism.

Danni CONEGATTI

Doutor em Educação, licenciado em Letras-Inglês. Professor de ensino médio na Escola SESI Eraldo Giacobbe (Rio Grande do Sul). Pesquisador da intersecção entre linguagem, gênero, sexualidade e artefatos culturais.

Recebido em: 28/02/2024

Aprovado em: 10/01/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

A aplicabilidade do controle de convencionalidade pelo STF para a promoção da igualdade de gênero de mulheres no Brasil

Vitória Santana dos Reis, *Centro Universitário Cenecista de Osório (UNICNEC)*

Aline Andrighetto, *Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

Resumo. O presente artigo possui como objetivo analisar a aplicabilidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, por meio do mecanismo de controle de convencionalidade, no Supremo Tribunal Federal, a fim de promover a igualdade de gênero de mulheres no Brasil. Assim, traz como problemática a capacidade que os Tratados Internacionais de Direitos Humanos têm como aliados do STF para promover a igualdade de gênero. Isso por que, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45 de 2004, os Tratados Internacionais de Direitos Humanos atingiram status de emenda constitucional, ganhando maior visibilidade no ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, a discussão acerca dos direitos das mulheres vem ganhando cada vez mais ênfase, tendo em vista que a sociedade está em constante evolução e que as mulheres vêm ocupando espaços antes não aceitos. Portanto, no decorrer deste artigo será possível vislumbrar que o controle de convencionalidade é um grande aliado do ordenamento jurídico brasileiro para a promoção da igualdade de gênero que tanto se almeja no Brasil. E que, o STF tem uma função importantíssima na aplicação dos Tratados Internacionais, uma vez que é o órgão brasileiro supremo no âmbito jurídico, mas, no entanto, não o aplica com a frequência e visibilidade necessária.

PALAVRAS-CHAVE: Controle de convencionalidade. Igualdade de gênero. Supremo Tribunal Federal.

Introdução

O presente artigo possui como objetivo analisar a aplicabilidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, por meio do mecanismo de controle de convencionalidade, no Supremo Tribunal Federal, a fim de promover a igualdade de gênero de mulheres no Brasil. Assim, traz como problemática: Qual a capacidade que os Tratados Internacionais de Direitos Humanos têm como aliados do STF para promover a igualdade de Gênero para as mulheres?

Isso por que, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45 de 2004, os Tratados Internacionais de Direitos Humanos atingiram status de emenda constitucional, ganhando mais visibilidade no

ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, a discussão acerca dos direitos das mulheres vem ganhando cada vez mais ênfase, tendo em vista que a sociedade está em constante evolução e que vêm ocupando espaços antes não aceitos.

Assim, parte-se da hipótese de que a promoção dos direitos de igualdade de gênero, no âmbito das mulheres, no Brasil, está cada vez mais em pauta, tendo em vista os crescentes e constantes movimentos sociais nesse sentido. Compreendendo neste estudo toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião.

Além disso, nota-se ampliação na participação delas em esferas educacionais e políticas, por exemplo. Entretanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido no país, para que realmente se chegue ao patamar igualitário que se busca.

Nesse sentido, acredita-se que os tratados internacionais de Direitos Humanos muito têm a contribuir para a evolução de uma sociedade igualitária, visto serem parâmetro ideal de igualdade, reconhecendo direitos e garantias fundamentais.

Entretanto, crê-se que o mecanismo que atribui às leis nacionais compatibilidade com os entendimentos internacionais, o controle de convencionalidade, ainda é pouco discutido e abordado pelos órgãos judiciais brasileiros, em especial o STF, que tem relevante importância no meio jurídico pátrio.

A metodologia utilizada será de abordagem qualitativa, para analisar o tema a partir de textos, além de doutrina e observação de estatísticas e dados de órgãos oficiais, bem como pesquisa de jurisprudências do STF as quais utilizam o controle de convencionalidade em suas decisões, e versam sobre os direitos de igualdade no país, no período entre os anos de 2018 e 2023.

Além disso, terá como técnica de pesquisa a revisão de literaturas, com análise de doutrinas, visando aprofundar o entendimento sobre o processo de adoção dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos na legislação brasileira e sua atual relevância para o meio jurídico e também a evolução para igualdade de direitos, bem como a interferência do mecanismo de convencionalidade para a promoção daqueles.

Inicialmente, o artigo abordará acerca do valor jurídico dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro e a incorporação da compatibilidade vertical nas leis domésticas, discorrendo sobre o processo gradativo de implementação desses direitos internacionais na legislação brasileira.

Após, será demonstrada a trajetória dos direitos das mulheres no ordenamento jurídico, abordando as evoluções jurídicas que influenciaram e auxiliaram as conquistas atuais, demonstrando a luta sofrida pelas mulheres para adquirir os direitos hoje existentes, além de abordar as diferentes discriminações sofridas.

Por fim, será discorrido acerca da efetividade da custódia internacional dos direitos das mulheres no Supremo Tribunal Federal, a fim de analisar a capacidade que a aplicabilidade do controle de convencionalidade tem para a promoção da igualdade de gênero.

O controle de convencionalidade e seu valor jurídico no ordenamento jurídico brasileiro

A promulgação da Constituição Federal de 1988 sem dúvida alguma indicou um grande marco na evolução de direitos individuais e coletivos fundamentais. A carta constitucional trouxe ao Brasil, após o período censurador e massacrante de regime militar, a ampliação de liberdades civis, direitos e garantias sociais (Barroso, 2016).

Além de marco social, a promulgação da Carta Magna ainda significou um importante marco jurídico, na medida em que sinalizou a ruptura do regime autoritário e a transição do regime democrático, com a consequente institucionalização de direitos humanos no país brasileiro (Piovesan, 2016).

Assim, a redemocratização brasileira garantiu que a figura da Constituição Federal de 1988 fosse a principal ordem jurídica normativa do Estado, dando ênfase e atenção aos princípios e regras presentes em seu corpo regimental (Barroso, 2016).

Com isso, nasceu a necessidade de um instrumento que compatibilizasse as demais leis ou atos normativos infraconstitucionais ao texto constitucional, garantindo assim que o sistema jurídico funcionaria sincronicamente. Para isso, criou-se a figura do controle de constitucionalidade, sistema que analisa a compatibilidade horizontal da legislação e que garante que as demais leis do ordenamento jurídico brasileiro sejam harmônicas com o disposto na Constituição Federal, em especial à valorização dos direitos fundamentais da pessoa humana (BARROSO).

Nesse sentido, define André de Carvalho Ramos:

> O controle de convencionalidade consiste na análise da compatibilidade dos atos internos (comissivos ou omissivos)

> em face das normas internacionais (tratados, costumes internacionais, princípios gerais de direito, atos unilaterais, resoluções vinculantes de organizações internacionais) (Ramos, 2020, p.791).

Nesse contexto, por vários anos, a Constituição Federal foi, sozinha, a norma parâmetro para a produção legislativa doméstica, analisando-se a criação normativa e sua aplicabilidade somente sob a ótica constitucional interna (Barroso, 2016).

No entanto, com as próprias inovações constitucionais e com a crescente preocupação e discussão mundial sobre direitos humanos, especialmente no período pós-guerra, a partir de 1945, houve um processo de internacionalização de Direitos Humanos, objetivando a existência de um rol mínimo de direitos individuais e coletivos em que os Estados poderiam adotar e respeitar, independentemente das diferenças culturais, governamentais e jurídicas de cada Estado (Nobrega, 2015).

Esses direitos objetivavam a ideia de que os indivíduos deveriam possuir direitos assegurados e protegidos em âmbito internacional. Assim, por meio dessa concepção, nasceu no ano de 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU) (Piovesan, 2016).

A ONU possui como propósitos manter a paz e segurança internacional dos países, desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, com base no princípio da igualdade de direitos, cooperação internacional para problemas econômicos, sociais, culturais ou humanitários, além de objetivar ser o centro de harmonização das nações para a consecução desses fins (ONU).

Assim, a Organização das Nações Unidas a fim de reforçar os ideais humanitários com abrangência internacional, no ano de 1948 editou e garantiu a adoção por 48 países da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), a qual introduz uma concepção avançada de Direitos Humanos (Piovesan, 2016).

A DUDH teve aprovação sem qualquer questionamento sobre seus princípios, tornando-a assim um dispositivo de ação comum. Acrescentou ainda aos direitos humanos princípios de universalidade e indivisibilidade, ao passo que o primeiro está marcado pelo fato de que a dignidade humana é o fundamento dos direitos, bastando exclusivamente a condição de pessoa para a titularidade de direitos (Piovesan, 2016).

Já o segundo, referente a indivisibilidade, diz respeito ao catálogo de direitos, dos mais variados, sendo eles civis, políticos, econômicos,

sociais e culturais, o qual deve ser inteiramente respeitado, sem qualquer divisão (Piovesan, 2016).

Tal Declaração, portanto, consolidou a afirmação de uma ética universal e a consolidação de um parâmetro internacional para proteção de direitos humanos, sendo base para criação de inúmeros outros Tratados e Convenções (Piovesan, 2016).

No Brasil o marco inicial de adoção de políticas internacionais de Direitos Humanos se deu com a ratificação da Convenção contra Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, no ano de 1989. E então, a partir disso, inúmeros outros importantíssimos Tratados e Convenções foram ratificados, como por exemplo, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura em 1989, Convenção sobre Direitos das Crianças em 1990, entre outras (Piovesan, 2016).

Além das Convenções citadas acima, em especial e significando um relevante marco jurídico para os direitos das mulheres, no ano de 1984 o Brasil, ratifica a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, um dos maiores e mais importantes instrumentos da luta feminina (ONU MULHERES, 2023).

Isso porque, no decorrer de seus artigos a CEDAW explana diversas situações em que possam as mulheres ser alvo de discriminação, repudiando tais ações e, ao mesmo tempo incentivando maior participação do público feminino em áreas antes nunca autorizadas, como política, além de incentivo a valorização e posicionamento em ambientes profissionais e relações conjugais (Vieira, 2017).

Assim, com tantas inovações internacionais e constitucionais, surge a necessidade de uma nova modalidade, no direito interno, de compatibilização de leis, agora verticalmente, prevendo a necessidade de assegurar harmonia entre a legislação pátria e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Uma nova modalidade que surgiu para relativizar a noção tradicional de Estado Soberano, uma vez que admitiu intervenções em âmbito nacional (Piovesan, 2016).

A fim de regulamentar tal intervenção, criou-se algumas regras para adoção dessas noções internacionais, sendo sua aplicação admitida desde que se tratassem de Tratados Internacionais que versassem sobre Direitos Humanos e necessariamente ratificados pelo Brasil, quando aprovados por quórum qualificado conforme prevê o texto Constitucional (Mazzuoli, 2009).

Nestes termos, tal controle de normas foi chamado e é conhecido até a atualidade como Controle de Convencionalidade, criado com a

finalidade de ampliar e complementar direitos constitucionalmente assegurados (Piovesan, 2016).

Todavia, teve sua primeira previsão legal na Emenda Constitucional nº 45 de 2004, onde acrescentou ao art. 5º da Constituição Federal o §3º, que afirmou:

> **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)
> **§ 3º** Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Portanto, o poder legislativo deve observar e respeitar os Tratados de Direitos Humanos em que menciona o art. 5º, §3º da Constituição Federal no momento de criação de leis, bem como deve o poder judiciário analisar sua sincronia no momento da aplicação da lei. Contudo, surgiu a discussão sobre a força normativa que os Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil e aprovados nas duas casas do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 5º, §3º, CF, teriam diante do ordenamento jurídico brasileiro (Nobrega, 2015).

Embora a emenda Constitucional nº 45/2004 dispusesse equivalência às emendas constitucionais, doutrinadores e tribunais ainda discutiam acerca do valor jurídico que os tratados internacionais, de que se trata anteriormente, teriam na composição legislativa do Brasil (Nobrega, 2015).

Nesse sentido, a grande maioria da doutrina acreditava ter status de norma constitucional os tratados internacionais de direitos humanos. Conforme expõe Valério Mazzuoli (2009) “os tratados de direitos humanos ou são materialmente constitucionais (art. 5º, § 2º) ou material e formalmente constitucionais (art. 5º, § 3º) (...)”.

E no ano de 2008, embora alguns entendimentos divergentes, como o do Ministro Celso de Mello, que estendia status de constitucionalidade aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, o

Supremo Tribunal Federal confirmou a tese de "Supralegalidade"[1], quando por unanimidade, de cinco votos a quatro, os Ministros acordaram com o Presidente da sessão, Ministro Gilmar Mendes, na ilicitude da prisão civil de depositário infiel, no julgamento do RE 466.343-1/SP (Mazzuoli, 2009).

A decisão utilizou parâmetros e princípios internacionais, relacionados aos Direitos Humanos, mencionando e aplicando artigos do Pacto de San José da Costa Rica, convenção aderida e ratificada pelo Brasil no ano de 1992, como fundamento para o voto.[2]

Essa decisão é considerada um marco no entendimento sobre a hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil e aprovados por quórum qualificado, tendo em vista que a legislação não aborda com clareza sobre tal assunto, deixando assim uma lacuna a ser preenchida pela doutrina e jurisprudência (Nobrega, 2015).

Assim, o controle de convencionalidade passou a ser um pouco mais discutido internamente, ainda mais considerando que o Brasil já teve, até a presente data, 09 sentenças condenatórias proferidas contra si, por violar Direitos Humanos em suas leis, como foi o caso "Guerrilha do Araguaia", por exemplo, no qual a Corte Interamericana de Direitos Humanos atestou pela inconvencionalidade da Lei n. 6.683/79, no que se refere a interpretação que defende anistia a agentes de repressão responsáveis por graves lesões aos Direitos Humanos durante o período de regime militar (Silva, 2015). Com relação à violência de gênero, o caso Maria da Penha é o principal no âmbito internacional, foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), e resultou na responsabilização do Estado brasileiro ao qual foi solicitado seguir recomendações para os efeitos previstos na Convenção Americana. Para tal, o Estado brasileiro promulgou a lei nº 11.340 de 2006, conhecida como lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (CIDH, 2023).

---

[1] O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento sobre o nível hierárquico dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, passando a adotar a tese da supralegalidade, a qual permite a utilização dos tratados de direitos humanos como parâmetro de interpretação constitucional no direito brasileiro.

[2] BRASIL**. Supremo Tribunal Federal.** Recurso Extraordinário 466.343-1São Paulo. Relator: Gilmar Mendes. Recorrente: Banco Bradesco S/A. São Paulo, 03 de dezembro de 2008. Supremo Tribunal Federal. Brasília, p.1106. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444> Acesso em 18 de nov. 2022.

A autora Melina Fachin (2022), avalia questão importante, mencionando que o constitucionalismo transformador é a concepção empregada pela Corte Interamericana para afastar os entraves necessários para as mudanças estruturais capazes de gerar inclusão social e combate às desigualdades e por isso deve revestir-se da perspectiva de gênero.

No âmbito dos direitos das mulheres, em 2021 o Brasil teve sentença condenatória exarada contra si pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, pela condenação de um crime de feminicídio, na medida em que foi responsabilizado pela "discriminação no acesso à Justiça, por não investigar e julgar a partir da perspectiva de gênero, pela utilização de estereótipos negativos em relação à vítima e pela aplicação indevida da imunidade parlamentar para postergar as investigações" (CORTE IDH, 2021).

Trata-se do caso da paraibana Márcia Barbosa de Souza, a qual foi vítima de feminicídio praticado por um deputado estadual, que usou indevidamente o benefício da imunidade parlamentar para protelar o processo judicial, sendo condenado somente após nove anos do cometimento do crime, não chegando sequer cumprir pena, tendo em vista que faleceu antes. (CORTE IDH, 2021)

Um ato de impunidade zelado pelo Estado brasileiro, uma vez que foi omisso nas mais variadas instâncias na medida em que autorizou que durante toda a investigação e processo criminal o comportamento e a sexualidade de Márcia fossem trazidos para o caso como possíveis motivos geradores para o cometimento do ato criminoso pelo deputado (CORTE IDH, 2021).

Ou seja, o fato de a vítima ser uma mulher facilitou para que houvesse dúvidas acerca da responsabilidade do criminoso. Por diversas vezes durante a investigação policial, as testemunhas ouvidas foram questionadas sobre a reputação da vítima, personalidade e sexualidade, questões intimamente pessoais, que não deveriam ser o centro das atenções em um crime de homicídio (na época o crime de feminicídio não era tipificado) (CORTE IDH, 2021).

Outrossim, durante a tramitação do procedimento do Tribunal do Júri, ao qual o deputado foi submetido para apuração dos fatos, a defesa do mesmo solicitou a juntada de diversos documentos relacionados a prostituição, suicídios e uso de entorpecentes, no objetivo de vincular tais fatos ao caso, na tentativa de eximir a responsabilidade do culpado (CORTE IDH, 2021). Assim, percebe-se que o caso foi julgado com evidente caráter discriminatório em razão do gênero da vítima, pela sua

condição de mulher, e consequentemente não foi julgado com o direcionamento e condução pela perspectiva de gênero de acordo com as obrigações especiais impostas pela Convenção de Belém do Pará, convenção em que o Brasil é signatário.

Tal convenção constitui outro importantíssimo documento internacional que reconheceu a violência contra a mulher como uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, uma vez que identifica a mulher como sujeito detentor de todos e quaisquer direitos (Sales, 2011).

Reafirma a concepção de que a violação contra direitos das mulheres, seja ela qualquer ação ou conduta que, baseada no gênero, cause morte ou sofrimento físico, sexual e psicológico, limita o gozo e o exercício por meio do público feminino desses direitos, assegurando ainda que tais condutas são inadmissíveis, uma vez que as mulheres possuem o direito de serem livres e valorizadas (Fachin;Olsen, 2022).

Ficou, portanto, diante dessas e outras condenações, ainda mais nítido que é necessário o duplo controle sob a legislação e decisões, que, além de estarem em concordância com a Constituição Federal, devem estar sob o crivo dos Direitos Humanos e consequentemente em sincronia com os Tratados e Convenções Internacionais que abordarem sobre o assunto e que foram ratificados pelo País, conforme já mencionado (Silva, Ormelesi, 2015).

A perspectiva de gênero no Brasil: a trajetória dos direitos das mulheres no ordenamento pátrio

Durante séculos mulheres foram consideradas seres inferiores e por vezes tratadas como objetos. Tratando-as com desprezo e privando-as de direitos, a sociedade, influenciada dentre outros pelo catolicismo, por muito tempo não se preocupou em mudar essa situação (Nobrega, 2015).

A elas foram delegadas as funções de reprodução, criação, cuidado e afazeres domésticos, deixando as profissões mais prestigiadas e valorizadas para serem ocupadas pelos homens (Biroli, 2018).

Assim, as mulheres jamais constituíram assembleias de cidadãos para tomadas de decisões importantes ou então fizeram parte do corpo de jurados de um Júri ou, ainda, tiveram a oportunidade de serem funcionárias públicas, por exemplo, (Biroli, 2018).

A percepção da figura feminina como garantidora da família fez com que, por muito tempo, as pessoas acreditassem que a violência

doméstica era algo a ser resolvido dentro da relação, não devendo haver intervenções por se tratar de algo normal, como bem dizia o antigo ditado “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” (Duprat, 2019).

Inclusive, o judiciário por muitos anos ignorou a violência doméstica, no intuito de preservar a família. Aliás, a Lei Maria da Penha, mundialmente conhecida pela sua importância na luta contra a violência contra a mulher, somente entrou em vigor no ano de 2006, sendo que apenas em 2012 o STF julgou sua constitucionalidade (Duprat, 2019).

Por vários anos também, foram vistas como símbolos sexuais, as quais somente serviam para satisfazer os desejos masculinos, sendo escravizadas sexualmente, taxadas de prostitutas e consideradas sujas e indignas (Davis, 2016).

Além disso, não tinham liberdades, sejam físicas ou psicológicas ou ainda liberdade de manifestar seu próprio desejo ou convicção, suas ideias e ideais, isso tudo na tentativa de que permanecessem caladas (Davis, 2016).

A história das mulheres ao longo dos anos possui uma mancha forte marcada pelas inúmeras violações dos mais diversos tipos e pela subalternização. Nesse sentido, o machismo estrutural foi e é um dos principais influenciadores e mantenedores da misoginia na sociedade. Assim, entende-se por machismo estrutural a crença social de que a figura masculina é superior à feminina, sendo isso normalizado ao longo dos anos pela sociedade, causando ainda um sistema de opressão às mulheres, provocando diferentes danosa elas (Davis, 2016).

No entanto, principalmente após a segunda metade do século XX, correntes ideológicas, impulsionadas por movimentos sociais e tecnológicos, começaram a enxergar direitos fundamentais como objetivos. Com isso, o mundo jurídico foi evoluindo, passando, aos poucos, a legitimar mulheres como cidadãs, possuidoras e dignas de direitos. Foi necessário que a legislação se atualizasse e evoluísse, a fim de atender as demandas femininas (Saffioti; Almeida, 1995).

Mas, conforme já referido, não foi e não está sendo um processo célere. Precisou de muito incentivo de políticas internacionais e nacionais para se chegar ao patamar de hoje, que aliás, está longe de ser o ideal (Saffioti; Almeida, 1995).

Sendo assim, importa relembrar alguns momentos importantes que demonstram avanços legislativos. Em 1932 foi decretado um Código Eleitoral que previa a figura do eleitor como pessoa maior de 21 anos sem distinção de sexo (Pereira, 2021).

No entanto, apesar da possibilidade de votarem e serem votadas, das mulheres candidatas para a Assembleia Constituinte de 1933, somente uma delas foi eleita. Carlota Pereira de Queirós foi a única representante do sexo feminino entre 254 homens (Pereira, 2021).

Ainda, em 1934 houve a ratificação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sendo a Convenção 3 e 4, prevendo disposições sobre emprego de mulheres antes e depois do parto e sobre o trabalho noturno feminino, assim respectivamente (Braz, 2020).

Além disso, em 1943 houve a decretação da Consolidação de Leis Trabalhistas, que tratava, no âmbito feminino, sobre condições de trabalho e maternidade, por exemplo (Piovesan, 2014).

Também, com grande importância na história da evolução dos direitos femininos, a Convenção Universal de Direitos Humanos, em 1948, afirmou a necessidade de igualar todos os seres humanos (Braz, 2020).

Já em 1957 o Brasil ratificou outra vez uma Convenção da Organização Internacional do Trabalho, a Convenção 100, que tratava sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor, significando um grande e importante avanço na luta feminista (Braz, 2020).

Outrossim, em 1962 o Estatuto da Mulher casada alterou o Código Civil, dando mais independência às mulheres quando retirou a necessidade de autorização dos maridos para que pudessem trabalhar. Nesse mesmo sentido, em 1977, a Lei do Divórcio possibilitou às mulheres a opção de voltarem a usar o nome de solteira após a separação conjugal (Braz, 2020).

Em se tratando de direitos constitucionais, as mulheres ganharam uma grande aliada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A carta magna trouxe em seu texto normativo a previsão de igualdade perante a lei sem qualquer distinção de sexo. Ainda, tornou iguais os membros de uma família, sem qualquer hierarquia, além de diversos outros direitos elencados (Braz, 2020).

Ademais, no âmbito penal, em 1990, a Lei de Crimes Hediondos acrescentou ao seu rol, o crime de estupro, reconhecendo a gravidade de tal ato ilícito. Ainda, em 1994 o Estado brasileiro adere à relevante Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (Braz, 2020).

Adiante, em 1993 a Declaração de Viena para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres explicitou que os direitos são inalienáveis,

integrais e indivisíveis em relação aos direitos humanos, o que foi ratificado pela Declaração de Pequim, em 1995 (Piovesan, 2014).

Neste mesmo ano, a lei 9.029 proibiu a exigência de apresentação de atestados de gravidez como requisito para admissão em trabalho. Seguindo, em 2002, entrou em vigor o novo Código Civil, assegurando direitos relevantes para as mulheres, tanto de respeito a sua capacidade civil quanto ao seu poder familiar (Braz, 2020).

Em 2005, uma grande vitória em sede de direito penal. Houve a revogação de artigos em que usavam o termo "mulher honesta" como requisito para tipificar o crime de adultério. E finalmente, um gigante passo na luta feminina em 2006, com o sancionamento da Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha, que visa coibir a violência doméstica punindo seus agressores (Braz, 2020).

Nessa mesma linha, em 2017 a Lei 13.505 garantiu direito às mulheres de serem atendidas em local adequado e especializado em delegacias. E desde então, a Lei Maria da Penha vem sofrendo mudanças a fim de torná-la mais efetiva na proteção de mulheres em todo o país (Braz, 2020).

Além do mais, importantes vitórias na representatividade das mulheres ocorreram, como por exemplo Marina da Silva assumiu o Ministério do Meio Ambiente no ano de 2003 e em 2010 Dilma Roussef foi eleita como a primeira presidenta do país (Pereira, 2021).

Entretanto, em que pese a Constituição Federal de 1988 tenha tornado homens e mulheres iguais perante a lei, e dentre todas as outras alterações legislativas que houveram, não foi o suficiente para erradicar a desigualdade e discriminação, sendo uma luta diária e constante (Pereira, 2021).

Nesse mesmo toar, observa-se que a proteção dos Direitos Humanos se moldou a principais três correntes, sendo a discriminação contra a mulher, a violência contra a mulher e seus direitos reprodutivos e sexuais, problemas que ainda não estão totalmente resolvidos (Piovesan, 2014).

Hoje no Brasil, a legalização do aborto ainda é um tabu, tanto na sociedade quanto no judiciário, não dispondo a mulher liberdade integral sobre seu corpo, impondo assim limitações (Piovesan, 2014).

Todavia, não é apenas uma história de opressão de direitos e sim de muita luta e resistência, razão pela qual cada vez mais conquistas, direitos e igualdade são alcançados, muito embora ainda exista parte vultuosa da população que resista à igualdade de gênero, enraizada na cultura do patriarcado (Saffioti; Almeida, 1995).

Por fim, importante ressaltar que a discriminação sofrida pelas mulheres não vem unicamente pelo público masculino, o qual por sua vez é maioria, mas também e infelizmente, pelo próprio público feminino, na medida em que a cultura ainda está extremamente ligada ao patriarcado (Saffioti; Almeida, 1995).

Como bem diz Heleith Saffiot e Suely Souza de Almeira (1995): "Isto equivale a dizer que o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres".

A ratificação de todos os Tratados e Convenções Internacionais acima mencionados, bem como a criação de legislações pátrias, em especial, a Lei Maria da Penha, provocaram o rompimento do silêncio do Brasil no que tange a discriminação e violência contra a mulher (Piovesan, 2014).

Contudo, apesar de tantas conquistas, mulheres ainda sofrem discriminações, sejam elas salariais ou de tratamento, abusos e agressões, revelando a longa caminhada que ainda é preciso percorrer (Braz, 2020).

A efetividade da custódia internacional dos Direitos das Mulheres pelo STF

Internacionalmente muito se discute acerca dos direitos das mulheres. Conforme já explanado anteriormente, os debates internacionais e suas Convenções foram de extrema importância para a evolução dos direitos humanos no Brasil (Piovesan, 2008).

A garantia dos direitos das mulheres e sua plena participação em condições de igualdade fazem parte dos direitos humanos universais e são objetivos preferenciais da comunidade internacional (Piovesan, 2016).

O processo de democratização pátrio permitiu que o Brasil se unisse a corrente internacional de proteção dos Direitos Humanos, em especial a aderência de inúmeras convenções garantistas de direitos das mulheres (Piovesan, 2008).

Mas, não basta apenas a ratificação de Tratados Internacionais, embora já seja um grande avanço. É necessário também sua efetiva e recorrente aplicação, para que possam surtir efeitos e assim promovam a igualdade de gênero que prevêem (Barboza, 2019).

Para isso, os Tribunais desempenham importante papel, em especial o Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário Brasileiro, que dentre outras funções, exerce a de resguardar os direitos de minorias (Barboza, 2019).

Nesse sentido, Fachin aponta que:

> O Poder Judiciário é geralmente o protagonista dessas reflexões. Isto justifica-se na perspectiva estatocêntrica do direito internacional e nas obrigações assumidas pelos estados neste âmbito (art. 10 CADH) e, no plano interno, por um modelo ativo e expansivo de jurisdição constitucional. Mais uma vez cumpre caracterizar que este diálogo com o sistema interamericano não é apenas um diálogo de jurisdições; mas sim câmbios e mutações constitucionais amplos (2020).

Contudo, é visível que o Supremo Tribunal Federal deve atuar com carga de responsabilidade elevada, uma vez que se torna o meio de efetivação de Direitos Humanos nas litigâncias sociais, devendo garantir que desigualdades sejam superadas, promovendo avanços, bem como evitando retrocessos.

Sendo assim, por meio de decisões que utilizam princípios e regras do Direito Internacional referente aos Direitos Humanos, proferidas pelos Tribunais, tem-se o fenômeno da humanização do Direito Interno, objetivando a interação Constitucional e Internacional (Fachin, 2020).

Ocorre que o instrumento que realiza o diálogo entre a legislação interna e a internacional, o controle de convencionalidade, ainda é pouco discutido na Suprema Corte, embora já tenham se passado 18 anos da publicação da emenda constitucional nº 45/2004 (D'avola, 2021).

Em uma simples pesquisa no site do Supremo Tribunal Federal, com o termo "controle de convencionalidade", no intervalo de tempo de 2018 a 2023, somente 07 (sete) resultados surgem, sendo que nenhum deles trata-se de julgamento envolvendo gênero ou direitos das mulheres. Tratam-se de julgamentos relacionados a ações penais diversas (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL).[3]

Assim, percebe-se que o termo "Controle de Convencionalidade" é pouco usado pelo Órgão Supremo, principalmente no que tange aos direitos das mulheres. No entanto, os Tratados Internacionais de

[3]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudências**. Brasília: STF, 2023. Disponível em <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&julgamento_data=01012018-&page=1&pageSize=10&queryString=controle%20de%20convencionalidade&sort=_score&sortBy=desc> Acesso em 30 de maio de 2023

Direitos Humanos, ainda que avulsamente, são mencionados em algumas decisões (Moura, 2014).

De maneira tímida, no âmbito dos direitos das mulheres, o STF se pronunciou sobre o controle de convencionalidade quando proferiu a decisão da Ação Direta de Constitucionalidade 19, a qual discutiu acerca da constitucionalidade da Lei Maria da Penha (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012).[4]

A referida legislação chegou a ser considerada inconstitucional pela 2ª Turma Criminal do TJMS, sob a afirmação de que, por versar somente sobre a problemática da mulher agredida no âmbito doméstico, sem, contudo, abranger eventual situação de homem agredido pela mulher, seria discriminatória (Moura, 2014).

Todavia, tais afirmações não perduraram no âmbito jurídico do TJMS, uma vez que o próprio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul acolheu o parecer do Ministério Público julgando improcedente a Arguição de Inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha, não citando, entretanto, nesse caso, o termo controle de convencionalidade, revelando assim, o desconhecimento dos órgãos Judiciais sobre o assunto (Moura, 2014).

Mas, a questão sobre a constitucionalidade da Lei Maria da Penha teve resolução definitiva somente em 2012, com o julgamento do ADC 19, o qual, por unanimidade declarou a constitucionalidade da lei.[5]

Discutia-se nesse caso, em específico a constitucionalidade dos artigos 1º, 33 e 41, da referida norma, sendo todos julgados constitucionais, conforme depreende-se da emenda do julgado[6].

---

[4]BRASIL. **Ação Direta de Constitucionalidade 19.** Distrito Federal, 09 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497> Acesso em 30 de maio de 2023

[5]BRASIL. **Ação Direta de Constitucionalidade 19.** Distrito Federal, 09 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497> Acesso em 30 de maio de 2023

[6]VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – LEI Nº 11.340/06 – GÊNEROS MASCULINO E FEMININO – TRATAMENTO DIFERENCIADO. O artigo 1º da Lei nº 11.340/06 surge, sob o ângulo do tratamento diferenciado entre os gêneros – mulher e homem –, harmônica com a Constituição Federal, no que necessária a proteção ante as peculiaridades física e moral da mulher e a cultura brasileira. COMPETÊNCIA – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – LEI Nº 11.340/06 – JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. O artigo 33 da Lei nº 11.340/06, no que revela a conveniência de criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, não implica usurpação da competência normativa dos estados quanto à própria organização judiciária. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – REGÊNCIA – LEI Nº 9.099/95 – AFASTAMENTO. O artigo 41 da Lei nº Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 1801929. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 72 Ementa e Acórdão ADC 19 / DF 11.340/06, a afastar, nos crimes de violência doméstica contra a mulher, a Lei

Extrai-se, portanto, do ADC 19, que o Supremo Tribunal Federal utilizou, ainda que de maneira discreta, o controle de convencionalidade, no momento em que o Ministro Marco Aurélio afirma que a Lei Maria da Penha está em harmonia com a obrigação, assumida pelo Estado Brasileiro, de incorporar, na legislação interna as normas da Convenção do Belém do Pará e demais Tratados Internacionais ratificados, especificamente no sentido de combater e punir a violência contra a mulher.[7]

Além disso, o Ministro Luiz Fux abordou em seu voto acerca da compatibilidade e concordância da Lei Maria da Penha com as normativas internacionais assumidas pelo Brasil, senão vejamos:[8]

> [...] não é possível sustentar, in casu, que o legislador escolheu errado ou que não adotou a melhor política para combater a endêmica situação de maus tratos domésticos contra a mulher. Vale lembrar que a Lei Maria da Penha é fruto da Convenção de Belém do Pará, por meio da qual o Brasil se comprometeu a adotar instrumentos para punir e erradicar a violência contra a mulher. Inúmeros outros compromissos internacionais foram assumidos pelo Estado brasileiro nesse sentido, a saber, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, dentre outros. (*grifo nosso*)

Portanto, a decisão da ADC 19 é extremamente importante na seara de proteção aos direitos das mulheres no STF, uma vez que, embora de maneira tímida, conforme já explanado, ratificou a ideia de que a ausência de mecanismos para coibir a violência contra a mulher

---

nº 9.099/95, mostra-se em consonância com o disposto no § 8º do artigo 226 da Carta da República, a prever a obrigatoriedade de o Estado adotar mecanismos que coíbam a violência no âmbito das relações familiares.
BRASIL. **Ação Direta de Constitucionalidade 19.** Distrito Federal, 09 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497> Acesso em 30 de maio de 2023

[7]BRASIL. **Ação Direta de Constitucionalidade 19.** Distrito Federal, 09 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497> Acesso em 30 de maio de 2023

[8]BRASIL. **Ação Direta de Constitucionalidade 19.** Distrito Federal, 09 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497> Acesso em 30 de maio de 2023

significava afronta aos compromissos firmados pelo País internacionalmente. [9]

Além do mais, garantindo o status de constitucionalidade a Lei Maria da Penha reafirmou o atual entendimento de que a violência sofrida no âmbito das relações domésticas não deve mais ser tratada meramente como assunto privado, devendo nesses casos, ter a intervenção do Estado, a fim de coibir e erradicar tais práticas.[10]

Ainda, de acordo com a pesquisa realizada entre os anos de 2018 a 2023, embora o termo técnico "Controle de Convencionalidade" não conste, na pesquisa tendo como assunto "Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher", existem 03 (três) julgados que usaram a respectiva convenção como fundamento para a decisão.[11]

A primeira decisão trata-se do Habeas Corpus 137.888 do Mato Grosso do Sul em que o agressor de violência doméstica impetrou na tentativa de converter pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Por maioria dos votos, foi indeferida ordem, sob fundamentos de que em se tratando de violência abrangida pela Lei Maria da Penha, tal conversão não é admitida, uma vez que ofenderia a própria Lei Maria da Penha e os Direitos Humanos das mulheres.[12]

A segunda decisão trata-se de um Descumprimento de Preceito Fundamental 779 do Distrito Federal o qual afirma que a alegada "legítima defesa da honra" não se trata de excludente de ilicitude, tratando-se de argumento odioso, desumano e cruel, além de

---

[9]BRASIL. **Ação Direta de Constitucionalidade 19.** Distrito Federal, 09 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497> Acesso em 30 de maio de 2023

[10]BRASIL. **Ação Direta de Constitucionalidade 19.** Distrito Federal, 09 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497> Acesso em 30 de maio de 2023

[11]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudências**. Brasília: STF, 2023. Disponível em <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&publicacao_data=01012018-&page=1&pageSize=10&queryString=%20%22Conven%C3%A7%C3%A30%20Interamericana%20para%20Prevenir,%20Punir%20e%20Erradicar%20a%20Viol%C3%AAncia%20contra%20a%20Mulher%22&sort=_score&sortBy=desc > Acesso em 30 de maio de 2023

[12]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudências**. Brasília: STF, 2023. Disponível em <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&publicacao_data=01012018-&page=1&pageSize=10&queryString=%20%22Conven%C3%A7%C3%A30%20Interamericana%20para%20Prevenir,%20Punir%20e%20Erradicar%20a%20Viol%C3%AAncia%20contra%20a%20Mulher%22&sort=_score&sortBy=desc > Acesso em 30 de maio de 2023

ofender ao direito internacional, o qual não deve ser aceito na legislação brasileira, posição essa adotada no julgamento.[13]

O terceiro e último julgado que foi obtido na pesquisa trata-se de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.938 do Distrito Federal, que julgou por maioria dos votos inconstitucional a expressão "quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento", contida nos incisos II e III do art. 394-A da CLT, os quais foram inseridos pela reforma trabalhista.[14] A inconstitucionalidade consiste no fato de as expressões impugnadas permitirem a exposição de empregadas grávidas e lactantes a trabalho em condições insalubres violando direitos sociais e a dignidade da pessoa humana. A expressão legal citada acima viola absurdamente os direitos das mulheres e consequentemente não está em conformidade nem com a Constituição Federal, nem com os Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil.[15]

Assim, embora as referidas decisões tenham adotado como parâmetros a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, foi abordada minoritariamente e sequer mencionaram o devido controle de convencionalidade, revelando a precária utilização de tal instituto.[16]

Nesse sentido, importante ressaltar ainda que, em março de 2023 o Conselho Nacional de Justiça aprovou o Protocolo para Julgamento com

---

[13]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudências**. Brasília: STF, 2023. Disponível em <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&publicacao_data=01012018-&page=1&pageSize=10&queryString=%20%22Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana%20para%20Prevenir,%20Punir%20e%20Erradicar%20a%20Viol%C3%AAncia%20contra%20a%20Mulher%22&sort=_score&sortBy=desc > Acesso em 30 de maio de 2023

[14]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudências**. Brasília: STF, 2023. Disponível em <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&publicacao_data=01012018-&page=1&pageSize=10&queryString=%20%22Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana%20para%20Prevenir,%20Punir%20e%20Erradicar%20a%20Viol%C3%AAncia%20contra%20a%20Mulher%22&sort=_score&sortBy=desc > Acesso em 30 de maio de 2023

[15]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudências**. Brasília: STF, 2023. Disponível em <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&publicacao_data=01012018-&page=1&pageSize=10&queryString=%20%22Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana%20para%20Prevenir,%20Punir%20e%20Erradicar%20a%20Viol%C3%AAncia%20contra%20a%20Mulher%22&sort=_score&sortBy=desc > Acesso em 30 de maio de 2023

[16]BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudências**. Brasília: STF, 2023. Disponível em <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&publicacao_data=01012018-&page=1&pageSize=10&queryString=%20%22Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana%20para%20Prevenir,%20Punir%20e%20Erradicar%20a%20Viol%C3%AAncia%20contra%20a%20Mulher%22&sort=_score&sortBy=desc > Acesso em 30 de maio de 2023

Perspectiva de Gênero, o qual torna obrigatória a utilização dos termos do referido protocolo nos julgamentos de todos os poderes judiciários nacionais. (CNJ, 2021)

A aprovação desse protocolo significa um enorme avanço para o combate à discriminação de gênero no judiciário. Nesse ponto, ao realizar pesquisa no site do STF acerca de decisões publicadas entre 2018 e 2023, com o termo "perspectiva de gênero", 5 resultados surgem, revelando a infrequência da utilização ainda.[17]

Não se pode negar que o Supremo Tribunal Federal vem melhorando sua posição em relação aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, embora ainda precise utilizar de maneira mais frequente e com maior abrangência em seus fundamentos, passando a ter a utilização devida (Feilke, 2014).

Denota-se uma certa resistência do STF ainda em abordar normativas de Direitos Humanos em plano elevado nos julgamentos, não possibilitando o diálogo entre as cortes e, consequentemente retardando a aplicação do controle de convencionalidade (Feilke, 2014).

Portanto, imprescindível seu maior domínio e alcance por parte do Órgão Supremo Jurídico, STF, tendo em vista as diversas dificuldades atuais para garantir direitos humanos a população feminina, sendo que até autoridades governamentais violam tais direitos (D'avola).

Cabe ao Brasil ainda, aplicar a perspectiva de gênero em seus julgados e políticas públicas, a fim de reforçar a ideia de que o combate às desigualdades no geral compreende também a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, fazendo com que assim a Constituição Federal seja aplicada em seu caráter transformador, o que ainda é uma dificuldade (Fachin, 2022).

Considerações Finais

Conclui-se que a legislação interna está avançando, mesmo que a passos lentos, a fim de construir um direito respaldado em igualdade entre homens e mulheres, além de efetivar as garantias constitucionais e o respeito aos Direitos Humanos, inerentes a todos os cidadãos.

Todavia, não basta que existam dispositivos legais que abordem sobre os direitos de igualdade das mulheres, sejam eles nacionais ou

[17] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudências**. Brasília: STF, 2023. Disponível em < https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=decisoes&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&publicacao_data=01012018-30052023&page=1&pageSize=10&queryString=%20%22%20perspectiva%20de%20g%C3%AAnero%22&sort=_score&sortBy=desc > Acesso em: 31 de maio de 2023

internacionais. É necessário que se tenha efetividade de tais normativas, a fim de que esses direitos sejam realmente assegurados e praticados.

É necessário, primeiramente, que, o judiciário, no caso em comento, o STF, garanta a aplicabilidade dos direitos inclusivos, igualitários e equânimes sob a perspectiva de gênero, mediante suas decisões que, notoriamente possuem grande alcance nacional.

Ao judiciário brasileiro como um todo, cabe a adequação ao controle de convencionalidade e principalmente no que se refere a compreensão dos tratados internacionais como essenciais a proteção das mulheres, pois estes as amparam na busca pela igualdade de gênero.

Assim, já como resposta a problemática da pesquisa, tem-se que o duplo controle de admissibilidade da legislação pátria agrega aos direitos das mulheres novas garantias e direitos, assegurando-as garantias nacionais e internacionais e, ampliando assim, suas possibilidades na luta dos direitos pela igualdade. A respeito da capacidade dos tratados internacionais, é importante observar que expressam a mais alta preocupação com os direitos humanos, e por tal motivo, é essencial que seu texto esteja presente em decisões judiciais. O caso Maria da Penha é exemplo de avanço e busca por efetivação aos direitos das mulheres.

É notório que o controle de convencionalidade ainda precisa de maior implementação no mundo jurídico brasileiro, pois, apesar de timidamente estar se inserindo nas bases de argumentos de decisões judiciais, ainda não é adotado com a força normativa que detém.

Portanto, com base nisso, confirma-se a hipótese de que a promoção dos direitos de igualdade de gênero, no âmbito das mulheres, no Brasil, está cada vez mais em pauta. Mas que, ainda há um longo caminho a ser percorrido no país, para que realmente se chegue ao patamar igualitário que se busca.

Confirma-se ainda que os tratados internacionais de Direitos Humanos muito têm com o que contribuir para a evolução de uma sociedade igualitária, visto serem parâmetro ideal de igualdade, reconhecendo direitos e garantias fundamentais a todas as mulheres.

No entanto o mecanismo que atribui às leis nacionais compatibilidade com os entendimentos internacionais, o controle de convencionalidade, ainda é pouco discutido e abordado pelos órgãos judiciais brasileiros, em especial o STF, que tem relevante importância no meio jurídico pátrio, conforme visualizado na análise de números jurisprudenciais encontrado na pesquisa.

Assim, percebe-se que a hipótese foi integralmente confirmada, uma vez que, embora os tratados internacionais de Direitos Humanos

ratificados pelo Brasil possuam status normativo hierarquicamente superior, por força de emenda constitucional, sua aplicabilidade é ínfima, o que traz enorme prejuízo para o avanço dos direitos igualitários para as mulheres.

Deste modo, conclui-se que, o controle de convencionalidade se apresenta como uma técnica importante para a proteção da vida humana pois pressupõe que a legislação internacional seja inserida ao ordenamento jurídico interno a fim de garantir que haja uma proteção mais eficaz. A inquietude ocorre quando se percebe que o poder judiciário como um todo ainda se mostra resistente sobre o tema, ou não inclui em suas pautas. Caminharemos muito e lutaremos ainda mais para que a igualdade de gênero seja prioridade para o Estado brasileiro.

Referências

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; DEMETRIO, André. **Quando o gênero bate à porta do STF: a busca por um constitucionalismo feminista.** Revista Direito GV [online], Curitiba, v. 15, n. 3, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdgv/a/h6zYg8QxXTwxhmsjVDdcqXc/abstract/?lang=pt#ModalArticles. Acesso em: 20 de nov. 2022.

BARROSO, Luis Roberto. **O controle de Constitucionalidade no Direto Brasileiro**. 7 ed. rev. e atual.- São Paulo: Saraiva, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Ação Direta de Constitucionalidade 19**. Distrito Federal, 09 de fevereiro de 2012. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497. Acesso em: 30 de maio de 2023

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudências**. Brasília: STF, 2023. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&julgamento_data=01012018-&page=1&pageSize=10&query

String=controle%20de%20convencionalidade&sort=_score&sortBy=desc. Acesso em: 30 de maio de 2023.

BRASIL**. Supremo Tribunal Federal.** Recurso Extraordinário 466.343-1São Paulo. Relator: Gilmar Mendes. Recorrente: Banco Bradesco S/A. São Paulo, 03 de dezembro de 2008. Supremo Tribunal Federal. Brasília, p.1106. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444. Acesso em: 18 de nov. 2022.

BRAZ, João Pedro Gindro. **Evolução dos Direitos das Mulheres no Brasil**. Etic, Londrina. v. 16, n.16, 2020. Disponível em: http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/issue/view/123. Acesso em: 19 de nov.2022.

CORTEIDH. Corte Interamericana de Direitos Humanos: **Caso Barbosa de Souza e Outros VS. Brasil**. San José, Costa Rica, 2021. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_435_por.pdf . Acesso em: 23 de maio de 2023.

COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos, Caso 12.051, Relatório 54/01, Maria da Penha Maia Fernandes v. Brasil, 2001. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm. Acesso em 20 maio de 2023.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero**. Conselho Nacional de Justiça. Brasília: Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021. Dados eletrônicos. Disponível em: http:// www.cnj.jus.br e www.enfam.jus.br. Acesso em: 31 de maio de 2023.

CONVENÇÃO Sobre Eliminação der Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. 1984. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

CONVENÇÃO Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher do Belém do Pará. 09 jun. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 02 jul. 2023.

DAVIS, Ângela**. Mulher, raça e classe**. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.

D'AVOLA, Luisa Victor Kukuchi. **O desenvolvimento dos Direitos Humanos das mulheres no Brasil: uma análise do impacto do sistema interamericano a partir da permeabilidade do Supremo Tribunal Federal.** 2021. 160 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Pontífica Católica de São Paulo- PUC-SP, São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/24798/1/Luisa%20Victor%20Kukuchi%20D%27Avola.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2022.

DUPRAT, Déborah. **Igualdade de gênero, cidadania e direitos humanos**. In: Perspectivas de Gênero e o Sistema Jurídico Brasileiro. CASTILHO, Ela WieckoVolkmer de; OMOTO, João Akira; SILVA, Marisa Viegas e; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Brasília: ESMPU, 2019 p. 199-214.

FACHIN, Melina Girardi. Constitucionalismo multinível: diálogos e(m) direitos humanos. **Revista Ibérica do Direito (RID)**, Paraná, v 1, n 1, p. 53-68, jan./jun., 2020. Disponível em: https://www.revistaibericadodireito.pt/index.php/capa/article/view/26/28. Acesso em: 20 de nov. 2022.

FACHIN, Melina Girardi; OLSEN, Ana Carolina Lopes. **Perspectiva de gênero na Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Revista CNJ – Edição Especial Mulheres e Justiça: Agosto de 2022. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/ojs/revista-cnj/article/view/344. Acesso em 01 jul. 2023.

FEILKE, Pedro Ribeiro Agustoni. **O controle de convencionalidade e a jurisprudência do supremo tribunal federal.** Revista Direito em debate, v. 23, n. 41, p. 147-186, 2014.. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/2561. Acesso em 01 jul. 2023.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Teoria Geral do Controle de Convencionalidade no Direito Brasileiro**. Revista de informação legislativa, v. 46, n. 181, p. 113-133, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/194897> Acesso em 18 de nov. 2022

MOURA, Luiza Diamantino. **Tratados Internacionais de Direitos Humanos e o Controle de Convencionalidade no Direito Brasileiro**. Espaço Jurídico: Journalof Law, Vol. 15, Nº. 1, 2014, págs. 75-102. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4744692 Acesso em 30 maio 2023

NOBREGA, Thalita Borin. **O controle de convencionalidade como garantia de direitos**. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado). Instituição Toledo de Ensino, Centro Universitário de Bauru, Bauru, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2399518 Acesso em: 18 de nov. 2022

PEREIRA, Lívia Martins Barbosa. **A mulher do fim do mundo: A evolução dos Direitos Humanos das mulheres.** Revista Ibero Americana de Humanidades, Ciências e Educação: São Paulo, v.7.n9. set 2021. ISSN 2675 3375. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2169/854. Acesso em: 24 de maio 2023.

PIOVESAN, Flávia. **A proteção internacional dos direitos humanos das mulheres**. Cadernos Jurídicos, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 21-34, Janeiro-Abril/2014. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/2014/Cadernos_Jur%C3%ADdicos_38.pdf#page=21. Acesso em: 25 de maio 2023.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 9 ed. rev., ampl. e atual.- São Paulo: Saraiva, 2016.

PIOVESAN, Flávia. Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do STF. **O novo constitucionalismo**

moderno na era pós-positivista. Homenagem a Paulo Bonavides, 2008.

RAMOS, André de Carvalhos. Curso de Direitos Humanos. 7. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.

SAFFIOTI, Heleith; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero – Poder e Impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SALES, José Edvaldo P.; BRITO, Paulo Juaci de Almeida. **A "Convenção de Belém do Pará" e a diversidade cultural.** Revista Ministério Público Est. PA, Belém, n. 6, p. 1-300, 2011. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/data/files/E4/37/23/DA/AA6C87101D91A587180808FF/Revista%20MP-2011.pdf#page=99. Acesso em: 23 de maio 2023.

SILVA, Júlia Lenze; ORMELESI, Vinicios Fernandes. **A resistência do STF ao exercício do Controle de Convencionalidade.** Revista Direito e Práxis, vol. 6, núm. 12, 2015, pp. 228-250 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3509/350944514009.pdf. Acesso em 23 de maio 2023.

VIEIRA, Manuela do Corral**. Mulheres e discriminação: estudo sobre a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.** Revista Jurídica da Presidência Brasília v. 18 n. 116 Out. 2016./Jan. 2017 p. 583-602. Disponível em: https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1462 . Acesso em: 30 jul.2023.

The applicability of the STF's control of conventionality to promote gender equality for women in Brazil

Abstract. This article aims to analyze the applicability of International Human Rights Treaties, through the conventionality control mechanism, in the Federal Supreme Court, in order to promote gender equality for women in Brazil. Thus, it raises as a problem the capacity that International Human Rights Treaties have as allies of the Federal Supreme Court to promote gender equality. This is because, with the enactment of Constitutional Amendment No. 45 of 2004, International Human Rights Treaties achieved the status of constitutional amendment, gaining greater visibility in the Brazilian legal system. In addition, the discussion about women's rights has been gaining more and more emphasis, considering that society is constantly evolving and that women have been occupying spaces that were previously not accepted. Therefore, throughout this article it will be possible to glimpse that conventionality control is a great ally of the Brazilian legal system for the promotion of the gender equality that is so desired in Brazil. And that the STF has a very important role in the application of International Treaties, since it is the supreme Brazilian body in the legal sphere, but, however, it does not apply it with the necessary frequency and visibility.
Keywords: Conventionality control. Gender equality. Federal Court of Justice.

Vitória Santana dos Reis

Advogada. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Cenecista de Osório (RS)- UNICNEC. Pesquisadora.

E-mail: vitoriasantanadosreis@gmail.com

Orcid: https://orcid.org/0009-0007-5978-1541

Aline Andrighetto

Pós- doutoranda com bolsa PDJ CNPQ na UFSC. Doutora em Direito Público pela UNISINOS. Professora do curso de Direito.

E-mail: alineandrighetto@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0548-8979

Recebido em: 10/08/2023
Aprovado em: 24/10/2024

ISSN 2525-6904

ARTIGO



O desvelar da mãe solo de crianças atípicas sob a perspectiva feminista

Miguel Ferreira Júnior, *Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*
Danilo de Freitas Araújo, *Faculdade Estácio (Natal/RN)*
Renata Figueiredo Anomal, *Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*
Thaiza Teixeira Xavier Nobre, *Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*

Resumo: A maternidade atípica, caracterizada pela criação de filhos com desvios no padrão típico de desenvolvimento, implica em transformações profundas e específicas na vida das mulheres que a experienciam, em comparação àqueles cujos filhos não apresentam diagnósticos de transtornos. O presente estudo identificou e analisou as dificuldades enfrentadas por mulheres que vivenciam a maternidade atípica solo sob a perspectiva feminista. Para isso, foi conduzido um estudo descritivo com seis mães de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. Os resultados indicam que a trajetória dessas mães é permeada por desafios complexos e multifatoriais. Observou-se que a intersecção entre gênero, sociedade e cultura contribui para a imposição de padrões de cuidado que, frequentemente, levam essas mulheres a negligenciarem suas próprias necessidades e desejos em prol da dedicação exclusiva aos filhos.

Palavras-Chave: Maternidade atípica. Feminismo. Maternidade solo.

Introdução

Mulheres que desempenham o papel de mães, mas não estão envolvidas em um relacionamento amoroso, representam uma expressiva realidade no Brasil. Isso ocorre tanto por meio de uma maternidade consciente e intencional, como na adoção individual ou através de técnicas reprodutivas, quanto devido a questões socioculturais, como o abandono ou a ausência do pai (Galvão, 2023).

Há uma disparidade de gênero quando observamos pesquisas, como da Primeiríssima Infância (Martins, 2017) ao apresentar que até os 3 anos de idade, 89% dos filhos são cuidados pelas mães, ou seja, todas as atividades básicas que envolvem desde alimentação até as responsabilidades de educação estão sob responsabilidade desigual da mulher. Saffioti (1987) também comenta sobre este fato ao apontar que, mesmo quando uma mulher possui trabalho remunerado externo, elas ainda são cobradas e responsabilizadas por cuidar e preparar a geração mais jovem para adentrar a adultez.

A pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas sobre mães solo em mercado de trabalho (Feijó, 2023), divulgou que entre os anos de 2012 e 2022, houve um aumento de 17,8% no número de residências com mães solos, que passou de 9,6 milhões para 11,3 milhões. Em outras palavras, houve um acréscimo de 1,7 milhão de mães solos em uma década. A recente dinâmica dessas mulheres tem sido principalmente explicada pelo aumento do número de mães solos negras, que subiu de 5,4 milhões para 6,9 milhões no período. A quantidade desse público declaradas brancas e amarelas permaneceu praticamente inalterada. Ademais, a maioria das mães solos (72,4%) reside em lares monoparentais, compostos somente por elas e seus filhos, sem parentes ou agregados que poderiam auxiliar nas responsabilidades familiares e na busca pelo equilíbrio entre vida pessoal, familiar e profissional. Os estados do Nordeste e Norte exibem as maiores porcentagens de residências lideradas por essas mães. As proporções mais baixas foram registradas na região Sul.

Alguns determinantes sociais exercem uma influência significativa na saúde, acentuando as dificuldades enfrentadas por determinadas comunidades em cultivar um estado de bem-estar que vai além da mera ausência de doenças. Esses elementos, muitas vezes, amplificam os desafios associados à promoção da saúde preventiva e ao cuidado do

bem-estar geral (Lopes; Rodrigues; Barros, 2012). Embora o gênero em si não seja um determinante direto da saúde, ele está intrinsecamente ligado a uma construção histórica de papéis, na qual o homem é tradicionalmente visto como provedor, enquanto à mulher é atribuído o papel de cuidadora. Essa dinâmica estabelecida ao longo do tempo pode impactar diretamente a saúde, influenciando a distribuição de responsabilidades e expectativas dentro da sociedade (Galvão et al., 2021).

Para mulheres que vivenciam a maternidade atípica, ou seja, a maternidade marcada por desvios no padrão de desenvolvimento dos filhos, Smeha e Cezar (2011) relataram que essas passam por mudanças mais intensas que mulheres cujos filhos não foram diagnosticados com nenhum transtorno. Pode-se mencionar o estresse parental causado pela sobrecarga de tarefas (Moreira; Perrini; Ribeiro, 2016), o abandono de trabalhos e desejos pessoais (Pinto et al., 2014) e a dificuldade em manter-se em relacionamentos conjugais (Gomes, 2015).

A perspectiva feminista adotada neste estudo ancora-se, sobretudo, nas contribuições de Heleieth Saffioti, para quem as relações sociais são atravessadas simultaneamente pelas opressões de classe e de gênero. Segundo a autora (2004), a sociedade capitalista estrutura-se de maneira a explorar o trabalho das mulheres tanto na esfera pública, por meio da inserção precarizada no mercado, quanto na esfera privada, através da naturalização da responsabilidade feminina pelo cuidado. Ao abordar a maternidade solo sob esse viés, compreende-se que as mães atípicas não apenas enfrentam desafios impostos pela criação de filhos com desenvolvimento divergente, mas também se deparam com uma sobrecarga de gênero que as torna duplamente vulneráveis: pela ausência de corresponsabilização paterna e pela invisibilização social de suas necessidades.

Assim, discutir a maternidade atípica solo a partir de uma perspectiva feminista significa reconhecer que essas mulheres vivem em uma condição histórica de desigualdade que não é individual, mas socialmente construída. A análise proposta por Saffioti permite compreender que a sobrecarga emocional, física e financeira enfrentada por essas mães não é fruto de escolhas pessoais, mas de uma estrutura social que perpetua a divisão sexual do trabalho e reforça o ideal de abnegação materna como característica natural da mulher. Dessa maneira, o presente estudo identificou e analisou as dificuldades

enfrentadas por mulheres que enfrentam a maternidade atípica solo sob a perspectiva feminista.

Percurso metodológico

Elaborado a partir de uma dissertação de mestrado, este artigo apresenta-se como uma narrativa centrada na experiência de mulheres que desempenham o papel de mães de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Estas mulheres buscam assistência nos serviços de saúde pública para zelar pela saúde e desenvolvimento de seus filhos.

A pesquisa original teve como objetivo analisar a percepção de mães de indivíduos com TEA acerca das condições de acesso ao diagnóstico, adesão terapêutica e práticas de acolhimento oferecidas por instituições de atenção secundária do Sistema Único de Saúde (SUS) em Natal/RN. No entanto, a partir dos relatos das mães, foi possível constatar que suas narrativas também se direcionavam predominantemente para as dificuldades enfrentadas por elas, enquanto mulheres e mães solos, em suas rotinas diárias.

Tipo de estudo

Este estudo adotou uma abordagem descritiva, conforme proposto por Stake (2011), que consiste em investigar um tema já conhecido, descrevendo suas características e relações entre variáveis. A pesquisa envolveu a participação de seis usuárias de unidades de atenção secundária do SUS e foi conduzida por meio da coleta de dados com entrevistas.

Coleta de dados

Para esta pesquisa, foram conduzidas entrevistas semi estruturadas, considerando uma metodologia fundamentada em hipóteses e teorias. A entrevista é um método para a obtenção de dados que pode ser compreendido como uma abordagem que incorpora diversas estratégias, envolvendo implicitamente a ideia de um processo dinâmico. Além disso, ela permite, até certo ponto, a seleção de uma abordagem teórica, uma vez que diferentes abordagens teóricas possuem métodas próprios (Manzini, 2020).

O roteiro de entrevista semiestruturada, de acordo com Manzini (1990), é um modelo que se concentra em um tópico específico, para o qual é elaborado um guia contendo perguntas centrais, complementadas por outras indagações relacionadas a situações específicas da entrevista. Conforme o autor, esse modelo de entrevista proporciona a manifestação de dados de maneira mais flexível, e as respostas não ficam restritas a um formato padronizado de opções. O roteiro utilizado passou por diversas fases de apreciação até chegar em sua versão final.

Todas as participantes foram convidadas por meio de comunicação online (*WhatsApp*), sendo que parte dos contatos foi obtida por intermédio dos centros de saúde, enquanto a outra parte ocorreu mediante a disponibilidade manifestada pelas próprias participantes através do preenchimento de um formulário divulgado nos grupos das instituições. O primeiro contato foi estabelecido por meio de chamada telefônica; caso a chamada não fosse atendida, uma mensagem no *WhatsApp* era enviada como forma de comunicação secundária. As demais participantes foram contatadas pessoalmente.

Vale ressaltar que algumas candidatas não se enquadravam nos critérios para participação, uma vez que ainda não estavam envolvidos em terapias nos centros, participando apenas de consultas com os profissionais de saúde. O principal responsável pela condução da pesquisa também apresentou as opções de modalidade de como participar da pesquisa, seja através do formato presencial ou online. Todas optaram pelo formato *online*, no qual a pesquisa foi realizada através de uma videochamada do W*hatsApp* ou através do *google meet*.

Transcrições dos relatos verbais

Todas as entrevistas foram registradas por meio do gravador do computador do pesquisador. Para facilitar a transcrição, várias etapas foram realizadas. Inicialmente, optou-se por fazer cópias dos áudios e armazená-las de maneira segura. Todas os registros foram transferidos do aplicativo e arquivados individualmente, cada um identificado adequadamente. Em seguida, utilizando o computador, optou-se por realizar as transcrições nos documentos do *Microsoft® Word*, ou seja, para cada sessão de coleta, um documento específico foi utilizado para a transcrição. Algumas entrevistas puderam ser transcritas logo após a conclusão, enquanto outras foram transcritas apenas na noite do dia em que foram realizadas.

Para auxiliar na transcrição dos relatos, foi utilizado um *software* de processamento de fala (*Reshape*), que consistiu no carregamento do arquivo de áudio e sua subsequente conversão em texto. Após essa etapa inicial, o pesquisador realizou uma revisão ortográfica e organização dos relatos, conduzindo essas tarefas simultaneamente à audição da gravação original. Após isso, a gravação foi novamente auditada e comparada com a transcrição para identificação de possíveis discrepâncias. Neste ponto do processo, o pesquisador se abstinha de fazer quaisquer inferências com base no conteúdo transcrito.

Cabe destacar que a revisão ortográfica abrangeu não apenas a transcrição do software, mas também a ortografia das manifestações verbais das participantes. Conforme Manzini (2020) destaca, parece apropriado que as falas transcritas, visando à sua exposição pública, sejam submetidas a pequenas correções ortográficas, pois experiências anteriores indicam que expressões escritas como alcançá (em vez de alcançar), tá (em vez de estar), vô (em vez de vou) não são bem recebidas pelas próprias participantes ao lerem o material transcrito. Essa situação pode contribuir para a perpetuação de estigmas, especialmente quando o material é lido por leitores desinformados.

Dado que o estudo envolveu diferentes pessoas, a codificação das participantes seguiu a seguinte convenção: a letra M denota uma mãe entrevistada, seguida pelo número indicando a ordem da entrevista. Por exemplo, M1 refere-se à primeira mãe entrevistada, enquanto M6 representa a sexta mãe entrevistada.

Tratamento e análise de dados

Para a presente análise, adotou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2000), que busca atingir dois objetivos fundamentais: 1) superar a incerteza em relação à mensagem, ou seja, aquilo que é pessoalmente interpretado na mensagem deve ser validado e generalizado por outros, conferindo-lhe validade; 2) aprimorar a compreensão do material analisado, permitindo que julgamentos ou perspectivas pessoais revelem *insights* e informações de conteúdo. Uma abordagem de análise sistemática é empregada para potencializar a produtividade e a pertinência da avaliação, identificando novos conteúdos e estruturas latentes.

A condução da análise de conteúdo compreende três fases distintas. A primeira fase, denominada pré-análise, é responsável pela organização e preparação do material de análise. Na segunda fase, realiza-se a exploração do conteúdo, empregando técnicas de enumeração, codificação ou decomposição para extrair informações significativas. A terceira e última fase aborda o tratamento dos resultados obtidos e a subsequente interpretação dos achados.

Por fim, a análise teórica foi conduzida a partir da perspectiva de Heleieth Saffioti, fundamentada em uma abordagem materialista e marxista das relações de gênero. Saffioti (1987) enfatiza a interconexão entre patriarcado e capitalismo, argumentando que as desigualdades de gênero são inseparáveis das estruturas econômicas e sociais que sustentam as relações de poder. Sob essa ótica, este estudo buscou investigar como as construções sociais e econômicas contribuem para a opressão específica enfrentada pelas mães atípicas solo, explorando as dinâmicas de dominação e exploração que se manifestam tanto na esfera pública quanto na privada.

Aspectos éticos

Conforme os preceitos éticos aplicados à pesquisa envolvendo seres humanos, foi imperativa a submissão do projeto ao Comitê de Ética do Hospital Universitário Onofre Lopes. Após minuciosa avaliação, o referido projeto obteve aprovação e encontra-se devidamente registrado sob o número de parecer 6.466.061. Todas as participantes foram informadas previamente sobre o objetivo da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Narrativas e discussão

Caracterização das participantes

Durante as entrevistas, foram obtidos dados socioeconômicos abrangentes, incluindo informações sobre idade, estado civil, local de residência (cidade, bairro ou zona), tipo de moradia, número de moradores no domicílio, nível de escolaridade, participação em atividade remunerada, carga horária, meio de transporte predominante, benefícios sociais e média de renda mensal.

Todas as participantes entrevistadas são do sexo feminino, sendo todas consideradas mães solos. A faixa etária das participantes variaram entre 26 e 39, com uma média de 33 anos, com desvio padrão de ± 4,96. Dentre elas, apenas uma participante estava envolvida em atividade remunerada, com uma carga horária compreendida entre 17h da tarde e 5h da manhã, com 2h de intervalo. Por outro lado, cinco integrantes recebem exclusivamente benefícios sociais, sendo três beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e duas beneficiárias do BPC e bolsa família.[1]

No contexto da residência, cinco das participantes residem na capital do Rio Grande do Norte, enquanto uma reside no interior do estado, na área urbana. Dentre as residentes na capital, duas pertencem à zona oeste e três à zona norte. O transporte público, especialmente ônibus, é o meio de locomoção predominante para todas as participantes da capital, enquanto as residentes no interior utilizam carros e ônibus fornecidos pela prefeitura para deslocamentos à capital, especialmente para tratamentos e consultas dos filhos.

Quanto ao tipo de moradia, três residem em imóveis alugados, duas em habitações cedidas e uma em habitação própria recém comprada. A média de habitantes por domicílio foi de 2,3. Todas as mulheres moram sozinhas com seus filhos. Em relação à escolaridade, duas das participantes concluíram apenas o ensino fundamental, duas concluíram o ensino médio, uma possui formação universitária e uma não concluiu o ensino fundamental. A renda mensal das participantes variou entre R$ 1.320,00 e R$ 2.000,00, com uma média de R$ 1.617,00. O Quadro 1 oferece uma caracterização mais detalhada das entrevistadas.

Quadro 1: Caracterização das participantes.

Participante	Informações
M1	37 anos, solteira, mora na zona norte de Natal em uma residência alugada com o filho. Possui graduação completa, o principal meio de transporte é o ônibus

[1] O BPC trata-se é um direito dos cidadãos brasileiros, que atendem aos critérios da lei e que dele necessitam. O valor do BPC é de um salário mínimo, pago por mês às pessoas idosas e/ou com deficiência que não podem garantir a sua sobrevivência, por conta própria ou com o apoio da família. Já o bolsa família é um programa de transferência de renda do governo federal do Brasil de R$ 686,10 (até janeiro de 2025).

	público. A média de renda mensal é de R$ 1.658,00, através do BPC e bolsa família.
M2	31 anos, solteira, mora no interior do RN em uma residência alugada com o filho. Possui ensino médio completo, o principal meio de transporte é o ônibus público. A média de renda mensal é de R$ 2.000,00, através de atividade remunerada.
M3	39 anos, solteira, mora na zona oeste de Natal em uma residência cedida com dois filhos. Possui ensino fundamental completo, o principal meio de transporte é o ônibus público. A média de renda mensal é de R$ 1.658,00, através do BPC e bolsa família.
M4	31 anos, solteira, mora na zona norte de Natal em uma residência alugada com dois filhos. Possui ensino fundamental incompleto, o principal meio de transporte é o ônibus público. A média de renda mensal é de R$ 1.320,00, através do BPC.
M5	37 anos, solteira, mora na zona norte de Natal em uma residência própria com dois filhos. Possui ensino fundamental completo, o principal meio de transporte é o ônibus público. A média de renda mensal é de R$ 1.450,00, através do BPC e pensão familiar.
M6	26 anos, solteira, mora na zona oeste de Natal em uma residência cedida com três filhas. Possui ensino médio completo, o principal meio de transporte é o ônibus público. A média de renda mensal é de R$ 1.620,00, através do BPC e bolsa família.

Fonte: Autoria própria.

Legenda: BPC - Benefício de Prestação Continuada.

No que diz respeito aos filhos, a idade variou entre 4 e 10 anos, sendo a média de 6 anos. Desses, apenas uma é do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Tais dados estão de acordo com os dados apresentados pelo *Centers for Disease Control and Prevention* - CDC (2023) no que tange à prevalência entre o sexo masculino sobre o sexo feminino nos diagnósticos de TEA. Tal discrepância de diagnósticos

entre meninos e meninas tem sido alvo de pesquisas e algumas delas chamam atenção sobre considerar variáveis culturais e sociais durante o processo diagnóstico, isso porque nas jovens existe uma maior exigência em relação ao comportamento e à conformidade com os padrões estabelecidos pela sociedade, o que pode impactar na avaliação do transtorno nelas (Freire; Cardoso, 2022; Brunetto; Vargas, 2023). O quadro 2 apresenta a caracterização dos filhos diagnosticados com TEA das participantes.

Quadro 2: Caracterização dos filhos das participantes.

Participante	Sexo do filho	Idade (em anos)	Idade durante o diagnóstico
M1	M	5 anos	3 anos
M2	M	10 anos	5 anos
M3	M	4 anos	3 anos
M4	M	4 anos	2 anos
M5	M	6 anos	3 anos
M6	F	7 anos	2 anos

Fonte: Autoria própria.

Apesar da média de idade para diagnóstico de TEA no Brasil ser de 6 a 7 anos, enquanto nos Estados Unidos é entre 3 e 4 anos (Silva; Mulick, 2009), a média de idade dos filhos das participantes desta pesquisa centra-se em 3 anos.

Desafios na jornada pelo diagnóstico dos filhos

Alguns relatos das participantes oferecem *insights* valiosos sobre os desafios enfrentados no acesso aos serviços de saúde para conseguir o diagnóstico dos filhos. M1 descreve uma espera ansiosa após a consulta inicial com o neurologista, aguardando por uma vaga na lista de espera para avaliação global. Após meses de expectativa, finalmente foi oferecida uma oportunidade de avaliação, envolvendo uma série de oito encontros em dias alternados. M2 relata uma experiência igualmente difícil, marcada por longos períodos de espera e dificuldades na marcação de consultas. Apesar dos esforços para acessar serviços

especializados, enfrentou obstáculos, incluindo a tentativa de direcionamento para um centro de reabilitação distante de sua localidade de residência. Ambos os relatos destacam a necessidade premente de mais recursos e agilidade nos processos de atendimento, evidenciando as lacunas existentes na oferta de serviços para crianças com autismo e suas famílias.

> ih, eu sentei e esperei. Esperei, depois da consulta do neuro, aí eles botam o nome na tal da lista de espera, aí na lista de espera, esperei, esperei, aí me ligaram. Então eles disseram que estavam com vaga para novas crianças para avaliação global, perguntou se eu tinha interesse... [...] aí foram uns oito encontros em dias alternados, sabe? Para finalizar a avaliação (M1).

> foi bem difícil. Nossa, eu fui, cheguei lá, tinha um montão de gente, teve até a reportagem da TV Ponta Negra. E não conseguimos marcar. [...] é bem difícil, viu? [...] quiseram me colocar para o centro de reabilitação de Santa Cruz, né? Porque eu sou de Bom Jesus. Mas só que eu não aceitei, porque Natal é mais perto e fica até melhor pra mim e eu sei como andar aqui por Natal. Então, o rebuliço foi tão grande que nós, pais, [...] brigamos por mais vagas. Porque a gente precisava, porque [...] assim, foi dito uma data pra gente ir marcar a avaliação global. Só que a demanda foi tão grande e isso não deu para quem quis (M2).

Saffioti (2004) argumenta que as mulheres, especialmente aquelas que assumem sozinhas a responsabilidade pelo cuidado familiar, são frequentemente marginalizadas em uma sociedade que articula o patriarcado e o capitalismo para sustentar estruturas de poder desiguais. As dificuldades de acesso e a demora nos processos de atendimento, como as experiências relatadas, evidenciam um sistema que muitas vezes não leva em conta as necessidades específicas de mulheres em situação de vulnerabilidade, amplificando a carga que já lhes é imposta.

Desconstruindo expectativas: entre o filho ideal e o filho real

Os depoimentos revelam uma gama de emoções e desafios enfrentados pelas mães durante a revelação do diagnóstico dos seus filhos. M1 descreve uma reação inicial tranquila ao diagnóstico, concentrando-se rapidamente na busca por tratamentos e terapias para seu filho. Por outro lado, M2 compartilha suas dificuldades em aceitar a necessidade de medicamentos controlados para a criança, contrastando

sua experiência pessoal com a de um familiar que também faz uso desses medicamentos.

> rapaz, não alterou em nada não, sabia? Eu só fiquei assim: vamos agora arranjar os tratamentos, vamos colocar ele na terapia, vamos ficar nas consultas, vamos encaixar ele em algum canto, que eu acredito que vai dar uma luz. Mas eu fiquei boa, não fiquei nervosa, não chorei, não reclamei, é o que temos aí [...] já estava suspeitando, estava com desconfiança, mas... depois que o neuro assinou, aí deu mais bom (M1).

> e o difícil pra mim não foi nem saber que ele era autista, mas sim, que ele tinha que usar medicamentos controlados. Eu disse assim: vamos em frente! Agora, quando foi a primeira avaliação, o médico falou que ele tinha que tomar essa medicação, pra mim foi um pouco duro. Nossa, porque eu tenho um irmão [...] que toma risperidona, que toma esse remédio controlado. Mas depois eu comecei a dizer a Deus: Se é para o bem dele, se é para o bem estar, se é pra controlar, então tem que tomar (M2).

Antes mesmo da confirmação do resultado positivo da gestação, a concepção acerca de um filho ideal já está presente. Os genitores se preparam para a chegada dessa criança nos âmbitos físico, psíquico e econômico, múltiplos projetos são elaborados sobre esse evento que ainda não se concretizou (Duarte, 2019). Quando ao decorrer do desenvolvimento do filho o diagnóstico de TEA torna-se uma realidade, é plausível que emoções de incerteza possam afetar as famílias, devido à insegurança em relação ao futuro de seu filho e pelo não conhecimento do assunto (Pinto et al., 2016).

M3 destacou a jornada emocionalmente intensa de aceitação e compreensão, incluindo a descoberta surpreendente de que ela própria tem Transtorno do Espectro Autista, acrescentando uma nova camada de compreensão à sua experiência. M4 expôs os desafios práticos enfrentados, como o conflito entre cuidar do filho autista e manter sua carreira profissional, resultando na interrupção abrupta de seu trabalho. Por fim, M6 compartilha a dor emocional associada à percepção das limitações de sua filha, revelando um desejo profundo de proporcionar uma vida plena apesar das adversidades.

> abriu um buraco, assim... nas minhas pernas, que não sei nem onde iria enfiar a cabeça. Aí, eu fui tentar me aprofundar no assunto, para entender os pensamentos dele. [...] eu vou ter que falar um assunto aí, sabe? Não tem nada a ver com a pesquisa, mas tu vais saber. Muita coisa, eu tenho do Felipe em mim. E o pessoal da minha família dizia, né? Esse menino tem coisa que tu tens. Puxou só a ti. Um belo dia, [...]

> a psiquiatra do meu filho, mandou eu procurar ajuda. E isso eu fiz [...]. Está com uns três meses que eu fiz isso, né? Ela mandou no ano passado. Eu criei coragem esse ano, porque, né? Eu não queria me aceitar. Quando eu procurei um neurologista, e... Ele me viu, ele conversou comigo e viu o meu comportamento. E passou a minha medicação. Aqui, hoje, eu me sinto outra pessoa. Aí para encurtar a história. Ele, ele... pediu uma avaliação com a neuropsicóloga. Eu fiz a avaliação com a neuropsicóloga. E o resultado é que eu também sou autista e tenho TDAH. Passei a me entender também (M3).

> para mim, foi difícil. Mas, como se diz, não mexeu tanto comigo assim, em termos de não aceitar o autismo. Nessa parte, eu fui até tranquila. Mexeu comigo em termos assim, que eu trabalhava, eu fazia curso de técnico em auxiliar de veterinário. Trabalhava na área técnica. E eu tive que sair, cancelar o curso. Tive que pedir para sair do meu trabalho. Já faziam seis anos que eu trabalhava lá. Sem direito a nada eu saí... perdi muitas coisas de direito, por causa dele. Porque os profissionais que o acompanhavam, diziam que ele tinha que ter uma atenção maior. E, como não tinha ninguém de confiança, para deixá-lo, eu tive que ir. Eu tinha medo de deixá-lo com alguém e judiar, maltratar. A dificuldade que é para mim, que sou mãe. Ninguém quer levar um tapa na cara de repente. Aí, o único ponto que mexeu comigo foi mais isso. Porque eu não posso trabalhar por causa dele. Mas, por causa da deficiência dele, do autismo, foi tranquilo para mim aceitar (M4).

A pesquisa de Maia Filho et al. (2016) corrobora com os resultados obtidos neste estudo ao descrever que as famílias modificam toda sua dinâmica, uma vez que criar uma criança com TEA demanda um grande esforço, muitas vezes exigindo que os pais abdiquem de sua própria vida, ou seja, seus desejos, suas aspirações, seu lazer e repouso, para dedicarem tempo integral ao cuidado do filho, o qual apresenta suas próprias demandas e requer muito cuidado e atenção. Além disso, é comum que esses pais enfrentem desafios adicionais em termos de acesso a recursos adequados, apoio social e inclusão na comunidade, ampliando ainda mais o impacto nas suas vidas diárias.

Para Saffioti (1979), a maternidade não é uma experiência isolada, mas está intimamente ligada às estruturas de poder que permeiam a sociedade, refletindo as dinâmicas de patriarcado e capitalismo. Ela argumenta que a sociedade muitas vezes idealiza a figura da mãe, atribuindo a ela um papel de dedicação e sacrifício, o que pode levar à supervalorização de suas responsabilidades enquanto desconsidera suas necessidades e aspirações individuais.

A autora destaca que, ao longo da história, a maternidade foi utilizada como uma ferramenta para legitimar a opressão das mulheres.

A expectativa de que as mulheres sejam as principais cuidadoras dos filhos e responsáveis pela educação e bem-estar da família é uma construção que reforça a divisão sexual do trabalho. Isso significa que, enquanto as mulheres são frequentemente glorificadas por seus papéis de mãe, suas contribuições em outros âmbitos, como o mercado de trabalho e a vida pública, são muitas vezes subestimadas ou ignoradas. Saffioti (2004) enfatiza que essa sobrecarga de responsabilidades pode levar ao esgotamento emocional e físico, resultando em um ciclo de autoanulação e sacrifício que prejudica a saúde mental e o bem-estar das mães.

Desafios na conciliação entre cuidar do outro e cuidar de si

Os resultados revelam as dificuldades enfrentadas pelas mães na conciliação entre o cuidado dos filhos com TEA e as responsabilidades diárias e do cuidado de si. M1 descreve a complexidade de equilibrar o cuidado do filho com TEA com as demandas do trabalho e das terapias. A cuidadora destaca que parou sua vida para dedicar-se ao bem-estar do filho, o que a impede de trabalhar devido à necessidade constante de acompanhamento e cuidado. Além disso, ela compartilha a dificuldade de deixar o filho com outras pessoas devido à sua dificuldade de adaptação e à ansiedade gerada por sua ausência. M5 também relata desafios semelhantes, evidenciando a dependência de ajuda financeira, como o Benefício de Prestação Continuada, e a colaboração esporádica de familiares para cuidar dos filhos, enquanto busca oportunidades de trabalho.

> se for para trabalhar, pagar uma pessoa pra ficar com ele, fica seis por meia dúzia. Ele tem as terapias, toda hora eu estou ajeitando consulta pra ele, levando-o para o médico, fazendo exames. E aí, é assim... eu parei a minha vida pra arrumar a vida dele, pra cuidar dele. Aí não tem como eu trabalhar, porque se eu sair preocupada, deixá-lo com alguém é pior. Ele não é de muito convívio com outras pessoas. Ele chora, ele fica nervoso (M1).

> aqui ou acolá que quando a minha mãe pode ficar realmente com os dois, eu vou na casa da minha madrinha para limpar, sabe? Não é nem tanto uma faxina, é só pelo meio da casa, mas é aqui perto mesmo. Aí ela me dá uma ajudazinha e pronto. Aí eu vou e pago uma água, uma luz. Mas é raro. Eu realmente só vivo com o BPC. E a ajuda desses 150 reais do pai do pequeno (M5).

Tal situação demonstra o quanto as genitoras de crianças com TEA investem totalmente na assistência aos filhos, não dispondo de tempo

para realizar outras atividades, e que a experiência da maternidade se apresenta como um desafio, uma vez que implica em uma carga excessiva de obrigações para essas mulheres (Smeha; Cezar, 2011). A carga excessiva feminina no labor de cuidado foi alvo de investigação pelo PNAD (Moura, 2023), revelando que as mulheres atuantes fora do lar dedicam aproximadamente 21,3 horas semanais às obrigações domésticas, bem como aos cuidados com filhos e idosos. Em contrapartida, homens desempregados ou inativos destinam apenas 11,7 horas semanais às mesmas responsabilidades.

A excelência do respaldo proveniente das redes de suporte torna a experiência da maternidade menos dolorosa, e quanto mais efetivo for o amparo a essas mulheres, mais seguras elas se sentirão em relação aos cuidados com o filho autista. Destaca-se também que o suporte, tanto emocional quanto financeiro, proveniente da família nuclear e estendida, constitui a rede de apoio mais eficiente para essas mães (Smeha; Cezar, 2011)

Ao serem questionadas sobre momentos de lazer, todas as participantes informaram que não têm esse direito exercido no seu dia a dia. M1 destaca que, embora não tenha momentos de lazer sozinha, ela acompanha seu filho em diversas atividades recreativas, como ir ao shopping, cinema, teatro, parques e praia, demonstrando um comprometimento constante com o bem-estar e desenvolvimento da criança, embora sozinha não faça. Por outro lado, M3 descreve que seu único momento de lazer é dormir durante a noite, evidenciando a intensidade das demandas de cuidado que enfrenta. Já M4 ressalta a dificuldade em encontrar tempo para o lazer devido à necessidade de supervisão constante do filho, especialmente quando ele está na escola, sendo este o único momento em que consegue realizar atividades rápidas de casa.

> assim, de lazer, sozinha, não. Mas eu o levo pra todo o canto. Eu o levo no shopping, no cinema, no teatro, na cidade da criança, no parque das dunas, na praia. Eu carrego ele pra todo o campo. (M1).

> é muito difícil. Tanto é que, quando você falou da entrevista eu só consegui encaixar no horário dele na escola. Agora ele está na escola. Daqui a pouco eu vou pegar ele. Então é assim: o horário que ele está na escola é o horário que eu aproveito para a gente ter uma coisa mais rápida dentro de casa. Porque tem que estar de olho 24 horas. Senão ele faz algo. Ou machuca a outra pessoa, como a irmã dele. Ou ele pode se machucar também (M4).

Enquanto algumas relatam não sentirem falta de certas atividades de lazer, optando por realizar cuidados pessoais em casa, como embelezamento, outras mencionam seguir uma rotina diária estabelecida, sem a presença frequente de momentos de lazer. Há também relatos de resignação diante das demandas constantes impostas pela condição dos filhos, aceitando a rotina como parte integrante de suas vidas. No entanto, há quem expresse nostalgia por uma vida mais plena, sentindo-se sobreviventes em vez de viventes. A dificuldade financeira surge como um obstáculo adicional para o lazer, limitando as oportunidades de saída e diversão. Além disso, o elevado nível de estresse relatado por algumas mães evidencia os impactos físicos e emocionais da maternidade de uma criança com TEA, chegando até mesmo a desencadear condições de saúde como a fibromialgia.

O lazer é um dos elementos essenciais para preservar o bem-estar, especialmente no contexto de indivíduos que vivem em proximidade com crianças portadoras de Transtorno do Espectro Autista (BArbosa; Fernandes, 2009). No entanto, é notório que para muitos pais e cuidadores, encontrar tempo para atividades de lazer pode ser um desafio significativo. A rotina intensa de cuidados e responsabilidades pode limitar as oportunidades de relaxamento e diversão, impactando diretamente na qualidade de vida desses indivíduos (Silva Junior et al., 2023).

Ao serem indagadas sobre como as instituições de saúde que atendem os seus filhos no SUS poderiam ajudar a aliviar o estresse diário e fornecer suporte aos pais, as participantes manifestam a carência de atividades e apoio durante as consultas. Propuseram a implementação de cursos e acompanhamento terapêutico com psicólogos, bem como a realização de palestras elucidativas sobre o TEA e a oferta de oficinas para ocupação mental durante o período em que seus filhos estão sob atendimento. Adicionalmente, enfatizaram a relevância de contar com profissionais da psicologia tanto para os pacientes quanto para os pais dentro das unidades de saúde, visando mitigar a necessidade de recorrer a outras fontes de auxílio devido à alta demanda e à escassez de especialistas disponíveis. Por fim, ressaltaram a importância de acesso regular a suporte psicológico para lidar com o estresse e os desafios cotidianos associados à condição de cuidadores de crianças com TEA.

> na verdade, eu sinto falta. [...] pra eu sair com eles dois, eu tenho que tá com dinheiro, né? Porém nem sempre eu tenho. Aí eu só saio,

> realmente, assim, quando vai minha família toda. Quando vai pra uma praia. Aí, quando vai a família toda, eu vou na praia e fico lá brincando com eles. Quando eles vêm, venho embora também. De lazer só tenho esse. Mas, pra eu sair direto não, eu não vou mentir (M5).

> muito, muito mesmo. É, eu tenho uma carga de muito... muito estresse. Eu tô indo no psiquiatra e ele disse que meu nível de estresse tá muito alto e por causa disso eu adquiri a fibromialgia por conta do meu estresse (M6).

O lazer é um dos elementos essenciais para preservar o bem-estar, especialmente no contexto de indivíduos que vivem em proximidade com crianças portadoras de Transtorno do Espectro Autista (Barbosa; Fernandes, 2009). No entanto, é notório que para muitos pais e cuidadores, encontrar tempo para atividades de lazer pode ser um desafio significativo. A rotina intensa de cuidados e responsabilidades pode limitar as oportunidades de relaxamento e diversão, impactando diretamente na qualidade de vida desses indivíduos (Silva Junior et al., 2023).

Ao serem indagadas sobre como as instituições de saúde que atendem os seus filhos no SUS poderiam ajudar a aliviar o estresse diário e fornecer suporte aos pais, as participantes manifestam a carência de atividades e apoio durante as consultas. Propuseram a implementação de cursos e acompanhamento terapêutico com psicólogos, bem como a realização de palestras elucidativas sobre o TEA e a oferta de oficinas para ocupação mental durante o período em que seus filhos estão sob atendimento. Adicionalmente, enfatizaram a relevância de contar com profissionais da psicologia tanto para os pacientes quanto para os pais dentro das unidades de saúde, visando mitigar a necessidade de recorrer a outras fontes de auxílio devido à alta demanda e à escassez de especialistas disponíveis. Por fim, ressaltaram a importância de acesso regular a suporte psicológico para lidar com o estresse e os desafios cotidianos associados à condição de cuidadores de crianças com TEA.

> a demanda é muito grande. [...] no meu caso, eu acho que poderia ter tudo lá (referiu-se ao centro no qual o filho é atendido). Psicólogo, [...] para os pacientes e para os pais. Ter tudo lá. [...] é muita demanda para poucos profissionais. Só tem uma psicóloga lá pra atender um monte de gente (M2).

> ahhh, uma psicóloga para os pais, porque às vezes é difícil ter alguém para desabafar e eles poderiam né dar uma assistência para os pais para quando eles estivessem precisando. Pelo menos uma vez ao mês.

> Porque é difícil, quando eles estão em crise, a gente entra em crise junto (M6).

Sobre isso, Smeha e Cezar (2011) relatam que é necessário observar não apenas o indivíduo com TEA, mas também a família, especialmente a mãe, pois é ela quem assume as principais obrigações em relação aos cuidados essenciais diários do filho. Frente a isso, é vital criar estratégias de intervenção e proporcionar às mulheres um espaço onde possam ser ouvidas, compartilhar suas experiências, dividir suas dores e angústias, e diminuir suas incertezas. Nesse contexto, a psicologia pode servir como uma rede de suporte para as mães e contribuir para a prevenção de problemas de saúde mental nas famílias que têm membros neurodivergentes.

A expectativa social de que as mulheres sejam as principais responsáveis pelo cuidado familiar cria uma dinâmica em que o autocuidado é frequentemente visto como um luxo ou uma prioridade secundária. Isso se reflete na dificuldade em encontrar tempo e espaço para atender às próprias necessidades, seja em termos de saúde, descanso, lazer ou desenvolvimento pessoal. O sentimento de culpa que muitas mulheres experimentam ao priorizar seu próprio bem-estar em vez das demandas dos outros pode se tornar um obstáculo significativo. Assim, muitas acabam sacrificando suas próprias aspirações e saúde em nome do cuidado do outro (Saffioti, 1981).

A dificuldade de equilibrar o cuidado de si e o cuidado do outro não se limita apenas às questões de saúde física; ela se estende à saúde emocional e psicológica. A pressão constante para atender às necessidades dos outros pode levar a sentimentos de exaustão, ansiedade e depressão. Essa situação não apenas compromete o bem-estar das mulheres, mas também impacta a qualidade do cuidado que elas conseguem oferecer aos outros. Quando as mulheres não têm tempo para se cuidar, a capacidade de cuidar de seus filhos, parceiros e outros membros da família pode ser prejudicada, criando um ciclo vicioso de exaustão e insatisfação (Saffioti, 2004).

Considerações finais

A jornada das mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista é marcada por uma série de desafios complexos e multifacetados. Desde o início, ao buscar o diagnóstico para seus filhos, essas mulheres enfrentam obstáculos que vão desde a falta de informações precisas até a dificuldade de acesso aos serviços de saúde especializados. Esse processo muitas vezes é solitário e doloroso, exigindo das mães uma determinação e coragem extraordinárias para seguir em frente na busca por respostas e suporte adequado.

A desconstrução das expectativas em torno do filho ideal e do filho real é outro aspecto fundamental dessa jornada. Muitas vezes, as mães se veem confrontadas com a realidade de que seus filhos não correspondem às expectativas pré-concebidas, o que pode gerar sentimento de culpa, frustração e até mesmo luto.

Ao lidar com o TEA, as mães enfrentam um desafio constante de conciliar o cuidado do filho e o cuidado consigo mesmas. A dedicação integral ao bem-estar e desenvolvimento dos filhos muitas vezes leva as mães a negligenciarem suas próprias necessidades e saúde mental. A sobrecarga emocional e física pode levar a um esgotamento significativo, destacando a importância crucial de oferecer apoio prático e emocional às mães nesse contexto.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer o papel essencial de uma atenção multiprofissional e das redes de apoio no suporte às mães atípicas. Oferecer espaços seguros para compartilhar experiências, receber orientações e trocar informações é fundamental para promover o bem-estar emocional e a resiliência dessas mulheres. Além disso, é necessário desenvolver programas e serviços que atendam às necessidades específicas das mães, proporcionando apoio individualizado e acessível. Como soluções para melhorar a realidade investigada, sugere-se a implementação de grupos para pais baseados na partilha de vivências, grupos informativos que ofereçam orientações sobre o manejo do TEA na família, bem como grupos de apoio na sala de espera enquanto a criança está em consulta.

A intersecção entre gênero, sociedade e cultura, evidenciado como pressões sociais impõem às mães a carga de atender a padrões de cuidado que muitas vezes negligenciam suas próprias necessidades e desejos. Essa perspectiva revela que, para além das limitações institucionais e da falta de apoio emocional, há uma construção social

que marginaliza as experiências das mulheres, tornando-as responsáveis não apenas pelo bem-estar dos filhos, mas também pela gestão do sofrimento emocional e da culpa.

Como limitação do estudo destaca-se que o estudo envolveu apenas seis mães de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, o que pode limitar a generalização dos resultados para um contexto mais amplo de mulheres que vivenciam a maternidade atípica solo. A pesquisa pode não capturar a diversidade de experiências entre mulheres que vivenciam a maternidade atípica solo, uma vez que todas as participantes tinham filhos com TEA. Isso limita a compreensão das diferentes formas como as mães enfrentam desafios em diferentes contextos familiares e de saúde.

Por fim, deve-se considerar que aqui não se encerra a discussão da maternidade atípica. Recomenda-se que estudos subsequentes se concentrem na investigação do impacto do cuidado prestado à pessoa com Transtorno do Espectro Autista dentro de uma rede de apoio equilibrada. Além disso, sugere-se a realização de pesquisas de intervenção voltadas para a implementação de suporte psicológico direcionado às mães que acompanham seus filhos em terapias especializadas. Essas investigações podem fornecer subsídios valiosos para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de apoio e assistência às famílias atípicas, contribuindo para uma abordagem mais abrangente e holística no cuidado a indivíduos com TEA e seus cuidadores primários.

Referências

ALMEIDA, Fernanda Saraiva et al. Avaliação de aspectos emocionais e comportamentais de crianças com Transtorno do Espectro Autista. **Aletheia**, Canoas, v. 1, pág. 85-95, jun. 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942021000100010. Acesso em: 06 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2018. 68 p. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/40070/848544/abntnbr6023.pdf/092b145a-7dce-4b97-8514-364793d8877e. Acesso em: 13 fev. 2024.

BARBOSA, Milene Rossi Pereira; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda. Qualidade de vida dos cuidadores de crianças com transtorno do espectro autístico. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 14, n. 4, p. 482-486, 2009. https://doi.org/10.1590/S1516-80342009000400009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRUNETTO, Dayana; VARGAS, Gesiele. Meninas e mulheres autistas: completar o espectro é uma questão de gênero. **Cadernos de gênero e tecnologia**, v. 16, n. 47, p. 258-275, jan./jul. 2023. https://doi.org/10.3895/cgt.v16n47.15682

CDC - Centers for Disease Control and Prevention. **Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2020**. Disponível em: https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm?s_cid=ss7202a1_w. Acesso em: 13 de fev. 2024.

DUARTE, Aldylayne Elen Oliveira. Aceitação dos pais para o Transtorno do Espectro Autista do filho. **Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**. v. 5, n. 2, p. 53-63, jun. 2019. https://doi.org/10.17561/riai.v5.n2.5

DUARTE, Cintia Perez et al. Abordagem interdisciplinar para avaliação e intervenção em dificuldades alimentares no autismo. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 109–127, 2022. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/14913. Acesso em: 13 fev. 2024.

FEIJÓ, Janaína. Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos: O crescimento de domicílios tendo como pessoa de referência uma mãe solo faz parte das intensas transformações observadas nos arranjos familiares na última década. *In*: **Fundação Getulio Vargas**. [*S. l.*], 18 maio 2023. Disponível em: https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos. Acesso em: 14 fev. 2024.

FREIRE, Milson Gomes; CARDOSO, Heloísa dos Santos Peres. Diagnóstico do autismo em meninas: revisão sistemática. **Rev. Psicopedagogia**, v. 39, n. 120, p. 435-444, 2022. http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20220033

GALVÃO, Anna Larice Meneses et al. Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. e200743, 2021. https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200743

GALVÃO, Lize Borges. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 1, n. 1, 2023. https://doi.org/10.9771/revdirsex.v1i1.36872

GOMES, Paulyane T. M. et al. Autism in Brazil: a systematic review of family challenges and coping strategies. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 91, n. 2, p. 111-121, 2015. https://doi.org/10.1016/j.jped.2014.08.009

LOPES, Dulce Duarte; RODRIGUES, Fernanda Deotti; BARROS, Nathalia Daher Vieira de Moraes. Para além da Doença: Integralidade e Cuidado em Saúde. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 68-73, jul. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472012000100009&lng=pt&nrm=iso. acessos em 13 fev. 2024.

MAIA FILHO, Antônio Luiz Martins et al. A importância da família no cuidado da criança autista/the importance of the family in the care of autist children. **Saúde em Foco**. 2016;3(1): 66-83. Disponível em: http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/saudeemfoco/article/view/719. Acesso em: 13 fev. 2024.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991.

_____. **Análise de entrevista**. ABPEE, Marília, 2020, 284 p.

MARTELETO, Márcia Regina Fumagalli et al. Problemas de comportamento em crianças com Transtorno Autista. **Psicologia:**

Teoria e Pesquisa, v. 27, n. 1, p. 5–12, jan. 2011. https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100002

MARTINS, Helena. **Mães são responsáveis pela criação dos filhos até 3 anos em 89% dos casos**. Agência Brasil. Fortaleza, 7 nov de 2017. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/maes-sao-responsaveis-pela-criacao-dos-filhos-ate-3-anos-em-89-dos-casos. Acesso em: 13 fev. 2024.

MOREIRA, Jonathan Rosa; PERRINI, Pasquale; RIBEIRO, Jefferson Bruno Pereira. Mães trabalhadoras do sol nascente: Impressores sobre a relação entre maternidade, trabalho e políticas públicas. **Projeção, Direito e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 26-52, 2016. Disponível em: https://projecaociencia.com.br/index.php/Projecao2/article/view/729. Acesso em: 13 fev. 2024.

MOURA, Bruno de Freitas. **PNAD**: mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico. Agência Brasil. [S. l.], 11 ago. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico. Acesso em: 13 fev. 2024.

PIMENTA, Paula. As políticas públicas para o autismo no Brasil, Sob a ótica da psicanálise. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 1248-1262, dez. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-11682019000300019. Acesso em: 06 abr. 2025.

PINTO, Maria Benegelania et al. Significado do cuidado à criança deficiente com necessidades especiais: relato de mães. **Cienc Cuid Saude**, v. 13, n. 3, p. 549-555, 2014. http://dx.doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v13i3.22189

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, 2016. https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572

POSAR, Annio; VISCONTI, Paola. Sensory abnormalities in children with autism spectrum disorder. **Jornal de Pediatria**, v. 94, n. 4, p. 342–350, jul. 2018. https://doi.org/10.1016/j.jped.2017.08.008

REAL, L. M.; PARKER, R. A. Desenvolvendo perguntas para pesquisas. Trad. Nivaldo Montigelli Jr. In: REAL, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. (Coleção polemica) p. 08. 1987.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ºed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA JUNIOR, Omero Galdino da Silva et al. As Práticas de Consumo de Lazer de Famílias com Crianças Autistas. Interações: Sociedade e as novas modernidades, [S. l.], n. 44, p. 165–185, 2023. https://doi.org/10.31211/interacoes.n44.2023.a7

SILVA, Micheline; MULICK, James A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 1, 116–131, 2009. https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000100010

SMEHA, Luciane Najar; CEZAR, Pâmela Kurtz. A vivência da maternidade de mães de crianças com autismo. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 1, p. 43–50, mar. 2011. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/pe/a/QypM6WrpBcGX9LnwfvgqWpK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2024.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

The Unveiling of Single Mothers of Atypical Children from a Feminist

Abstract. Atypical motherhood, characterized by raising children with deviations from typical developmental patterns, leads to profound and specific transformations in the lives of women who experience it, compared to those whose children do not present any diagnosed disorders. The present study aims to identify and analyze the difficulties faced by women who experience atypical single motherhood from a feminist perspective. To this end, a descriptive study was conducted with six mothers of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder. The results indicate that the trajectories of these mothers are marked by complex and multifactorial challenges. It was observed that the intersection of gender, society, and culture contributes to the imposition of caregiving standards that often lead these women to neglect their own needs and desires in favor of exclusive dedication to their children.

KEYWORDS: Atypical motherhood. Feminism. Single motherhood.

Miguel Ferreira Júnior

Graduado em Psicologia pela Uninassau – Natal/RN, especialista em Psicologia da Educação e Análise do Comportamento Aplicada ao TEA pela Faculdade Focus, especialista em Sexologia Clínica pela Faculdade Metropolitana, mestre e doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor mestre do curso de Psicologia da Uninassau – Natal/RN.

Danilo de Freitas Araújo

Graduado em Psicologia pela Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN), Terapeuta Cognitivo Certificado pela Federação Brasileira de Terapias Cognitivas (FBTC), Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Especialista em Psicologia Clínica, com atuação na Abordagem Cognitivo-Comportamental, e Especialista em Terapias Cognitivas e Contextuais (Elo). Professor-Mestre do Curso de Psicologia na Faculdade Estácio - Natal/RN.

Renata Figueiredo Anomal

Professora Adjunta de Anatomia Humana no Departamento de Morfologia da UFRN, Mestre e Doutora em Ciências Biológicas (Fisiologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizou doutorado sanduíche na Universidade da Califórnia no laboratório do Dr. Michael Merzenich, na área de neuroplasticidade e sistemas sensoriais. Fez seu pós-doutorado na área de neurodesenvolvimento do córtex auditivo e autismo pelo Instituto do Cérebro, em colaboração com a Universidade McGill (Canadá).

Thaiza Teixeira Xavier Nobre

Graduada em Fisioterapia pela UFRN, Mestre e Doutora em Ciências da Saúde UFRN e Pós doutoramento pela Universidade de Évora (Departamento de Enfermagem/Envelhecimento). Especialista em Ativação do processo de mudança no ensino superior, Gestão do Trabalho e Educação em Saúde. Professora Associada IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/FACISA. Líder do grupo de pesquisa: Grupo Interdisciplinar de Estudos em Ciência, Saúde e Sociedade.

Recebido em: 21/02/2024

Aprovado em: 16/09/2024

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Humor na superfície, discriminação nas entrelinhas

A piada como elemento de estigmatização de corpos transgressores da cisheteronormatividade

Cristian Silva Tavares de Moura, *Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)*
Camila Miranda de Amorim Resende, *Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)*

O presente estudo tem por objetivo analisar a forma como corpos que transgridem a cisheteronormatividade são representados pela mídia de massa. Para essa finalidade, foi escolhida a metodologia qualitativa, por via da pesquisa documental, de episódios da "Escolinha do Professor Raimundo" — destacando o personagem "Seu Peru" — no programa original, de 1990 a 1995, reeditado no início dos anos 2000, e no programa da Nova Geração, com novos atores, exibido entre 2015 a 2020, ambos disponíveis no acervo Globoplay. Foi discutido como os elementos ditos femininos, como cor rosa, roupas e acessórios foram utilizados não para ressignificar o seu uso em homens, mas para servir de vexação por meio do estereótipo. O comportamento caricaturado como estereótipo também foi analisado como tendo sido utilizado para reforçar corpos não cisheteronormativos como excêntricos. Finalizando o estudo, foi observado que o humor presente no objeto estudado traduz, de modo deturpado, as possibilidades de vivência da população LGBTQIAP+ em uma performance limitada, estereotipada e fomentada a partir do reforço do preconceito do imaginário popular. Deste modo, é importante olhar para a subjetividade produzida a partir de programas como esse, em especial por ser, até os dias de hoje, um referencial de humor no país.

Palavras-Chave: Piada. Cisheteronormatividade. Preconceito. Mídia.

Introdução

A linguagem é um dos artifícios que a humanidade conquistou ao longo do tempo. Por meio dela, foi possível que o ser humano construísse um complexo sistema de códigos e signos para que se comunicasse em diversos níveis verbais e não-verbais. Também, com a conquista da linguagem, o indivíduo conseguiu sistematizar e transmitir sua subjetividade por via da cultura, da ética, da moral, dos fenômenos sociais, dos políticos e de todos os atravessamentos inteligíveis da humanidade.

O humor, como uma ramificação das possibilidades da linguagem, traz consigo fortes vínculos com o que uma sociedade tem de valor e régua moral. A piada — como uma das marcas características do humor - tem vislumbres que podem ser positivos, ao evocar boas sensações aos interlocutores, e negativos, que trazem sentimentos penosos e de vergonha — tem forte papel na propagação de preconceitos e discriminações encobertas de humor.

Com isso, muitas minorias representativas, como homossexuais, negros, indígenas, mulheres sofrem com estigmatizações e violências que transcorrem em vários níveis institucionais por meio do poder massificador e ideológico das mídias.

Essa pesquisa tem como objeto de estudo as formas que LGBTQIAP+[1] são categorizados pelas mídias, com enfoque para os programas de televisão da rede aberta destinadas ao humor e entretenimento. Com essa situação em pauta, levanta-se a problemática: como corpos transgressores da cisheteronormatividade[2] são representados na televisão aberta brasileira?

Por conseguinte, esse trabalho se justifica devido à carência de publicações que percorrem esse caminho de como o LGBTQIAP+ é visto na cultura popular, através dos programas televisivos da sociedade brasileira, visto que esse é um importante veículo formador de subjetividade no contexto social.

Com isso, o objetivo geral desse trabalho se dá em contribuir para a análise e estudo de como corpos que transgridem a

[1] Acrônimo que representa diversidades de gênero, sexualidade e expressões de gênero. Inclui-se lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras possibilidades de manifestações da subjetividade do afeto, identidades e performances (FARIA FILHO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2022).

[2] Sistema de normas sociais ao qual padroniza e privilegia que todos indivíduos se identifiquem com o gênero imposto ao nascimento, com a heterossexualidade e que essas construções são ideais e desejáveis (ROSA, 2020).

cisheteronormatividade são representados por programas de televisão da rede aberta — aqui selecionado o programa "A Escolinha do Professor Raimundo" original de 1990 e a Nova Geração de 2020 — e dentre os objetivos específicos estão: a) discorrer como a linguagem e o humor são pilares da subjetividade humana; b) compreender quais signos de linguagem são usados para representação do LGBTQIAP+ nos programas televisivos brasileiros; c) investigar a existência da discriminação de LGBTQIAP+ e sua possível forma de ocorrência; d) fazer comparativo em modo de representação LGBTQIAP+ na rede aberta: na década de 90 e em 2020.

A linguagem como condutora de subjetividade

A humanidade possui um complexo sistema de interação social. Com o domínio da linguagem, o ser humano sai da condição de indivíduo e adquire um sistema de significados que atua codificando o mundo e entendendo sua realidade (Brasil, 1998). Com isso, através da linguagem, dentre suas variações verbais e não-verbais, faladas, escritas ou representadas, o homem adquire uma nova faceta como sujeito significante da sua realidade e do que lhe cerca (Dias, 2014).

Vale salientar que, a partir desse olhar, a linguagem ultrapassa a barreira de signos comunicativos e ganha diversas facetas que a atravessa, já que constitui e é constituída pelos sujeitos, por via das representações da subjetividade e da composição das interações sociais (Dias, 2014).

Dentre os aspectos a partir dos quais a linguagem pode ser observada, segundo Mousinho et al. (2008), destaca-se o da intenção comunicativa, no qual o indivíduo consegue se comunicar e colocar sua intencionalidade por via de recursos gradativamente mais robustos e que se adaptam à realidade em que a sociedade está inserida. Por outra ótica, o conteúdo e o uso que as linguagens se configuram trazem consigo o significado que está por trás da intencionalidade da frase dita, no espectro semântico, e do uso social do que se propõe a falar, não bastando emitir apenas sons, mas adequar o que se diz no contexto ao qual se está inserido, no aspecto pragmático.

A linguagem, por ser culturalmente dada, define características de expressão que se manifestarão no sujeito. O humor surge, por sua vez, como um dos fenômenos linguísticos. Soares et al. (2014) ao citar Morrell (1997) e Chapman (2007) dispõem que uma das principais

funções do humor é a de ser um mediador das relações, como um dos primeiros movimentos para gerar aproximação entre sujeitos, por via do riso, aumentando questões como o sentimento de confiança entre indivíduos e grupos.

O riso tem efeitos positivos e negativos. O lado positivo é o que promove uma boa reflexão, alegria, por via do acolhimento, por via do "rir junto". O lado negativo é o que traz desconforto, vergonha, é penoso — oposto à alegria, histérico, funciona por via do "riso de exclusão", no qual o humor é voltado para mostrar a alguém o que acha ridículo (La Taille, 2016).

Assim como a linguagem, o humor possui características de intencionalidade e está integralmente imerso no que a cultura propõe como régua balizadora, conforme observado por Moreira.

> Ao contrário do que muitos atores sociais pensam, o humor não é mero produto de ideias que surgem espontaneamente nas cabeças das pessoas. As piadas que elas [as pessoas] contam são produtos culturais, são manifestações de sentidos culturais que existem em dada sociedade. Por esse motivo, o humor não pode ser reduzido a algo independente do contexto social no qual existe. A produção do efeito cômico depende dos significados culturais existentes nas mensagens que circulam nas interações entre os indivíduos. Ele é, portanto, um tipo de mensagem que expressa o status cultural de que as pessoas gozam em uma determinada comunidade. Uma análise histórica das produções humorísticas em nossa sociedade demonstra que elas sempre reproduziram ideias derrogatórias sobre minorias [...], as mesmas que eram utilizadas para conferir tratamento desfavorável a elas em outras situações. (Moreira, 2019, p. 63)

O humor então se marca para além de uma simples linguagem de entretenimento, é possível analisa-lo sob a ótica de um dispositivo cultural complexo que projeta tensões culturais, sociais, políticas e da própria subjetividade. Umberto Eco (2003), em sua obra "O Nome da Rosa", e Saliba (2002) já discorreram que o riso tem papel operante como recurso crítico e de manutenção das normas sociais. Eco afirma que o humor possui desenho semântico, enquanto Saliba o observa como expressão histórica da moralidade e autoridade.

Ainda que a proposta do artigo não seja discorrer sobre a teoria do humor, é importante ressaltar, para além do campo social e linguístico, que Freud (1905) a partir do olhar psicanalítico também se refere à temática ao abordar o "chiste" como uma catarse do coletivo, de liberação da tensão psíquica.

Logo, ao tratarmos o humor televisivo dentro do contexto apresentado nessa pesquisa, é possível perceber que ele não é neutro, mas agregado de valores, tensões, expressões culturais muitas vezes naturalizadas.

A LGBTfobia no contexto do humor

A retratação de pessoas e suas subjetividades como raça, etnia, modos de viver, feminilidades, masculinidades, sexualidades e outras possibilidades de vida e de suas manifestações são alguns dos tópicos que podemos observar como fatores de valor, tensão e expressão cultural ao qual a televisão se apropriou e se apropria (Risk; Dos Santos, 2019).

Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais e outros (LGBTQIAP+), por muito tempo, e ainda se fazendo presente, são vexadas e caricaturadas em diversos contextos da vida cotidiana, em cenários familiares, grupos sociais, instituições públicas e particulares, que podem ir desde uma "homofobia recreativa" (Albuquerque, 2023) — partindo de uma piada reforçada em vexação, estigma e estereótipo — percorrendo para uma violência física ou até mesmo a concretização da morte. Com isso, LGBTQIAP+ sofrem em programas de televisão, filmes, novelas, séries, principalmente por meio do escárnio ao incorporarem signos ditos femininos (Risk; Dos Santos, 2019), reduzindo toda sua subjetividade em características disfuncionais, por via da lógica heterossexual, em regulação do que dizem, falam, como se vestem, trejeitos, pensamentos (Rodrigues, 2008).

Butler (2021) aborda sobre a origem da opressão e da exclusão social e argumenta que a homofobia é uma forma de discriminação baseada na normatividade sexual. Ainda de acordo com a autora, a homofobia é perpetuada por discursos normativos que conotam sentidos ruins a homossexualidade e constroem a heterossexualidade como a única forma aceitável de orientação sexual.

A família, a religião, as escolas são instituições sociais que ajudam no fomento da LGBTfobia ao terem como balizes a preservação da norma sexual e a marginalização daqueles que não se encaixam nos padrões sociais desejáveis (Butler, 2021). Vale ressaltar, que o discurso de ódio vai para além das palavras ofensivas, mas também se manifesta como uma prática subjetiva, ao qual possui implicações e consequências em várias esferas (Butler, 2021). Sob essa perspectiva, piadas podem

reforçar estereótipos negativos sobre a comunidade LGBTQIAP+ e aumentar a discriminação e a exclusão.

Metodologia

A presente investigação é uma pesquisa exploratória. Gil (2008) explica que este tipo de pesquisa tem o objetivo de desenvolver e esclarecer ideias para formulações de problemas e discussões de hipóteses, buscando proporcionar uma visão geral de determinado fato. Quanto ao procedimento, pesquisa é documental, Gil (2008) assevera ser composta por dados relativos às pessoas sob a forma de documentos, como vídeos, fotos, jornais e livros. A pesquisa documental proporciona vislumbrar e detectar mudanças na sociedade, na estrutura e conjuntura coletiva, na cultura, nos valores sociais e nas atitudes, uma vez que a sociedade muda continuamente e não basta a observação e a entrevista para abranger a dinâmica desses fenômenos (Gil, 2008).

O pesquisador social lembra que não apenas documentos escritos são utilizados para a pesquisa científica, mas qualquer objeto que possa contribuir para o estudo de um fenômeno. Esta pesquisa, em especial, voltou-se para registros chamados pelo autor de episódicos e privados, que são os registros achados por via de imagens visuais encontrados em meios de comunicação de massa que Gil (2008) afirma ser uma importante fonte de dados, já que permite ao pesquisador lidar com o passado histórico para poder contemplar aspectos da sociedade atual.

Sobre o cenário escolhido, foi pesquisada a forma como a rede aberta de televisão brasileira, em seus núcleos de comédias televisivas, representa personagens LGBTQIAP+, buscando traçar um comparativo com pesquisas bibliográficas sobre o tema. O enfoque escolhido neste estudo foi o programa "Escolinha do Professor Raimundo", da Rede Globo de Comunicações, o qual foi selecionado por ter sido um programa de grande relevância no cotidiano do brasileiro – com extenso período de exibição na televisão aberta: de agosto de 1990 a maio de 1995 (com periodicidade diária) e uma segunda fase criada com duração de maio de 2001 a dezembro do mesmo ano – ao ponto de ser reeditado entre 2015 a 2020.

O programa objeto de análise desse artigo foi produzido em um contexto que o país passava por significativas mudanças sociais e políticas. A década de 90 marcou a consolidação da televisão como principal meio de entretenimento, num momento em que a cultura

popular televisiva refletia, conforme analisado por Risk e Dos Santos (2019), modos de viver, sentir e estereótipos sociais – como os de gênero, raça e sexualidade – que se demonstravam aceitos e, em muitos casos, naturalizados pela sociedade. Bakhtin (2008) convoca à reflexão de que aquilo que gera o humor também é reflexo dos valores e das ansiedades sociais de um período, evidenciando que a piada pode surgir nesse contexto para espelhar as tensões das mudanças das configurações de uma sociedade, o que também se pode observar no próprio fenômeno do funcionamento dos programas televisivos.

Além disso, a escolha do objeto de estudo também se deu pelo programa apresentar vários personagens marcados na cultura popular e ter um projeto de humor simples e cotidiano, como a sala de aula, o que serve até os dias atuais como referência em humor e improviso de atuação.

Para a pesquisa, foram escolhidos cinco episódios da versão original e cinco episódios da nova formação, ilustrados na tabela 1 e disponíveis no acervo Globoplay. Tais episódios foram selecionados considerando o tempo de tela e número de falas do "Seu Peru", personagem que representa os estereótipos e trejeitos ditos de LGBTQIAP+, para melhor análise a partir da sua atuação e suas performances.

Partindo desses episódios, a análise culminou em três categorias temáticas, sendo elas: a) comportamento e vestimenta, que buscou entender como a linguagem corporal e trejeitos do personagem são representados; b) linguagem, que objetivou analisar a forma e o contexto que são representadas as falas verbais, como gírias e conotações, bem como a comunicação não-verbal do personagem; c) estereótipo e performance, ao buscar comportamentos preconcebidos, padronizados e generalizados da corporeidade LGBTQIAP+.

Tabela 1: Episódios analisados

Escolinha do Professor Raimundo Original	Escolinha do Professor Raimundo: Nova Geração
Temporada 3 – Episódio 385	Temporada 1 – Episódio 1
Temporada 3 – Episódio 392	Temporada 2 – Episódio 4
Temporada 3 – Episódio 395	Temporada 4 – Episódio 4
Temporada 4 – Episódio 684	Temporada 5 – Episódio 2
Temporada 4 – Episódio 742	Temporada 6 – Episódio 4

Fonte: Elaboração própria

Resultados e Discussões

A Escolinha do Professor Raimundo foi um programa humorístico que representava a paródia de uma escola, na qual o humor era baseado nas interações cotidianas dos alunos com outros alunos e com o professor, sendo uma das marcas do programa a improvisação (Globo, 2021).

A atração foi criada por Haroldo Barbosa, radialista e humorista, que fundou a Escolinha do Professor Raimundo em 1952 para a Rádio Mayrink Veiga. Posteriormente, em 1957, o programa migrou para a televisão como parte do Noites Cariocas, transmitido pela TV Rio. Representou um quadro conduzido por Chico Anysio em vários programas humorísticos por quase quatro décadas, como Chico City em 1973; Chico Anysio Show, em 1982; até que finalmente, em 1990, a atração se tornou independente na Globo e se estabeleceu como um dos grandes clássicos da televisão brasileira (Globo, 2021).

Na Escolinha, ainda de acordo com a Globo (2021), cada episódio do programa trabalhava um tema diferente e os alunos interpretavam personagens estereotipados como o tímido, o galanteador, o bagunceiro, o valentão e o inteligente. O personagem ao qual esse trabalho se debruça é o “Seu Peru”, um aluno de idade mais avançada, que interpreta o homossexual do programa humorístico, e trazia sempre respostas rápidas caracterizadas pelo duplo sentido e irreverência.

Figura 1: "Seu Peru", personagem interpretado pelos atores Orlando Drummond (à direita, entre 1952 e 2001) e Marcos Caruso (à esquerda, entre 2015 e 2020), no programa "Escolinha do Professor Raimundo"



Fonte: Globo (2021)

Ao fazer análise da pesquisa, foi primeiramente observado que as duas versões da Escolinha do Professor Raimundo possuem características muito próximas no sentido estrutural. A Nova Geração, no que tange aos episódios estudados, é uma continuação da versão original, sem reformulações ou mudanças em sua disposição. Durante as décadas de programa, as piadas e o humor utilizados foram reaproveitados e tratados sob uma mesma égide de recurso linguístico, reiterando estereótipos, arquétipos e situações com os personagens.

Ao analisar os episódios e buscar signos em "Seu Peru" que transgridem a régua da cisheteronormatividade, pode-se observar múltiplas inferências, começando pela vestimenta, que diz respeito à construção social sob a ótica da expressão de gênero. O personagem "Seu Peru" veste roupas que são culturalmente consideradas femininas, o que corrobora com o já destacado a partir de Risk e Dos Santos (2019) a respeito do escárnio do personagem ao incorporar elementos ditos de mulheres, como o uso predominante da cor rosa, além de outras cores vibrantes e fluorescentes, como o lenço na testa e ao redor do pescoço, a alocação de pedrarias e brilhos nas peças que usa.

O personagem também possui uma expressão corporal exagerada e excessivamente gesticulada, o que também se alinha com a visão de Rodrigues (2008) sobre estereótipos imputados a corpos que não se enquadram na heteronormatividade e que são tratados de forma discriminatória e pejorativa, como chamá-los de "afetados".

Importante destacar que tais elementos não estão presentes no personagem com o propósito de ressignificação desses signos, mas para gerar o humor vexatório pela via do disfuncional (Rodrigues, 2008). Ou seja, é de suma importância enfatizar que os elementos e signos

femininos não são e nem devem ser considerados elementos de vexação ou inferiorização, muito menos de serem analisados como signos jocosos. O debate se coloca a partir do momento em que estes elementos, quando performados por um homem, são tidos como disfuncionais ou colocados como fatores motivadores de desqualificação ou escárnio.

Ao falar sobre masculinidades, Kimmel (2006) enfatiza que o patriarcado impõe normas rígidas de performances ao homem, e qualquer desvio desse modelo dado (como as identificações com os signos femininos, conforme o texto aponta) é punido com a segregação, piada, violência. Dessa forma, o humor se apresenta e reforça essas construções.

Outro ponto que é possível analisar são os diálogos excessivamente reforçadores desses estereótipos e discursos que promovem a discriminação, uma das marcas do personagem, o que, segundo Butler (2021), catalisa e facilita a exclusão social. Como ilustração, no episódio 742 da quarta temporada da versão original do programa, “Seu Peru” fala do compositor polonês Chopin. Ele disse que o pianista tocava muito bem, mas não revelaria em quem ele tocava. Em seguida, complementa sua resposta, sugerindo que Chopin possuía uma personalidade feminina, fazendo referência à maneira como ele se sentava e ao fato de que ele retirava um lenço rosa e recitava poesia para o público.

No episódio 684 da quarta temporada, também da versão original do programa, “Seu Peru” sugere a possibilidade da homossexualidade da figura histórica Davi, baseando-se em estereótipos de gênero, tais como o uso de roupas ajustadas ao corpo, como saias, e calçados que carregam conotações de submissão, como sandálias "tipo escrava", conforme fala do personagem, além de fazer referência à presença de um acessório tipicamente feminino, como a bolsa. Posteriormente, após receber uma avaliação insatisfatória do professor, “Seu Peru” aceita a nota, mas diz que vai levar mais um para a "irmandade", clara referência à população LGBTQIAP+. Nesse episódio, ocorre novamente o descrito por Risk e Dos Santos (2019) ao trabalhar simbologias ditas femininas para reforço de estereótipos em homossexuais.

Essa mesma estrutura, conforme anteriormente dito, se mantém na Nova Geração do programa, não havendo uma reconstrução do personagem, mas apenas uma continuidade do que já acontecera. No primeiro episódio da primeira temporada da Nova Geração, ocorre um paralelo exato do ocorrido com as figuras de Chopin e Davi, na versão original. Dessa vez, “Seu Peru” fala de Cristóvão Colombo e informa que o navegador genovês era chamado de “Crica”, uma “colombina”, e que

Cristóvão cruzava os sete mares com “marujos saradões” e chapéu de veludo rosa, atracando em proa a bombordo com a bandeira ao mastro tremulando ao ver o arco-íris.

Esse contexto é um indicativo de como o humor preconceituoso é baseado no aprisionamento e generalização dos corpos a uma única possibilidade, conforme observado por Butler (2021), o que mantém a lógica cisheteronormativa como via exclusiva do desejo afetivo e sexual. Além disso, se exemplifica a fala de Rodrigues (2008) ao se utilizar de símbolos, como o arco-íris, para gerar piada ou um significante pejorativo ou inferior. Vale ressaltar que o arco-íris é um importante símbolo do movimento LGBTQIAP+.

A conotação sexual das falas e do próprio nome do personagem refere-se ao estereótipo de promiscuidade associado à população LGBTQIAP+, algo que atravessa a linguagem, o corpo, a cultura e o social. “Seu Peru” pode, conotativamente, ser lido como “seu pênis”, o que é usado para se referir à própria identidade do personagem, seu nome, como algo a ser introjetado em si. O questionamento que fica é se o “Seu” seria uma redução do pronome de tratamento “senhor” ou se essa palavra se refere ao pronome possessivo “seu” que ampliaria a problematização neste caso, uma vez que o personagem faria alusão genital e sexual do outro para si mesmo.

Não obstante, é comum observar socialmente a vinculação da sexualidade exacerbada e da falta de pudor no imagético social quando se trata de LGBTQIAP+, principalmente após a epidemia de HIV/AIDS que ocorreu nos anos 80 ao redor do mundo (SIMÕES, 2018). Exemplificando, “Seu Peru”, no episódio 392 da terceira temporada da versão original, assevera ter gostado muito que sua avó tivesse catarata, visto que ele, enquanto bebê, chorava, pedia por uma chupeta, e sua avó colocava no local errado, o que ele apreciava, fazendo uma associação com penetração anal.

Isso também permanece na Nova Geração, como no episódio já citado em que “Seu Peru” fala sobre Cristóvão Colombo. Segundo ele, Cristóvão Colombo, ao ser alertado por um tripulante que os indígenas comiam gente, ao invés de se atirar no bote, atirou-se no “bofe”, uma gíria para se referir a homem (Silva; Martins, 2020). O personagem segue destacando que Cristóvão Colombo percebeu que todos os indígenas eram LGBT — lindos, gostosos, bonitos e taradões, segundo o personagem — impulsionado pelo fato dos indígenas estarem com o “urucum de fora” e que nunca “Crica” havia visto tanta “mandioca de

fora", fazendo uma analogia sexual de urucum com nádegas e mandioca com pênis.

A apresentação do personagem sugere também uma discriminação pelo uso das falas, como no episódio 4 da sexta temporada da Nova Geração ao qual o professor questiona "Seu Peru" sobre o grande movimento de efervescência cultural da história recente "Belle Époque" e ele entende "Belo é poc" e, assim, fala sobre o cantor de pagode Belo e questiona sua sexualidade. Silva e Martins (2020) relatam que o termo "poc" é utilizado como jargão ofensivo para tratar homossexuais afeminados de baixa renda que supostamente usariam saltos que levam à ocorrência de uma onomatopeia ao andar provocada pelo som do salto ao encostar no chão: "poc".

Essas abordagens feitas pelo "Seu Peru" reiteram o estereótipo da performance e de como subjetividades não-normativas são consideradas excêntricas. Reforçam, deste modo, a imaginação popular das possibilidades de existência destas subjetividades como vexativas, subversivas e promíscuas.

Conclusão

O humor é uma das principais vias de comunicação que existe dentro do contexto da linguagem. Por ser de fácil entendimento e vinculado à cultura de um lugar, tem diferentes efeitos variando de acordo com seu alvo. Esse artigo pontuou justamente como o humor pode ser uma via de discriminação com pessoas LGBTQIAP+ dentro das mídias de massa, baseando-se especificamente no personagem "Seu Peru" da Escolinha do Professor Raimundo como objeto de estudo.

O programa humorístico foi exibido na televisão aberta durante décadas e, por sua vez, tornou-se um programa da família brasileira, uma vez que era transmitido em horário acessível, ao fim da tarde, em periodicidade diária, o que exponenciou uma massificação ideológica do estigma. Essas composições de horário, acessibilidade e fórmulas de humor traduziram, de modo deformado, as possibilidades de vivência da população LGBTQIAP+ em uma performance limitada, estereotipada e fomentada a partir do reforço do preconceito do imaginário popular.

Foi observado que corpos que transgridem a cisheteronormatividade são representados a partir do aprisionamento das possibilidades de ser e existir a partir da linguagem (verbal e não-verbal), uma vez que a pauta se homogeniza com o imaginário popular e

não com uma construção narrativa dos personagens ou pedagogia dessas vivências. Na Escolinha, como analisado, a atribuição de elementos ditos femininos a um corpo homossexual, de “Seu Peru”, não ocorreu para gerar um debate de ressignificação de elementos, mas para propor o escárnio que foi potencializado a partir da fórmula simples de construção de humor, porém eficaz e palatável, que captura toda uma existência complexa e a projeta em fragmentos reducionistas.

Dessa mesma forma, há um trabalho de restrição da pessoa LGBTQIAP+ à sexualidade exacerbada e aos trejeitos e linguagens ditos femininos. A única via de escape desse cenário seria a fuga para a cisheteronormatividade, não abrindo espaço para possibilidades de expressões de gênero e seus espectros, o que também responde à problemática desta pesquisa.

Vale ressaltar que pode haver outras possibilidades de interpretações, o que não afeta essa pesquisa, uma vez que o objeto foi, e continua sendo, um expoente referencial de humor no contexto brasileiro nos dias atuais.

Pesquisas futuras são válidas e importantes, principalmente para ampliação de estudos de como personagens LGBTQIAP+ são aprisionados na fórmula cisheteronormativa, representados no contexto cultural e como isso implica na construção da subjetividade das novas gerações.

Referências

ALBUQUERQUE, Mateus de Melo. **Masculinidades bicha: quando os homens se colocam contra a hegemonia**. 2023. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BRASIL, Secretaria de Educação. Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Brasília, 1998.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio: uma política do**

performativo. ed. São Paulo: Unesp, 2021.

DIAS, Rosangela Hanel. Linguagem, interação e socialização: contribuições de Mead e Bakhtin. **X ANPED SUL**, Florianópolis, 1 out. 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/539-0.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

ECO, Umberto. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

FARIA FILHO, Fausto de Melo; OLIVEIRA, Rafael Alves; RODRIGUES, Érick Luiz de Paulo. **LGBTQIA+**: um guia educativo. 1. ed. ampl. Ceres, GO: IF Goiano, 2022. 93 p. ISBN: 978-65-87469-37-9. Disponível em: <https://informatica.ifgoiano.edu.br/ifemmovimento/wp-content/uploads/2022/06/LGBTQIAP-Um-guia-educativo-Final.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

FREUD, Sigmund. **O chiste e sua relação com o inconsciente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBO. **Memória Globo**. Acervo/Globo, 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/humor/escolinha-do-professor-raimundo/noticia/estreia-na-globo.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2023.

KIMMEL, Michael S.. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71831998000200007.

LA TAILLE, Yves de. **Humor e Tristeza: O direito de rir**. Campinas, SP: Papirus, 2016.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. Coleção feminismos plurais. RIBEIRO, Djamila (coord.). Pólen Livros: São Paulo, 2019.

MOUSINHO, Renata et al. Aquisição e desenvolvimento da linguagem: dificuldades que podem surgir neste percurso. **Revista Psicopedagia**, São Paulo , v. 25, n. 78, p. 297-306, 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862008000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 dez. 2022

RISK, Eduardo Name; DOS SANTOS, Manoel Antônio. A construção de personagens homossexuais em telenovelas a partir do cômico. **Rev. Subj.**, Fortaleza , v. 19, n. 2, p. 1-14, ago. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-76920190002000001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 dez. 2022.

RODRIGUES, André Iribure. **As representações das homossexualidades na publicidade e propaganda veiculadas na televisão brasileira: um olhar contemporâneo das últimas três décadas**. 2008. 309p. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. "Cisheteronormatividade como instituição total". **Cadernos PETFilosofia**, Teresina, v. 18, n. 2, p. 59-103, 2020. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171/41349>. Acesso em 30/05/2023.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, André Luiz Souza da; MARTINS, Iara Ferreira de Melo. A leitura e a construção de sentidos a partir da gíria LGBT no gênero "meme". **Leitura**, [S. l.], n. 66, p. 18–34, 2020. DOI: 10.28998/2317-9945.2020v0n66p18-34.

SIMÕES, Júlio Assis. Gerações, mudanças e continuidades na experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de HIV-Aids. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S.L.], n. 29, p. 313-339, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.15.a.

SOARES, Adriana Benevides et al . Humor: ingrediente indispensável nas relações sociais. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 16, n. 2, p.

93-105, ago. 2014 .Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151668720140002000009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 dez. 2022.

Humor on the surface, discrimination between the lines: Jokes as an element of stigmatization of transgressive Bodies under cisheteronormativity

The present study aims to analyze how bodies that transgress cisheteronormativity are represented by mass media. To this end, a qualitative methodology was chosen, through documentary research, focusing on episodes of "Escolinha do Professor Raimundo" — highlighting the character “Seu Peru” — in the original program from 1990 to 1995, which was reedited in the early 2000s, and in the New Generation version, with new actors, aired between 2015 and 2020, both available on the Globoplay platform. The study discusses how elements considered feminine, such as the color pink, clothing, and accessories, were not used to resignify their use in men, but rather to ridicule through stereotypes. Caricatured behavior as a stereotype was also analyzed as a tool used to reinforce the portrayal of non-cisheteronormative bodies as eccentric. Concluding the study, it was observed that the humor present in the analyzed content distorts and restricts the lived experiences of the LGBTQIAP+ population to a limited, stereotyped performance, shaped by and reinforcing popular prejudice. Therefore, it is important to critically consider the subjectivities produced by such programs, especially given their ongoing influence as a national reference in humor.

KEYWORDS: Joke. Cisheteronormativity. Prejudice. Media.

Cristian Silva Tavares de MOURA
Especialista em Gênero e Sexualidade. Psicólogo egresso do Centro Universitário Geraldo di Biase / Volta Redonda – RJ.
E-mail: cristiandemoura@live.com

Camila Miranda de Amorim RESENDE
Mestre e Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Programa EICOS/IP/UFRJ. Professora do Centro Universitário Geraldo di Biase / Volta Redonda – RJ e Psicóloga do Intituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: camila.mdamorim@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3820-8723

Recebido em: 14/11/2024
Aprovado em: 01/04/2025

ISSN 2525-6904

ENTREVISTA

Fazendo festa diante do caos.
Entrevista com Sara Wagner York

Miriam Pillar Grossi, *Universidade Federal de Santa Catarina*.
Cristian Darouiche, *Universidad Nacional de Mar del Plata-Universidade Federal de Santa Catarina*

Resumo. A entrevista realizada com Sara é um convite a conhecer, não só uma história pessoal de luta por reconhecimento e resistências às transfobias, mas sobretudo para refletir sobre três questões de grande importância para as teorias feministas e queer no Brasil: a) o impacto epistêmico que a forte presença de intelectuais travestis e trans têm trazido à universidade brasileira na última década, b) a força dos movimentos LGBTQIA+ no brasil e por fim c) a importância das novas tecnologias no campo da educação, que é uma das principais contribuições de Sara York aos campos dos estudos feministas e queer no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Sara Wagner York. Ativismo LGBTQIA+. Educação.

Introdução

Esta entrevista foi realizada na quinta-feira 5 de junho de 2025. Graças às possibilidades de encontros virtuais que o período da pandemia de Covid-19 permitiu e que se tornou parte integrante de nosso cotidiano acadêmico. Fizemos esta entrevista, de modo virtual, com Sara Wagner York, ela no Rio de Janeiro e nós, entrevistador(a) Miriam Grossi e Cristian Darouiche, em Florianópolis.

Sara é uma das vozes trans das mais potentes hoje no Brasil, como comunicadora e intelectual engajada. Foi moradora de rua. Primeira âncora travesti da TV brasileira, é conhecida por seus programas "Sextou com Sara" e "Programa de Travesti" no canal Youtube de TV 247. Prestes a defender o doutorado em Educação na UERJ, Sara tem uma sólida trajetória acadêmica, tendo feito vários cursos de graduação (em Pedagogia, Letras - Inglês, Português, Línguas Vernáculas-, Jornalismo e Biomedicina), muitos cursos de especialização e aperfeiçoamento no campo da Educação como Gênero e Sexualidade (GES) e Orientação, Supervisão e Inspeção Escolar e defendido em 2020 mestrado em Educação na UERJ com dissertação intitulada *"Tia, você é Homem? Trans da/na educação: Des(a)fiando "cistemas"e ocupando a Pós-graduação*".

A entrevista

Cristian Darouiche: Você poderia nos contar rapidamente da sua história, onde nasceu, onde cresceu e estudou sua transição, sua migração para a Inglaterra e sua volta para o Brasil.
Miriam Grossi: Gostaríamos que tu contasses rapidamente para quem não te conhece ainda, conhecer um pouco dessa tua impactante trajetória.
Sara York: Eu sou uma criança que nasceu sem saber a sua origem. Eu fui descobrir que eu era uma criança adotada, na verdade retirada da minha genitora, por volta de 11/12 anos, no momento de minha expulsão de casa. Eu cresci com uma avó muito carinhosa, e eu sempre perguntava a ela porque que minha mãe não gostava de mim. Eu tinha essa percepção, que confirmei depois, quando eu descobri que minha mãe me pegou, ou talvez tenha me comprado ou se apossado de mim em um hospital do interior de Goiás, em uma cidade chamada Itapirapuã,

que nunca conheci. Eu só fui ver meu documento de registro quando, anos depois, eu fui fazer um trabalho para a ABRAI (Associação Brasileira de Pessoas Intersexo) para ajudar a entender o grande problema que é a certidão de nascido vivo. Para as pessoas Intersexo esse primeiro documento é fundamental. É um novo documento que minha geração não teve, porque antes não se tinha acesso a esse documento. E, ao fazer este trabalho para a ABRAI, eu lembrei que eu tinha esse documento desde muito jovem, que já tinha um documento que ninguém tinha. E neste momento eu vou atrás de minha história. Nunca consegui descobrir quem era minha mãe biológica. Dizem que era uma doida. Uma mulher doente mental, que tinha sido violentada por um artista de circo com quem teve uma relação. Então, eu vou nascer de um *golpe da barriga* da minha mãe, que não é minha genitora. Olha que complicada essa história. Ela tinha 4 filhos e precisava se livrar do casamento para poder ficar com o amante. E, para ficar com esse amante, ela deu um *golpe de barriga*: inventa que está grávida, e essa criança sou eu. Talvez o que ela não imaginasse, é que essa criança ia dar muito trabalho para ela. E ao "pegar uma criança", vem junto uma questão moral, uma questão que precede meu nascimento. E hoje entendo que foi o patriarcado que precedeu minha chegada no mundo.[1]

Eu vou ser expulsa de casa com uns 12 anos. Vou participar de Igrejas, buscando diversas formas de religar, na busca de Deus. Porque quem não tem nada e não tem com quem contar, vai atrás da religião. Lembro da minha avó falar e me mostrar uma imagem: "ó, olha para essa mulher aqui, oh, essa mulher é a chave de todas as respostas." Essa mulher era Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Minha avó paterna era muito católica e dizia: "toda vez que você tiver dúvida, venha aqui nessa mulher, porque ela tem todas as respostas para você. Nunca vai faltar resposta." Acho que eu fui procurar essas respostas na religião porque eu fui jogada pra fora de casa. Quem me recebeu na rua foram as travestis, porque eu já era travesti e quando fui colocada para fora de casa, meu irmão disse assim: "coloca para fora mesmo, mãe. Eu vi, ele estava fazendo programa ontem como os travestis." E para mim aquilo foi a glória. Eu já era uma criança que sempre apanhava muito e sofria muito nas e das piadas dos meus 4 irmãos, mas aquele dia foi o dia de alegria, porque na hora que ele falou isso, eu pensei: "Eita, esse é o meu lugar".

[1] Ela está se referindo a uma estrutura de dominação sobre as mulheres por parte dos homens -principalmente dos maridos- e as famílias. Tem muitas denominações sobre o conceito patriarcado, mas aqui está fazendo referência a uma dominação e um controle sobre a vida da mulher por parte dos homens (maridos).

Eu achei os meus iguais. Eu fui viver com essas travestis, cresci com essas travestis, até que por volta dos 14, 15 anos, quando meu pai fez grandes esforços, eu voltei pra casa. Mergulhei numa fase de profunda religiosidade, quase santa. Frequentei a igreja e me envolvi com um menino de 17 anos, preto e lindo. Eu, uma bichinha branquinha de 14 anos, estávamos vivendo "coisas", quando ele me proferiu: "Você vai para o inferno". Eu parei, e um pensamento atordoado me invadiu: "Mas estava tão bom, por que o inferno? Que absurdo é esse?" E então eu rebati: "Você também vai". Ele respondeu: "Não vou porque eu sou filho do pastor e aceitei Jesus". E foi assim que, aos 15 anos, eu adentrei uma igreja evangélica, a Assembleia de Deus.

Na igreja, absorvi toda a sua ritualística, as doutrinas sobre os pecados e a aceitação de Jesus. Compreendi que aquilo que eu sentia e fazia, o desejo carnal, era condenável. Contudo, aqui no Brasil, o entendimento da sutil diferença entre prática sexual e expressão de gênero estava muito aquém. Mesmo sem práticas sexuais homossexuais, minha expressão de gênero já era, por si só, condenatória. E foi ali que eu fui submetida à cura gay, à terapia de conversão. Durante essa terapia, me envolvi com a mãe do meu filho. Eu com quinze anos, ela com vinte e quatro. Eu estritamente não sabia o que estava fazendo; ela, sabia muito mais. E voltamos desse lugar, e ela estava grávida da única relação sexual que tivemos.

O crescimento do nosso filho foi um problema sério, pois éramos duas mulheres completamente despreparadas e com propósitos de vida absolutamente distintos. Esse filho se afastou do meu convívio aos cinco anos de idade. E então eu enlouqueci, procurando-o por todos os cantos. Morei no Brasil inteiro, fiz tudo o que se pode imaginar. Quinze anos depois, desisti de procurar, e em 2011, através das redes sociais, eu achei esse filho.

Eu já era cabeleireira, conhecida em Londres, famosa, já havia ganhado o prêmio de Cabeleireira Internacional. Mas nunca contava minha história, porque eu havia feito uso de drogas, fui moradora da cracolândia, e cheguei a ficar em coma. E quando saí do coma, prometi a mim mesma que jamais contaria essa história a ninguém, que eu precisava mudar minha história para transformar meu futuro. Ninguém dá uma chance a alguém que vem da cracolândia. Mas todo mundo dá uma chance a uma bicha famosa que vem com apoio dos pais do Brasil. E foi assim que eu, meticulosamente, mudei minha vida.

E, em Londres, eu estava fazendo o cabelo da **Elza Soares**, para o show da cantora do milênio da BBC de Londres. Eu fui fazer o cabelo da Elza (de quem eu já era fã, uma conexão de coração), levando uma manicure para quem eu tinha confidenciado: "Olha, você sabe muitas coisas muito particulares minhas, entre elas a questão do meu filho e da minha família, por favor, não conte para ninguém". Eu deixei a manicure um minuto com a Elza Soares e ela, nesse único minuto, desvelou todo o meu passado. Quando voltei, encontrei a Elza Soares, que até então estava rindo, com aquela expressão abatida. E aí eu falei: "O que é que aconteceu?" E ela, com uma voz que me atravessou, disse: "Só nós sabemos o que foi nossa perda. Ter sido traída". E quando ela falou isso, eu senti que estava sendo arrebentada, eu morri e eu abracei a Elza.

Aí Elsa diz, "somos vitoriosas, vamos dar um beijo, pra gente comemorar essa vida". Era moda os famosos darem selinho nas pessoas e ela diz: "vamos dar um selinho, porque isso vai ser a nossa marca". E aí ficamos amigas, ela publicou a foto nas redes sociais dela, e a foto viralizou. E aí eu recebo uma mensagem uma semana depois, dizendo assim: "liga pra o Brasil com urgência". Fiquei inquieta, pois aí deve ser algum desavisado, uma pessoa sem noção. Falei, eu não vou ligar porque eu não tenho nada que ver com essa gente feia, gente horrorosa. Mas meia hora depois eu ligo para o Brasil. Eu ligo, o telefone atende: "alô aqui a Sara de Londres". E aí a pessoa falou, "espera aí, só um minutinho" e quem atendeu, falou do outro lado, "bença pai, aqui é o Vitor, sou seu filho". Olha que coisa, meu filho me chama de pai. Naquele momento a última coisa que eu ia falar pra ele é: "me chama de mãe". Quer me chamar de qualquer coisa, eu ia entender. Nunca foi um problema para mim ele me chamar de pai, porque ele sabe que o pai dele tem duas tetas, que o pai dele é uma mulher. Ele tem essa consciência. Tinha 15 anos, que eu não via meu filho e para mim, esse é o momento de virada. Foi ali que eu decidi que eu ia voltar para o Brasil. Eu já tinha um plano traçado na cabeça em menos de cinco segundos: eu ia voltar para o Brasil, abrir um salão de beleza pois eu podia ganhar dinheiro como cabeleireira em qualquer lugar com a história e as fotos que eu tinha, e eu ia dar aulas de inglês em alguma escolinha, ser feliz com meu filho e ponto. Meu filho tinha vinte anos, redondo. Então esse momento é muito impactante e muito importante para mim.

Isso foi em 2011, mas em 1991, eu já conhecia toda a estrutura opressora brasileira. Por incrível que pareça, em 1992 eu vou fazer o "Rei da vela", porque eu já fazia teatro, como ator, um ator meio atriz, porque o personagem era "Totó Fruta do Conde". Este personagem é uma coisa

deslumbrante, e para fazê-lo eu já era Sara. A Sara nasceu cedo, porque muito jovem minha voz já era confundida com a voz da minha mãe. Tanto que quando eu atendia o telefone dizia “alô” e as pessoas diziam, “é a Branca que está falando”, e eu falava “não é o Júnior”. “É o Junior, com essa voz?” Talvez eu não fosse mesmo o Júnior e eu até brinco que o nome social é constitutivo da minha história, porque eu tive vários nomes sociais. Eu me chamei Marcela, eu me chamei Sandra, eu me chamei Surama, eu me chamei com vários nomes. Exatamente por causa da voz, tive meu primeiro emprego numa rádio, por causa da voz. Era o início das aulas no Studio Dançarte e aula de Teatro no Martim Cerere. Eu estava aprendendo e ensinando.

Então volto para o Rio de Janeiro, em 2011, para encontrar meu filho, e montar meu salão. Comprei a passagem e aluguei uma casa por um ano, organizei minha vida pois eu tinha poupado dinheiro ao longo do período em que morei em Londres. Eu aluguei um apartamento em Copacabana, um apartamento lindo, de frente ao mar, uma coisa boa de viver, num prédio em cima do Banco Itaú, onde estava meu dinheiro. Mas essa alegria durou só um dia, porque eu desci do apartamento e quando eu chego no banco Itaú para sacar o dinheiro, eu descubro que não tinha nenhum centavo na minha conta. Todo o dinheiro tinha sido sequestrado pela receita federal porque quando eu fui para a Europa, para Londres, meu irmão (e minha mãe) pegaram o meu nome para poder registrar um posto de gasolina. E esse posto ficou alienado e eu perdi meu nome dessa forma. Eu nunca mais vou ver esse dinheiro.

Meu filho vai chegar uma semana depois e eu já tinha coisas mais ou menos pagas, eu tinha duas notas de cinquenta libras, que dava algum dinheiro, mas não é um dinheiro para você ter um conforto. E aí meu filho chega, eu tenho esse vídeo, eu vejo meu filho no aeroporto Santos Dumont, ele imenso, ele grande, um metro e noventa e ele vem me abraçar. E quando abracei meu filho, aí eu me acabei. E foram cinco ou seis minutos de eternidade. Eu abraço, sinto o coração dele bater, e eu sinto no fundo. Eu pensei: tenho meu salão, meu filho e agora só falta dar aula de inglês. E aí passam dois homens do lado, e falam, “Olha aí a vergonha do Brasil”, “Olha o que esses viados estão fazendo”. Eu ouvi aquilo, fiz que não ouvi, meu filho ouviu também, depois ele me contou. A gente se afastou, o tempo passou e fiquei sem chão. Saí tentando pegar a mão dele, pegar o ombro, não sabia como agir, e ali eu também já entendia que ia ficar sem saúde mental, sem salão e sem filho. Porque estar perto dele poderia ser uma ameaça a vida dele. A gente vai para

Copacabana e no dia seguinte a gente é violentado novamente. Ele ia na frente e eu atrás. E eu vi e pensei: “olha que ombrão”, “cara que coisa bonita”. Eu fiz um filho, e olha esse tamanho que esse virou, e uma pessoa, e aí eu cheguei por trás dele e pego pelo ombro, e abraço, e falei, “você é lindo demais”. E aí mais uma vez, alguém joga uma pedra e fala: “vai tomar no cu, viado”. Eu paro. Fiquei com ele mais alguns dias, aluguei um apartamento mais longe do Rio porque sabia que não ia ter dinheiro para pagar o aluguel. Eu tinha uma amiga que tinha um salão, num hotel, em Barra de São João, no interior do Rio de Janeiro. Eu fui ficar com ela, fui morar com ela, sem um centavo. Ela me perguntava: “o que você vai querer comer Sara? O que você vai querer de café da manhã Sara?” E assim, durante uns seis meses. Ela nunca me pediu dinheiro, “dinheiro” nunca ouvi essa palavra. Aí eu me senti muito acolhida e ela disse: “eu acho que você não vai aguentar ficar parada muito tempo, porque você não inventa um negócio? Porque você não arruma um emprego num salão bacana?”. Neste momento eu decidi prestar um concurso. Arrumei um emprego num salão de beleza, passei no concurso da prefeitura e virei professora de teatro. Fui a primeira travesti concursada da região, aliás, até hoje não teve outra. Torno a ser professora de teatro em São Pedro da Aldeia (2014), porque eu tinha estudado teatro, tinha sido coreógrafa e me sustentei como coreógrafa por muito tempo.

Eu já estava mais propensa a entrar no campo da educação, depois que tinha entrado na escola. Fiz o vestibular da Universidade do Estácio de Sá, liguei pra meu filho, “filho, passei no vestibular do Estácio de Sá”, e aí ele falou assim, “Qual curso, meu pai?”. Aí ele diz assim: “pai, todo mundo passa no vestibular da Estácio”. Foi a primeira vez que eu senti um descrédito da universidade particular brasileira. E nesse mesmo dia, eu decidi prestar o vestibular da UERJ e passei em primeiro lugar. Fiz a duas universidades juntas. Eu fiz Inglês na Estácio, e fiz Pedagogia na UERJ. Eu fui graduada com a diferença de um ano, de uma pra outra, porque como são as mesmas disciplinas nos dois cursos eu fiz um monte de disciplinas na UERJ e depois validei na Estácio. Então acabei me formando em inglês antes de me graduar em pedagogia. Depois vieram as graduações em Letras, em Português, em Línguas Vernáculas, junto com as especializações em gênero e sexualidades pelo CLAM, a Especialização em Orientação Escolar, a Especialização em Inspeção Escolar e Supervisão Escolar, que são as três grandes áreas da escola, e para mim era muito importante fazer as três porque eu queria conversar com o diretor, queria conversar com o secretário, e queria conversar com

o professor. Queria entender como é que a gente se coloca nesses três lugares. E terminei o mestrado com esses títulos todos.

Mas no doutorado veio o problema. Eu passei por quatros processos seletivos e eu sou muito agradecida às professoras que me atenderam nesse processo. Porque eu disse para todas que eu ia prestar o processo seletivo em vários lugares, pois sei que não se deve prestar mais de um processo seletivo para o doutorado, e quem faz duas seleções fala. Mas eu sou uma coisa muito diferente, eu sou fora da curva porque eu tenho uma história, e essa história que me recebe na universidade. Então por essa história eu queria saber de minha nota, para poder me encontrar. E eu fiquei muito feliz porque passei em quatro Programas de Pós-Graduação e fui aceita por quatros grandes professoras, escolhi quatro mulheres, porque eu queria essa experiência com esse feminino combativo. Enfim, eu entro no doutorado. No entanto tive muitos problemas no doutorado, mas eu acho que foram problemas que me constituíram na pensadora que eu me tornei.

Em 2020, com a pandemia, tudo ficou tudo muito claro: eu doutoranda, bolsista e professora de EAD aqui na UERJ. Eu estava imersa nos estudos de Informática da Educação, o que me deu uma grande habilidade com Inteligência Artificial, prompts, regras e as metodologias do ensino a distância. Apliquei muito desse conhecimento na minha casa, que é super automatizada. Escrevo artigos da minha cozinha; dali eu simplesmente digo: "vamos escrever", e meu computador se abre e me pergunta: "É uma matéria, um artigo, o que você quer escrever, Sara York?".

Foi na pandemia que percebi algo crucial: quem tinha direito à cidade perdeu esse direito e precisou se virar no ciberespaço. E quem tinha direito ao ciberespaço não teve que se virar na cidade, por que todos estávamos supostamente isolados. Essa observação foi o início das ideias centrais da minha tese de doutorado, que explora a cultura pop, o programa de travestis, e o motivo pelo qual algumas pessoas são rapidamente aceitas com qualquer conteúdo, enquanto outras não.

Cristian Darouiche: Você coloca as redes e o cyberspace como um lugar bom. Quais são as estratégias do movimento LGBTIQA+ nessa luta com as ferramentas, pensando também na Argentina e no Brasil, onde a direita domina tão bem essas novas tecnologias?

Sara York: Tenho me aprofundado em uma vasta gama de autores, desde José Esteban Muñoz e Slavoj Žižek até outros teóricos contemporâneos. No entanto, sempre que leio esses trabalhos, me pego pensando que eles parecem desconhecer completamente as vozes das teóricas feministas brasileiras. Para nós, esse "caos" que eles descrevem é algo que "cai piroca na cabeça" – uma expressão que reflete a intensidade e a familiaridade com essa tragédia de um mundo fálico, um mundo falocêntrico. Isso aqui, nós já conhecemos desde que o mundo é mundo.

Esses teóricos estrangeiros, creio eu, não leram em português e, portanto, não compreendem a dimensão do caos que enfrentamos no Brasil há tantos anos. Minha leitura de autores como Jonathan Crary, que discute a atenção e a percepção no mundo contemporâneo, ou David Tenório, com suas análises sobre as dinâmicas sociais e culturais, e Fátima Lima, que oferece perspectivas críticas sobre gênero e poder, me fortalece nessa percepção. Eles iluminam como certas narrativas e presenças são rapidamente aceitas e disseminadas, independentemente do conteúdo, enquanto outras enfrentam barreiras intransponíveis.

Acredito que nós, do movimento LGBTQIA+, já estávamos inseridos nesse cenário, lutando por reconhecimento e espaço muito antes de as grandes teorias ocidentais o descreverem. Lembro-me de um professor que pesquisava a "Escola sem Partido" e detalhava como os professores passaram a ser monitorados, impedidos de dar aula com a porta fechada, entre outras restrições. E eu sempre dizia a ele: "Olha, esse fenômeno que você está estudando, eu já vivi, já estou lutando contra ele há muito tempo". Nossas estratégias nas redes, e no ciberespaço em geral, são forjadas a partir dessa resiliência e de um conhecimento empírico profundo das dinâmicas de exclusão e aceitação que os teóricos recém-descobertos ainda tentam decifrar.

Miriam Grossi: Então, você como se coloca no movimento LGTBIQA+, depois de cinco anos da pandemia, e com toda essa explosão virtual. A gente viveu as explosões das paradas nas ruas nos anos 2000. Como estás vendo as lutas agora?

Sara York: Minha jornada me constituiu como travesti, mas hoje eu busco me afirmar como mulher trans. Frequentemente me perguntam: 'Por que você quer ser uma mulher trans, Sara?' Eu sou genuinamente travesti, pois minha vivência foi ao lado de travestis; fui expulsa de casa por me juntar a elas. No passado, tínhamos os "dois T's" na sigla: travesti

e transexual. De repente, a separação entre mulheres trans e travestis começou a ser desfeita, pois as mulheres trans eram vistas como "limpinhas" e as travestis como "sujas". É por isso que não quero mais me definir apenas como travesti. Ao me identificar assim, corro o risco de apagar a existência das minhas irmãs que continuam em contextos de prostituição. Será que temos responsabilidade nisso? Estamos pensando direito sobre essa questão? Será que a junção dessas palavras as tornou sinônimos? Ela surtiu o efeito desejado?

Sobre a parada, a grande questão é: será que deixamos de ter a Parada Gay? Lutamos tanto para que fosse uma Parada LGBTQIAPN+, mas será que alcançamos esse objetivo? Não sei se conseguimos uma parada que não seja ainda predominantemente gay. Elas continuam sendo paradas gays, e vejo diversas evidências disso. Eu lutei muito ao lado dos movimentos sociais. Embora hoje eu não tenha nenhuma filiação formal, observo que chegamos ao absurdo de ver os próprios movimentos sociais produzindo notas técnicas para o governo. Se os movimentos sociais trans estão elaborando notas técnicas, qual é, então, a função dos funcionários qualificados que deveriam estar nos governos? São as nossas mentes que estão produzindo esses documentos, um absurdo com o qual ainda não estamos sabendo lidar.

Por outro lado, vejo transformações sociais significativas. Por exemplo, as 'mesas brancas' não existem mais. Hoje, em qualquer evento, se há uma mesa composta apenas por homens brancos cis-hetero, a comunidade não hesita em questionar: "cadê o Exu que estava aqui?", cobrando a diversidade. Essas mudanças, mesmo que graduais, são sinais de que a luta continua, e com novas estratégias.

Miriam Grossi: A gente percebe que tua reflexão sobre movimentos se dá em múltiplas dimensões, não só no movimento trans, LGTBIQA+. Tu tens te declarado como uma pessoa com deficiência, como é que essa dimensão entra na vida? E quando é que esta dimensão da deficiência se politiza?

Sara York: Foi um processo muito difícil aceitar a deficiência. Porque, quando você entende que é uma pessoa com deficiência, você passa a depender de aparatos do mundo, e isso é algo que eu não tinha consciência inicialmente. Eu descobri em Londres que nasci com uma deficiência, e essa se tornou uma parte fundamental da minha vida. Quando cheguei lá — era minha primeira vez no exterior —, fui barrada

na imigração e passei seis horas sendo entrevistada. Em um determinado momento, veio um agente bilíngue, que falava português e inglês, e disse que poderia me liberar, mas antes precisava entender o que estava acontecendo.

Contei minha história do começo ao fim, porque eu já tinha algumas percepções e sensações sobre "presenças espirituais" e tinha passado mal tanto no avião quanto na chegada. Após seis horas de entrevista, ele me disse: "Sara, você vai entrar, mas quero te dizer uma coisa, e você tem que estar preparada para a verdade". Ele começou a narrar minha vida como se fosse um filme, questionando: "Essas coisas de presenças espirituais começaram na adolescência, certo?" E, para minha surpresa, finalizou: 'Você nasceu com sífilis congênita. A sífilis congênita provocou uma mudança no seu glóbulo ocular que causou um glaucoma que altera as visões. Conforme você foi crescendo, o glaucoma aumentou a pressão, e você foi perdendo a visão de um olho. Quanto mais você perdia esse olho, maior a pressão e maior seu senso de lateralidade. Você é uma mulher que convive com essa doença".

Descobrir isso foi uma mudança monumental na minha vida. É nesse ponto que a *Teoria Crip* se torna tão potente e me atravessa. Ela me permite compreender a deficiência não como uma tragédia individual, mas como uma construção social e política, questionando a própria noção de normalidade e funcionalidade. Isso me leva a refletir sobre os dois dossiês que publicamos, bem como sobre o texto que escrevi com Martha Moreira e Anahi Guedes, que aprofundam essa perspectiva. Esses trabalhos são fundamentais para entender como a deficiência se politiza e se integra a outras dimensões da existência, como a racialidade e a transfeminilidade.

Eu me vejo como esse combo: sou intelectual, sou artista, sou travesti, e sou cega de um olho. Essas identidades não são separadas; elas se entrelaçam e moldam a forma como eu experimento e interajo com o mundo, e como busco, ativamente, transformá-lo através do meu trabalho e da minha voz.

Miriam Grossi: Como foi sua entrada no mundo do jornalismo, no Canal 247?
Sara York: Minha incursão no jornalismo aconteceu de forma bastante orgânica. Fui convidada para participar de um programa no Canal 247 ao lado de duas intelectuais. Durante a conversa, a Professora Mariana Mollica (UFRJ) me incentivou, dizendo: "Sara, você tem muito a dizer, acho que terá que vir aqui mais vezes". Logo em seguida, o jornalista

Mauro Lopes, um nome muito respeitado na comunicação, me fez uma proposta: "Toda sexta-feira você estará aqui comentando os acontecimentos da semana." Assim nasceu o "Sextou com Sara".

Seis meses depois, quando Mauro saiu de férias, ele afirmou que eu era a única pessoa capaz de apresentar o programa em sua ausência. Não muito tempo depois, a Associação Nacional de Travestis divulgou uma nota, celebrando: "O Brasil tem a sua primeira Âncora Travesti". Esse momento foi um divisor de águas, não só para mim, mas para a representatividade trans na mídia brasileira.

Essa experiência no jornalismo, com sua exposição e a necessidade de comunicar ideias complexas de forma acessível, dialoga diretamente com as ideias centrais da minha tese de doutorado. Minha pesquisa foca na cultura pop e no programa de travestis – não apenas como entretenimento, mas como um espaço de visibilidade e, paradoxalmente, de normatização de corpos e narrativas.

Na tese, investigo por que algumas pessoas são rapidamente aceitas e legitimadas com qualquer tipo de conteúdo, enquanto outras, apesar de um discurso potente e relevante, enfrentam barreiras e resistência. O jornalismo e a visibilidade que conquistei, enquanto travesti, me permitiram observar de perto essas dinâmicas de aceitação e exclusão, de validação e marginalização. As plataformas digitais, que tanto a direita domina, são também palcos onde essas batalhas de narrativa são travadas diariamente, e a representatividade que alcancei no 247 é uma pequena, mas significativa, vitória nesse cenário complexo.

Minha entrada no jornalismo, particularmente no Canal 247, foi um marco que desafiou as posições historicamente limitadas impostas às travestis na mídia. Até então, éramos confinadas a apenas duas narrativas: ou seríamos alvo de riso, seja por ridicularização ou por uma suposta cumplicidade que nos desumaniza ("você vai rir de mim, comigo e/ou apesar de mim, mas vai rir"), ou a notícia sobre nós seria invariavelmente sobre morte, violência e caos. Eu queria ver, e de fato realizei, algo inédito: uma travesti narrando ao lado de jornalistas renomados a subida na rampa do Planalto. Imagine a cena. A primeira entrevista da ministra Esther Dweck, por exemplo, foi concedida a mim e ao jornalista do TV 247. Isso aconteceu porque eu sabia o que ela havia lido e defendido em sua tese – meses depois, minha bolsa CAPES foi aumentada, e eu tive a chance de participar da história. Minha geração não assistiu a isso, a uma travesti que foi colega de bancada de dois dos

principais ministros do governo Lula. Eles seguiram seus caminhos, e eu fiquei, mas eu estava lá, experimentando o fazer histórico.

Miriam Grossi: Você poderia nos contar a sua experiência nos Estados Unidos no doutorado sanduíche?
Sara York: Fui aos Estados Unidos em 2023, inicialmente convidada para dar aulas na Universidade de Pittsburgh. Me planejei para retornar em 2024/2025 e fazer meu estágio de doutorado sanduíche lá. Eu tinha mais de vinte convites para palestrar em diversas universidades, mas a realidade se impôs de forma brutal.

Logo que cheguei aos Estados Unidos, em janeiro de 2025, o presidente Donald Trump foi empossado e declarou publicamente que retiraria o financiamento de universidades que apoiassem pessoas trans. Automaticamente, as políticas mudaram e, por causa disso, não pude realizar as palestras que já estavam agendadas.

Para mim, foi uma experiência profundamente catastrófica. Foi muito pesado observar que eu estava perdendo justamente o apoio daqueles que me levaram até lá, na própria universidade. Essa reviravolta política não apenas inviabilizou minhas atividades acadêmicas, mas também trouxe uma tristeza imensa, pois o impacto dessas decisões ainda é muito forte e doloroso para a comunidade trans.

Cristian Darouiche: Neste ano, a Parada do Orgulho de São Paulo tem como tema o envelhecimento. Como você vê o envelhecimento das pessoas trans e travestis? Você tem pensado em políticas, já que existem relações de parentesco entre as pessoas trans muito vinculadas ao cuidado entre iguais?

Sara York: Adorei essa pergunta e queria muito aprofundar essa conversa, principalmente porque, em uma reunião recente com a organização da Parada do Orgulho de São Paulo, fui a primeira a levantar a questão do envelhecimento diferenciado da população trans e travesti. Para mim, o envelhecimento no Brasil se manifesta em três pontos fundamentais:

Um Envelhecimento Bio-Fisiológico: Este é o desgaste do corpo pelo tempo, que tem muito a ver com as condições físicas e de saúde. No entanto, esse envelhecimento se diferencia enormemente de acordo com a qualidade de vida de cada pessoa. É por isso que vemos mulheres de 70 anos com exames que indicam a vitalidade de uma pessoa de 50. Por

exemplo, as mulheres 'sapatão' (e uso esse termo para ecoar a linguagem dos movimentos sociais) muitas vezes não usaram métodos contraceptivos que, historicamente, impactam o corpo feminino de outras formas, e isso certamente tem a ver com o envelhecimento de seus corpos.

O segundo, que é um Envelhecimento Sociológico (ou sociogênico): onde este aspecto está ligado ao grupo e à cultura, definindo quais são os "grupos de velhos" em uma determinada sociedade. As normas culturais e sociais moldam a percepção e o tratamento da velhice, e para a população trans e travesti, essa dimensão é profundamente marcada pela exclusão e pela falta de reconhecimento histórico.

O terceiro ponto que observo é o Envelhecimento da Performance: Este se manifesta na encenação da velhice, uma apropriação de estereótipos para acessar certos privilégios, como conseguir um assento preferencial no avião ou entrar em determinados lugares com mais facilidade.

No entanto, é crucial entender que essa "performance" se insere em um cis-tema de curtos, cenas e esquemas, onde o "jeitinho" não é uma falha do Estado, mas sim um recurso desesperado de quem busca uma vida minimamente menos indigna. Não se trata de uma estratégia elaborada, mas de uma tática de sobrevivência. Imagine a situação de um pai que precisa manter o cordão permanente do filho no carro, não por conveniência, mas porque sua vida está completamente caótica, e esse é o único "jeitinho" que ele encontrou para lidar com a burocracia e a desorganização. Essa é a realidade de muitos, que precisam performar para navegar um sistema que não oferece suporte adequado, empurrando-os para a margem da dignidade.

É crucial pensar em políticas públicas que considerem essas múltiplas camadas do envelhecimento, especialmente para pessoas trans e travestis, cujas trajetórias de vida frequentemente envolvem desafios sociais e de saúde únicos. A rede de apoio e os "parentescos" construídos entre iguais são um testemunho da resiliência e da necessidade urgente de políticas que realmente as amparem.

Miriam Grossi: Como você está vendo a presença de pessoas trans nas universidades no Brasil? Enquanto pesquisadoras, enquanto professoras, enquanto estudantes? O que deu certo nas lutas dos movimentos trans? O que ainda falta para o ingresso dos corpos trans nas universidades?

Sara York: Eu caminho com o caos. Minha aprendizagem se deu na beirada do abismo. Peguei as peças que outros, que se atiraram no abismo, deixaram pelo caminho. Minha geração, mais do que nunca, aprendeu a fazer festa diante do caos. Não sei se as novas gerações perceberão isso com a mesma clareza. Aprendi a enxergar o caos, e o doutorado, a pesquisa, me deram essa visão. Minha casa dos sonhos não veio do salão de beleza; ele abriu as portas, sim, mas foi a academia que me permitiu conquistá-la. A academia me ensinou a entrar, a sair, a me sentir bem, e acredito que ela pode fazer isso por muitas outras pessoas.

Minha trajetória acadêmica e profissional tem sido um testemunho da crescente, mas ainda frágil, presença trans nesse espaço. Fui convidada para palestrar em diversas universidades nos Estados Unidos, o que demonstra o reconhecimento internacional do meu trabalho acadêmico. Recentemente, em um documento que enviei à Casa de Oswaldo Cruz, expressei meu objetivo de contribuir para a expansão das discussões sobre identidades, diversidade e direitos humanos no campo bio-sócio-educacional. Inclusive, proponho a criação de disciplinas como "Educação, Identidades e Direitos Humanos: Perspectivas Trans, Queer e Crip" e "Corpos, Gênero, Sexualidade e Deficiência na Escola: Currículo e Práticas Pedagógicas na Diferença". Nesses trabalhos, reflito sobre a importância das transepistemologias para a ética trans-humana, destacando a necessidade de fortalecer a comunidade e oferecer ferramentas para a auto compreensão e a luta política. É crucial abordarmos a violência epistêmica contra pessoas trans e ecoar nossas narrativas, pois, apesar de estarmos em um campo aberto próspero, dias vindouros serão pesados, e ainda estamos longe dos dias de abraço e paz.

O que deu certo nas lutas dos movimentos trans é a abertura de portas, ainda que estreitas. As cotas e políticas afirmativas, por exemplo, representam um passo crucial para o ingresso de estudantes trans. Eu sou um exemplo disso: minha dissertação/tese de doutorado sobre cotas trans foi a primeira do Brasil, um marco que espero ter pavimentado o caminho para muitas outras pesquisas e ações. A exigência do nome social e a discussão sobre a retificação de documentos dentro das universidades também são vitórias que humanizam o ambiente acadêmico, permitindo que as pessoas trans existam plenamente em suas identidades.

No entanto, há um longo caminho a percorrer. Para o ingresso e a permanência dos corpos trans nas universidades, ainda faltam:

Acolhimento Estrutural, uma vez que muitas instituições carecem de uma infraestrutura que vá além do básico, com banheiros inclusivos e

espaços seguros onde a transfobia seja ativamente combatida. A mera presença não significa pertencimento.

Capacitação e letramento, são outra con/tra/dição onde professores, funcionários e estudantes precisam de formação contínua sobre as pautas trans, para que a transfobia seja combatida não apenas nas regras, mas no dia a dia das interações. É preciso ir além da tolerância e construir um ambiente de genuíno respeito.

Representatividade em posições de poder, uma vez que ainda somos poucas em cargos de docência efetiva e em posições de gestão. Ter pessoas trans em lugares de decisão é fundamental para que as políticas de inclusão sejam de fato implementadas e a pauta trans avance de dentro para fora.

E por fim, políticas de permanência robustas, onde o ingresso seja o primeiro passo, mas a permanência esteja sob um olhar atento. Muitas pessoas trans chegam à universidade com um histórico de vulnerabilidade social e precisam de apoio psicossocial, auxílio financeiro e programas de mentoria que reconheçam suas especificidades. Ganho abraços e beijinhos de muitas gentes que me ama, me segue e me admira, mas segue sem saber a diferença entre mulher trans e travesti. Adianta me vender como expert em nordeste e não saber a diferença em Rio Grande do Norte e o povo gaúcho? Não aprenderam a diferença de décadas entre GLS e LGBTI, mas sabem o passo a passo do PIX (sistema de transferência financeiro) implementado nos últimos anos.

A academia tem se tornado um espaço de resistência e de construção de novas narrativas para a população trans por que a vida paralisou as pessoas "normais" com uma pandemia, mas a luta por uma inclusão plena e transformadora está longe de acabar!

A cada dia, respiremos, é um novo dia!

Celebrating in the midst of chaos. Interview with Sara Wagner York

RESUMO: The interview with Sara is an invitation to learn not only about a personal story of struggle for reconfirmation and resistance to transphobia, but especially to reflect on three issues of great importance for feminist and queer theories in Brazil: a) the epistemic impact that the strong presence of transvestite and trans intellectuals has brought to Brazilian Universities in the last decade, b) the strength of the LGBTQIA+ movements in Brazil and, finally, c) the importance of new technologies in the field of education, this being one of Sara York's main contributions to the fields of feminist and queer studies in Brazil.

PALAVRAS-CHAVE: Sara Wagner York. Activism. LGBTQIA+. Education.

Miriam PILLAR GROSSI
Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Pós-graduação do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC).
https://orcid.org/0000-0002-4399-6544

Cristian DAROUICHE
Universidad Nacional de Mar del Plata. CONICET. Bolsista CAPES "Move la América" Programa de Pós-graduação do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC).
https://orcid.org/0000-0002-1502-5759

Recebido em: 24/06/2025
Aprovado em: 26/06/2025

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA



Transição de gênero:
Linguagem, contextos e experiências de uma geração no Brasil

Francisco Cleiton Vieira, *Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Resumo. Este artigo tem o objetivo de compreender práticas e linguagens em torno da noção de "transição de gênero" articulada por uma geração de homens trans jovens (rapazes que foram designados ao nascer como mulheres), considerando as construções identitárias e corporais que a prática de transicionar de gênero produz socialmente. O trabalho se caracteriza como um reexame 10 anos depois de material empírico construído no contexto de uma pesquisa etnográfica desenvolvida entre os anos de 2014 e 2015 na capital e no interior do Rio Grande do Norte, com o apoio de entrevistas abertas. Acompanhou-se a mobilização social de ativistas ao longo de eventos políticos e acadêmicos, atividade doméstica e hormonização. Ao descrever as nuances linguísticas, políticas e societárias da ideia êmica de "transição de gênero", o artigo reflete sobre a emergência do ativismo de homens trans e transmasculino na região potiguar e das condições de sua possibilidade, paralelizando trajetórias pessoais de entre categorias de pessoa e a dinâmica entre diversidade de gênero e mudanças sociais. Ao lançar uma perspectiva etnográfica desde solo norte-rio-grandense, flutua-se entre o regional e o nacional, refletindo sobre a emergência e consolidação das práticas políticas e identitárias de homens trans no Brasil na década de 2010.

Palavras-Chave: Transição de gênero. Corpo. Homens trans. Identidade. Movimentos sociais.

Introdução

Este artigo[1] tem como objetivo refletir e descrever as elaborações em torno da categoria "transição de gênero" acionada por pessoas trans, especificamente homens trans, para explicar práticas de afirmação de gênero, tanto no âmbito físico como moral e identitário. Não se busca aqui, contudo, apresentar um conhecimento enciclopédico ou até mesmo dicionarizado a respeito da transição que replicaria um todo ordenado de fases (Devor, 2004), mas sim compreender o emprego e as ferramentas linguísticas e corporais que constituem para organizar a experiência de trajetórias entre posições sociais de gênero. A ideia de transicionar de gênero se tornou uma síntese discursiva sobre si mesmo e sobre socialidades, e pode ser percebida como um trânsito entre categorias de pessoa no qual a identidade de gênero é a ênfase principal. Essa análise permite alcançar diferentes dimensões da vida social que são transformadas pelo reposicionamento social, cultural e político de alguém enquanto homem ou mulher.

Através das primeiras pesquisas em antropologia e sociologia no país, a mudança de gênero foi considerada a partir de discussões sobre transexualidades (Bento, 2006; Teixeira, 2009; Arán, 2010; Zambrano, 2003). Então, como esta última categoria se trata de um conceito originalmente biomédico e psicológico (Meyerowitz, 2002; Rubin, 2003; Bento, 2006), com uma história particular, acompanhado de questões envolvendo mudanças corporais significativas através de biotecnologias como cirurgias e administração de hormônios sexuais sintéticos, a dimensão biomédica e de saúde foi constituída como um cenário descritivo e explicativo privilegiado. Nessa interpretação socioantropológica, gênero seria reposicionado como uma construção social na qual as diferenças sexuais, percebidas anteriormente como corporalmente determinantes de papéis sociais, encontrava outros sentidos de homem e mulher – vistos aqui como posições e não atributos naturais – e de masculino e feminino, os quais se deslocam entre si (Connell, 1998). Assim, masculinidades e feminilidades e a própria identificação como homem ou mulher são vistos de modo desbiologizado através dos investimentos teóricos e políticos de movimentos sociais e de estudos antropológicos, históricos, sociológicos, gays/queers, trans e feministas em diferentes Ciências Humanas e na Filosofia (Bento, 2006)

[1] Este artigo é uma versão refeita e atualizada de um enxerto da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN, em 2015 (Vieira, 2015).

e, até mesmo na Biologia (Fausto-Sterling, 2012). Nesse sentido, gênero se refere tanto a uma relação social como a uma identidade.

Os estudos sobre travestilidades no país, mais especificamente, desde os anos 1980 deram foco considerável em questões como identidade, prostituição, educação, relações familiares, violência e preconceito (cf. Grossi, 2010). As mudanças corporais entre travestis eram descritas em cenários principalmente caseiros e constantemente observadas – e até mesmo autodeclaradas – como diferentes das mudanças entre mulheres trans (Benedetti, 2005). Então, quando a categoria mulher transexual ou trans ganhou maior popularidade no cenário brasileiro na década de 1990, encontrou no cenário nacional uma mobilização organizada e intensa de travestis como categoria de pessoa autônoma e então dissociada das homossexualidades (Vieira, 2020). Nesse sentido, o movimento social travesti, também via movimento social do HIV/Aids, encontrava-se em articulações por direitos com associações, eventos e visibilidade crescente desde então (Coacci, 2018), no qual as linhas de diferenciação entre mulher trans e travesti perderam sua validade absoluta e se encontram em linhas de separação e amálgama nas trajetórias pessoais. No mesmo período, praticamente não se observava popularmente uma identidade de gênero denominada de homens trans, sendo frequente afirmações sobre a sua inexistência ou a raridade – apenas entre os anos 2000 e 2010 que começaria a ganhar visibilidade. Foi a partir de um novo movimento social centralmente de e para homens trans que foram articuladas novas organizações não-governamentais e eventos tanto no Nordeste como no Sudeste do Brasil (Vieira, 2015; Almeida, 2012; Ávila, 2914; Peixe e Morelli, 2018; Nery, 2018).

Ao considerar a literatura sociológica e antropológica sobre travestilidades e, posteriormente, sobre transexualidades e mulheres trans, é possível perceber que a noção de transição de gênero não era articulada de maneira direta. Isso não quer dizer que mulheres trans e travestis não se vissem realizando trajetórias pessoais, mas sim que o emprego da categoria êmica “transição de gênero” encontrou eloquência linguística entre homens trans e, em seguida, é possível observar o seu emprego entre outras pessoas trans. Assim, transição de gênero não é entendido entre os interlocutores como uma categoria biomédica, mas como uma noção que traduz a experiência de modificações que se submetem. Independentemente de se ser ou não supervisionado por profissionais de saúde para a administração de hormônios sexuais

sintéticos ou de ser possível se submeter a cirurgias, a ideia de transicionar entre identidades e corpos é visualizada como um projeto de vida pessoal que se iniciaria no âmbito da percepção de si, e não do diagnóstico de disforia de gênero ou de transtorno de identidade de gênero (cf. Oliveira, 2015).

Nesse sentido, este artigo busca considerar as experiências de homens trans jovens, entre 18 e 22 anos de idade, que se redefiniram enquanto pessoa trans no mesmo período que articulavam a entrada na vida adulta. Portanto, a discussão realizada aqui procura compreender as trajetórias, representações e projetos de vida de uma geração, a qual encontrava debates sobre mudança de gênero em ascensão nos movimentos sociais no país. Dez anos depois, este artigo articula uma etnografia sobre incertezas e novas possibilidades de definição de si mesmo. Esses jovens ajudaram não ajudaram a fomentar apenas um movimento social, mas contribuíram para visibilizar uma identidade social.

Etnografia, materiais e método

O material empírico original no qual se baseia este artigo foi fruto de uma pesquisa concluída sobre identidades sociais e masculinidades entre homens trans na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, realizada entre os anos de 2014 e 2015. A partir de uma etnografia com auxílio de 15 entrevistas, foi possível observar a emergência de um ativismo, à época chamado “ativismo de homens trans”, na capital potiguar e seus primeiros investimentos políticos para popularizar essa identidade tanto nos círculos de militância desenvolvida a partir da diversidade sexual e de gênero, como no âmbito societal mais geral. Isso visava promover uma defesa de direitos humanos cuja meta principal era tornar visível essa identidade tomada por alguns discursos públicos e acadêmicos enquanto algo “novo” (cf. Ávila, 2014). Estava em relevo, ainda, uma cobrança política para a organização de serviços de saúde voltados para o suporte e a mediação biomédica para a transição de gênero e/ou a capacitação de profissionais de saúde para o atendimento entendido como humanizado.

Inicialmente, o objetivo da pesquisa era mapear essa atividade política então nascente e vislumbrar tecer uma compreensão sobre essa identificação social masculina. No meio político natalense era

predominante figuras públicas de travestis e mulheres transexuais e de homens e mulheres homossexuais que ocupavam posições de destaque na militância e na relação com setores estatais com a fundação de organizações não-governamentais. Antes de chegar etnograficamente ao cenário político potiguar propriamente dito, eu achava que iria poder realizar a pesquisa apenas através de canais no YouTube que se popularizavam em 2014 produzidos por homens trans que narravam suas experiências de transição de gênero por meio de verdadeiros diários digitais. Não parecia haver na cena local, no Rio Grande do Norte, algo dessa magnitude, contudo, descobri com o avançar da pesquisa a emergência de identidades e de mobilizações políticas. Em certo sentido, essa etnografia também pode ser situada como um registro histórico de uma geração.

A aproximação metodológica com os interlocutores desta pesquisa se deu de duas maneiras. Uma se referiu à observação participante (Foote-Whyte, 1975) e outra às entrevistas presenciais semiestruturadas (Debert, 1986). Antes de iniciar uma observação de campo direta, realizei muitas conversas com potenciais interlocutores de maneira mediada por plataformas digitais de conversa, principalmente através de salas de bate-papo de redes socais como o Facebook. Cheguei inclusive a montar um questionário aberto que poderia ser respondido on-line e que depois foi descontinuado por eu querer dar prioridade inicialmente à etnografia. Isso porque as respostas que recebi eram muito curtas ou monossilábicas. Esta tentativa de aproximação metodológica se mostrou ineficaz, uma vez que não abarcava diferentes relações que os interlocutores poderiam estar envolvidos.

Busquei privilegiar entrevistas com homens trans com os quais eu pudesse realizar também alguma forma de observação em atividades como ativismo e ambientes de sociabilidade onde pudéssemos vivenciar juntos situações diversas. Assim, inicialmente realizei a observação participante acompanhando interlocutores que conhecia em eventos de ativismo político na capital e no interior do Rio Grande do Norte, empregando a técnica de bola de neve para o contato inicial (Bott, 2001). Tive acesso, assim, a um círculo de amigos que comungavam da identificação como homens trans e se dedicavam ao movimento social. Esses colaboradores compuseram um quadro diverso de acesso à educação formal, meios econômicos, habitus eróticos, identificação étnico-racial e de inserção política, embora a maioria seja proveniente de

classes populares, se autodeclare branca, tenham apenas completado o ensino médio e se relacione afetivo-sexualmente com mulheres.

Antes de iniciar cada entrevista, apresentava os objetivos da pesquisa e ao que as perguntas se propunham. As gravações duraram entre 14 minutos e 1 hora – as entrevistas menores apresentaram muitas vezes narrativas tão ricas quanto as maiores. As perguntas não foram feitas com respostas prontas à escolha, todas tiveram caráter aberto. E, ao invés de serem perguntas propriamente ditas, pedi ao entrevistado que falasse sobre um tema específico a cada momento e o deixava falar sem grandes interrupções. O roteiro empregado visava cobrir, em suma, temas de emprego, renda, relações familiares, movimento social, identidade, memórias, classe social, hormonização, acesso à saúde, nome social e violência.

Partindo das descrições do caderno de campo e munido das transcrições das entrevistas, passei a decupagem dos registros – de modo que foi possível marcar recorrências e diferenças entre diversas experiências por meio de narrativas. Com essa sistematização foi possível visualizar melhor o caráter de "história" a que os interlocutores estão compelidos a dar às suas falas, marcando desenvolvimentos cronológicos nas suas experiências. Como Pierre Bourdieu (1998, p. 183) assinalou, falar de "história de vida" é supor que a vida é uma história, e que por isso se trata de "um conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história". Desse modo, o autor aponta para o caráter ideológico do biógrafo, na sua criação de sentido (artificial) à própria história. Com isso, é preferível se utilizar aqui de "narrativa" por meio da qual o interlocutor constrói explicações para dar sentido (que não entendo por superficial) a sua história quando da ocasião desta pesquisa e da inquirição deste pesquisador – sem esquecer ainda o caráter dual desta relação, no sentido de que os interlocutores me inquirem constantemente sobre minha própria vida.

Assim, este artigo é uma reformulação de parte de um texto originalmente escrito para compor uma dissertação de mestrado defendida em 2015. Dez anos depois, reflito, também a partir de outras experiências de pesquisa no mesmo campo (Vieira, 2020), sobre os alcances e as reverberações da ideia de transição de gênero, de qual experiência isso implica e postula política e subjetivamente. Essa elaboração discursiva não se faz no vácuo, mas sim incorporada em práticas cotidianas de si e se relaciona com setores estatais e dinâmicas

sociais. Portanto, a maioria das ideias aqui manejadas foram gestadas entre 2014 e 2015, as quais passam agora por um reexame à luz dessa distância temporal que parece promissora e de novas incursões etnográficas.

Narrativas e memórias de uma experiência em construção

Uma criança já pré-adolescente desce a rua sem camisa. Pedalando em sua bicicleta sentia o vento por todo seu peito nu. Suas mãos ocasionalmente soltavam-se do guidão na tentativa de um equilíbrio heroico. Ante ao possível tombo, voltava a controlar a bicicleta com as próprias mãos. Sentia-se livre. Esta é uma lembrança de Mário com 8 anos de idade, quando brincava livremente com outras crianças pelas ruas próximas à sua casa. Era o que mais gostava de fazer, pedalar livremente pela rua sem camisa; sentir-se sem preocupação. Trazer esta lembrança à nossa conversa pontuava uma resistência. Mário, agora com 21 anos de idade, busca na memória sua infância, seu conforto antes de ser confrontado dramaticamente com um "ser mulher", ao mesmo tempo que evidenciava uma reminiscência de seu homem que esteve sempre presente, embora não nomeado. Sua narrativa propicia alguma representação do que outros homens trans também vivenciaram.

Parece que visualizo, quando diz que sua mãe passara a impedi-lo de brincar à rua. "Já és uma menina grande", dissera-lhe sua mãe. "Seus peitos estão crescendo, não poderá ficar sem usar blusa", poderia ter-lhe continuado contra seus protestos. Sua feminilidade era anunciada pelo que liam de seu corpo como um natural incontestável, precisava ser afastado, resguardado. Mesmo diante do direcionamento que foi estabelecido para sua identidade, e para seu corpo, Mário não "se via" naquele corpo e naquela mulher nos quais o colocavam, e cujo lugar por algum tempo ele mesmo se viu obrigado a performativizar. "Algo estava errado", me reiterava pensar à época. Seu desconforto tornava-se ininterrupto já ali. Me conta reiteradas vezes que a "mulher" só lhe pareceu uma possibilidade – mesmo que de modo "incômodo" – porque não conhecia nenhum outro modo de existir, mesmo não existindo de fato nestes termos. Ver seu corpo tomar formas indesejadas ao crescer, lhe anunciava desconfortos tamanhos que se viu em um final, através do qual sentimentos de "não viver" são descritos.

Não só Mário, mas os outros homens trans, de alguma maneira, narram um não "saber quem se é", que é anterior ao "encontro" que acontece ao se "descobrir" homem trans em suas próprias explicações.

Não detinham “encaixe” em nenhum sentido disponível. Esse desencaixe é vivenciado através de um drama em que a pessoa e seu corpo não encontram reflexão em nada. Não se trata de sugerir que o gênero se encontre num início específico para os homens trans, mas provocar à reflexão a problematização de uma narrativa mnemônica através da qual apresentam “sempre terem sido o que são”, de terem vivido “num limite” por terem vivenciado um drama. Isto é, uma história de vida específica de conflito de gênero que é refletido no corpo (Bento, 2006). Um cotidiano por meio do qual lidaram para superar com as categorias de “mulher”, de “feminino”, de “lésbica” (não todos), ou seja, com a naturalização a níveis universais da diferença sexual (Strathern, 2006) que lhes foram apresentadas e impostas. Não se trata de manipular a identidade num cenário, num dramatizar uma cena goffmaniana.

Partindo de uma perspectiva do “interior”, Erving Goffman (1975) discute a identidade através de uma relação entre um Ego e um estigma que lhe é colocado como uma marca pela sociedade. Essa atuação do indivíduo parte da premissa que algo “interior” a ele lhe guia, isto é, como um estágio pré-cultural que se relaciona com a cultura que recebe pela socialização. O drama que descrevo é de outra ordem conceitual, atinge a própria condição desses sujeitos, de uma abjeção que lhes implica não existir, competente ao conflito com as normas de gênero que os expulsa da realidade (Butler, 2003, Bento, 2006) por serem corpos incompatíveis com gêneros de uma certa maneira. Isto porque a especificidade é muito pontual, uma vez que a transexualidade não é a única experiência de gênero que encontra conflitos com as normas, mas todas elas cada uma à sua maneira.

É importante perceber que a posologia clínica da transexualidade apresentada pela psicologia e medicina de perspectiva patologizante se dá no âmbito de uma correção que outorga uma espécie de “passagem”, do masculino para o feminino, ou do feminino para o masculino. Para estes saberes, esta “passagem” se dá cirurgicamente e/ou no tratamento do “eu” anterior psicossomatizado (Bento, 2006). Em termos endocrinológicos, a cirurgia tem por antecessor uma substituição administrativa dos níveis de hormônios. Já na campina do “eu”, entendendo o ser humano como dotado de uma mínima entidade anterior, o “eu” pré-social, os saberes psi (psicologia, psiquiatria e a psicanálise) detêm-se em lograr um tratamento à identificação deste “eu” que seria masculino ou feminino por instância essencial/natural (Money

e Tucker, 1981)[2]. Isto é, temos aí uma "passagem" do gênero como o início à transformação do "sexo" (aqui entendido estritamente no viés anatômico) – nessa perspectiva, é como se a mente tivesse um "gênero" e o "sexo" todo um corpo (mente/corpo, natureza/cultura).

A "transição" a partir do olhar dos interlocutores, por outro lado, se dá nos termos de uma resistência ao saber médico-psi. Ainda assim, evocando Foucault (1988), vemos que a resistência ao biopoder não é feita fora dele, na verdade é um requisito ao próprio estabelecimento do poder – muito embora isso não estatize e impeça mudanças. Nestes termos, os interlocutores atuam para desnaturalizar a diferenciação sexual através de suas próprias vidas. A transição que ensejam se dá a níveis processuais de acesso à identidade através do exame da subjetividade. Nesse sentido, urge pensar a transexualidade não apenas fincada definidora e fixamente numa demanda por um manejo corporal. A identidade, como descrevem os interlocutores, está para além da mudança do corpo requerida ou objetivada.

Voltando à minha conversa com Mário, era final de tarde. Ele e eu tentávamos escolher um sapato social para que ele usasse na sua próxima apresentação na empresa. Entramos em uma loja num Shopping, tentamos escolher um calçado. Ele calçou dois exemplares, mas não encontramos nenhum modelo que ambos concordassem ser realmente bonito e que, por isso, valesse à pena comprar. Ele pedia minha opinião e eu sugeri que visitássemos outras lojas. Como já estávamos com fome, ele decidiu procurar o calçado outro dia, então subimos as escadas em direção à praça de alimentação do Shopping Center. Enquanto comíamos, conversávamos sobre nossos relacionamentos amorosos e sobre sua atual "promoção" no trabalho. Mário havia subido de cargo na empresa através de uma seleção que lhe tinha consumido por meses. Vestia à primeira vez, uma gravata – mesmo que, como me conta, a tenha comprado a um bom tempo.

Vestido socialmente, nosso encontro se fez após seu turno daquele dia. Conta empolgado que apesar de sempre ter usado roupas masculinas no trabalho atual, foi a primeira vez que o uso da gravata lhe foi tomado como uma possibilidade. Seu primeiro dia no novo cargo de supervisor numa empresa de serviços. Estava confiante de usá-la, estava sem medo dos olhares. Usar a gravata, ao que compreendi, demarcava

[2] Um debate ainda presente na atualidade a partir da ideia de organização psíquica do transexual (Coelho e Sampaio, 2014, p. 16).

discursivamente seu ser homem[3], principalmente adulto. Era o ultimato dessa anunciação. Houve olhares acusatórios durante todo o turno na empresa, olhares estes que não se faziam presentes nos dias anteriores sem o uso por ele, da gravata. Contudo, seus colegas mais próximos exclamavam, "até que enfim você usou a gravata, Mário!" – O que descrevia com satisfação. Concluiu sua narrativa sobre o trabalho me falando que se sentia bem por estar finalmente de gravata. Antes do seu emprego atual, Mário havia trabalhado em duas empresas do mesmo setor – nestes, atendia pelo nome feminino, e não havia realizado a "transição" (ou a "transição corporal"). Em um dado momento, pergunto-lhe, em outras palavras, se já havia feito a "transição" nas empresas anteriores à atual. Ao que me diz:

> Na verdade, era um processo [ainda] porque eu costumo falar que eu sempre estive em transição, desde que eu nasci. Mas, eu vim me identificar, saber o que eu era realmente esse ano, agora em janeiro, por causa da informação. Porque eu não tinha informação, eu não sabia que isso podia acontecer, nem como acontecia, e quando isso chegou em mim foi que eu conseguia me colocar num lugar assim, porque antes disso eu não tinha essa definição na verdade. Todo mundo me dizia que era um andrógino, essas coisas, porque eu parecia um menino, mas, naquela época, eu ainda me identificava no sexo feminino (Mário, em entrevista, mar. 2014).

Conheci Mário numa das reuniões realizadas por um coletivo de homens trans em Natal. Acompanhado de uma amiga, era ainda chamado por esta segundo um nome feminino, ao passo que se apresentava com um apelido masculino. Havia comparecido à reunião para ouvir sobre a transexualidade, assunto que conhecera havia pouco e que, àquele tempo, talvez pudesse lhe nomear. Em outros encontros para além da entrevista que descrevo aqui, Mário me falara que sentia "medo"; um sentimento de incerteza diante de quem era enquanto pessoa. Com a transexualidade lhe é possível passar à realidade, a nomear o inominável que outrora estava cerceado por ver apenas uma única possibilidade apresentada pela diferenciação naturalizada e materializada do "sexo".

Judith Butler (2003) apresenta que o sexo tem um limite material. É preciso diferenciar "material" de "materializado", o que implica dizer que o "sexo" como matéria não apresenta nenhum sentido, enquanto sua

[3] Apesar de uma expressão como "ser homem" denotar toda a problemática de essencialização do sujeito, principalmente quando rememoramos o início do feminismo que outorgava uma identidade única e excludente à mulher, me refiro aqui a categoria de "homem" internamente diversa, enquanto uma reivindicação em ser considerado como parte dela.

materialização advinda de uma relação social é o que o constitui (Strathern, 2006). Foucault (1988) ao se opor a "hipótese repressiva" já problematiza o "sexo" como o resultado e não enquanto a causa de um dispositivo da sexualidade. O Estado e a sociedade "ocidental", ao governar através da administração da vida não reprimiu o sexo, pois este não é anterior a dita "repressão". Seria necessário haver sexo para este ser "reprimido". Foucault (1988) mostrou que se produz o sexo na própria demanda sob sua "verdade", e não se produz a partir dele – admitir o contrário seria supor que estaríamos sob alguma espécie de contrato social rousseauniano onde o "sexo" estava a ser dominado antes da ação do homem e da mulher.

Não só Mário, mas os demais homens trans interlocutores, vivenciam suas identidades de encontro a diferenciação do "sexo" como dual na determinação das categorias "mulher" e "homem". Vitor e Gustavo vivenciaram situações limites no confronto das normas de gênero patologizante. Ambos, assim como Mário (e os demais), estiveram absortos em relações por terem sido tomados enquanto mulheres. Em certa medida, por terem sido colocados como vivenciando o desejo numa suposta posição lésbica e binária, por consequência de um "ser mulher", (re)significam dimensões desse suposto pareamento corporal: genitália (corpo), gênero (enquanto ficção mental), e desejo (práticas sexuais). Como poder-se-á notar, os interlocutores procuram superar essas categorizações na construção de uma identidade de homem trans em direção à categoria "homem".

Nas narrativas de suas trajetórias ao situarem vivências num anterior ao "encontrar-se" enquanto homem trans, revelam como protagonizaram situações de extrema violência, e indeterminação identitária – mesmo que tenham tentado se encaixar nas que lhes eram disponíveis. Nesse sentido, uma outra categoria acaba por ser desestabilizada, provocando uma reflexão ainda não empreendida, a categoria "homem" a partir das relações de gênero. Cumpre refletir agora sobre as resistências e os confrontos vivenciados pelos homens trans em suas narrativas de acesso a seus "processos identitários" (como colocam) no superar uma "mulher" e/ou "lésbica".

A ideia de "limite lésbico"

Tive a oportunidade de acompanhar as trajetórias de grande parte dos interlocutores desde muito antes de seus manejos corporais. Fiz amigos que depois se identificaram como pessoas trans no decorrer da

pesquisa, bem como conheci outros que não supus se viviam a transexualidade. Durante o campo, meus próprios parâmetros da transexualidade foram sendo problematizados. E um choque inicial se deu com a narrativa e a convivência com Vitor, já citada acima e como pode ser visto no trecho de meu diário de campo que reproduzo a seguir. Apesar de não resumir todas as experiências (nenhuma poderia fazê-lo), é um exemplo profícuo da "transição" enquanto narrativa identitária na experiência da "transexualidade".

> Vi Vitor a primeira vez em uma roda de cantoria no alojamento de um evento de ativismo LGBT no interior do Rio Grande do Norte. Cantávamos e um dos meninos alternavam-se no violão. Vitor estava sentado junto de nós, e não o identifiquei como homem trans. Suas roupas femininas, o não uso do binder etc. destoava dos demais. Só vim tocar-me da sua não conformidade de gênero, e uma possível identidade de homem trans quando estávamos na segunda festa do evento e apresentávamos uns aos outros. Enquanto eu apresentava um de meus conhecidos ao grupo de meninos trans, perguntei a Vitor seu nome. Esperava um nome feminino. Quando ele me respondeu "Vitor", fiquei um pouco surpreso. A partir daí surgiu meu interesse em entrevistá-lo e de saber se ele se identificava como homem trans. Nesse momento, posso dizer que me interessei por refletir sobre como há uma hegemonia da apresentação da transexualidade e da masculinidade (Caderno de Campo, dez. 2014).

O evento de ativismo LGBT no qual conheci Vitor e outros três interlocutores foi um lócus privilegiado à convivência com pessoas trans de diversos Estados da federação. Na manhã do último dia do Congresso, Vitor e eu nos sentávamos para nossa conversa sobre sua experiência. Afastamo-nos dos demais e procuramos um lugar mais tranquilo para conversar. Vitor não realizara nenhum manejo endócrino à época de nossa conversa. Sua narrativa problematiza e relativiza esse manejo como definição da transexualidade, além de ser crítico sobre a figura masculina que se espera do homem trans. Pergunta implicitamente, quem é o homem trans "de verdade", e por quê? Ele me diz:

> Hoje eu me apresento como Vitor, não pela minha família. A minha família me olha como um sapatão, uma mulher sapatão. Mas há algum tempo, acho que um ano, eu venho no embate assim, de construção de identidade, de me reconhecer e ter esse, vamos dizer, questionamento de quem eu sou. Eu não sou o que as pessoas têm que ser, eu sou o que eu tenho que me sentir bem, o que eu me identifico e eu tenho que expressar isso para ficar bem [...]. Minha família não sabe que eu me reivindico como Vitor, e eu não posso falar "homem trans". Sim, homem trans, mas ainda um homem trans

> nesse processo de quem eu sou, de quebrar esses estereótipos do que é ser um homem trans pra gente. Não cair naquele discurso de determinar as coisas: que homem trans é isso, e mulher trans é isso, mulher e homem "cis" é outra. E, eu acho que essa é a questão que está me deixando muito mais confuso (Vitor, em entrevista, dez. 2014).

A crítica de Vitor se assenta na reprodução do que é esperado para homens e mulheres mesmo entre pessoas trans. Ele tem desejado realizar algumas mudanças na expressão do seu gênero e sobre outras ainda não resolveu, mas sobre as já objetivadas tem retardado por preocupação em ser afastado do convívio familiar e de amigos. Sua fala se localiza fortemente por uma observação da manutenção das normas. Ele continua:

> Como eu costumo falar, né?! A gente reivindica por alguma coisa, mas a gente conserva outra. A gente corrompe, mas conserva. Por que eu falo isso? Por que eu digo isso? Porque a gente rompe com a perspectiva de que o homem tem que ser um homem cis e heterossexual, com todas essas características do que é ser um homem na sociedade; e a gente quebra também com o papel do que é ser uma mulher. A gente compreende que a mulher e o homem são uma construção social e tal, mas quando a gente quebra com esse determinismo, a gente também entra numa lógica de determinar o que são homens trans, o que são homens cis, e o que são mulheres trans. Essa é uma problemática que eu venho em confronto comigo porque eu me reivindico como homem trans, mas por exemplo, eu gosto de usar batom e gosto de usar vestido e tal e algumas pessoas podem falar. "Ah! Mas, você não é um homem trans" (Vitor, em entrevista, dez. 2014).

Vitor reclama da cobrança por caracteres masculinos em qualquer contexto. Sua crítica reflete também no que Flávia Teixeira (2009) nos mostra sobre os processos judiciais para autorização de cirurgias de transgenitalização. Estes processos estiveram permeados por uma leitura dos protocolos a partir de um parâmetro heterossexual, normativo. Já Bruno Barbosa (2010), em sua pesquisa sobre travestis e mulheres transexuais em São Paulo discute os limites entre essas duas categorias, problematizando como estas pessoas se definem e definem os outros como tais. Perpassadas fortemente por uma marca de classe, as travestis e transexuais descritas por Barbosa discutiam que mulher transexual "de verdade" seria aquela que objetivasse a cirurgia, e que não "se esforçasse" para ser mulher. Como Teixeira e Barbosa demostram, há uma cobrança por um ideal normativo nesses contextos.

Vitor entende ter/viver uma identidade e, de modo que compreende tê-la a partir de um processo de construção de "entender-se", assim como descrevi acima sobre Mário. É importante salientar que a dimensão de "processo" descrita aqui não diz respeito a um "vir a ser", a um "tornar-se" partindo de um "não ser". Os homens trans se referem a processos em termos de "exame da subjetividade", e não de uma espécie de muro de identidade construído por tijolos partindo de onde nada havia. De alguma maneira, resgatar lembranças de conflitos e eventos anteriores a tomarem "homem trans" enquanto definição de suas experiências, lhes confirmam suas inconformidades corpórea e identitária de antes. Estabelecem uma história que se outorga desenvolvida, uma biografia em fragmentos. Mesmo que apresentem uma ordem intrínseca as construções biográficas, suas próprias narrativas apresentam idas e vindas – não simplesmente do entendimento de suas identidades que descrevem, mas enquanto compreensão da própria experiência. Este exame ao qual me refiro não pode ser considerado de um ponto de vista que separa o sujeito das relações sociais nas quais está inserido, nem que o fixe em uma paridade extrema com o habitus num sistema simbólico (Bourdieu, 1998). Estas relações das quais comungam são localizadas de um dispositivo que solicita continuadamente um corpo, uma história, uma identidade, uma experiência específica, mesmo que as multiplique.

Em seu trabalho, Bento (2006) observa que a problemática transexual está localizada primordialmente na relação que as subjetividades estabelecem com as partes do corpo (as quais se referem a seios, pênis e vagina). Entre os homens trans que colaboraram com esta pesquisa, o conflito descrito em termos de uma relação da subjetividade com o corpo só se torna claro em seus próprios termos após refletirem e construírem uma narrativa do que os levou ao conflito. Continuando a narrativa de Vitor, ele conta que foi a partir do convívio com uma ex-companheira que descreve como uma mulher lésbica hiper masculina, que ele começou a se ver nela – mesmo que não tivesse anteriormente à época, nenhuma indicação subjetiva de sua transgeneridade:

> Eu tive o contato com essa minha parceira e tal. A gente passou dois anos [juntos]; e, comecei a viver como ela vivia assim, de vestir as roupas e tal. Foi a quebra de [vestir] só a calcinha, de só [usar] de roupa feminina. Aí, eu comecei a me ver, foi nesse momento que veio aflorar mais em mim, eu tinha assim uns flashes de contradições da minha infância de querer quebrar com isso, né?! "Quem eu estava

> sendo?", eu estava sendo o que as pessoas queriam que eu fosse, e aí, a partir do momento em que eu vivi com ela. Tipo, "eu não sou isso" [mulher/lésbica], sou algo bem além do que isso e irei me reprimir com isso, viver e foi assim, um processo de... Comecei a conhecer outros homens trans e aí que veio a avalanche assim: "meu Deus, quem sou eu?!" Porque eu me via naqueles homens trans, eu me via, sabe, naquele processo. Mas também eu reproduzia algumas coisas que são ditas como femininas, então pra mim isso que iria quebrar com a masculinidade, mas as pessoas não iriam me ver como homem trans por isso, porque as pessoas querem determinar as coisas, mas eu vi que não rola, que eu tenho que me sentir bem e tal (Vitor, em entrevista, dez. 2014).

Vitor e eu conversaríamos por um bom tempo, dias antes. Sua experiência me tocara particularmente, pois narrava um conflito tão angustiante que parecia longe de qualquer resolução. Como me contara, passara tempos guardando só para si sua subjetividade que o ligava a apresentar-se como homem trans. O exame dessa subjetividade aqui descrito entre os homens trans gera uma retrospectiva localizada a partir da própria experiência. Como descrevi acima, Mário pontuava sua puberdade como um problema que anunciava seios indesejados, ao que lhe passaram a obrigar uma distinção com os outros meninos à rua: usar blusas para cobrir o peitoral. Entretanto, o foco narrativo e discursivo dos interlocutores tem estado sob uma certa identidade que reclamam para si após terem-na negada, mesmo que o conflito com o corpo ainda não estivesse tão enunciado.

Algumas vezes, o exame dessa subjetividade é posterior a um enfrentamento de um drama que se circunstancia através da violência diária no próprio seio familiar. Gustavo narra seu drama através de cenas que incluem privação do ir e vir, negação de seus desejos, de uma identidade pela qual se nomear. Gustavo mora hoje longe de seus pais atualmente. Tinha 18 anos de idade à época que lhe conheci. Sua trajetória construída biograficamente através da nossa entrevista encaminha-se para corporificar o que, como me conta ter vivido, um "limite" no campo do gênero e do desejo.

Conheci Gustavo em um show de bandas locais em um parque em Natal. Outro interlocutor, Francisco (22 anos), nos apresentou enquanto conversávamos sobre o que fazer ao sair da apresentação musical. Nesse primeiro encontro vi Gustavo com um cabelo mais longo, ao que cortaria bem rente à cabeça. Francisco me falara sobre ele ser também um homem trans. Posteriormente a nossa apresentação um ao outro, pedi a Francisco que intermediasse um contato maior com Gustavo, para que eu pudesse entrevistá-lo. Chegamos a nos encontrar outra vez no ao final

da entrevista que faria, dias depois, com Francisco. Combinamos de nos encontrarmos novamente, mas só conseguimos realizar a entrevista três semanas depois dali, após vários desencontros. Finalmente nos encontramos numa praça de alimentação de um *Shopping* no centro da cidade.

Gustavo marca seu conflito com as normas de gênero a partir de um "desde sempre", assim como Mário o fez. Esse "desde sempre" ganha significado por perceberem que se entendem enquanto alguém possível quando em conflito com a mulher imposta. Com isso, Gustavo descreve uma situação particular que lhe ocorreu quando ainda era uma criança. Estava à época em torno de 7 ou 8 anos de idade, como me indica. Se encontrava em um vestiário feminino de um ginásio poliesportivo. Acabara de jogar uma partida de futebol de salão em um time de meninas contra meninas. A mãe de outra criança perguntara em alto e bom som, "quem deixou esse menino entrar aqui". Sua mãe responde indignadamente que "não é um menino, é uma menina". Após a confusão, que Gustavo me pontua com ares de tensão, este voltara para sua mãe e dissera-lhe: "mas mãe, eu queria ser um menino". Magro, como me conta, era facilmente visto como um menino, e isso o agradava bastante; ao contrário de sua mãe que em resposta ao seu "queria ser um menino", lhe diz:

> "Você não pode, é contra as leis de Deus, se Deus te fez assim é porque ele quis assim, é errado você querer mudar o que Deus criou". E aquilo na minha cabeça ficou, e tipo: "A minha mãe que tá falando, a minha mãe que é adulta. Então, talvez ela - como eu posso falar - tenha uma certeza do que ela falando, que é verdade". Só que ao mesmo tempo dentro de mim, tipo, "não, não é assim, não é porque ela tá falando algo que tem que ser", entendeu? (Gustavo, em entrevista, mar. 2015).

Mesmo diante da resposta categórica de sua mãe, como consegue se lembrar, ele conta que:

> E eu lembro que uns dias depois eu cheguei pra ela e falei: "eu queria ser igual ao Fernando". Fernando foi um menino que estudou comigo, porque ele era muito bonito, era homem cis, e eu o via assim, eu: "caraca, como eu queria ser como ele". Ter a facilidade que ele tinha de jogar futebol, [...] pras várias coisas, pra jogar biloca e não ser visto com outros olhos, porque quando você é menina (abre aspas), que você joga uma biloca que você tá jogando bola, todo mundo já te olha assim: "vixe, vai dar pra isso, vixe vai dar praquilo". Mas eu não sentia que era isso de mim, era meio que, eram os meus gostos, minhas vontades, era como eu me sentia. E eu me sentia

> como um menino, e quando eu falei isso pra ela foi quando ela saiu cortando todo tipo de amizade que eu tinha com meninos, porque eu sempre andei muito com menino e ela achava que isso me influenciava no meu jeito de querer ser menino, de querer fazer parte do grupo de meninos (Gustavo, em entrevista, mar. 2015).

Este evento específico narrado por Gustavo marca uma série de represálias que sofre dos seus pais, como narra em seguida. Noutra ocasião, agora segundo me diz por volta dos 14 anos de idade, conta à sua mãe enquanto estavam à praia que "gostava de meninas". Sua mãe, em choque, esconde esta informação de seu pai, que estava nesse momento ao mar. Pouco tempo depois dessa ocasião, seus pais se mudam de cidade e passam a impedi-lo de ir à escola. Conta-me que perdeu mais de um ano de aula. Impedido de ir e vir livremente, seus pais e seus irmãos lhes pressionavam para que "deixe de gostar de meninas" e para ser mais feminino. Após todo um período de tensão em casa, Gustavo narra que passa a tentar ser, em suas palavras, "mulher cis heterossexual". Passa a voltar à Igreja, a se dedicar à banda de jovens da Igreja e a outras atividades religiosas, já que seus pais pastores lhe pressionam para isso.

O campo do masculino foi sua primeira evidência de desconformidade com as normas de gênero, após isso, quando tem evidenciado o desejo por meninas, a pressão que narra investe-se para fazer-lhe voltar à complementariedade heterossexual. Esta complementariedade interliga um corpo adicionado a uma expressão do feminino, a uma nomeação enquanto corpo de mulher, e a um desejo "certo" tomado de antemão como por meninos. Este clima de tensão familiar que me descreve compreende violência física, privação de "cuidados amorosos", o que lhe pontuam um ambiente inóspito pelo anúncio de seu desejo e masculinidade. Sua figura masculina já na infância, era tida como produtora de "vergonha" para seus pais, que diziam: "ela sempre quer me passar vergonha".

Gustavo, vivenciando dramaticamente uma abjeção que tocava seu corpo e seu desejo, também é um exemplo como Mário, Vitor e os outros interlocutores, que de uma maneira ou de outra vivenciaram seus desejos expulsos da "normalidade". Essas abjeções mesmo tornando-os inconcebíveis como homem, lhes colocavam como lésbicas e como "mulheres". A narrativa de Gustavo que descreve o controle no intercurso das relações familiares exigia sua adequação sob pena de violências. Sua entrada na categoria "homem" e a saída da categoria "mulher" configurara um absurdo. Esse controle exigia que seu

enunciado “queria ser um menino” se tornasse apenas “confusão” a ser corrigida, assim como suas práticas do desejo que deveriam decorrer do seu “sexo” da maneira prevista (Butler, 2003).

Nem se recorrêssemos a teoria sobre lesbianidades poderíamos considerar estes sujeitos como vivenciando tais identidades, mesmo que parte de tal discurso os impute inexistência. Os sujeitos descritos aqui não demandam estas categorias de lésbica e mulher, pelo contrário, recorriam a explicações que lhes fundamentassem saída destas no desafio do discurso da diferenciação sexual ou contra o discurso da força da socialização primária[4]. Tânia Navarro-Swain (2000) se pergunta o que é uma mulher lésbica e o que compete a um desejo entre “mulheres”. Sua pergunta, por mais que seja política e dessencializadora, parte da mulher como a correspondência obrigatória a partir do “sexo”. Sua citação de Butler, para quem o sexo é uma categoria produzida sem haver uma correspondência natural entre sexo/gênero/desejo, não atinge a problematização de uma categoria mulher para além da genitália.

Se a heterossexualidade é uma política, como afirmou Adrienne Rich (2012) e Wittig (1992), e como tal compulsória através de uma investida diária e ininterrupta para transformar os seres humanos em heterossexuais, cujas relações ao mesmo tempo afastam a homossexualidade (Rubin, 1993), tornam as categorias de homens e mulheres igualmente compulsórias. Seria essa compulsoriedade alargada a outros modos de apresentar-se em homem ou mulher? As experiências transexuais dos homens trans deixam mostra à carne destas categorias cujo sistema simbólico na relação heterossexual recria sua corporalidade (Strathern, 1996; Connell, 2012; Bento, 2006) continuadamente, transformando os contrários em abjetos expulsos da realidade. A categoria “mulher” desvela-se, portanto, por meio das experiências dos interlocutores como Vitor, Gustavo e Mário, enquanto revestida de compulsoriedade e de ficção.

Boa parte dos homens trans aqui reunidos ligam discursivamente as imagens da “lésbica” e da “mulher” a um período de suas vivências como um malogro identitário. Ainda continuando a minha conversa com Gustavo, fazia calor e usando óculos de sol ainda percebo sua expressão embargada ao me contar que não conseguia viver enquanto era obrigado pelos pais a ser uma “mulher heterossexual”. Diz que “vegetava, não vivia”. Somente com a saída da casa de seus pais que relata um maior conforto, pois passou a dividir um apartamento com seus dois irmãos:

[4] Para uma revisão do conceito de socialização, ver Tamara Grigorowitschs (2008).

"Eu morei com meus pais até o começo desse ano, depois que eu saí de casa... Foi praticamente quando eu me aceitei homem trans que eu senti a necessidade de sair de casa porque meus pais são evangélicos". Quando continuo perguntando sobre o convívio com seus pais atualmente, ele conta que eles continuam vendo-o enquanto um "sapatão". Seus irmãos, ao contrário, "entenderam o recado". Ter o reconhecimento de entrada na categoria de "homem" pra Gustavo é uma fonte de conforto e confirma sua identidade reclamada.

> Eu sempre cresci sendo visto como uma menina, certo?! Mas não me via como uma menina, eu sempre tive atitudes de menino pra tudo, pra tudo mesmo. Só que minha mãe e minha irmã, meio que tentavam tirar aquele jeito de mim, pra ver se eu mudava. Mas não deu muito certo, então assim... Eu sempre demonstrei ser um menino, só que meus pais são cegos pela religião, eles não querem ver, não aceitam, não entendem. Então, quando eu me identifiquei como homem trans, é... só um tempo depois que eu fui fazer a mudança, que eu fui mudando o corte de cabelo, que eu fui mudando minha aparência por necessidade. Porque você sente a necessidade. E quando eu mudei, a minha irmã e meu irmão não precisou nem que eu chegasse e falasse, foi meio que eles entenderam o recado (Gustavo, em entrevista, mar. 2015).

Não se trata, ainda, de que os homens trans desta pesquisa nunca tenham sido mulheres por uma ação da natureza, mas que essa experiência anterior passa a chave da experiência do presente e se modifica. Se posso me apropriar de Wittig (1992), tomar os homens trans de antemão como mulheres lésbicas, recria discursivamente a ideia do corpo como receptáculo de atributos, institui o "sexo" enquanto essência, e a sexualidade compulsoriamente como heterossexual que é a causa dos demais anteriores.

A "transição" e o enunciado "em 'transição' desde sempre" não são um evento psicológico, ela parte antes de uma experiência localizada socialmente, demandando por irem-se de encontro ao esperado para seus corpos e suas identidades. Bento (2006) argumenta que a transexualidade não seria uma pessoa, mas uma experiência identitária. Isto quer dizer principalmente que as pessoas que vivem esta experiência são muito mais do que esse drama. O conflito não está no sujeito enquanto uma instância psicossomática se deve antes ao tido de conflito circunscrito pelas normas de gênero que encarnam diferentes experiências, cada uma particularmente.

Retrospectivamente, ainda continuando com a narrativa de Gustavo, é possível observar quando me narra ter vivido em um "limite".

A forma como ele coloca sua experiência sob minha inquirição exemplifica verbalmente o que outros homens trans interlocutores também vivenciaram. Dessa maneira, põe sua transexualidade e a entrada na categoria homem como um marco sob o qual estabeleceu uma identidade, e se tornou uma pessoa inteligível. À época da explosão do controle familiar que sofreu, por volta dos 13, 14 anos de idade, descreve que:

> Como eu não tinha informação da transexualidade, mas eu já me sentia diferente porque era como se eu vivesse em cima de um limite, limite lésbico, só que eu queria passar, eu queria dar um passo, porque eu num era exatamente aquilo ali. Eu não me sentia 100% aquilo ali. Então, eu tinha que dar um passo, só que eu não sabia pra onde eu ia dar esse passo. Se eu desse um passo eu era o que? Tipo, eu me sinto assim, eu tenho um corpo de "mulher", mas o que é que eu sou? Aí você começa o conflito, tipo, eu gosto de menina, e eu "sou uma menina", mas eu me sinto um menino... Aí fica um monte de interrogação na sua cabeça e você fica confuso (Gustavo, em entrevista, mar. 2015).

É por meio do que compreendem como "transição" que se examinam subjetivamente constituindo processos de desindentificação à superação do "feminino", da "mulher", e, às vezes, da "lésbica". Essas dimensões (lésbica, feminino, mulher) foram utilizadas em contextos que me descrevem como de "confusão" ou de "obrigatoriedade" diante das consequências possíveis ao "assumir" uma identidade de homem trans. Quero sugerir que o "limite" explicado por Gustavo, passível de ser visualizado nas outras narrativas, compreende a materialização de uma desidentificação e não a uma materialização de uma lesbianidade. Isso não quer dizer que "deixaram de ser" lésbicas ou mulheres, uma vez que defendem nunca as terem tido como inscrição. Mas de considerar que houve uma necessidade vista por eles de se desprenderem destas identidades forçadas, "confusas", enquanto categorias definidoras de suas experiências e identidades que anteriormente performativizaram por controle direto (como Gustavo), ou como a única possibilidade de existirem (como Mário). Esta desidentificação enquanto proveniente de um forte exame da subjetividade atrela-se sobre o corpo, mas não se reduz a ele.

Henry Rubin (2003) emprega o termo desidentificação para se referir ao confronto político entre homens trans e mulheres lésbicas masculinas nos Estados Unidos, desde a década de 1980. Segundo o autor há um processo de desidentificação entre eles e elas no sentido de

se diferenciarem demarcando suas identidades. O autor se detém ao uso do termo apenas em dois parágrafos ao final de seu capítulo sobre as fronteiras de guerra entre mulheres lésbicas e homens transexuais estadunidenses. Ao falarmos no contexto desta pesquisa, a desidentificação a que me refiro concerne ao processo demandado pelos homens trans através de uma experiência de superação do feminino e do que lhe compete à classificação de um "ser mulher".

Apesar de Rubin não aprofundar seu conceito de desidentificação é possível vê-lo diferenciando-se do termo empregado por Judith Butler (*apud* Dean, 2008). Do mesmo modo, quando eu falo em desidentificação me aproximo muito mais de Henry Rubin do que de Butler. Para a autora, este termo diz respeito a uma espécie de consciência do sujeito sobre sua definição subjetiva que compreende um confronto entre desconhecer-se e conhecer. Ao encarar um confronto e um repúdio da própria identidade, o sujeito estaria em uma dimensão dialética de estar sob um significado ao qual pertence e não pertence ao mesmo tempo.

Nas descrições de suas trajetórias desde a infância, os homens trans concebem-nas enquanto um processo de entendimento sobre si mesmo, de chegar ao se "descobrir homem trans" por meio de todas as situações que protagonizam. A desidentificação que aludo aqui diz respeito a experiência transexual, mas enquanto particularidade aos homens trans que se veem assim como pessoas no movimento de se afastarem da categoria "mulher" em direção a categoria "homem" e "trans". Como continuarei a argumentar, esta desidentificação pode se concretizar através de uma relação de alteridade através da qual um exame da subjetividade se estabelece ao encontrar um outro, não diferente, mas igual antes de tudo. Formando assim uma comunidade de amigos com ajuda mútua. O que lhes possibilita encontrar de maneira comum uma categoria pela qual nomear suas vidas relegadas à abjeção e frequentemente à violência e à morte.

Considerações finais

A "transição de gênero" é entendida como uma rejeição a ideia de "virar" ou de "se transformar". Entre os homens trans este termo é usado exatamente na mesma forma morfológica em sentidos diferentes. De acordo com o contexto ao qual se refira, pode se relacionar a construção de identidade enquanto homem e enquanto transexual ("transição") e doutro, a respeito da transição do corpo, do manejo que

demandam na estética corporal (“transição corporal”) – que atua sob a identidade, mas não lhe é causa. Este momento, o transicionar (do corpo) que pode ser medicamente assistido ou não, pelo qual, após ou durante ter constituído sua identidade de homem por um processo de superação da “mulher” – que lhe foi imposta no direcionamento social –, parte-se para uma nomeação de sua experiência dramática particular com as normas de gênero por meio do ser trans e homem.

Essa experiência que constitui a transexualidade por uma maneira de confronto diante da norma de gênero, que cria corpos condizentes com gêneros, não impede aos homens trans a construção de uma “transição” particular na vivência de que me detenho aqui, uma vez que marcam um processo de conflito com identidades outrora vividas por “n” “motivos”. Isto é, essa experiência é (re)narrada pelos homens trans. Não se trata de dizer, profundamente, que estar-se ou que se estiveram em corpos de mulheres. Estão nos seus próprios corpos, tão biológicos quanto outros, e tão significados como os demais, mas que precisam ser contingenciados tecnologicamente (política e cirurgicamente) ao gênero/sexo masculino e de homem que lhes é de fato. Disso, surge a questão problemática da narrativa da "transição” de gênero longe do aspecto de transformar-se.

Não há referência em dicionários oficiais da língua portuguesa brasileira de um verbo “transicionar”, usado constantemente pelos homens trans. Informalmente, “transicionar” pode se referir a “chegar a cargo de liderança”. No entanto, os interlocutores se apropriaram do substantivo feminino “transição”, palavra que ajuda a descrever o processo de “saber se é trans” e a masculinização, e o transformaram em verbo. “Transicionar” é preferível a “transitar”, já que o primeiro implicaria semanticamente em um processo contínuo e o segundo em um processo de um estado a outro, fixo. Não se trata de uma passagem, uma transferência a outro corpo. Nem muito menos de um momento de transitoriedade para se chegar a algo a qual não pertenceu anteriormente. Morfológica e sintaticamente, o “transicionar” da experiência transexual masculina acaba por ter um significado contido geralmente no gerúndio. Seja como tempo verbal no infinitivo, ou como sintaxe como um gerúndio, o “transicionar” (processo da transição) nessa experiência emite uma continuidade que não se focaliza no início nem num possível fim. Trata-se de um processo que não dispõe de um fim programado apesar de poder chegar num ponto ideal, e, apesar de já ter estado num contexto de perceber-se no limiar.

Entre os homens trans interlocutores, antes do transicionar, dos atos de pôr em ação a transição – corporal, principalmente –, há um processo que vivifica um drama que leva à angústia e à sorte difícil de quantificar, de emoções traduzidas numa linguagem de "morte", de "não viver". Sair desse processo e chegar a um sentimento de "viver" está atrelado ao conseguir "sentir" sua identidade de maneira nomeável, realizável. Implica ainda ao encontro de pares que são outros, de uma relação de alteridade, que se constitui de maneira generificada que constrói uma "comunidade de emoções" (Weber, 2002; Bento, 2006a).

Seria, portanto, de questionar inferências que colocam as narrativas de transição como algo abandonado nas experiências trans, como as de Bourcier (Ávila, 2014). Quero propor que a "transição" de gênero narrada pelos homens trans não seja vista como um momento provisório de passagem para um outro, mais "real". Este trabalho se preocupa com a experiência própria de "transicionar" (e a sua narrativa) para o corpo e/ou gênero oposto ao designado ao nascer, e enquanto tal apesar da "transição" remeter comumente a transitoriedade, a um estágio entre dois momentos. É uma experiência narrada pelos homens trans como uma dinâmica do acesso não apenas à categoria homem, mas também a ideia de transexualidade e transgeneridade. A transição se encontra em uma prerrogativa que implica se colocar no lugar que sempre lhe foi seu de fato, e não a uma transformação que se chega após ter sido outra pessoa. A pessoa anterior se torna rarefeita ao exame do presente.

Referências

ALMEIDA, G. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estudos Feministas*, v. 20, n.2, 2012, pp. 513-523.

ARÁN, M.; Murta, D.; Lionço, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4):1141-1149, 2009.

Arán, M. A saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade. Em: Arilha, M.; Lapa, T. de S.; Pisaneschi, T. C. (orgs.). *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

ARÁN, M. Novos direitos e visibilidades para os homens trans no Brasil. *CLAM*, 2012. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/Aran.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

BARBOSA, B. C. Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. *Dissertação* (Mestrado em Antropologia Social), USP, FFLCH, São Paulo, 2010.

BENTO, B. *A (re)invenção do corpo: gênero e sexualidades na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006

BOTT, E. *Family and Social Network*: Roles, Norms, and External Relationships in Ordinary Urban Families. 2. ed. London: Routledge, 2001.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COACCI, T. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. Belo Horizonte, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

COELHO, M. T. A. D. e SAMPAIO, L. L. P. As transexualidade na atualidade: aspectos conceituais e de contexto. In: _____ (Orgs.). *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014.

CONNELL, R. *Masculinidades*. Cidade del Mexico: UAM, 1998.

DEAN, J. “The lady doth protest too much”: theorizing disindentification in contemporary gender politics. *IDA Working Papers* (LSE), London, 2008.

DEVOR, A. H. Witnessing and Mirroring: a Fourteen Stage Model of Transsexual Identity Formation. *J. Gay Lesbian Psychother*. 2004; 8(1): 41-67.

FAUSTO-STERLING, A. *Sex/Gender*: Biology in Social World. Nova York: Routledge, 2012.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade, vol. 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Grall, 1988.

GOFFMAN, E. *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRIGOROWITSCHS, T. O conceito "socialização" caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 102, p.33-54, jan./abr. 2008.

MEYEROWITZ, J. *How Sex Changed:* A History of Transsexuality in the United States. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

MONEY, J. e TUCKER, P.. *Os papéis sexuais*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Oliveira, A. G. L. Somos quem podemos ser: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. 2015. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

PEIXE, A.; MORELLI, F. 2018. ""Homens do futuro": o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe". In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, Alameda, pp. 405-420.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309.

RUBIN, H. *Self-Made Men: Identity Men and Embodiment among transmen*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2003.

SILVA, M.; ABREU, L.; SPOSATO, K. Trans-identidades e a epistemologia da diferença sexual: sinais e espaços de vulnerabilidade sociojurídica. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 9, n. 3, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/55372.
STRATHERN, A. *Body Thoughts*. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press, 1996.

STRATHERN, M. *O Gênero da Dádiva: problemas com mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: UNICAMP, 2006.

TEIXEIRA, F. do B. Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade. 2009. 243f. *Tese*. (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

VIEIRA, F. C. A segurança biológica na transição de gênero: uma etnografia das políticas da vida no campo social da saúde trans. 2020. 397f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

VIEIRA, F. C. Viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans. 2015. 188f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

WEBER, M. Conceitos básicos de Sociologia. São Paulo: Centauro, 2002.

WITTIG, M. *O pensamento hétero*. s/c: s/e, 1992. [1980]. Disponível em: <https://goo.gl/jfazyQ>. Acesso em: 10 fev. 2012.

Gender Transition: Language, Contexts, and Experiencies of a Generation in Brazil

Abstract:

This article aims to understand practices and discourses surrounding the notion of gender transition articulated by young trans men (people who

were assigned female at birth), considering the identity and body constructions that the practice of gender transitioning produces socially. The work is characterized as a reexamination 10 years later of empirical material constructed in the context of an ethnographic research developed between 2014 and 2015 in the capital and in the interior of Rio Grande do Norte, with the support of open interviews, following the social mobilization of activists throughout political and academic events, domestic activity and hormone therapy. By describing the linguistic, political and societal nuances of the emic idea of gender transition, the article reflects on the emergence of activism by trans men and transmasculine people in the potiguar region and the conditions that make it possible, paralleling personal trajectories of changes between categories of person and the dynamics between gender diversity and social processes.

Keywords: Gender transition. Body. Identitity. Transgender men. Transexualities.

Francisco Cleiton VIEIRA

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi. Doutor e mestre em Antropologia Social (UFRN). Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Tem interesse em antropologia da saúde e da doença e em antropologia do gênero e da sexualidade. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8852-6212. E-mail: cleiton.vieira@ufrn.br

Recebido em: 31/03/2025

Aprovado em: 21/04/2025

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

“O nome que eu sou”:

Pessoa, gênero, relacionalidade e os sentidos da nominação de sujeitos trans

Arthur Leonardo Costa Novo, *Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Resumo. Este artigo analisa relacionalidades envolvidas nos processos pelos quais sujeitos trans (homens trans, mulheres trans, travestis, transexuais) constroem identificação com um novo nome, alinhado à identidade de gênero, como parte da constituição da Pessoa na transição de gênero. Os dados resultam de pesquisa de campo etnográfica e entrevistas semiestruturadas realizadas em contextos de ativismo trans e em centros de defesa de direitos e promoção de políticas públicas para homossexuais, trans, travestis e transexuais, nas cidades de Natal, João Pessoa, Recife e São Paulo, entre 2017 e 2019. Observa-se que a escolha e a assunção de um novo nome ocorrem entre relações familiares e de amizade, em dinâmicas sempre relacionais e que envolvem conflitos e negociações com parentes e amigos, em práticas cotidianas de reconhecimento da identidade de gênero. A interpretação dos dados etnográficos sugere que a “transição” de nome é um processo que não marca somente o movimento de deslocamento na ordem de gênero. Identificar-se com “o nome que se é” envolve tanto o adensamento de vínculos sociais de família e/ou amizade que constituem Pessoas-Indivíduos quanto formas de ruptura, transformação ou atualização de relações para as quais o nome anterior era uma substância de relacionalidade importante.

Palavras-Chave: Transgênero. Identidade de gênero. Prenome. Relacionalidade. Família.

Introdução

Este artigo[1] traz uma análise de relacionalidades e significados envolvidos nos processos pelos quais sujeitos trans (homens trans, mulheres trans, travestis, transexuais) constroem identificação com um novo nome[2] no gênero de identificação e passam a vivê-lo socialmente durante a transição de gênero. Os dados resultam de observações, interações, diálogos e entrevistas semiestruturadas com sujeitos trans e familiares durante pesquisa de campo etnográfica, de inspiração multisituada (Marcus, 1995), que realizei nas cidades de Natal, João Pessoa, Recife e São Paulo, entre 2017 e 2019. As interações e diálogos com os sujeitos de pesquisa que concederam as entrevistas ocorreram em contextos de ativismo no campo da diversidade sexual e de gênero e em agências de promoção de políticas de saúde e direitos humanos para a “população LGBT” (Aguião, 2018).

As análises que desenvolvo na sequência se baseiam na concepção de que a teia de relações que conforma a vida social é constituída por símbolos e significados públicos, que são postos em ação nas interações sociais (Geertz, 2008). A tarefa do etnógrafo é interpretá-los a partir da reflexividade que, na pesquisa antropológica, caracteriza o “encontro de subjetividades” entre pesquisador e sujeitos de pesquisa (Schwade, 2018), de modo a produzir “teorias etnográficas” (Peirano, 2006) que ampliam o vocabulário de compreensão dos fenômenos sociais ao “evocar a experiência alheia” (Fonseca, 2008, p. 49).

Adoto a definição de Raewyn Connell (2016) para mulheres e homens transexuais como pessoas que se deslocam na ordem de gênero fazendo uso de tecnologias biomédicas para intervenções corporais que dão suporte à reivindicação de reconhecimento no gênero oposto ao designado no nascimento, tanto socialmente quanto juridicamente. A

[1] Uma primeira versão deste artigo foi elaborada como trabalho de conclusão da disciplina “Parentesco e Organização Social” do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN, ministrada pela professora Dra. Angela Facundo Navia no primeiro semestre de 2017. Beneficiou-se também das leituras e debates realizados na disciplina “Antropologia do Gênero e das Sexualidades” do PPGAS/UFRN, ministrada pela professora Dra. Rozeli Maria Porto em 2017/1.

[2] Utilizarei “nome” e “prenome” com o mesmo sentido, ou, seja como primeiro nome. Utilizarei “sobrenome” para me referir ao nome de família e “nome próprio” para fazer referência à combinação de prenome e sobrenome. Os termos êmicos “nome de batismo”, “nome de registro”, “nome civil” e “nome morto” serão utilizados quando me referir ao prenome pelo qual sujeitos trans foram registrados pela família.

"transição" objetiva a negociação do gênero de identificação em relações nos mais diferentes campos da vida social.

Algumas interlocutoras deste trabalho se identificam com a categoria identitária "travesti" e possuem trajetórias de gênero que não cabem completamente na categoria "transexualidade", pois têm relações mais descontínuas e instáveis com serviços de saúde, profissionais e práticas biomédicas ligadas à medicina transexual. Contudo, dão sentido às suas experiências e constroem identidades a partir de um vocabulário comum aos sujeitos que se identificam como trans ou transexuais, constituído a partir dos saberes e práticas do campo da saúde trans e dos movimentos sociais do campo da diversidade sexual e de gênero.

A análise parte da concepção de "relacionalidade" de Janet Carsten (2000, p. 1), visando pensar os processos de nominação por uma perspectiva mais ampla do que aquela vinculada estritamente às relações de aliança e descendência, que conformam vínculos jurídicos e estabelecem direitos e deveres nos sistemas de parentesco das sociedades ocidentais modernas[3]. Carsten (2000) propõe que a relacionalidade, ou seja, a capacidade criativa humana de constituir vínculos simbolicamente importantes entre pessoas e entre grupos, conferindo status diferenciados para certas conexões, é inerente às relações sociais, mas salienta que existem linguagens culturais diferentes para produzi-los. Nas sociedades ocidentais modernas, por exemplo, institucionalizou-se a linguagem da consanguinidade, baseada na partilha de material biogenético, atribuindo aos vínculos com "parentes de sangue" um valor especial (Schneider, 2016).

Porém, relações que não se baseiam em conexões genealógicas e que não possuem o mesmo estatuto jurídico conferido à aliança e à descendência podem ganhar densidade simbólica e importância afetiva comparável aos vínculos de parentesco. Isso é particularmente importante para sujeitos que vivem identidades de gênero e de orientação sexual em conflito com as normas de gênero (Bento, 2014a) e com a heteronormatividade. Nessa perspectiva, trabalharei em paralelo as relações dos interlocutores da pesquisa com suas famílias de origem e

[3] A partir dos anos 1980, as críticas às abordagens funcionalistas e estruturalistas clássicas do parentesco na Antropologia dos anos 1960 (Schneider, 2004), o crescente interesse nas sociedades de origem dos antropólogos, na historicidade da família moderna e em suas transformações diante de mudanças culturais, econômicas, políticas e tecnológicas, o impacto político dos movimentos feminista e de direitos civis de homossexuais produziram uma renovação no campo de estudos sobre família e parentesco (Bestard, 1998; Fonseca, 2007). A obra de Janet Carsten é produto desse contexto.

com suas “famílias de escolha” (Weston, 1991), cujos vínculos não são construídos pela linguagem da consanguinidade.

Nomes em família: individualização e reprodução social

Práticas de nominação e transmissão de nomes criam pessoas, constroem e atualizam relações e reproduzem grupos sociais (Vom Bruck; Bodenhorn, 2006). Uma das primeiras análises que explicita os efeitos sociais dos rituais de nominação, evidenciando a relação entre nomes, papeis sociais e estrutura social, está no ensaio seminal de Marcel Mauss sobre a categoria de “Pessoa” e a noção de “Eu”, publicado originalmente em 1938. Mauss (2003) demonstrou como, entre povos nativos da América do Norte e Oceania, havia uma noção de Pessoa diretamente relacionada à transmissão ritual de nomes de ancestrais para novos descendentes. Os nomes herdados determinavam status, direitos, deveres, propriedades e a função social dos membros de cada clã. Assim, ao receber e incorporar um ou mais nomes ao longo da vida em ocasiões rituais específicas, os integrantes dessas sociedades encarnavam, geração após geração, o conjunto de pessoas que formavam a totalidade do grupo, cumprindo as funções sociais e rituais necessárias à sua reprodução. Para Mauss, embora os membros dessas sociedades se confundissem com seus próprios clãs, já que incorporavam sempre um personagem ancestral, a noção de que cada um deles era uma “pessoa” diferenciada já começava a se formar nas consciências, pois cada integrante tinha um papel na vida social, ainda que este papel fosse transmitido coletivamente com o sistema de nominação.

Nas sociedades modernas, os sistemas de nominação têm tanto características de individualização como de coletivização (DaMatta, 2010), correspondendo à concepção moderna de Pessoa como indivíduo: pessoa civil, pessoa moral e “Eu” psicológico, consciente e indivisível (Mauss, 2003). Todas as faces da Pessoa como a compreendemos estão ligadas ao nome próprio (formado por prenome e sobrenome), que formaliza e oficializa legalmente a existência social, distinguindo a pessoa como indivíduo diferenciado, ao mesmo tempo em que a vincula a grupos familiares, de parentesco, étnicos e nacionais.

Tanto a escolha de prenomes como a composição do sobrenome de um filho buscam reafirmar a lógica do nosso sistema de parentesco,

no qual uma nova pessoa resulta da união entre as "substâncias" de seus pais. Exemplo disso é a recorrência de indivíduos com prenomes formados pela junção de parte do prenome do pai e parte do prenome da mãe, sobretudo em grupos populares. Efeito similar tem a prática homoparental de casais lésbicos de dar aos filhos um sobrenome formado pela junção, com hífen, dos sobrenomes de ambas as mães, reforçando a dupla filiação materna (Amorim, 2013). Em cada um dos casos, prenome ou sobrenome operam como substâncias que criam parentesco. Isso fica claro se considerarmos que substâncias de relacionalidade podem ser materiais, como sangue, sêmen, leite e alimentos, mas também imateriais, como fantasmas, espíritos ancestrais, emoções e memórias (Carsten, 2014). O nome próprio possui ambas as características, pois ganha materialidade em registros e documentos civis, mas é também um elemento simbólico e imaterial evocado pela linguagem oral nas interações sociais.

Os sobrenomes atuam no aspecto coletivo do nosso sistema de nominação. Não transmitem papeis sociais, embora possam conferir status, distinção e estejam relacionados à construção de identidades étnicas (Rezende, 2015), mas estão ligados ao campo dos direitos no nosso sistema jurídico. Participam do reconhecimento de nacionalidade, do acesso a direitos individuais, como herança e pensão, e do acesso a direitos sociais, como cadastros em serviços de saúde e programas assistenciais. Concedem também direitos relativos ao corpo, à vida e à morte, como o direito de autorizar o desligamento de aparelhos hospitalares de um parente com morte cerebral ou o direito de decidir sobre a doação de órgãos.

O prenome, por sua vez, é um elemento de individualização que, articulado ao sobrenome, cria socialmente uma pessoa que é única e diferente de todos os seus ascendentes e antepassados. Já durante a gravidez, experiência fortemente marcada pela intermediação de saberes e tecnologias biomédicas, fetos se tornam crianças e ganham status de pessoa quando são classificados no gênero masculino ou feminino a partir do sexo genital, tornando-se o centro de um conjunto de práticas de pais e parentes voltadas a recebê-los como parte da família (Chazan, 2007). A escolha do prenome e a decisão sobre a combinação de sobrenomes dos pais para formar o "nome próprio" da criança estão entre as ações mais importantes nesse sentido, conferindo individualidade e formando uma nova pessoa no grupo familiar e de

parentesco. Contudo, o prenome é escolhido pelos pais ou familiares também para produzir pertencimento e continuidade, reforçando relações com parentes e linhagens, afirmando identidades nacionais e étnico-raciais e realçando valores relativos à posição social, à visão de mundo e ao estilo de vida.

É recorrente que prenomes sejam usados para reforçar vínculos de consanguinidade (Fonseca, 1995) homenageando um ascendente, vivo ou falecido, ao transmitir o seu nome para um novo membro da família. A transmissão é sempre intergeracional, o que evidencia que, tal como a decisão sobre quais sobrenomes projetar para o futuro (Rezende, 2015), essa também pode ser uma forma de construir memória e identidade ao perpetuar o grupo de parentesco. Não se dá a uma criança o nome de um irmão ou primo, mesmo que estes tenham morrido. O prenome de um filho morto normalmente se torna tabu, não podendo ser transmitido a um novo descendente entre parentes próximos da família. Isso violaria o valor do indivíduo, cuja individualidade se relaciona ao nome próprio, e traria sempre aos parentes a memória do falecido, como uma presença fantasmagórica se interpondo à relação com aquele que está vivo.

Uma prática comum é dar a um descendente o mesmo prenome e sobrenome de um ascendente, acrescido dos tecnônimos “Junior”, “Filho”, “Neto” ou “Sobrinho”. A ação costuma estabelecer um vínculo intergeracional entre parentes do mesmo gênero, como pai e filho, avô e neto, tio e sobrinho. Trata-se de uma “homenagem” que fortalece e realça publicamente o vínculo com o parente homenageado (Pina Cabral, 2007). Parece ser mais recorrente entre homens do que mulheres, dada a inexistência de correspondente feminino para “Junior” e a raridade dos tecnônimos “Filha” e “Neta”[4]. Nesse sentido, trata-se de uma tecnonímia relacionada ao reforço de vínculos ligados às linhagens masculinas.

O nome próprio pode ser considerado uma instituição que contribui para a ordem de gênero, na medida em que atualiza normas sociais do “sistema de sexo/gênero” (Rubin, 2011). No contexto brasileiro, o nome próprio realiza a complementaridade do modelo de reprodução heterossexual ao ser tradicionalmente composto pelos sobrenomes das famílias paterna e materna; atualiza a hierarquia entre

[4] João de Pina Cabral (2007) encontrou um caso de uma mulher que recebera o nome de uma tia e o tecnônimos “Sobrinha”, mas a prática é incomum.

homens e mulheres ao sobrepor o sobrenome paterno ao sobrenome materno, fazendo desaparecer no tempo as linhagens femininas; localiza os indivíduos em identidades sociais de gênero ao instituir prenomes que são masculinos ou femininos.

Além de atuar de modo tão efetivo quanto sobrenomes na produção e reprodução social de pessoas e vínculos sociais importantes, prenomes expressam o "gosto" dos pais (Bourdieu, 2007), pois são escolhidos a partir de um repertório comum aos campos que conferem identidade, status e/ou prestígio social aos membros da família. Desse modo, afirmam e transmitem valores que podem estar relacionados a posição social, identidade étnica, religião e estilo de vida. Os exemplos são diversos: prenomes que reforçam narrativas sobre a origem étnico-racial da família (ex. nomes italianos, alemães, de etnias africanas etc.), prenomes inspirados em personagens bíblicos, prenomes que fazem referência a celebridades, artistas, músicos, escritores ou atletas cujas personalidades públicas representam ideais estéticos, morais, intelectuais, políticos etc. Vinculados, assim, à visão de mundo dos pais, os prenomes explicitam ideais e expectativas a respeito das possibilidades sociais de vida e trajetória individual de um novo membro da família.

Todo esse contexto social e cultural em torno dos processos de nominação no interior das famílias anuncia o drama vivenciado por travestis, mulheres trans e homens trans com relação à mudança de nome que, na grande maioria das vezes, acompanha a transição de gênero. Recusar o nome escolhido pelos parentes implica para sujeitos trans desafiar regras e tradições dos sistemas de parentesco ocidentais, sobretudo a obrigatoriedade de perpetuar a família a partir dos significados simbólicos do nome, da memória familiar que este transmite e dos papeis de gênero que prescreve (Correa, 2020). Veremos no próximo tópico como a escolha de um novo nome e a sua legitimação no convívio cotidiano se dão no contexto de conflitos e negociações nas interações e relações afetivamente importantes, em meio às quais aspirações e identificações pessoais se costuram ao adensamento de relacionalidades.

Tornar-se um nome

Pesquisas sobre transexualidade e transgeneridade têm demonstrado como a afirmação de uma identidade de gênero diferente

daquela determinada no nascimento frequentemente ocasiona conflitos bastante dramáticos nas relações com a família de origem (Bento, 2014a; Vieira do Rego, 2015; Oliveira, 2015; Costa Novo, 2021). Alguns sujeitos conseguem negociar condições de convivência com os familiares, mesmo que não haja a compreensão ou o reconhecimento da identidade de gênero (Cardozo, 2010). Não raro, porém, o conflito envolve discussões, brigas, violências e a “expulsão de casa”, prática que consiste em negar ou restringir o acesso aos recursos materiais e econômicos da família e na exclusão parcial ou total do parente trans da rede de solidariedade familiar (Costa Novo, 2021).

Afastamentos bruscos, vividos como rupturas drásticas, são comuns nos períodos iniciais de transição de gênero, mas podem ser mais bem compreendidos como um estado de relações em processos de “diluição” (Carsten, 2014), não como a sua dissolução completa. Vínculos entre parentes, sobretudo os mais próximos genealogicamente, dificilmente são desfeitos em um sistema de parentesco baseado na consanguinidade, na lei e no “amor” (Schneider, 2016), podendo ser “adensados” em diferentes momentos do curso de vida. O que se observa é que movimentos de reaproximação entre sujeitos trans e suas famílias de origem ao longo do tempo são recorrentes, seja no decorrer de semanas, meses ou anos (Zampiroli, 2017; Guerra, 2019; Vieira do Rêgo, 2020; Costa Novo, 2021).

Os processos de “diluição” de certas relações com a família de origem durante o período inicial de transição de gênero podem mobilizar a “acumulação” ou “espessamento” (Carsten, 2014) de outros vínculos socialmente importantes. As relações de amizade, em especial, costumam ganhar densidade. Em função disso, é recorrente que a escolha e assunção de um novo nome no gênero de identificação ocorra entre amigos (Alexandre, 2015; Correa, 2020). Tornar-se um nome é afirmar e construir laços de pertencimento a uma comunidade ou grupo social, como vimos, e as narrativas de diversos interlocutores da pesquisa enfatizaram a importância dos grupos de pares e, em especial, das relações de amizade, na escolha, reconhecimento e identificação com um nome “transicionado”.

Ana Bella[5], 27 anos, era uma estudante universitária que vivia em uma capital na região Nordeste. Suas relações no contexto da universidade foram pontos que centralizaram e organizaram sua narrativa sobre a transição de gênero e escolha do novo prenome, visto que Ana havia afirmado publicamente uma identidade de gênero feminina durante a graduação e o contexto universitário fora o seu principal espaço de enfrentamento e resistência. Ana sempre enfatizava que fora "a primeira travesti" a ser aceita na residência universitária feminina, depois de um desgastante processo que enfrentou com o apoio de colegas e alguns poucos aliados no corpo docente, as mesmas professoras que haviam atuado na implementação do direito ao uso do "nome social" por travestis e transexuais na instituição. Assim, foi entre amigos e colegas de curso, com o suporte de algumas professoras, que ela se tornou socialmente Ana, em um processo no qual o espaço da universidade foi um campo importante a organizar suas relações entre diferentes agentes de sua transição de gênero.

A escolha do prenome ocorreu entre um grupo de amigos com quem sempre fazia trabalhos para as disciplinas do curso de graduação. Enquanto conversávamos, Ana relembrou os vários nomes que cogitou se chamar depois que se identificou no gênero feminino, explicando porque gostava de cada um deles:

> Eu pensei primeiramente em por Sophia, porque amava esse nome e achava ele delicado. Depois, pensei em por Hillen, porque era um nome que sempre achei diferente e muito bonito. E era de uma amiga. Mas depois eu tinha uma amiga com quem me identificava muito, que era a Hellen. [...] Como não queria que ficassem duas Hellens na mesma turma, ela sugeriu o nome da irmã dela: Ana. (Ana Bella, em entrevista realizada em 14 de julho de 2017.)

A sugestão da amiga foi levada à votação em sala de aula e conquistou a maior parte dos votos da turma. Depois desse dia, duas situações marcaram a transição de nome: uma apresentação de trabalho em grupo em que se nomeou "Ana" no slide que foi apresentado à turma e o fato de o grupo do qual fazia parte ter sido chamado pela turma de Grupo 'A' porque essa era a letra inicial do nome de todas as integrantes. Ana recordou-se de outros nomes que cogitou por achar bonitos, questionando-se por que não os escolhera. Considerando que referências de masculinidade e mulheridade dos contextos dos quais participam e com as quais possuem uma ligação afetiva costumam orientar a

[5] Os nomes foram substituídos por pseudônimos para preservar o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

preferência de sujeitos trans por determinados nomes (Correa, 2020), talvez uma explicação possível seja esta de que faltava aos outros nomes aquilo que “Ana” lhe trazia: pertencimento a um grupo, reconhecimento social e certas características de feminilidade que valorizava e desejava.

Ana é também Ana Bella, e a escolha do segundo nome foi em homenagem à amiga travesti que a ensinou a se produzir com roupas femininas para saírem para festas. A participação de uma travesti mais experiente, que apresenta à novata o universo da travestilidade, é parte da “constituição da pessoa travesti” (Pelúcio, 2006). A “homenagem” de Ana à amiga evidencia a importância atribuída a essa relação e pode ser compreendido como uma forma de valorizar e fortalecer o vínculo entre elas, mobilizando o nome como uma “substância” para o “espessamento” da relação (Carsten, 2014).

Assim como Ana, Marina era uma travesti que cursava o Ensino Superior em uma instituição pública de uma capital também na Região Nordeste. Quando a entrevistei, ela tinha 32 anos e já vivia uma identidade de gênero feminina muito antes de ingressar na graduação. A “transição de gênero” ocorrera no fim da adolescência. Frequentando festas com um grupo de amigos gays e lésbicas, conheceu a primeira travesti e se identificou com ela: “Vi que era o que eu sonhava em ser. [...] Até hoje a chamo de mãe”. A identidade de gênero feminina tornou-se pública quando deixou o cabelo crescer, passou a usar roupas femininas e iniciou o uso de hormônios. Os amigos começaram a chamá-la por um apelido inspirado em sua cantora preferida.

> Até hoje existem pessoas que me chamam por aquele apelido. Mas começaram a questionar que aquele não era um nome apropriado para mim enquanto mulher, e passei alguns anos à procura de um nome. Uma vez, dançando quadrilha junina, perguntaram meu nome, eu respondi e balançaram a cabeça, dizendo que queriam um nome de mulher. E, do nada, veio: “Marina”. E fiquei conhecida por conta dessa quadrilha junina como Marina em boa parte da cidade. (Marina, em entrevista realizada em 13 de julho de 2017.)

Foi entre amigos com os quais se relacionava em contextos de lazer, sociabilidade e comunidade – os encontros na praça, as festas, as quadrilhas juninas – que Marina “transicionou” de nome. Na sua interpretação, o apelido caracterizou o período que viveu com uma aparência andrógina: “Foi bem o período de transição: nem masculino e

nem feminino. O tal do 'neutro'. O apelido soava neutro e as pessoas perguntavam: 'chamo de ele ou de ela?'". Quando sua aparência deixou de ser "neutra" e se tornou "feminina", o apelido precisou ser "transicionado" para um nome de mulher.

A escolha de um novo nome e a sua legitimação social implicam também "normalização" de gênero. Isso já havia sido observado na pesquisa de Juliana Alexandre (2015), que descreveu como uma mulher trans mais velha e em posição de autoridade ensinou uma travesti mais jovem a se apresentar com um nome de mulher e a recusar o apelido jocoso pelo qual era conhecida em sua comunidade de origem. O caso de Marina vai ao encontro desta análise. Ter um nome adequado à identidade de gênero é parte de um processo de construção de uma identidade social respeitável e, ao mesmo tempo, uma forma de higienização de ambiguidades de gênero.

Porém, apresentar-se com um nome ou apelido que é "neutro" de gênero é uma estratégia comum entre sujeitos trans que não podem realizar a transição social de gênero em todas as esferas da vida e que precisam lidar com problemas interacionais, subjetivos e emocionais relacionados a essa situação. Foi por essa razão que Jonas, um homem trans branco de 18 anos, escolheu um nome que permitisse criar um apelido próximo ao seu "nome civil". Estudante de Ensino Médio, sem renda própria, Jonas morava com os pais em um bairro de camadas médias de São Paulo. Quando o conheci, recebia apoio financeiro da mãe, advogada, para iniciar a hormonização com testosterona acompanhado por um médico particular, mas escondera sua identidade de gênero dos pais por vários meses. A escolha do nome fora pensada estrategicamente para que Jonas pudesse ter um apelido pelo qual os amigos o chamariam na frente da família.

> Nunca odiei meu nome civil e queria algo que fosse similar a ele. Acabei optando por Jonas pelo significado e criei um apelido que era parecido com meu nome civil, para fazer a transição. [...] Todos os meus amigos falavam se gostavam do nome ou se combinava comigo, nas escolhas que eu ia fazendo. (Jonas, em entrevista realizada em 17 de julho de 2017.)

A preocupação de Jonas em encontrar o nome certo, um nome que "combinasse" com ele e que tivesse um "significado", experiência comum a todos os interlocutores, evidencia o profundo entendimento dos sujeitos sobre as qualidades denotativas e conotativas inerentes aos

nomes e ao ato de nominar (Vom Bruck; Bodernhorn, 2006). Nomes têm que “combinar” com a Pessoa porque manifestam algo da sua essência, operando como categorias de classificação (Lévi-Strauss, 2012). Mas “significados” também são importantes porque nominar é um ato criador, performativo (Austin, 1990), com o poder de transmitir as qualidades e características que os nomes podem carregar em si mesmos àqueles que os recebem.

A transição de nome contribuiu para o “espessamento” das relações de Jonas com os amigos, que não apenas participaram da escolha e foram os primeiros a tratá-lo pelo novo nome, como também o ajudaram a esconder dos pais a transição de gênero, reforçando laços de confiança e cumplicidade no grupo de amizades. Mas, enquanto “substância” de relacionalidade, o nome “transicionado” pode ser interpretado também como uma forma de preservar os vínculos com a família. A preferência de Jonas por um nome próximo ao que recebera de seus pais, comum entre sujeitos trans (Correa, 2020), parece ter sido uma forma de tentar fazer com que a transição de gênero não produzisse ruptura, mas atualização das relações que o nome anterior evocava.

Ter um nome que reforçasse o vínculo com a mãe foi prática também de Antônia, uma travesti de 31 anos, negra, que estava se formando no Ensino Superior em uma universidade pública e trabalhava como vendedora de cosméticos. Quando nos conhecemos, ela morava com a família em um condomínio de apartamentos em um bairro de camadas populares, mas vivera os primeiros anos da sua transição de gênero na residência universitária porque os pais não aceitavam a sua identidade de gênero. Depois que a mãe passou a apoiá-la, Antônia, que vinha se chamando Fernanda, pediu a ela que escolhesse um nome feminino de sua preferência para dar entrada na documentação de retificação de seus documentos civis, chamando a mãe a fazer parte da construção da sua identidade “transicionada”. A partir da escolha da mãe, a interlocutora tornou-se Antônia, deixando Fernanda como segundo nome.

Embora a mudança do nome frequentemente ocorra em contextos de desconexão com a família de origem (Correa, 2020), ter a participação de um familiar, em geral da mãe, na escolha do novo nome mostrou-se um desejo comum entre os interlocutores da pesquisa.

Vários deles chegaram de fato a perguntar aos pais se gostariam de participar da decisão. Pode-se interpretar o gesto como uma demonstração de respeito à ascendência geracional, ao direito parental de nominar os filhos, uma forma de amenizar conflitos provocados pela transição de gênero e pela decisão de mudar o nome que haviam recebido da família. Ao mesmo tempo, a ânsia por esse ato de reconhecimento dos pais põe em evidência o poder criador com o qual estes estão investidos como primeiros agentes aos quais se confere o direito de nominação. Esse é um ato de sujeição e subordinação (Butler, 1997), uma vez que introduz uma nova pessoa nas relações sociais, imprime marcas à sua identidade pessoal (de parentesco, gênero, raça, etnia, classe, nacionalidade, geração etc.) e torna manifesto algo que se acredita (ou que se deseja) constitutivo de sua essência (Vom Bruck; Bodernhorn, 2006).

A qualidade inerente à construção da Pessoa implicada na nominação faz com que participar da escolha do novo nome de filhos trans seja um modo de "transicionar" relações ao criar ou modificar formas de interação baseadas em parentesco, gênero e geração (Costa Novo, 2021). Isso permite compreender a importância que Antônia atribuía ao nome escolhido pela mãe e a força emocional desse ato sobre o vínculo filial, adensando-o nas várias ocasiões em que a filha contava publicamente que a mãe escolhera o seu nome. Exceto nos casos de famílias de crianças ou adolescentes trans que se envolviam diretamente no processo de transição de gênero, mães e pais raramente participavam da mudança de nome dos filhos trans. Muito mais recorrente era a recusa a reconhecer o novo nome e a utilizar pronomes de acordo com a identidade de gênero, uma das principais formas de se opor à transição de gênero.

Os conflitos entre mulheres trans, travestis, homens trans e seus familiares envolvendo a mudança de nome e a legitimidade da autoridade parental para consentir ou se opor às escolhas dos filhos põem em questão problemas recorrentes à experiência de sujeitos trans que buscam construir uma identidade social alinhada à sua identidade de gênero: o problema de quem tem o poder de dar um nome a alguém e de quais os contextos e mecanismos institucionais que conferem autoridade a quem nomeia e que formalizam um nome como marca positiva da identidade pessoal (Goffman, 2017). Como veremos na próxima seção, as experiências de mudança de nome de sujeitos trans

colocam em evidência efeitos de sujeição e subordinação ao poder implicados nas práticas de nominação, bem como as linhas de fuga construídas historicamente pelos novos agenciamentos formados nos processos de subjetivação e construção da Pessoa nas sociedades ocidentais modernas.

Poder (de) dar um nome a alguém

Nominar é um ato de poder que produz subjetivação às normas sociais e de linguagem. Como argumenta Judith Butler (1997), a sujeição, processo de se tornar sujeito e ganhar inteligibilidade ao se estabelecer na linguagem, é sempre ao mesmo tempo subordinação ao poder, porque a entrada na linguagem se dá a partir do reconhecimento de si em nomes, categorias e termos que antecedem a criação do sujeito e que a ele se impõem de fora para dentro, necessários à sua existência e sobrevivência. Desse modo, produzindo subjetividade, o poder ganha uma “vida psíquica”, tornando-se não mais uma força externa, mas a própria identidade pessoal do sujeito e sua condição de possibilidade de pensamento e de ação no mundo.

Pode-se dizer que nominar é uma ação que cria sujeitos de acordo com a concepção de Pessoa de determinada sociedade e um modo pelo qual o poder realiza a manutenção da ordem social tanto por meio daqueles a quem se confere a autoridade de nominar quanto por quem é nominado. Nas sociedades tradicionais e não-Ocidentais, a circulação de nomes pré-existentes ou a invenção de novos nomes são práticas de reprodução social que se dão geralmente a partir do vínculo parental, concretizadas pela prática ritual e legitimadas cosmologicamente. Nas sociedades modernas, embora os pais tenham o direito de escolher um nome, nominar um filho e exercer, na prática, pelo convívio gerador da vida, o poder de sujeição e subordinação investido no ato de dar um nome e chamar alguém por um nome, a autoridade parental, os rituais religiosos e as práticas familiares e comunitárias não são suficientes.

A pessoa civil se soma à pessoa moral, formada nas relações de socialidade e reciprocidade, e ao “Eu” psicológico na concepção de Pessoa como Indivíduo (Mauss, 2003), de modo que a plena existência social do sujeito depende do registro e reconhecimento jurídico do

"nome próprio". Junção de prenome e sobrenome, o "nome próprio" visa à unificação do "eu", trazendo constância ao longo do tempo e efeito de unidade no espaço (Bourdieu, 1996), em especial a partir da sua materialização em documentos que o vinculam a uma "individualidade biológica". Advento dos Estados modernos que, para gerir e administrar a população, a produção econômica e a taxação de riquezas, necessitam de condições burocráticas de identificação, registro, contagem, mapeamento e recenseamento de indivíduos e famílias, os "papeis" expedidos e reconhecidos pelo Estado oficializam a existência do cidadão ao permitir a atribuição de direitos e deveres legais (Peirano, 2006). A certidão de nascimento, documento que inaugura a vida do indivíduo perante a lei e o Estado, cria, desse modo, a pessoa civil, dotada de uma data de nascimento, de um nome próprio, de um sexo jurídico, de uma naturalidade e de uma nacionalidade, características a partir das quais poderá exercer a cidadania.

Em função da importância da pessoa civil na constituição do indivíduo, o direito à mudança de prenome e "sexo jurídico" na certidão de nascimento e demais documentos de identificação de sujeitos trans tem sido uma das lutas mais importantes travadas recentemente no campo da diversidade de gênero e sexualidades. No Brasil, ganhou força no início deste século, à medida que a legitimidade da medicina transexual avançou no país, com a regulamentação de tratamentos hormonais e cirúrgicos pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e a implementação do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora o CFM tenha autorizado a realização de procedimentos cirúrgicos da medicina transexual em 1997, duas décadas se passaram até que a Justiça brasileira reconhecesse o direito de sujeitos trans a modificar o registro de nascimento para estar em conformidade com sua identidade de gênero. Impunha-se como necessária uma autorização judicial, pleiteada em processos informados por uma linguagem de patologização da transexualidade, que requeriam a comprovação pericial da "mudança de sexo" e frequentemente produziam violências diversas em idas e vindas de documentos, audiências e decisões em diferentes instâncias (Freire, 2015; Alexandre, 2015). O acesso à informação e aos recursos econômicos e sociais para ingressar com um processo judicial de mudança de registro civil e as condições institucionais para seu recebimento e tramitação eram desiguais, configurando cenários diferentes para cada sujeito e processos que se estendiam por anos.

Enquanto aguardavam o julgamento, as pessoas dependiam do “nome social”, um instrumento administrativo criado por profissionais de saúde e gestores do SUS para permitir a inclusão do nome de identificação dos sujeitos juntamente ao prenome de registro civil em documentos, formulários, crachás e todo tipo de registro necessário para acessar as esferas institucionais públicas e privadas, sobretudo nas áreas de saúde e educação. Uma “gambiarra” legal (Bento, 2014b) que foi e continua sendo fundamental para ampliar o acesso de sujeitos trans a espaços dos quais eram excluídos, como escolas, hospitais e centros de saúde, contextos em que o desrespeito ao nome e à identidade de gênero era uma das primeiras formas de discriminação a impor barreiras no acesso a direitos básicos.

Em junho de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que a alteração de registro civil de travestis e transexuais poderia ser realizada por via administrativa, bastando a solicitação do requerente diretamente no cartório onde fora lavrado seu registro de nascimento original[6]. A decisão foi considerada uma vitória importante na ampliação do direito à identidade de gênero no Brasil, embora seja preciso salientar que a mudança não contemplou todos os sujeitos trans. Os altos custos cobrados pela maioria dos cartórios nos trâmites documentais para formalizar a mudança na certidão de nascimento e expedir novos documentos continuam dificultando que sujeitos com baixa renda modifiquem o registro civil.

Muitas pessoas só conseguem a alteração dos documentos por meio de mutirões de gratuidade organizados por Defensorias Públicas e órgãos estatais promotores de direitos humanos. Indivíduos com idade abaixo de 18 anos não podem retificar a certidão de nascimento em cartório, sendo ainda necessário que os responsáveis legais recorram à judicialização. Também estão excluídos sujeitos com experiências identitárias que se desviam do modelo binário de identidade de gênero, pois não é possível abdicar do registro de sexo jurídico masculino ou feminino na certidão de nascimento e não é possível desfazer ou realizar outra mudança de registro civil após uma primeira alteração – qualquer mudança posterior dependerá de autorização judicial.

Para a vida de homens trans, mulheres trans, travestis e transexuais que alteram seus documentos civis, o nome “transicionado”

[6] Provimento nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

nos documentos se atualiza como forma social de registro, representação e mapeamento do "eu" no tempo e no espaço nos termos da lei, das instituições e das agências públicas e privadas. Do ponto de vista dos sujeitos trans, essa mudança significa antes "liberdade" do que "regulação", uma vez que os documentos de identidade são necessários nos mais diferentes espaços e situações da vida cotidiana e são frequentemente fonte de "constrangimento" quando não estão de acordo com a sua identidade de gênero (Alexandre, 2015), expondo-os a situações de discriminação e violência.

A mudança de prenome e gênero nos documentos de registro civil é um marco na transição de gênero de pessoas transexuais, porque confere o reconhecimento do Estado de que são homens ou mulheres, que o nome com que vivem socialmente não é uma identidade falsa ou menos legítima e que são pessoas civis com direitos e deveres como cidadãos. Em função disso, a modificação do registro civil frequentemente se tornar um novo elemento de negociação nas relações familiares.

Exemplo nesse sentido é o caso de Ana Bella, mulher trans que, como vimos, morava em uma residência universitária. Ela saíra da casa da família ao iniciar a transição de gênero, marcada pela rejeição dos pais e de um irmão mais velho.

> A retificação do registro civil foi o marco, o que fez minha mãe ver que tudo que eu fiz era real e de certa forma me legitimou. Com esse irmão meu transfóbico, minha mãe vive dizendo: "O nome dela é Ana, está na certidão dela. Você tem que respeitar.". (Ana Bella, em entrevista em 14 de julho de 2017).

A legitimidade dos novos documentos da pessoa civil estende-se à identidade de gênero de Ana Bella nas interações com os familiares, contrapondo-se à autoridade geracional dos pais e à tradicional hierarquia entre irmãos mais velhos e mais novos recorrente nos sistemas de parentesco ocidentais. O reconhecimento legal conferido pelos documentos civis parece permitir reclamar que a existência da interlocutora enquanto Ana é "real" não apenas em termos legais, mas também morais, favorecendo seu direito de ser "respeitada".

Conflitos semelhantes vivia Kaelina, uma mulher trans branca, de 28 anos, que morava com a mãe e um irmão em um bairro de camadas médias de uma capital na região Nordeste. Quando nos conhecemos, Kaelina trabalhava em uma agência de telemarketing e fazia planos de sair de casa assim que possível, pois a relação com a mãe havia se

tornado bastante difícil desde que iniciara a transição de gênero. Na época, ela estava reunindo documentos para ir ao cartório requerer a modificação de prenome e sexo jurídico na certidão de nascimento. Tempos depois, ao nos encontrarmos para a realização de uma entrevista, ela contou que já estava com seus novos documentos de identidade e reclamou que os procedimentos haviam sido muito caros. A expedição da segunda via da certidão de nascimento, por exemplo, saíra às custas de R$700.

Os gastos elevados com procedimentos jurídicos, médicos e estéticos relacionados à transição de gênero eram, então, a principal razão pela qual Kaelina continuava morando com a mãe e o irmão no apartamento de propriedade da família, pois não teria condições de se sustentar caso arcasse sozinha com custos de vida. Por essa razão, convivia cotidianamente com a recusa da mãe a chamá-la pelo novo nome e pronomes femininos. Essa vinha sendo uma das principais causas de discussões entre elas, situações em que a mãe fazia duras afirmações, como numa briga, recente à época, em que dissera: “Eu nunca vou te chamar por outro nome, a não ser o nome que eu te batizei”. Quando perguntei se a mãe sabia da alteração nos documentos, Kaelina me contou que a mãe reagira com silêncio e continuava chamando-a pelo nome masculino. Essa forma de interação levou Kaelina a “explodir”.

> Minha mãe, eu falei para ela, mas ela simplesmente não comenta nada. Ela simplesmente não falou nada. Eu só falei para ela que eu fiz as alterações e ela ficou calada. [...] A briga [que contei antes] foi justamente quando eu me enchi de ela falando o outro nome e falei que meu nome era Kaelina, e ela disse que nunca ia me chamar por esse nome. (Kaelina, entrevista em 10 de dezembro de 2018).

Poderíamos interpretar que o silêncio da mãe funciona como uma forma de “evitação” do conflito com a filha. Na sua acepção clássica, a evitação é uma forma de regular tensões sociais e preservar relações entre indivíduos que têm interesses opostos (Radcliffe-Brown, 1940), estratégia recorrente no manejo das identidades sociais em interações entre sujeitos homossexuais e suas famílias de origem (Weston, 1991; Tarnovski, 2002; Oliveira, 2013). Nesse caso, porém, o silêncio da mãe parece ser vivido por Kaelina como uma expressão de rejeição à sua identidade de gênero, especialmente porque a mãe continua a utilizar o

"outro nome" mesmo diante da mudança nos documentos de registro civil. O silêncio é sentido como negação de reconhecimento, configurando uma ofensa moral (Oliveira, 2019) que faz Kaelina "explodir".

Analisados comparativamente, os casos de Kaelina e Ana revelam embates provocados pela transição de gênero entre os diferentes modos de constituição da Pessoa em práticas institucionais de nominação nas sociedades modernas, configurando formas interacionais de coerção à ordem de gênero ao mesmo tempo em que formam margens para "desvio e divergência" (Velho, 1985). Como observou Judith Butler, se o sujeito é iniciado por uma submissão primária às normas sociais e de linguagem, "o poder nem sempre produz de acordo com um propósito, ou melhor, a sua produção é tal que muitas vezes excede ou altera os propósitos para os quais produz." (Butler, 1997, p. 27).

Nessa perspectiva, podemos entender como a "vida psíquica" do poder constitui sujeitos cujo "eu" psicológico recusa o nome que lhe foi imposto e o seu lugar nas relações de gênero, formando coletividades que encontram no próprio saber-poder médico e no saber-poder jurídico – e nos sujeitos que os personificam na prática social – subsídios e alianças para formar linhas de força no campo político, modificar a lei e expandir direitos que formam a pessoa civil de modo a abarcar identidades trans. Esses avanços, conquistados por meio de lutas e embates de agentes do campo progressistas diante de forças conservadoras da ordem de gênero, permitem que sujeitos trans como Ana Bella e Kaelina modifiquem os documentos de identidade para que sua pessoa civil encontre o seu "eu" psicológico.

Por outro lado, mesmo com o reconhecimento da lei, é recorrente que sujeitos trans vivenciem na dimensão da pessoa moral, formada na relacionalidade, nos vínculos de reciprocidade em que estão investidos respeito, responsabilidade e honra, o enfrentamento com outras instituições de parentesco, religiosas ou comunitárias. Quando a mãe de Kaelina afirma que só vai chamá-la pelo nome com a qual a batizou, é o poder exercido nos sistemas de parentesco e religioso que se manifesta para a manutenção da ordem de gênero como esta é perpetuada nas relações familiares.

Considerações finais

A transição de gênero modifica a densidade das relações familiares e de amizade. A mudança de nome é importante nesse processo, dada a sua função de diferenciação de gênero e a sua condição de “substância” que cria, afirma e atualiza relações. Assim, longe de serem o resultado de escolhas individuais, pautadas exclusivamente pelo “gosto” por um ou outro nome, são decisões relacionais, envolvendo conflitos e negociações com familiares, parentes e amigos. Tornar-se um nome é um processo que marca não só transformação pelo movimento de deslocamento entre uma posição e outra nas relações e na ordem de gênero. Reconhecer-se no “nome que se é” envolve tanto o adensamento de vínculos sociais de família e/ou amizade que constituem Pessoas-Indivíduos quanto formas de ruptura, transformação ou atualização de relações para as quais o nome anterior era uma substância de relacionalidade importante.

Os processos de escolha e assunção de um novo nome adequado ao gênero de identificação vivenciados por sujeitos trans são movimentos de produção e reconhecimento social da Pessoa em contextos de conflito com as normas de gênero (Bento, 2014a). O fato é que divergências não significam recusas absolutas a todas as dimensões das totalidades culturais nas quais os sujeitos estão inseridos (Velho, 1985). Essa perspectiva possibilita entender como o anseio pelo reconhecimento da identidade de gênero, que move agenciamentos no campo da saúde, do direito e a adesão a coletividades e organizações de ativismo trans, na maioria das vezes coexiste com um profundo anseio dos sujeitos trans por “aceitação” (Oliveira, 2013) da família, pela qual investem afetivamente em preservar e resgatar laços familiares mesmo quando não é possível “transicioná-los” (Costa Novo, 2021). Isso explicita como o poder exercido nos vínculos familiares é uma força produtiva tanto quando é contrária como quando é favorável a mudanças nas identidades de gênero, especialmente no que se refere à pessoa moral, cuja rejeição e violência nos vínculos que lhe constituem mais intimamente pode produzir intenso sofrimento objetivo e subjetivo. Esse é o drama da construção da Pessoa na transição de gênero.

Referências

AGUIÃO, S. **Fazer-se no "Estado":** uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

ALEXANDRE, J. R. **Emoções, documentos e subjetivação na construção de transexualidades em João Pessoa/PB**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

AMORIM, A. C. H. **Nós já somos uma família, só faltam os filhos:** maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Natal: EDUFRN, 2014a.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 4, n. 1, p. 165–182, jun. 2014b.

BESTARD, J. **Parentesco y modernidad**. Barcelona: Paidós, 1998.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. DE M.; AMADO, J. (Eds.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183–191.

BOURDIEU, P. **A Distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder:** teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CARDOZO, F. Performatividades de gênero, performatividades de parentesco: notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC. In: GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (Eds.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, [s.d.]. p. 233–253.

CARSTEN, J. **Cultures of relatedness:** new approaches to the study of kinship. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CARSTEN, J. A matéria do parentesco. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 6, n. 2, p. 103–118, dez. 2014.

CHAZAN, L. K. **“Meio quilo de gente”:** um estudo antropológico sobre ultrassom obstétrico. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

CONNEL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Inversos, 2016.

CORREA, C. M. DE A. O nome, os/as trans e os parentes. In: GROSSI, MIRIAM PILLAR, M. P.; OLTRAMARI, L. C.; FERREIRA, V. K. (Eds.). **Família, gênero e memória:** diálogos interdisciplinares entre França e Brasil. Brasília: ABA, 2021. p. 133–156.

COSTA NOVO, A. L. **Famílias em transição:** Uma etnografia sobre relacionalidade, gênero e identidade nas vidas trans. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

DAMATTA, R. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

FONSECA, C. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. (Eds.). **Família em processos contemporâneos:** inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 1995. p. 69–90.

FONSECA, C. Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, v. 29, p. 9–35, 2007.

FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. **Teoria e Cultura**, v. 2, n. 1 e 2, p. 39–53, 2008.

FREIRE, L. **A máquina da cidadania:** uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2015.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GUERRA, V. A. **Mulheres de bens: família,** trânsitos e afetos nas negociações morais do retorno à Paraíba. Tese (Doutorado em Antropologia)—Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 2012.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95–117, out. 1995.

MAUSS, M. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de "eu". In: MAUSS, M. (Ed.). **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 367–397.

OLIVEIRA, A. **Somos quem podemos ser: os homens trans brasileiros e o discurso pela despatologização da transexualidade**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

OLIVEIRA, L. DE. **Os sentidos da aceitação:** família e orientação sexual no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2013.

OLIVEIRA, L. D. A "vergonha" como uma "ofensa": homossexualidade feminina, família e micropolíticas da emoção. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, n. 54, p. 141–171, ago. 2019.

PEIRANO, M. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PELÚCIO, L. O gênero na carne: sexualidade, corporalidade e pessoa. In: GROSSI, M. P.; SCHWADE, E. (Eds.). **Política e cotidiano.** Estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade. Blumenau: ABA/Nova Letra, 2006. p. 119–216.

PINA CABRAL, J. Mães, pais e nomes no baixo sul (Bahia, Brasil). In: PINA CABRAL, J.; VIEGAS, S. M. (Eds.). **Nomes:** gênero, etnicidade e família. Coimbra: Almedina, 2007. p. 63–88.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. On Joking Relationships. **Africa**, v. 13, n. 3, p. 195–210, 1 jan. 1940.

REZENDE, C. B. Nomes que (des)conectam: gravidez e parentesco no Rio de Janeiro. **Mana**, v. 21, n. 3, p. 587–607, dez. 2015.

RUBIN, G. The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex. Em: RUBIN, G. (Ed.). **Deviations.** A Gayle Rubin Reader. Durham: Duke University Press, 2011. p. 33–65.

SCHNEIDER, D. M. What is Kinship All About? In: **Kinship and Family:** An Anthropological Reader. Malden: Blackwell, 2004. p. 257–274.

SCHNEIDER, D. M. **Parentesco Americano:** uma exposição cultural. Petrópolis: Vozes, 2016.

SCHWADE, E. Poder do “sujeito”, poder do “objeto”: relato de uma experiência de pesquisa em um assentamento de trabalhadores rurais. In: **Trabalho de campo, ética e subjetividade**. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. p. 29–39.

TARNOVSKI, F. L. **“Pais assumidos”:** adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

VELHO, G. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: VELHO, G. (Ed.). **Desvio e divergência:** uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 13–34.

VIEIRA DO RÊGO, F. C. **Viver e esperar viver:** corpo e identidade na transição de gênero de homens trans. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

VIEIRA DO RÊGO, F. C. **A segurança biológica na transição de gênero:** uma etnografia das políticas da vida no campo social da saúde trans. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

VOM BRUCK, G.; BODENHORN, B. Entangled in Histories: An Introduction to the Anthropology of Names and Naming. In: VOM BRUCK, G.; BODENHORN, B. (Eds.). **The Anthropology of Names and Naming**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 1–30.

WESTON, K. **Families we choose:** lesbians, gays, kinship. New York: Columbia University Press, 1991.

ZAMPIROLI, O. **Amores subterrâneos:** Família e Conjugalidades em Trajetórias de Prostitutas Trans-Travestis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

"The name that I am": Personhood, gender, and relatedness in the renaming of transgender subjects

This article analyzes the relational dynamics involved in the processes through which trans individuals (trans men, trans women, travestis, and transgender people) construct identification with a new name, aligned with their gender identity, as part of the constitution of the Person during gender transition. The data stems from ethnographic field research and semi-structured interviews conducted in the contexts of trans activism and in centers for the defense of rights and promotion of public policies for homosexuals, travestis, and transgender people, in the cities of Natal, João Pessoa, Recife, and São Paulo, between 2017 and 2019. It is observed that the choice and adoption of a new name occur within familial and friendship relationships, in dynamics that are always relational and involve conflicts and negotiations with relatives and friends, in everyday practices of gender identity recognition. The interpretation of the ethnographic data suggests that the “name transition” process not only marks a shift in the gender order but also involves the reinforcement of social bonds of family and/or friendship that constitute Persons-Individuals, as well as forms of rupture, transformation, or updating of relationships for which the previous name was an important relational substance.

KEYWORDS: Transgender. Gender Identity. Naming practices. Relationality. Family.

Arthur Leonardo Costa Novo

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com período de estágio sanduíche na Universidade de Edimburgo, Escócia. Membro do grupo de pesquisa Gênero, Corpo e Sexualidades (GCS/UFRN) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Antropologia e Saúde (NAntS/FACISA/UFRN).

Recebido em: 21/03/2025

Aprovado em: 19/04/2025

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

Territorialidade, prostituição travesti e artivismo na voz de Linn da Quebrada

Letícia Carolina Boffi, *Universidade de São Paulo (USP)*
Manoel Antônio dos Santos, *Universidade de São Paulo (USP)*

Resumo. Este estudo tem como objetivo articular vivências de travestilidade, territorialidade e trabalho sexual por meio do viés artístico e performático da cantora e compositora Linn da Quebrada. A pesquisa concentrou-se na análise documental da composição musical *Mulher*. Mobilizamos o artivismo travesti para amparar nossa análise, que permitiu explorar questões subjetivas e sociais vivenciadas pelas travestilidades na realidade brasileira periférica. Na poética contundente da compositora, o trabalho sexual é subjetivado não apenas como meio de subsistência, mas espaço de resistência, como possibilidade de (re)existência circunscrita pela territorialidade marginal. Na composição musical a arte é trabalhada para problematizar as práticas, saberes e experimentações que emanam dos corpos trans e travestis, ao permitir reescrever suas existências pelo vértice do questionamento das matrizes identitárias em não conformidade com as normas de gênero. Notamos que o sofrimento aflora simultaneamente com um movimento de gozo pela reafirmação do eu lírico travesti, enunciador do texto, ao exercitar a liberdade de transitar com fluidez e sensibilidade pelas vielas dos gêneros. A performatividade é urdida e guiada pela bússola do artivismo, que dissolve as fronteiras entre arte e vida.

PALAVRAS-CHAVE: Travestilidade. Transexualidade. Territorialidade. Prostituição. Identidade de gênero.

Introdução

Ao longo deste estudo pretendemos explorar as potencialidades de uma composição musical de Lina Pereira, a Linn da Quebrada, para articular vivências de travestilidade, territorialidade e trabalho sexual pelo viés artístico e performático. Neste texto, investimos no artivismo travesti como arcabouço teórico-conceitual, aqui utilizado para amparar a análise crítica da produção musical de pessoas trans. Para tanto, elegemos a obra provocativa de Linn da Quebrada, que se apresenta como "artista multimídia, cantora, *performer*, terrorista de gênero, nem ator nem atriz, atroz" (NEXO JORNAL, 2018).

Artivismo travesti

A análise crítica da produção musical de pessoas trans é um campo recente de pesquisa, que tem se mostrado profícuo para desvelar experiências significativas de identidades de gênero historicamente subalternizadas e estigmatizadas. Partimos do princípio de que a arte engajada tem os pés fincados nas circunstâncias históricas e sociais nas quais é produzida e disseminada.

Segundo Colling (2019), a aparição de artistas e/ou coletivos que problematizam as normas de gênero e sexualidade no Brasil da última década situa-se na confluência de diversos fenômenos. Podemos destacar a onda conservadora e reacionária que se intensificou nos últimos anos, a expansão do acesso às novas tecnologias com a massificação das redes sociais digitais, o fortalecimento dos estudos de gênero e sexualidade, a ampliação das temáticas LGBTQIAPN+ na mídia em geral, a emergência de diversas identidades trans e não binárias e a ausência de espaços de acolhimento da diversidade dentro do próprio movimento LGBTQIAPN+. Colling (2019) considera que esses fenômenos contribuíram para incrementar a cena artivista das dissidências sexuais e de gênero.

Ao examinarmos o atual contexto histórico, político e social, entendemos que *artivista* é uma expressão utilizada para se referir a artistas que produzem uma arte com proposta política explícita (COLLING, 2019), exercendo sua forma de ativismo pela via da produção artística. Raposo (2015, p. 4) afirma que:

> Artivismo é um neologismo conceptual ainda de instável consensualidade quer no campo das ciências sociais, quer no campo das artes. Apela a ligações, tão clássicas como prolixas e polémicas

> entre arte e política, e estimula os destinos potenciais da arte enquanto ato de resistência e subversão. [...]. A sua natureza estética e simbólica amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência. Artivismo consolida-se assim como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística – nomeadamente, pela proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e de criação artística.

O(a) artista utiliza a arte como potencializadora do ativismo político, social e identitário, a fim de expressar sua visão de mundo e sua leitura sobre a vida por meio de produções heterogêneas como música, vídeo, cinema, teatro, pintura, escultura, literatura, performance, arte de rua ou intervenção urbana. É o caso de Linn da Quebrada, cantora, compositora e ativista social brasileira.

Nascida na periferia da capital paulista, em uma área empobrecida da Zona Leste, foi criada no interior de São Paulo. Sua educação foi moldada pelos princípios familiares influenciados pela religião cristã. A mãe era empregada doméstica e o pai as deixou quando Lina tinha sete anos. Abandono paterno, forte vínculo religioso e mães chefes de família constituem uma tríade comum nas vivências das juventudes das periferias dos grandes centros urbanos brasileiros (ROCHA; REZENDE, 2019). Após enfrentar as normas coercitivas da comunidade de Testemunhas de Jeová a qual pertencia, Lina Pereira passa a se entender como tal, quando se aceita inicialmente homossexual e, posteriormente, travesti. Com a criação da *persona* artística Linn da Quebrada, ela passa a exprimir sua realidade periférica já no novo nome.

Linn da Quebrada se autoidentifica como "bixa, preta, trans e periférica" (SOUZA; BALIEIRO, 2021, p. 2), desenhando os contornos de sua identidade a partir de uma subjetividade artística única e transgressora. A artista conta, sem dramatizar, que enfrentou um câncer nos testículos, diagnosticado em 2014, que a levou a se submeter a um longo e complexo tratamento por três anos, tendo alcançado a remissão da doença em 2017. Naquele ano, mobilizando recursos tecnológicos e audiovisuais para produção e divulgação de sua música e de seus videoclipes de maneira independente, Linn da Quebrada lançou o álbum de estreia *Pajubá*. Antes mesmo do lançamento do álbum completo, o primeiro sucesso havia sido antecipado em 2016, quando a faixa *Enviadescer* foi divulgada no YouTube.

O álbum *Pajubá* destaca-se pelas letras fortes e irreverentes de suas 14 faixas. Enquanto obra autoetnográfica, as canções narram a experiência de ser travesti, especialmente travesti negra e periférica.

Esse processo é descrito por Muñoz (1999) como "performance autoetnográfica", movimento impulsionado pelos dramas pessoais e enfrentamentos vividos pela artista, que se potencializa em ética e estética de luta e resistência.

Linn da Quebrada não apenas canta a partir de si mesma, como convoca toda uma categoria social para gritar com ela, a plenos pulmões, seus prelúdios de sobrevivência fora da cisheteronormatividade, problematizando a territorialidade e os caminhos do trabalho sexual. As faixas do álbum tematizam as experiências corporais e sociais das travestis em sua luta diária para (re)existir. São fruto de um projeto de arte entendida como ato político, assim como ela própria, empenhada em construir sua subjetividade coletiva de resistência ao apagamento e silenciamento da comunidade travesti.

Em 2019 foi lançado o primeiro *remix* do álbum e, em 2020, o segundo, respectivamente, *Pajubá Remix I* e *Pajubá Remix II*. Rocha e Rezende (2019) destacam como essa dinâmica "empreendedora" tem sido apropriada por jovens das periferias paulistanas como meio de romper as artimanhas da exclusão social e forjar um espaço de legibilidade e reconhecimento, por meio da disseminação de produções artísticas pelas plataformas on-line.

Nas *performances* ao vivo nos *shows* que realiza, Linn da Quebrada apresenta suas músicas de modo visceral, expondo sem pudores as experiências de construção de sua identidade, a partir da ruptura social que seu corpo dissidente provoca e dos atravessamentos da racialidade e transfobia. É uma art(v)ista contemporânea que desperta incômodo ao tecer reflexões contundentes por meio de suas produções e performances, tal como se nota na canção *Mulher*. Essa faixa desconstrói os estereótipos associados à mulheridade, expondo as tensões entre identidade, biologia e performatividade de gênero por uma perspectiva política e crítica que desafia a cisheteronorma e questiona as imposições de gênero que marginalizam e segregam os corpos dissidentes.

Considerando esses pressupostos e, especialmente, a possibilidade de explorar a atuação artística/política, este estudo tem como objetivo articular vivências de travestilidade, territorialidade e trabalho sexual por meio do viés artístico e performático da cantora e compositora Linn da Quebrada.

Método

Para alcançar o objetivo proposto, focalizamos a canção *Mulher*, composta por Linn da Quebrada, selecionada por sua potencialidade de evidenciar questões subjetivas e sociais que atravessam as travestilidades na realidade brasileira periférica. Não se trata aqui de analisar uma narrativa poética de modo automatizado, mas de se permitir uma leitura fluida, corporificada e politizada de uma produção artística que tematiza a (re)existência travesti.

Utilizamos a abordagem qualitativa, a partir da análise documental. A pesquisa documental é "um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos" (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 5). Por documento, entende-se toda e qualquer fonte de informações consideradas úteis ou de interesse para a elucidação de um determinado fenômeno. O mais comum é utilizar documentos impressos, porém existem também os documentos sonoros e visuais, como fotografias, discos e vídeos (LAVILLE; DIONE, 1999). Neste estudo pretendemos localizar as narrativas travestis enquanto produtoras de diferença e identidade, a partir de referências espaciais urbanas.

Corpos em trânsito e a sensação dolorosa de (não) existir

Nas últimas décadas, a Psicologia tem sido constantemente convocada a se posicionar frente às questões relacionadas à identidade de gênero e diversidade sexual (ALEXANDRE; SANTOS, 2019, 2021; ARÁN; MURTA, 2009; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; DULLIUS; MARTINS, 2020; FREITAS; COIMBRA; FONTAINE, 2017; GASPODINI; FALCKE, 2018). Os estudos que tematizam as homossexualidades masculinas e as lesbianidades (BAPTISTA-SILVA; HAMANN; PIZZINATO, 2017; MOSCHETA; McNAMEE; SANTOS, 2013; MOSCHETA; SOUZA; SANTOS, 2016), bem como as configurações familiares constituídas por mães lésbicas e pais gays (ROSA et al., 2016; SANTOS; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013; SOUZA-SANTOS; SANTOS, 2021; TOMBOLATO et al., 2018, 2019) têm ganhado visibilidade na literatura, porém outros segmentos da comunidade LGBTQIAPN+ comparativamente têm recebido menor atenção das pesquisas nacionais.

A transexualidade pode ser definida como “uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero” (BENTO, 2008, p. 16). Jesus (2012) aponta que o termo transexual remete a uma noção abrangente que engloba todas as pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento em decorrência da conformação externa de sua genitália.

A distinção entre as categorias mulher transexual e travesti ainda é alvo de discussões e controvérsias. Historicamente, tais diferenças estão circunscritas pelo poder/saber médico-psiquiátrico (BARBOSA, 2013). A palavra “travestismo” foi empregada pela primeira vez na literatura médica por Hirshfeld (1910), enquanto que o termo “transexual” foi criado no cenário da regulamentação das práticas cirúrgicas por Robert David Cauldwell e sistematizado por Harry Benjamin (GALLI et al., 2013). As convenções que constituíram a base discursiva das diferenças entre essas categorias foram definidas, inicialmente, a partir da constatação do desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual para aliviar o desconforto vivido com o órgão sexual: travestis não desejariam se submeter à intervenção cirúrgica, por sentirem prazer com o pênis, ao passo que transexuais a desejariam por sentirem repulsa pelo órgão, o que resultaria em profunda infelicidade (BARBOSA, 2013; GALLI et al., 2013).

Barbosa (2013, p. 362) destaca que frequentemente os próprios sujeitos que vivenciam experiências de transição de gênero valorizam tais argumentos sustentados pela concepção higienizada enraizada no discurso biomédico; algumas mulheres transexuais consideram-se “mulheres de verdade” quando têm acesso ao diagnóstico e à possibilidade de construção de uma neovagina em “alinhamento” à identidade de mulher. Contrastando com essa perspectiva alinhada ao binarismo, o autor reproduz a fala de uma colaboradora ativista acerca da identidade travesti: “uma travesti é uma pessoa que constrói um feminino, mas não se sente mal com seu órgão genital” (p. 369).

Tais definições são convergentes com a noção médica que por décadas tem ocupado posição hegemônica e que diferencia as duas categorias identitárias com base na relação estabelecida pelo sujeito com o pênis. Tais concepções seguem sendo problemáticas por terem em comum a referência à normatização dos corpos, ao defini-los e discipliná-los a partir dos protocolos médicos que corroboram a compreensão alinhada de sexo-gênero-desejo como garantidora da inteligibilidade dos corpos (BUTLER, 2018).

Outra noção, que ambiciona diferenciar as duas categoriais em discussão, são os "estilos corporais de classe e geração" (BARBOSA, 2013, p. 372). As mulheres transexuais com quem Barbosa manteve contato tinham conhecimento dos termos médicos sobre a transexualidade, apresentavam-se sem exageros estéticos e com uma performance discreta e elegante inspirada nos valores da classe média. Aquilo que contrariava essa representação do feminino era compreendido como pertencente à performatividade travesti. Nesse sentido, travesti seria quase sinônimo de classe social baixa e prostituição, combinadas com um estilo corporal espalhafatoso e traços histriônicos. Na conclusão do autor, as categorias travesti e transexual se articulam a partir de uma série de convenções e historicidades para produzirem sentidos que as ordenam segundo uma hierarquia de prestígio.

Carvalho (2018) reforça essa visão acerca das diferentes identidades adotadas no meio trans. O autor afirma que os marcadores sociais de classe e geração operam na produção de significados divergentes dentro dessa polarização entre uma suposta maior "fluidez" ou "fixidez" de gênero atribuída às diferentes conformações identitárias. Na hipótese cogitada pelo autor, haveria uma distinção valorativa entre as duas categorias no que concerne ao tipo de estigma social a que essas pessoas são submetidas: as travestis são classificadas como pervertidas a partir de um juízo moral, enquanto que as mulheres transexuais são lidas pelo viés da sofisticação discursiva do diagnóstico médico-psiquiátrico – e, mais recentemente, por meio do conceito de disforia de gênero.

> Ser medicamente rotulado pode trazer o privilégio da desresponsabilização por sua condição, algo que diferencia o desviante "mental" do desviante moral. Nesse ponto, devo lembrar que os imorais e pervertidos são sempre julgados socialmente como responsáveis por sua condição, logo, merecedores de toda sorte de desgraças e violências que os acometa, como no caso das travestis. Por outro lado, o doente é passível de compaixão e, ao mesmo tempo que não é responsável por seu desvio, tem como obrigação se engajar na tentativa de melhora e colaborar com a ação do médico (CARVALHO, 2018, pp. 11-12).

Carvalho (2018) sugere outra diferença, que se manifesta a partir do que ele denomina de "modelos de feminilidade". A travesti seria ousada e escandalosa, ao passo que a mulher trans performa a figura recatada e delicada. O corpo assinala outro ponto de distinção: o corpo da travesti é considerado exagerado, enquanto que o corpo transexual é

tomado “nas medidas corretas” e harmônicas, reportando-se ao “natural” e adequado. Carvalho (2018) conclui que a ambiguidade dos termos travesti e transexual se insere em um regime de visibilidade que passa por ideias como “truque”, “falsidade”, “quase mulher”, ao mesmo tempo que carrega a impossibilidade de trânsito completo, fixando um sujeito que nunca será uma mulher “de verdade”, na medida em que não se submete aos sortilégios do biopoder. Logo, será sempre “travesti”.

Apesar de não cravarmos uma diferenciação definitiva entre essas categorias identitárias, apontamos que, contemporaneamente, as identidades travesti e transexual são entendidas como situacionais e contextuais, pois dependem das dinâmicas de poder envolvidas nas relações sociais em que se encontram. Isso porque, na América Latina, travesti é uma identidade política que carrega e assume uma história de luta que vai além do reconhecimento de uma identidade. Trata-se também de uma luta ético-política pela transformação das condições de vida da comunidade travesti e trans, como aponta o estudo de Ronconi et al. (2024).

> É necessário destacar que é difícil chegar a uma resposta definitiva e precisa para essa questão, pois cada pessoa tem formas diferentes de se perceber, pensar e expressar, além de não compartilhar as mesmas expectativas em relação à sua corporalidade. Ademais, muitas vezes há um posicionamento político ao assumir essas identidades (não nos referimos a um posicionamento político partidário, mas a uma maneira de estar e de se nomear que se assume como militância, buscando tornar-se visível em um mundo onde essas identidades são invisibilizadas e perseguidas) (RONCONI et al., 2024, p. 36, em tradução livre).

Butler (2018) entende o gênero como a repetição estilizada de atos corporais, gestos e movimentos específicos e padronizados que criam os sujeitos que enunciam, com base no binarismo e na diferenciação dos corpos. Em uma sociedade regulamentada pelo viés da cisheteronormatividade, o corpo transgênero é visto com estranheza, ocupando um lugar de precariedade marcado pela marginalização e inferiorização que cercam as identidades trans. O que está em jogo é uma corporalidade com frequência associada ao bizarro e ao desumano (ALEXANDRE; SANTOS, 2019, 2021; BOFFI; GUIJARRO-RODRIGUES; SANTOS, 2022; GALLI et al., 2013; VERGUEIRO, 2016).

A norma somente prospera e persiste como movimento normalizador enquanto é reproduzida e atualizada nas práticas sociais

por meio dos rituais cotidianos, garantindo a inteligibilidade de corpos por meio da adesão às performatividades já estabelecidas e aceitas de gênero binário (BUTLER, 2018). Os corpos são regulados pelo gênero, entendido como condição de aceitação social ou de exclusão, a depender de como o sujeito se localiza em relação à norma. A norma, em última instância, serve de referência para a humanização ou desumanização dos corpos. Por essa razão, corpos que desviam das prescrições normativas de gênero e sexualidade são considerados repulsivos e podem ser banidos do convívio social.

No Brasil, uma jovem transexual chamada Roberta Close alcançou o *status* de celebridade nos anos 1980, ganhando ampla visibilidade em capas de revistas, jornais e programas de televisão, chegando a ser eleita musa inspiradora do compositor Erasmo Carlos, que lhe dedicou uma canção de sucesso: *Close*. Antes disso, *shows* de transformistas e *drags queens* agitaram as noites carioca e paulistana no decorrer dos anos 1960 e 1970, em plena ditadura militar. Houve ainda a figura icônica de Madame Satã, no Rio de Janeiro, negro e homossexual da periferia que fez história na primeira metade do século XX. Thürler e Mathieu (2021) descrevem em detalhes o início da cena travesti no Brasil e o reconhecimento gradual dessa identidade diante das políticas públicas que ganhavam força no Ocidente.

Nesse cenário, observa-se que as travestis assumiram certo protagonismo midiático ao longo das décadas. No âmbito jurídico, passaram a se organizar com objetivo de reivindicar o respeito aos seus direitos, especialmente quanto ao acesso à saúde. Juntamente com profissionais da saúde e acadêmicos aliados à causa trans, o ativismo impulsionou o movimento reivindicatório que culminou com a publicação da Portaria Nº 457, de 19 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008). Essa portaria implementou o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), com o propósito de atender "casos de transexualismo" e transexuais em Unidade de Atenção Especializada, definida como "unidade hospitalar que oferece assistência diagnóstica e terapêutica especializada aos indivíduos com indicação para a realização do processo transexualizador e que possua condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados a este tipo de atendimento" (BRASIL, 2008, s/p).

Apenas em 2013, mediante a Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, as travestis foram incluídas como usuárias dos serviços de saúde no Processo Transexualizador, que foi ampliado e reestruturado. Nesse momento, os homens trans também foram

reconhecidos pela política pública e passaram a ter direito ao acesso a serviços de saúde especializados. Sem dúvida foi um avanço significativo. Para as travestis, a política previa a oferta de serviços, como o acompanhamento por equipe multiprofissional composta por endocrinologista, psicólogo, psiquiatra, fonoaudiólogo, urologista, ginecologista obstetra e assistente social (SANTOS et al., 2019).

Os poucos hospitais credenciados no âmbito cirúrgico do Processo Transexualizador do SUS contam com médico cirurgião plástico e oferecem procedimentos, como a colocação de implante de silicone, construção de neovagina, redução do pomo de Adão com vistas à feminilização da voz e/ou alongamento das cordas vocais e cirurgias para a retirada de silicone industrial – o qual representa grave risco à saúde das travestis (GALLI et al., 2013; SANTOS et al., 2019). Apesar desses benefícios estarem respaldados pela política pública e bem documentados, no dia a dia a realidade do SUS se traduz em enormes filas que podem chegar a 10 anos de espera para o pleno acesso a tais procedimentos (CARTA CAPITAL, 2017). A despeito dessas limitações, é importante ponderar que as conquistas emergiram da luta política árdua capitaneada por movimentos sociais organizados, visto que as identidades travestis não eram aceitas nem mesmo nos espaços de saúde.

Para Leal (2020, p. 3), é preciso refletir sobre a "espacialidade travesti" para que se possa analisar a reconfiguração dos dispositivos cisnormativos que regulam o espaço físico e psíquico de tais sujeitos em termos de performatividade. A autora compreende que a vivência social da expressão de gênero traduz as grandezas sociais em parâmetros observáveis por meio da experiência cotidiana.

Espacialidades: êxtase e martírio dos corpos à margem

Na experiência observável, a leitura social do gênero no espaço tem implicações importantes. A reclusão, descrita por Leal (2020) como configurações que limitam espacialmente a circulação da transexualidade e da travestilidade no cenário urbano, é a principal consequência de tal movimento. Refere-se à ideia de detenção simbólica, de aprisionamentos que se materializam quando corpos não cisgênero são retirados dos espaços de convivência social devido à sua condição contranormativa.

Desse modo, os sujeitos que performam identidades contranormativas experienciam constantemente a reclusão social em

termos espaciais, cujos efeitos são concretos e se materializam no cotidiano, ao restringirem a livre circulação, impedindo a democratização do espaço público. Um exemplo dessa segregação são os espaços confinados destinados aos sujeitos cujos corpos ostentam identidades de gênero e sexualidades dissidentes: as sombras da noite (vida noturna), as ruas e calçadas mal iluminadas e vazias, a localização furtiva, a clandestinidade encobertadora, a fantasmagoria de uma vida que se move na penumbra.

Por outro lado, para além do confinamento a lugares invisibilizados, a rua também emerge como local de resistência, a ser ocupado com vistas à instauração de uma coletividade engajada (LEAL, 2020). Essa compreensão é permeada pela noção de reclusão proposta por Sedgwick (2007) em seu conceito de epistemologia do armário, ao propor a reclusão como efeito de se esconder ou fugir a fim de proteger a diferença sob constante ameaça de ser eliminada.

As travestilidades com frequência ainda se mantêm conformadas aos locais e territorialidades que lhe são socialmente destinadas – as esquinas, onde circulam em estado de semiobscuridade, enquanto único espaço concedido como passível de ocupação por corpos trans. Nesse território restrito, sob a luz difusa, o corpo luta para permanecer invisível aos olhos do mundo. A autora travesti Araruna (2017, p. 134-135) escreve: “Ser travesti não é só comandar e transformar meu território corporal, mas, além disso, é ser restrita e sofrer as interferências e agonias de transitar pelo território urbano”. É um desafio constante de sobrevivência.

De fato, corpos travestis estão em situação de vulnerabilização e enfrentam diariamente a escalada de desumanização. Os corpos em trânsito funcionam como correias de transmissão da sensação dolorosa de existir. A esquina também se torna símbolo do trabalho sexual, realizado especialmente pelas mulheres trans e travestis que se dedicam à prostituição de rua. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (2018, p. 18), entidade não governamental com maior robustez de ações e estudos sobre o movimento trans e travesti no Brasil, 90% dessa população se prostitui em alguma fase da vida no Brasil. É importante considerar a precariedade das condições de empregabilidade que essa população enfrenta no mundo do trabalho. As oportunidades se restringem a poucos espaços amistosos, como salões de beleza, serviços de teleatendimento (*telemarketing*) e o trabalho sexual (CÂMARA, 2021).

A baixa qualificação profissional é um fenômeno social que decorre dos processos de discriminação e transfobia vivenciados durante o período escolar. Juntamente com os vínculos familiares fragilizados e a violência intrafamiliar, o *bullying* é um tipo de violência que culmina na "evasão escolar" das travestis e transexuais, uma face invisível da negação do direito ao acesso à educação (MENEZES, 2020). Apesar de ser um termo frequentemente aplicado no contexto das vivências trans, o uso do conceito "evasão escolar" não descreve adequadamente o fenômeno, e o movimento social tem adotado o termo "expulsão escolar".

Segundo Bento (2011), não existem procedimentos apropriados para mensurar as consequências da homofobia e transfobia a que estão expostas as travestis e transexuais no contexto escolar, onde experienciam um processo contínuo de humilhação, segregação e exclusão.

> Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que "contaminam" o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar "evasão" de "expulsão", pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, há como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia. (BENTO, 2011, p. 555)

Assim, sem completar seu processo de educação formal e sofrendo as consequências de infringir as pautas normativas da cisgeneridade, as travestis enfrentam inúmeras dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, agravadas pela barbárie transfóbica e pelos atos de violência e exclusão constantemente infligidos (RIBEIRO; SILVEIRA, 2020). Nesse cenário de perseguição e cerceamento da liberdade de ser, o mercado do sexo comercial por vezes é visto como possível fonte de sustento econômico (KULICK, 2008).

Para além da questão de sobrevivência, o dinheiro auferido com a prostituição travesti pode financiar algumas modificações corporais desejadas pelas travestis para a (re)construção de suas identidades a partir da materialidade corporal (PELÚCIO, 2005). Por outro lado, o fenômeno da prostituição é historicamente contaminado por questões morais que destacam, muitas vezes, o papel sedutor das travestis e se esquecem, propositalmente, que a oferta não pode ser dissociada da demanda. Como toda mercadoria colocada no mercado, o sexo tarifado obedece à lei da oferta e procura. Do outro lado estão os clientes, homens que recorrem aos serviços sexuais das travestis, em sua maioria casados.

Por essa razão, os encontros devem ser clandestinos e mantidos “no sigilo”.

De acordo com Sousa (2016), há três distintas configurações jurídicas de tutela penal acerca da prostituição. Na configuração abolicionista, a prostituição é sinônimo de exploração sexual e, portanto, a profissional do sexo é vista como vítima que realiza o trabalho a partir da coação de um terceiro ou por necessidade de sobrevivência. Na configuração proibicionista defende-se a criminalização de todo e qualquer tipo de configuração e de toda e qualquer pessoa envolvida no negócio sexual. Já na configuração baseada na regulamentação do serviço, a profissional do sexo é compreendida como trabalhadora a quem se deve assegurar a plena proteção e garantia de seus direitos.

A prostituição é reconhecida pelo Classificação Brasileira de Ocupações (CBO código 5198-05) como uma profissão, devidamente qualificada como uma forma de trabalho e meio de obtenção de renda e autonomia financeira. Contudo, no Brasil ainda não há lei que regulamente essa atividade e que ofereça a garantia de direitos para as(os) trabalhadoras(es) do sexo. A hipocrisia social se reflete na indiferença do legislador, que se omite e se exime de sua responsabilidade de proteger a integridade da vida das(os) trabalhadoras(es) do sexo. A consequência é a vulnerabilização dessas pessoas no exercício de suas atividades profissionais. Na pesquisa conduzida por Câmara (2021), as interlocutoras relataram dificuldades em lidar com a violência dos clientes e as disputas entre as colegas de profissão.

No cenário devastador instaurado pela pandemia da COVID-19, as travestis foram desproporcionalmente afetadas e ficaram ainda mais vulnerabilizadas, uma vez que o trabalho sexual exige contato direto com os clientes (SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA-CARDOSO, 2020). Tendo em vista tal situação, a ANTRA (2020) elaborou uma cartilha para orientar as profissionais do sexo em tempos de calamidade pública, com o objetivo de alertá-las para as novas ameaças e oferecer dicas práticas de prevenção aos agravos à saúde. Em diversos outros contextos, a necessidade do distanciamento físico resultou também no aumento de sintomas de ansiedade e depressão, agravamento das condições econômicas, dificuldades para acessar procedimentos e medicamentos que compõem o processo de afirmação de gênero, além de exacerbar conflitos familiares e manifestações de transfobia (SANTOS et al., 2023).

Considerando o exposto, compreendemos a relevância de refletirmos sobre a socialização dos corpos e identidades travestis, que

enfrentam estigmas e permanecem sendo hostilizados e vulnerabilizados socialmente, desamparados pelo Estado e explorados pelo legado patriarcal e pela dominação cisheteronormativa. A ANTRA (2020) destaca as diferentes realidades encontradas nas experiências trans, a partir de um olhar interseccional que abarca marcadores como identidade de gênero, etnia/raça e classe social.

De acordo com dados coligidos pelo dossiê mais recente da ANTRA (2023), o Brasil continua sendo o país que registra o maior número de homicídios da população trans em todo o mundo. Dados referentes ao ano de 2022 indicam que pelo menos 76% das vítimas eram travestis ou mulheres trans negras. O dossiê da ANTRA publicado em 2021 salienta a importância da união estratégica entre as lutas antirracistas e as pautas da luta antitransfobia.

> A estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Esta é uma média que vai diminuindo conforme os marcadores que constituem a pessoa se mostram presentes nas cicatrizes que ela carrega em seu corpo. Ser negra, mulher trans ou travesti, periférica ou favelada, do interior, faz esta média cair muito. [...] Não é possível enfrentar o racismo que a população cis negra sofre ignorando o mesmo processo inferiorizante imposto pelo gênero, pela transfobia e pelo cissexismo (ANTRA, 2021, p. 47).

A pesquisa de Menezes (2020) com mulheres transexuais e travestis negras concluiu que as vivências dessa população são permeadas pela transfobia e pelo racismo, enquanto fenômenos perpetrados tanto pela sociedade quanto pelo Estado, por meio das instituições e órgãos de segurança pública. Para as participantes do referido estudo, ser travesti ou transexual se mostrou mais conflitivo do que a questão da negritude, o que não significa que as dificuldades enfrentadas por ser negra em uma sociedade racista e violenta como a brasileira não estejam insistentemente presentes, perpetuando lugares de exclusão. A intersecção entre gênero, classe social e raça/etnia implica maior exposição às diversas modalidades de violências que acompanham as trajetórias de vida das pessoas trans, muitas vezes marcadas por itinerários de sofrimento, desamparo e isolamento social (MOSCHETA; SOUZA; SANTOS, 2016).

A criação artística como libelo de resistência

Por libelo (do latim *libellus*, que significa “livrinho” ou “escrito breve”) entendemos um texto, geralmente em forma de manifesto ou panfleto, que critica, ataca ou denuncia alguém ou algo de forma veemente. É nessa categoria que podemos alocar a letra da canção *Mulher*, de Linn da Quebrada, ao tematizar as experiências de trabalho das travestis periféricas e interrogar suas questões de identidade. Nessa composição musical, a arte assume um caráter de libelo acusatório ao ser levada a problematizar as práticas e saberes que emanam dos corpos trans e travestis, descrevendo suas experiências no espaço público pelo vértice das identidades dissidentes.

O trabalho elaborado pela artivista Linn da Quebrada não pode ser compreendido fora de suas experiências como pessoa “travesti preta”, uma vez que o artivismo borra as fronteiras entre arte e vida. As composições narram realidades sociais que perpassam as identidades travestis, especialmente no contexto periférico e sob um recorte étnico-racial. As performances recriam esteticamente tais experiências, que por sua vez servem de insumo para a criação artística ao se inscreverem no cenário de desigualdades da sociedade de classes.

Já na primeira estrofe de *Mulher* nota-se a ocupação do território espacial designado às travestis: as esquinas, escondidas e espremidas entre os edifícios, sob a sombra noturna das marquises dos edifícios, no silêncio do meio-fio e das sarjetas próximas aos bueiros e bocas de lobo. Essa experiência, poeticamente transfigurada em forma de letra e música, remonta ao movimento de reclusão descrito por Leal (2020), ao se referir às limitações espaciais impostas à circulação da transexualidade e das travestilidades no espaço público. Se os corpos não cisgênero são retirados dos meios de convivência social por sua condição não normativa, resta-lhes ocupar o território das ruas na ambígua topografia noturna.

Ainda com relação ao estreitamento de horizontes e possibilidades, Oliveira e Damasceno (2019, p. 4) observaram que as travestis têm seu espaço delimitado até mesmo nos locais de prostituição, quando seu território não pode ultrapassar os lugares destinados às mulheres cisgênero que também encontram seu sustento na prostituição: “as travestis representam um perigo a ser combatido tanto para a dinâmica familiar do bairro quanto para as próprias prostitutas”. Nesse sentido, chamamos de territorialidade a complexa união entre os espaços urbanos não destinados às travestis, de acordo com os âmbitos sociais nos quais elas são confinadas em um prolongamento da negação de seus direitos. Às travestis é negado o direito de permanecer onde desejam

estar, mas lhes é permitido ocupar as franjas desprotegidas da cidade, enfrentando as mazelas e perigos das ruas mal iluminadas, habitando espaços degradados e relegados ao esquecimento do poder público:

> De noite pelas calçadas
> Andando de esquina em esquina
> Não é homem nem mulher
> É uma trava feminina
> Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus orifícios
> Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
> É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
> Tá sempre em desconstrução

Nessa estrofe, Linn relata as vivências da identidade travesti fora do padrão binário e cisnormativo: “Não é homem nem mulher / É uma trava feminina”. Apesar de não se localizar entre as normas binárias de gênero, estabelecidas socialmente como uma estratégia disciplinar de controle sobre os corpos (FOUCAULT, 1992), a narrativa sugere que essa identidade está situada dentro do espectro da performatividade feminina (BUTLER, 2018), ao circunscrever o corpo aos signos performáticos que projetam tais leituras sociais.

Ser travesti remonta a um ato político que fica patente no verso: “Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação”. Em seguida, há uma reflexão sobre a desconstrução permanente do corpo travesti (“tá sempre em desconstrução”), como um ato de resistência dessa “diva da sarjeta” que insiste em se manter viva ao caminhar temerariamente no fio da navalha, transitando entre os desvãos das normas cislocalizadas.

A poesia pungente de Linn da Quebrada (2020) perpassa o território da prostituição, enquanto fonte de provento e sustento para os corpos trans-viados, conforme a própria compositora já se pronunciou por diversas vezes através de suas mídias sociais.

> Nas ruas, pelas surdinas é onde faz o seu salário
> Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário
> Não tem Deus nem pátria amada
> Nem marido, nem patrão
> O medo aqui não faz parte do seu vil vocabulário
> Ela é tão singular
> Só se contenta com plurais
> Ela não quer pau
> Ela quer paz

As travestis oriundas de contextos de baixa renda ou de pobreza extrema fazem escolhas de vida dentro de um campo estreito de possibilidades sociais, que envolve maior risco de exposição à transfobia, marginalização e exclusão de direitos. Na costura narrativa da canção, Linn da Quebrada empresta sua voz ao movimento "artivista" em torno da travestilidade, explorando como arte e identidade de gênero dialogam com a realidade social das travestis como expressão de crítica cultural. Nesse processo, aciona uma forma sofisticada de usar a arte para fazer política.

O trecho da canção que destaca o sexo tarifado praticado pela personagem ("nas ruas, pelas surdinas é onde faz o seu salário / Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário") ilustra o trabalho sexual não como uma escolha intencional, mas como um dos poucos recursos disponíveis para assegurar a sobrevivência dos estratos marginalizados. De acordo com o dossiê sobre os assassinatos e a violência contra travestis e transexuais, organizado por Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (ANTRA, 2021), referentes ao ano de 2020, 72% dos homicídios registrados vitimizaram travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, que estão mais expostas nas ruas à violência direta decorrente do estigma odioso dirigido aos seus corpos insurgentes.

A publicação da ANTRA esclarece que as vítimas de transfeminicídio se encontravam em cenários desprotegidos devido às condições de alta vulnerabilidade social e à falta de oportunidades de trabalho. A precariedade faz com que elas tenham sido expostas desde cedo a agressões físicas e psicológicas. Esses dados corroboram os relatos obtidos na pesquisa de Câmara (2021) com travestis que viveram a experiência da prostituição, convergindo com a conclusão do relatório da ANTRA (2021, p. 42): "As travestis e transexuais femininas constituem um grupo de alta vulnerabilidade à morte violenta e prematura no Brasil".

Na canção *Mulher*, a combinação de fatores tais como baixo nível de escolaridade, limitações da empregabilidade e precarização das condições de vida formam o pano de fundo que emoldura a personagem retratada, cuja subjetividade resiste tenazmente a incorporar os modos de subjetivação convencionais e pré-formatados ("Ela é tão singular / Só se contenta com plurais / Ela não quer pau / Ela quer paz"). Em sua singularidade, a Mulher não aceita receber menos do que merece, já que a dignidade tem um valor intrínseco que é inegociável. A personagem recusa-se a ser "esgoto", o que equivaleria a assumir os roteiros convencionais que lhe são imputados, os mesmos *scripts* manjados,

reservados aos corpos dóceis e conformados, tais como o papel da adulta resignada e monogâmica, ou da trabalhadora oprimida pelo patrão e que aprende a dizer: “Deus lhe pague por me explorar”.

Insubmissa, a subjetividade da personagem travesti quer ser dona do seu destino, pensar por conta própria, negociar livremente seu preço no mercado, tirando proveito da potência ilimitada de seus corpos flexíveis para gerenciar seu próprio trabalho com autonomia e assertividade, dispensando intermediários, proxenetas, pastores e ideologias moralizadoras (“Não tem Deus nem pátria amada / Nem marido, nem patrão”). O último verso dessa estrofe, recortado na mais fina ironia (“Ela quer paz”), refere-se ao desejo da trabalhadora travesti de ter seu trabalho na prostituição respeitado e reconhecido como tão digno como qualquer outro ofício. O desejo de pertencimento na história contada/cantada caminha passo a passo com o anseio de usufruir de uma existência livre das amarras da dominação masculina.

Esse cenário imagético, que aborda uma travesti cuja subjetividade abraça a prostituição como forma de sobrevivência e resistência, comporta certa idealização, já que se diferencia da realidade da maioria das travestis no Brasil. A personagem emblemática da composição musical recusa-se a ser objetificada pelo discurso da hipocrisia moral e dos bons costumes, que tenta enquadrá-la em estereótipos. Ela se ergue como um tipo ideal e exemplar, que resiste a se deixar capturar pelo discurso dominante e normatizador. Mais uma vez, é preciso deixar clara a distinção entre o que a letra da canção delineia, ao descrever uma travesti empoderada, e a realidade cáustica da violação sistemática dos direitos humanos das travestis no Brasil.

Nesse sentido, a canção pode ser entendida como parte do movimento “artivista” em torno da travestilidade que, em forma de crítica cultural e política, ora dialoga com a precária realidade social de falta de acesso a direitos básicos pelas travestis brasileiras, ora se utiliza do imaginário de uma personagem que opera a partir de escolhas de vida intencionalmente transgressoras, emulando poderes e resistências a fim de se contrapor às dificuldades engendradas pela transfobia no mundo real.

Em Alagoas, Natasha Wonderfull fundou o Grupo Transhow, com a proposta de levar as mulheres travestis para os palcos, a fim de visibilizar e promover uma cultura de respeito à diversidade (SANTOS, 2024). Em São Paulo, Amara Moira relata que a arte foi crucial em seu processo gradual de auto-reconhecimento como mulher travesti: “Quantas e quantas pessoas não vão se descobrindo trans justo assim,

algumas no próprio teatro, o momento em que acreditam estar encarnando uma personagem, sendo justo quando se libertam daquele eu que a vida inteira elas foram ensinadas a ser?" (MOIRA, 2022, p. 36). Escrutinando tais narrativas, notamos que o artivismo conjuga em si ambas as possibilidades: dar evasão as agruras dos contextos sociais nos quais as travestilidades estão imersas, ao mesmo tempo em que faz emergir possibilidades de resistência e o vislumbre de outras realidades possíveis.

Retornando à análise da canção de Linn da Quebrada, nos versos seguintes a compositora canta a comunidade de apoio e os laços de solidariedade que emergem espontaneamente entre as travestis, como defesa contra o estado de permanente vulnerabilização psicossocial a que se encontram subjugadas no espelho das ruas. Compartilhar essas experiências proporciona um senso de acolhimento que fortalece laços de afeto e humanidade entre corpos marginalizados, lidos como amaldiçoados e marcados como ameaçadores à estabilidade da sociedade. Nos sujeitos que lutam pela sobrevivência de cada uma e de todas (CÂMARA, 2021), constata-se que:

> Nem sempre há um homem para uma mulher, mas há 10 mulheres para cada uma
> E uma e mais uma e mais uma e mais uma e mais outra mulher
> E outra mulher (e outra mulher)

Nessa fascinante serialidade multiplicam-se as infinitas faces do espelho identitário no qual o feminino se desdobra, sem se fixar em nenhuma forma em particular. Em outra estrofe, também calcada na reiteração, Linn da Quebrada brinca com os significados de ser travesti (o que será que será?) e seus múltiplos eus desdobráveis, propondo ao interlocutor um desafio a ser decifrado, uma mensagem enigmática ao modo de esfinge:

> É sempre uma mulher?
> Ela tem cara de mulher, ela tem corpo de mulher
> Ela tem jeito, tem bunda, tem peito e o pau de mulher!
> Ela tem cara de mulher, ela tem corpo de mulher
> Ela tem jeito, tem bunda, tem peito e o pau de mulher!

A artivista coloca em cheque a cisnormatividade ao chamar a atenção para a identidade travesti como um ponto de ruptura da lógica normatizante (FOUCAULT, 1992). A letra enumera características corpóreas socialmente atribuídas ao ser mulher: bunda, peito e rosto "de

mulher". O "jeito" feminino ("Ela tem jeito") evoca o que Butler (2018) denomina de performatividade, isto é, a repetição estilizada dos atos em uma reprodução constante que garante a aparência estável do gênero. A compositora artivista escancara possibilidades de construir outros "jeitos", que não os normativos, de habitar o feminino, concebendo a pluralidade dos modos de subjetivação proporcionados pela corporalidade plástica da mulher, com seu corpo vibrante, mutante e mutável, podendo articular dissidências para criar insurgências.

Nessa letra em especial, assim como de resto em toda a sua obra autoral, Linn da Quebrada retira da cena principal o corpo padronizado dos homens cisgênero e heterossexuais, com suas masculinidades ostentatórias, cuja base de sustentação é a subordinação e opressão das mulheres. Seu objetivo é retomar os corpos-identidades-desviantes enquanto centro potencializador de narrativas indignadas, que buscam afirmar a integridade de sua consciência. Ainda que se trate de um corpo que se entende no espectro do feminino, a personagem transita "de esquina em esquina" e enfatiza os corpos e as performatividades não essencializadas ("Não é homem nem mulher / É uma trava feminina ... "É sempre uma mulher?).

A identidade, quando analisada sob a perspectiva de um ato político, manifesta-se nas escolhas e posicionamentos do sujeito, que carrega em si uma agenda de luta por reconhecimento. O ser travesti, enquanto ato político, inverte a lógica pênis = homem e peito = mulher, amalgamando uma identidade singular que caminha no fio da espada e (re)existe na clandestinidade da fronteira cisnormativa. Nesse percurso de subjetivação, o transcorpo torna-se pura potência à medida que dessacraliza e descristaliza as normativas binárias e cisgêneras, recusando-se a mimetizar o masculino ou feminino, embaralhando e dissolvendo esses limites, que são desfeitos e refeitos a todo momento.

Ao delinear a personagem Mulher, Linn da Quebrada intenciona questionar os mecanismos de exclusão e desconstruir o corpo modelado a partir da marginalização histórica e das limitações impostas coercitivamente, que mantêm as travestis alijadas de ocupações socialmente prestigiadas, impedindo seu acesso a meios de subsistência sancionados culturalmente. A solução proposta na canção é abrigar a narrativa de um corpo-potência, que se desloca no cenário político do espaço público das ruas com desenvoltura e orgulho, e que se fortalece por meio dos embates da identidade travesti por algo que assegure (e que também vá além da) sobrevivência:

> Então eu, eu
> Bato palmas para as travestis que lutam para existir
> E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar
> [...]
> É amapô de carne e osso, silicone industrial
> Navalha na boca, calcinha de fio dental

A crua e áspera poesia (sim, a compositora também trabalha com palavras afiadas por uma "navalha na boca") retoma a aspiração à humanidade de sujeitos excluídos e que têm seus direitos sistematicamente violados no país. O fato de serem há muito tempo esquecidos pelo "cistema" político-social de controle de corpos culmina na marginalização e inferiorização das identidades dissidentes (VERGUEIRO, 2016). Não é sem razão que Rocha e Rezende (2019) destacam que as composições de Linn da Quebrada são mais do que músicas para entretenimento: "Deslocar o feminino do patamar de submissão e transcender a visão reducionista sobre o corpo travesti configuram, para Linn, um ato de resistência, de amor – e, consequentemente, de ressignificação política" (ROCHA; REZENDE, 2019, p. 28).

É interessante destacar que, apesar de a canção *Mulher* não tratar diretamente da questão da etnia/raça, Linn da Quebrada com frequência aborda em sua produção musical a vulnerabilidade social das travestis pretas, explorando a intersecção entre gênero, raça e classe social. Essa temática emerge como uma questão central em outras composições da autora, como *Bixa Preta*.

Considerações Finais

A análise da letra da canção *Mulher* permitiu desvendar aspectos que compõem a realidade do (re)existir das identidades travestis. A autora Linn da Quebrada, por meio de uma arte tão performática quanto autoetnográfica, expõe a circulação dos corpos travestis por um território que desautoriza a ocupação pelas corporalidades não cisnormativas, para melhor discipliná-los e explorá-los.

Em consonância com as narrativas encontradas na literatura científica em referência às subjetividades travestis, argumentamos que é concedido às travestis um lugar exíguo – não mais do que as so(m)bras da liminaridade. Elas são toleradas na medida em que se mantenham confinadas na obscuridade, oferecendo gozo proibido ou se esgueirando

pelas calçadas vazias, camufladas nas bordas dos muros, como passageiras clandestinas de um bonde chamado desejo. Seus corpos de aparência ambígua deslizam pelos cantos furtivos das ruas, reinando nas madrugadas permissivas. A sarjeta suja é a margem estreita concedida para sua soberania.

Esses são os locais destinados aos corpos dissidentes no mundo em que vivemos. Corpos lidos como perigosos, que rejeitam e rearranjam as estruturas de controle de gênero, desestabilizando os dispositivos disciplinares. Assim a composição Mulher retrata o exercício da prostituição pelas travestis. Tal fenômeno não pode ser compreendido a partir de uma perspectiva reducionista, pois é efeito de complexos arranjos sociais de exclusão e reclusão da população trans a territórios sob rigoroso controle disciplinar.

A ocupação do espaço público, retratada na canção enquanto meio de subsistência, é imageticamente contraposta à realidade das vivências travestis no Brasil. A partir de uma personagem que se apropria, com consciência crítica, do lugar que ocupa no mundo, o artivismo promove a capacidade de criar vislumbres de cenários profícuos nos quais as travestis resistem às tocaias policiais e às emboscadas dos intolerantes, entre outras violências e infâmias a que estão expostas em meio à ausência de garantia de seus direitos, enquanto tentam exercer honestamente seu trabalho.

Linn da Quebrada expõe as contradições e os dilemas do ser travesti a partir da estética política do ser que luta pelo seu direito elementar de (re)existir em seus agenciamentos. Suas composições e performances artísticas conseguem desdobrar potências do corpo travesti, frequentemente lido como obsceno, abjeto e ultrajante, fazendo dele manifesto, libelo e ato libertário, de luta e resistência contra a segregação. Há uma busca de equilíbrio viabilizada pela experimentação de um corpo em trânsito, a partir da ocupação de espaços de interface (“esquinas”), em busca da responsabilidade solidária. Assim, Linn da Quebrada dá voz a uma legião de subjetividades silenciadas e corpos marginalizados, historicamente massacrados, que compartilham a luta por visibilidade e dignidade.

Referências

ALEXANDRE, Vinícius; SANTOS, Manoel Antônio dos. Experiência conjugal de casal cis-trans: contribuições ao estudo da transconjugalidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, e228629, 2019. https://doi.org/10.1590/1982-3703003228629

ALEXANDRE, Vinícius; SANTOS, Manoel Antônio dos. Conjugalidade cis-trans: reinventando laços, desestabilizando certezas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, e224044, 2021. https://doi.org/10.1590/1982-3703003224044

ANTRA (org.). **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasília, DF: ANTRA, 2018. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf. Acesso em: 27 dez. 2024.

ANTRA. **Dicas para travestis e mulheres trans profissionais do sexo em tempos de COVID-19.** Brasília, DF: ANTRA, 2020. 24 p. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/04/dica-profissionais-do-sexo-covid19-antra.pdf. Acesso em: 27 dez. 2024.

ANTRA (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf. Acesso em: 27 dez 2024.

ANTRA (org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: ANTRA, 2023. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf. Acesso em: 27 dez. 2024.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, p. 15-41, 2009. https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003

ARARUNA, Maria Léo Fontes Borges. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 133-153, 2017.

BAPTISTA-SILVA, Gabriela; HAMANN, Cristiano; PIZZINATO, Adolfo. Marriage in prison: identity and marital agencies in a LGBT wing. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 27, n. 1, p. 376-385, 2017. https://doi.org/10.1590/1982-432727s1201702

BARBOSA, Bruno Cesar. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, n. 14, p. 352-379, 2013. https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200016

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016

BRASIL. Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. Ministério da Saúde. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

BOFFI, L. C.; GUIJARRO-RODRIGUES, E. C.; SANTOS, M. A. Experience of masculinity performed by transgender men: qualitative evidence and metasynthesis. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 39, e200221, 2022. https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200221

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Renato Aguiar, trad.).

CÂMARA, Amanda Bonner Peixoto. "Cair na vida": o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis. **Humanidades em Perspectivas**, v. 5, n. 10, p. 48-62, 2021.

CARTA CAPITAL (Brasil). **Fila para cirurgia de redesignação sexual pode passar de dez anos**. 2017. Publicado em 30 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/diversidade/fila-para-cirurgia-de-redesignacao-sexual-pode-passar-de-dez-anos/. Acesso em: 18 dez. 2023.

CARVALHO, Mario. "Travesti","mulher transexual","homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, v. 52, e185211, 2018. https://doi.org/10.1590/18094449201005200 11

CECÍLIO, Mariana Silva; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 18, p. 507-516, 2013. http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n3/11.pdf

COLLING, Leandro. A emergência e algumas características da cena artivista das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade. In: COLLING, Leandro (org.). **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 11-40.

DULLIUS, Willian Roger; MARTINS, Lara Barros. Training needs measure for health care of the LGBT+ public. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 30, e3034, 2020. https://doi.org/10.1590/1982-4327e3034

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** (Roberto Machado, trad.). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Daniela Fonseca; COIMBRA, Susana; FONTAINE, Anne Marie. Resilience in LGB youths: a systematic review of protection

mechanisms. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 27, n. 66, p. 69-79, 2017. https://doi.org/10.1590/1982-43272766201709

GALLI, Rafael Alves et al. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 4, p. 447-457, 2013. https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000400011

GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Sexual and gender diversity in clinical practice in psychology. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 28, e2827, 2018. https://doi.org/10.1590/1982-4327e2827

HIRSCHFELD, Magnus. Selections from the transvestites: the erotic drive to cross-dress. In: STRIKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds.). **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006. p. 28-39.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – Eda/Fbn, 2012. 42 p. Disponível em: https://www.diversidadesexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. 2008. (César Gordon, trad.). Rio de Janeiro: Fiocruz.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999. (Heloisa Monteiro; Francisco Settineri, trads.). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7614757/mod_resource/content/1/LAVILLE-DIONE_A-CONSTRUCAO-DO-SABER.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

LEAL, Dodi Tavares Borges. Espacialidade travesti: habitat de gênero e práticas topográficas de corpos trans nas artes da cena brasileira. **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 2, n. 38, p. 1-19, 2020. https://doi.org/10.5965/1414573102382020003

MENEZES, Lincoln Moreira de Jesus. Experiências vividas por mulheres transexuais e travestis negras na cidade de São Paulo. 2020. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal de São Paulo.

MOIRA, Amara. (2022). **E se eu fosse puta** (2ª ed.). Hoo Editora.

MOSCHETA, Murilo dos Santos; McNAMEE, Sheila; SANTOS, Manoel Antônio dos. Sex trade among men: negotiating sex, bodies and identity categories. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n.spe, p. 44-53, 2013. https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000500006

MOSCHETA, Murilo dos Santos; SOUZA, Laura Vilela e; SANTOS, Manoel Antônio dos. Health care provision in Brazil: a dialogue between health professionals and lesbian, gay, bisexual and transgender service users. **Journal of Health Psychology**, v. 21, n. 3, p. 369-378, 2016. https://doi.org/10.1177/1359105316628749

MUÑOZ, José Esteban. **Disidentifications:** queers of color and the performance of politics. University of Minnesota Press, 2013.

NEXO JORNAL (Brasil). A música e os corpos políticos, com Linn da Quebrada. **YouTube**, 2 mai. 2018 (11m42s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W17OoImPFV4&t=189s. Acesso em: 27 dez. 2024.

OLIVEIRA, Júlio César Ferreira de; DAMASCENO, Sabrina Andre. Mulheres que ficam, travestis que voam: perspectivas e territórios da prostituição no bairro do Butantã em São Paulo. **Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, n. 25, 2019. https://doi.org/10.4000/pontourbe.7454

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 217-248, 2005. https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200009

QUEBRADA, Linn da. **De peito aberto sobre meu processo de peitificação, criando um órgão em mim capaz de desorganizar o caos que me habita.** 2 mar. 2021. Instagram: @linndaquebrada.

Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CL70w1El2dz/. Acesso em: 18 dez. 2023.

RAPOSO, Paulo. "Artivismo": articulando dissidências, criando insurgências. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 3-12, 2015.

RIBEIRO, Amanda Karoline de Oliveira; SILVEIRA, Lia Carneiro. Transfobia e abjeção: diálogos possíveis entre a psicanálise e a teoria queer. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 23, n. 1, p. 66-74, 2020. https://doi.org/10.1590/1809-44142020001008

ROCHA, Rose de Melo; REZENDE, Aline. Diva da sarjeta: ideologia enviadescida e blasfêmea pop-profana nas políticas de audiovisibilidade da travesti paulistana Linn da Quebrada. **Revista Contracampo**, v. 38, n. 1, 2019. https://doi.org/10.22409/contracampo.v38i1.28079

RONCONI, María Fernanda; BARRENA, María Agustina; ZEMAITIS, Santiago; ALESSI, Daniela. Identidades trans y travestis: desarmando la cis-norma social. In: ALESSI, Daniela Verónica (coord.). **ESI en la secundaria:** hacia uma educación sexualmente justa y placentera. La Plata: EDULP, 2024. p. 33-38.

ROSA, Jéssica Moraes; MELO, Anna Karynne; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; SANTOS, Manoel Antônio dos. A construção dos papéis parentais em casais homoafetivos adotantes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 210-223, 2016. https://doi.org/10.1590/1982-3703001132014

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SANTOS, Manoel Antônio dos; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes de. Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de COVID-19. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, e020018, 2020. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240339

SANTOS, Manoel Antônio et al. Transexualidade, ordem médica e política de saúde: controle normativo do processo transexualizador no Brasil. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 3-19, 2019. https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n1p03

SANTOS, Manoel Antônio et al. Impacto psicossocial da pandemia de COVID-19 na saúde mental de pessoas transexuais e travestis: Revisão integrativa. **Psico-USF**, v. 28, n. 3, p. 579-598, 2023. https://doi.org/10.1590/1413-82712023280312

SANTOS, Sérgio Coutinho. A liderança de Wonderfull para uma cena travesti no espaço artístico alagoano. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 209–232, 2024. https://doi.org/10.9771/pcr.v17i2.51356

SANTOS, Yuri Garcez Sousa; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 3, p. 572-582, 2013. https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300017

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19-54, 2007. https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003

SOUSA, Pedro Cesar Josephi Silva e. **Prostituição**: possibilidade de reconhecimento de direitos das (os) profissionais do sexo no brasil. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Patrik Borges Ramires de; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Linn da Quebrada e os engajamentos performativos com as mídias digitais: Uma análise sociológica de uma trajetória artística dissidente de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, e67834, 2021. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n267834

SOUZA-SANTOS, Yuri Garcez Santos; SANTOS, Manoel Antônio dos. Social transformations and couple relationships in Brazilian gay men. In MORAIS, Normanda Araújo de; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; CERQUEIRA-SANTOS, Elder (Eds.), **Parenting and couple relationships among LGBTQ+ people in diverse contexts**.

Cham: Springer, 2021. p. 95-113. https://doi.org/10.1007/978-3-030-84189-8_7

TOMBOLATO, Mário Augusto; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; SANTOS, M. A. A trajetória de adoção de uma criança por um casal de lésbicas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, e3546, 2019 https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3546

TOMBOLATO, Mário Augusto; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; UZIEL, Ana Paula; SANTOS, Manoel Antônio dos. Prejudice and discrimination in the everyday life of same-sex couples raising children. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 35, n. 1, p. 111-122, 2018. https://doi.org/10.1590/1982-02752018000100011

THÜRLER, Djalma; MATHIEU, Beatrice. A primeira onda da cena travesti no Brasil: A centralidade do "corpo em travesti". **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 2, n. 41, p. 1–28, 2021. https://doi.org/10.5965/1414573102412021e0102

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**.** 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685. Acesso em: 18 dez. 2023.

Territoriality, transvestite prostitution and artivism in the voice of Linn da Quebrada

ABSTRACT. This study aims to articulate experiences of transvestility, territoriality, and sex work through the artistic and performative lens of Brazilian singer and songwriter Linn da Quebrada. The research focused on a documentary analysis of the musical composition *Mulher*. We employed transvestite artivism to support our analysis, which explored the subjective and social issues experienced by transvestilities in Brazil's peripheral contexts. In the striking poetics of the songwriter, sex work is subjectivized not only as a means of subsistence, but also as a space of

resistance – a possibility for (re)existence shaped by marginal territoriality. In the musical composition, art is crafted to problematize the practices, knowledge, and experimentations that emanate from trans and travestite bodies, allowing them to rewrite their existences through questioning identity matrices that do not conform to gender norms. We notice that suffering emerges simultaneously with a movement of jouissance through the reaffirmation of the travestite lyrical self, the text's enunciator, as it exercises the freedom to move with fluidity and sensitivity through the alleyways of genders. Performativity is woven and guided by the compass of artivism, which dissolves the boundaries between art and life.

KEYWORDS: Travestism. Transexuality. Territoriality. Prostitution. Gender identity

Letícia Carolina Boffi
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Bolsista de Doutorado PROEX (Programa de Excelência Acadêmica) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), Código de Financiamento: 88887.820864/2023-00. Coordenadora do Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual e de Gênero – VIDEVERSO
Membro do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (LEPPS-USP). Investiga temas relacionados às transexualidades, saúde e políticas públicas.
e-mail: leticiaboffi@gmail.com; leticiaboffi@usp.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9198-8963

Manoel Antônio dos Santos
Professor Titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Livre-Docente em Psicoterapia Psicanalítica pela mesma instituição. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (LEPPS-USP) e do Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual e de Gênero - VIDEVERSO. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

e-mail: masantos@ffclrp.usp.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8214-7767

Recebido em: 16/03/2024
Aprovado em: 13/12/2024

ISSN 2525-6904

ARTIGOS

Vivências da Demissão entre Pessoas Transgênero

Uma Investigação Narrativa

Samuel Osório Ribeiro da Silva, *Universidade Estadual de Maringá (UEM)*

Marcio Pascoal Cassandre, *Universidade Estadual de Maringá (UEM)*

Resumo. O objetivo deste artigo foi analisar as vivências da demissão entre pessoas transgênero residentes no interior do estado do Paraná. A análise foi realizada a partir de narrativas sobre a vida dos participantes. A demissão involuntária representa um momento de ruptura, no qual o emprego é retirado do trabalhador contra a sua vontade, constituindo-se assim, um *locus* de desenvolvimento individual. No caso da população transgênero, esse evento é influenciado por questões específicas, tanto individuais quanto sociais. Foram realizadas quatro entrevistas com pessoas que já vivenciaram a demissão involuntária ao menos uma vez. Os resultados revelaram as particularidades das vivências da demissão para essas pessoas, bem como os contornos emocionais envolvidos no processo. Conclui-se que é necessário um movimento por parte das organizações para que sejam mais socialmente responsáveis no que diz respeito à diversidade de gênero.

Palavras-Chave: Teoria Histórico-Cultural. Perejivânie. Pessoas Transgênero. Demissão. Pesquisa Narrativa.

Introdução

O conceito de vivência está relacionado ao modo como as pessoas se transformam qualitativamente a partir de uma situação dramática, tornando-se agentes ativos no seu processo de desenvolvimento pessoal (Liberali; Fuga, 2018). Neste artigo, investiga-se o modo como pessoas transgênero[1] vivenciam um dos eventos mais desafiadores para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos: a demissão. Trata-se de um evento de ruptura, no qual o emprego é retirado do trabalhador de maneira involuntária, ocasionando instabilidade emocional, insegurança, deterioração da saúde, queda na renda e dificuldade de recolocação profissional (Caldas, 2000a). Esses fatores se agravam para pessoas transgênero, haja vista que se trata de um grupo historicamente vulnerabilizado na sociedade e no mercado de trabalho (Paniza, 2019). Diante disso, o evento em questão pode impactar significativamente o desenvolvimento dos indivíduos que vivenciam essa experiência.

Lamentavelmente, o Brasil estava na liderança dos assassinatos contra pessoas trans[2] no mundo em 2021 (Benevides, 2022). Segundo dossiê publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), quatro entre 10 assassinatos contra essa população, em 2021, ocorreram no Brasil. Ademais, o mesmo documento, coordenado por Benevides (2022), aponta ao menos 158 violações de direitos humanos no mesmo ano, incluindo violência física, transfobia em processos seletivos, demissão motivada pela identidade de gênero e/ou transfobia e negativa de acesso a espaços públicos. Ao trabalhar com essas questões, o estudo desenvolvido mostra sua pertinência abordando um tema de relevante valor social e que é frequentemente marginalizado nos estudos sobre diversidade (Beauregard *et al.*, 2018; Köllen, 2018; Paniza, 2019). Sendo assim, aponta para futuros gestores a importância da inclusão de pessoas transgênero nas organizações. Para além disso, reitera o papel social das empresas, especialmente da Gestão de Pessoas, no desenvolvimento desse grupo.

O presente artigo enfoca, principalmente, o impacto do processo de transição e o entendimento da identidade de gênero como especificidades que permeiam a existência trans no que se refere à demissão. Desse modo, a escolha pelo método de pesquisa narrativa

[1] Entende-se como pessoas transgênero aquelas pessoas que, em maior ou menor grau, não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído/determinado ao nascimento (Jesus, 2012).
[2] O termo "trans" será utilizado ocasionalmente ao longo do artigo para fazer referência ao grupo de pessoas transgênero no decorrer da leitura.

justifica-se por apresentar a possibilidade de capturar as diferentes nuances da história de vida dos participantes, tendo como auxílio a Teoria Histórico-Cultural. É importante notar que, no período em que foram coletadas as narrativas, o contexto do mercado de trabalho brasileiro já sofria os efeitos da pandemia de COVID-19. Esse acontecimento, de proporções globais, afetou negativamente o mercado de trabalho no Brasil em termos de demanda e oferta de mão de obra. No lado da demanda, a queda foi ocasionada devido à diminuição na produtividade de diversos setores da economia, enquanto o lado da oferta de trabalho foi impactado pelas medidas de distanciamento social, atreladas ao medo de contração do vírus (Goés *et al.*, 2022).

Em termos estruturais, o artigo apresenta, após esta introdução, os caminhos metodológicos percorridos para o alcance do objetivo. Na sequência, apresenta-se uma breve discussão sobre trabalho e gênero, seguida das narrativas elaboradas com base nas histórias de vida dos participantes. Depois, são feitas algumas reflexões acerca das vivências da demissão para pessoas trans, incluindo as particularidades e contornos emocionais envolvidos no processo. Por fim, são tecidas as considerações finais.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, pois se preocupa com a compreensão de características específicas a um grupo social (Gerhardt; Silveira, 2009). Ademais, é sustentada por uma estrutura construtivista, a qual coloca o sujeito da pesquisa no centro da investigação, considerando os significados subjetivos de suas experiências sociais e históricas (Creswell, 2014). Dessa forma, entende-se que o conhecimento é constituído por meio da interação do indivíduo com o meio social (Becker, 1994).

Nesse sentido, optou-se pela articulação de conceitos provenientes da Teoria Histórico-Cultural (THC), que trabalha o modo como os seres humanos influenciam e são influenciados por artefatos mediadores de suas relações com o mundo, vislumbrando um método de base histórica, interessado no processo de mudança (Daniels, 2011). Assim, a base desta teoria está nas ideias marxianas em que o trabalho é o que define os seres humanos, pois possibilita a manipulação ativa da natureza (Van Der Veer; Valsiner, 2001).

Aqui, o indivíduo passa a ser entendido de maneira inseparável do ambiente em que se encontra, indicando que a construção da consciência individual parte do social de forma ativa (Daniels, 2011). Então, o meio aparece como fonte de desenvolvimento ao mesmo tempo que o define, pois o desenvolvimento ocorre por meio daquilo que se observa no meio social (Veresov, 2016). É neste contexto que surge o conceito de perejivânie ou vivência, o qual está relacionado ao "modo como os sujeitos se transformam em agentes no processo de constituição de si" (Liberali; Fuga, 2018, p. 336).

Portanto, a escolha por trabalhar com a THC justifica-se na medida em que o ser humano é colocado como protagonista de seu próprio desenvolvimento, cuja força motora é a contradição. Segundo Fleer, González Rey e Veresov (2017), tais situações tendem a ocorrer em pontos de transição no decorrer da vida humana, as quais frequentemente engendram momentos dramáticos que, por sua vez, desvelam propriedades do desenvolvimento qualitativo.

Para capturar tais momentos, adotou-se o método da pesquisa narrativa que se origina nas histórias de vida contadas pelos participantes do estudo (Creswell, 2014). Dentre os procedimentos possíveis, conforme Creswell (2014), está o relato das experiências vividas de forma cronológica. Nos termos desta investigação, para a organização das narrativas, utilizou-se o modelo do espaço tridimensional, nos moldes propostos por Clandinin e Connelly (2015). Esses estudiosos enxergam na pesquisa narrativa a possibilidade de apreensão dos aspectos individuais, bem como dos sociais. Por esse ângulo, o espaço tridimensional pressupõe a existência dos seguintes elementos em narrativas: a interação (pessoal e social), a continuidade (passado, presente e futuro) e a situação (lugar) (Clandinin; Connelly, 2015).

Ao trabalhar com tais elementos na formulação da narrativa, foi possível olhar para os dados de maneira introspectiva, ou seja, para os sentimentos e condições internas das pessoas; de maneira extrospectiva, quer dizer, para as condições do ambiente social; e de maneira retrospectiva e prospectiva, isto é, para a temporalidade dos eventos passados, presentes e pretensões futuras (Clandinin; Connelly, 2015).

A pesquisa contou com a participação de moradores do interior do Paraná: três de Maringá (a terceira maior cidade do estado, situada na região noroeste) e uma de Apucarana (população aproximada:

136.000, localizada na região centro-norte). O acesso aos participantes ocorreu por meio de uma cadeia de referências, no estilo bola de neve (Vinnuto, 2014), na qual um informante-chave viabilizou o contato com sujeitos adequados ao perfil desejado para a pesquisa.

Todos eles já haviam vivenciado a demissão ao menos uma vez. Esse foi um critério para a participação no estudo. Então, contou-se com a colaboração de quatro pessoas: três do gênero feminino e uma do gênero masculino, com idades entre 19 e 28 anos. A caracterização pessoal de cada uma pode ser observada no Quadro 1. Os nomes adotados são fictícios, para preservar suas identidades.

Quadro 1 - Caracterização pessoal dos participantes

PARTICIPANTE	IDADE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
Lina	19 anos	Ensino médio	Desempregada
Erin	21 anos	Ensino médio	Operador de bordado/arte finalista
Laura	27 anos	Mestrado	Professora-pesquisadora/artista
Clara	28 anos	Superior incompleto	Assistente de loja

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O instrumento básico de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada com um roteiro temático amplo e abrangente, prevendo cinco momentos: (1) introdução, contendo a questão central sobre a história de vida; (2) características do último emprego; (3) processo da demissão; (4) vivências relativas à demissão; e (5) conclusão, com considerações adicionais e livres dos entrevistados.

Os participantes foram abordados inicialmente via *WhatsApp*, com uma mensagem introdutória ao contexto da pesquisa. Posteriormente, após aceitarem colaborar com o estudo, os encontros foram marcados em horários e lugares específicos. A duração média das entrevistas foi de 30 a 50 minutos. Duas ocorreram presencialmente em locais públicos — com Erin, o encontro ocorreu em sua cidade, Apucarana, na praça de alimentação de um *shopping center*; com Lina, a conversa aconteceu em uma cafeteria na cidade de Maringá, também localizada em um *shopping center*. Quanto às outras duas entrevistas, foram realizadas virtualmente, para maior comodidade das participantes

— a entrevista com Laura deu-se na plataforma *Google Meet* e a de Clara por meio do *Zoom*. Os dados foram coletados entre fevereiro e março de 2022 e posteriormente transcritos.

As narrativas são resultado da organização dos dados obtidos por meio das entrevistas e possuem uma configuração narrativa, na qual os eventos são dispostos e integrados em um todo temporalmente organizado (Polkinghorne, 1995). A partir delas, chegou-se à categorização abaixo.

Quadro 2 - Categorização dos dados

Eixo	Categoria	Participantes
Particularidades das vivências da demissão para pessoas transgênero	Medo de não conseguir outro emprego por ser transgênero	Clara, Lina
	Capacitação e experiência profissional são insuficientes	Erin, Laura, Lina
Contornos emocionais nas vivências da demissão para pessoas transgênero	Desespero	Lina
	Tristeza	Lina, Erin
	Alívio	Laura
	Angústia	Laura

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O Quadro 2 é resultado de uma categorização dos dados, na qual os elementos foram classificados conforme emergiram, similar ao que acontece em análises de conteúdo tradicionais (Franco, 2005).

A Demissão e Seus Efeitos para o Indivíduo

Segundo Caldas (2000a), o conceito de demissão refere-se a um evento que retira do trabalhador o seu emprego em determinada organização contra a sua vontade tendo, nesse caso, um caráter involuntário. O autor faz uma distinção importante entre a demissão e o desemprego, sendo o primeiro um evento e o segundo um estado. Assim, nota-se que há uma relação de causa e efeito entre tais conceitos, ou seja,

a demissão de um indivíduo, consequentemente, implica para ele em algum período de desemprego (Caldas, 2000a).

Essa prática tornou-se comum no âmbito organizacional na década de 1980, quando o processo de globalização estava em pleno desenvolvimento (Caldas, 2000a, 2000b; Furtado; Carrieri; Bretas, 2014). A partir de então, as diversas evoluções tecnológicas emergentes na época condicionaram um aumento na competitividade entre as empresas, promovendo uma série de reestruturações organizacionais, incluindo a demissão de trabalhadores e trabalhadoras (Caldas, 2000a, 2000b; Furtado; Carrieri; Bretas, 2014). O mesmo aconteceu no âmbito da Administração Pública (Tolfo; Coutinho, 2007).

Evidentemente, o fim do relacionamento entre o indivíduo e a empresa causa diversos efeitos, na maior parte negativos, sobre aquele primeiro (Jesus; Benevides; Dutra, 2019). Ao entrar em uma situação de desemprego, consoante Lima *et al.* (2017), seguem-se sofrimentos decorrentes da falta de dinheiro, da contração de dívidas e de problemas relacionados à saúde mental, para citar apenas alguns exemplos. Em geral, devido à relação de dependência financeira do trabalhador para com o empregador, isso faz com que ele seja mais afetado em todo o processo (Jesus; Benevides; Dutra, 2019).

De acordo com Caldas (2000a), os efeitos no indivíduo podem incluir: variáveis emocionais (dificuldades cognitivas, instabilidade emocional); psicológicas (insegurança, queda na autoestima); físicas (deterioração da saúde); comportamentais (desorganização, apatia); familiares (dificuldade no convívio com parentes próximos); econômicas (queda na renda); profissionais (dificuldade de recolocação); e variáveis sociais (deterioração das relações interpessoais). Nesse cenário, a demissão provoca uma situação de desamparo ao indivíduo, deixando-o à mercê de seu destino (Lima *et al.*, 2017).

Atrelada a esse processo, está a necessidade de iniciar uma nova atividade profissional logo em seguida (Machado; Hernandes; Moraes, 2004). Ademais, soma-se ao medo de estar desocupado ou desocupada a tristeza de sentir-se diante de um aparente fracasso, negando ao sujeito a possibilidade de viver e processar o momento de melancolia, uma vez que lhe é imposta a necessidade de buscar um novo emprego (Machado; Hernandes; Moraes, 2004).

Segundo Freitas (2006), embora a demissão de um funcionário não seja ilegal ou imoral, ela pode ser perversa e cruel ao ser executada

de maneira desumana. Ainda, ela adiciona que as empresas não se resumem apenas ao local de trabalho. São também espaços de socialização, nos quais as pessoas desenvolvem relacionamentos e projetam seu futuro, integrando parte da sua identidade (Freitas, 2006).

Para as pessoas trans, experienciar a demissão pode ser ainda mais impactante dados os marcadores sociais implicados para este grupo, cujas particularidades engendram experiências ainda mais complexas do ponto de vista pessoal e social. Sabe-se que à população trans são constantemente negados direitos civis básicos. Além disso, é comum serem alvos de violências verbais e físicas, bem como enfrentam maiores dificuldades no acesso à educação e ao mercado de trabalho formal (Jesus, 2012, 2018). No entanto, é importante destacar que estes fatores não são uma regra, podendo ser influenciados por recortes raciais e de classe.

A Vivência de Lina

A narrativa que segue é protagonizada por Lina, de 19 anos, residente na cidade de Maringá (PR). Lina nasceu no estado de São Paulo, em uma pequena vila com apenas seis casas, onde moravam seus avós paternos, seus pais, sua irmã e seu irmão. O falecimento de seu avô provocou a mudança de toda a família, inclusive sua avó, para Maringá. Na ocasião, sua avó havia decidido vender a casa onde moravam para repartir o montante com seu pai, para facilitar o processo de inventário. Nesse novo contexto, a relação com sua avó estreitou-se pois passou a visitá-la com mais frequência, uma vez que se sentia deslocada dentro de casa. Desde então, sua avó tornou-se uma figura muito importante, pois supria, de alguma forma, aquele sentimento de não pertencimento. Perto dela, sentia-se à vontade para construir sua interioridade, mesmo por meio da arte *drag*[3].

A avó de Lina faleceu em 2018, quando ainda cursava o segundo ano do ensino médio, e onde sofria muitos preconceitos por ser diferente. No mesmo ano, Lina já procurava sua inserção no mercado de trabalho, com a entrega de currículos. A morte de sua avó, embora triste, serviu de estímulo para que Lina começasse a performar sua identidade de gênero. Para além disso, foi uma maneira de levar sua avó consigo.

[3] "Artistas que fazem uso de feminilidade estereotipada e exacerbada em suas apresentações são conhecidos como *drag queens* (sendo mulheres fantasiadas como homens, são *drag kings*)" (Jesus, 2012, p. 10, grifo nosso).

Assim, em 2019, seu último ano do ensino médio, passou a desempenhar sua feminilidade publicamente, mesmo com medo da reação de seus pais caso soubessem que ela se reconhecia como uma pessoa trans. A partir deste momento, os comentários homofóbicos da comunidade escolar transformaram-se em práticas de transfobia.

Após concluir o ensino médio, surgiu uma oportunidade de emprego, como jovem aprendiz, proveniente de um currículo que Lina tinha entregado em 2018, quando procurava sua primeira inserção no mercado de trabalho e ainda não performava seu gênero publicamente. Desse modo, ela temia que não a contratassem por apresentar-se diferente. Ao fim do processo seletivo, em outubro de 2020, Lina foi contratada para trabalhar na empresa, uma loja de calçados em Maringá. Embora a remuneração não fosse alta, por conta da natureza do contrato de trabalho e da função a ser exercida (vendedora), ela encontrou na oportunidade uma alternativa provisória. No início, Lina suprimia sua feminilidade por medo da demissão: “E se descobrirem, vão me mandar embora?” (Lina). Isso ocorria somente no local de trabalho. Aos poucos, Lina foi introduzindo aspectos de sua personalidade e gostava de trabalhar no local, onde conquistou várias amizades. No entanto, a transfobia sempre esteve presente no seu convívio cotidiano, algo que lhe causava sofrimento.

Lina trabalhou nessa empresa durante um ano, até que, no fim de 2021, recebeu a proposta de um gerente para ser efetivada como vendedora da loja a partir do ano seguinte. Nesse ponto, Lina decidiu informar a empresa sobre seu processo de transição, e que só aceitaria preencher a vaga se sua condição fosse respeitada. Então, ficou combinado o estabelecimento de um novo contrato com início no dia 7 de março de 2022. O contrato de jovem aprendiz de Lina, com duração de um ano e cinco meses, terminou no dia 17 de fevereiro de 2022 e o processo ocorreu normalmente, com o pagamento de acerto, férias e 13º salário.

Mesmo com o contrato de jovem aprendiz terminado, Lina estava contente, pois acreditava que iniciaria no novo cargo em seguida: “Passei pelos gerentes, dei tchau pra todo mundo e falei: ah até dia 7 que eu tô aqui de volta, vendedora da [empresa]” (Lina). Porém, no dia da entrevista para a presente pesquisa, 26 de fevereiro de 2022, horas antes do encontro marcado, Lina recebeu a notícia de sua demissão por meio de uma ligação feita pelo gerente. Mesmo com o encaminhamento para o exame admissional em mãos, Lina foi dispensada. O sentimento inicial,

provocado pela notícia, foi de desespero, mesmo porque ela já havia realizado compromissos financeiros. Além disso, sentiu-se triste e surgiu o medo de como o mercado de trabalho a receberia nessa nova fase de sua vida.

Apesar de tudo, Lina ainda tem esperança de que coisas novas e melhores aconteçam, mesmo com a incerteza de seu futuro: “Então, realmente, eu não sei, eu sei que eu vou ter que seguir, eu sei que eu vou ter que entregar currículo. Como eu vou fazer isso, ainda é uma coisa que eu vou administrar” (Lina).

A Vivência de Erin

Erin, de 21 anos, mora em Apucarana (PR) e é o protagonista desta narrativa. O início da vida de Erin foi marcado pela separação de seus pais, ainda com 1 ano de idade. Por isso, ele não tinha uma figura paterna presente dentro de casa, embora tivesse seus tios e padrinhos por perto: “Quem ia nas coisinhas de Dia dos Pais eram meus tios, padrinhos, sabe? Meu pai mesmo não” (Erin). Sua mãe também se fazia ausente, pois necessitava trabalhar para sustentar a casa. Na pré-escola, com 5 anos de idade, Erin já sentia a opressão por ser diferente, por parte das professoras inclusive: “Professoras extremamente ignorantes falando que eu ia pro inferno” (Erin). Ele já se entendia como um menino desde muito pequeno, tendo mencionado para sua mãe por volta dos 7 anos de idade. A repressão, primeiramente, foi imediata.

Ele voltou a abordar o assunto na pré-adolescência, quando iniciou sua transição social, assumindo-se, em um primeiro momento, como uma menina lésbica. Para sua mãe, o processo de entendimento de que tinha um filho foi gradual, mas sempre esteve disposta a estudar e aprender, a compreendê-lo. O mesmo não aconteceu com o restante da família: “A minha tia, assim, não me chama pelo nome social, nem... Nem se eu implorar para ela. E dá para ver que é na maldade. Dá para ver” (Erin). Aos poucos foi desvelando sua identidade até que, com 18 anos, Erin já vivia publicamente seu gênero: “Então, aos 18, finalmente, não foi uma surpresa, acho que para ninguém. Por conta de ser muito privilegiado, eu só tive a necessidade de começar a trabalhar mesmo depois que eu terminei a escola” (Erin).

Tendo completado seu ensino médio, Erin procurou inserir-se no mercado de trabalho, onde não foi bem recepcionado. Na verdade, só foi conseguir realizar entrevistas quando retirou seu nome social do

currículo. Até então, Erin informava seu nome social e o de registro ao lado para questões burocráticas. Uma vez dentro da empresa, ele passava a informar seu nome social. Essa foi uma estratégia utilizada por Erin para conseguir passar pelo processo de seleção de pessoas: “Foi uma forma que encontrei e funciona, realmente funciona. Geralmente, quando eu tenho que ir para lugares que eu sei que eu não entraria, eu uso o meu nome de registro” (Erin).

A primeira experiência profissional de Erin foi como auxiliar de bordado em uma empresa de sua cidade, polo de confecção de bonés. Com exceção de suas vizinhas de máquina, sua relação com o restante dos funcionários, bem como com seu supervisor, era marcada por atitudes transfóbicas: “Faziam questão de me tratar no feminino [...] eles eram extremamente ofensivos na forma de tratar” (Erin).

Esse contexto contribuiu para a degradação de sua saúde mental a ponto de não comparecer ao trabalho por uma semana: “[...] eu surtei. Aí eu parei de ir, fiquei, acho que, uma semana em casa sem dar satisfação nenhuma. Aí quando eu voltei, me mandaram embora. Óbvio. Eu só parei de ir. Eu, literalmente, eu surtei” (Erin). Esse episódio resultou na sua demissão, um ano e meio depois de iniciar no cargo. Erin perdurou por tanto tempo na empresa devido ao suporte que tinha de suas vizinhas de máquina. Mesmo já prevendo que a demissão aconteceria quando retornasse ao trabalho, recebeu a demissão como um choque, pois esperava que a empresa tomasse alguma providência com relação à transfobia presente no local de trabalho: “A demissão me foi um choque muito grande, porque eu esperava pelo menos que ele recebesse uma advertência. E não” (Erin). A experiência de Erin com a demissão neste primeiro emprego fez com que ele mudasse sua postura em novos processos seletivos.

A Vivência de Laura

A seguir apresenta-se a narrativa de Laura, uma professora-pesquisadora e artista trans de 27 anos, moradora na cidade de Maringá (PR). Laura é a filha mais nova entre seus irmãos e sempre teve uma relação familiar forte, não obstante a diferença geracional presente entre eles. A mãe de Laura era professora em um colégio católico privado na cidade de Maringá, então ela pôde estudar nessa instituição, durante toda sua educação básica, na condição de bolsista.

Em 2005, por volta dos 11 anos, Laura iniciou seus estudos de teatro, ainda na escola. Com aproximadamente 12 anos de idade, seus pais se separaram e Laura passou a morar com sua mãe e irmã, enquanto seu irmão ficou morando com seu pai em outra casa. Como não moravam distantes uns dos outros, ela sempre manteve um contato próximo, visitando-os frequentemente. Ao concluir o ensino médio, em 2011, Laura decidiu estudar Artes Cênicas na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Durante a graduação, Laura morou com seu pai, com quem tem uma relação amigável independentemente da lacuna geracional e das posições ideológicas divergentes.

Laura inseriu-se no mercado de trabalho em 2016, último ano de sua graduação, como professora horista em um colégio da cidade, onde dava aulas de teatro. Ao decidir continuar seus estudos no mestrado, Laura pediu demissão um ano após iniciar suas atividades no colégio, ao ser aprovada no processo seletivo. Durante seu tempo na pós-graduação, ela foi contemplada com uma bolsa de estudos, que garantiu sua subsistência ao longo do mestrado. Laura defendeu sua dissertação no início de 2019; depois disso, realizou diversos trabalhos temporários e, apesar de seu denso currículo, não conseguia oportunidades de emprego. Um semestre se passou até que fosse contratada como vendedora em uma loja de presentes e artigos de papelaria localizada em um *shopping* de Maringá.

Nesse local, a relação com as pessoas que trabalhavam com ela era saudável: “Parece romântico de tanto que eu falo disso, porque são pessoas incríveis que eu adorei conhecer. É, eu acho que eu cresci muito porque eu aprendi muito com essas pessoas” (Laura). Já em um contexto pandêmico, Laura foi demitida em agosto de 2020. Antes do anúncio, sua gerente já havia mencionado a redução de pessoal, por isso, esperava que a demissão acontecesse a qualquer momento. Laura sentiu uma mistura de alívio e angústia ao receber a notícia.

Para ela, o ponto positivo daquele emprego foi o crescimento pessoal e profissional, além de proporcionar uma nova experiência, diferente da acadêmica: “Eu acho que é um ponto positivo, assim, que para mim salta aos olhos, toda vez, é o nível de crescimento pessoal, profissional, e assim, sei lá, um banho de realidade do mundo” (Laura). Como ponto negativo, mencionou a própria natureza do trabalho no contexto capitalista: “O trabalho é sempre um problema, ponto. Eu acho que é isso, assim. Trabalho é um inferno, porque é isso, essa lógica mercadológica, ela é doente e eu simplesmente não concordo” (Laura).

Com o dinheiro do acerto, Laura conseguiu sobreviver nos meses seguintes e se dedicar a outros projetos, até que entrou para o doutorado e hoje em dia atua como professora de graduação.

A Vivência de Clara

Esta narrativa tem como protagonista Clara, maringaense de 28 anos. Filha de pai comerciante, Clara cresceu em um ambiente opressivo, mas sempre contou com o suporte de seus pais. Embora não tenha entrado em contato com questões de gênero até sua adolescência, depois concluiu que sempre se identificou com o gênero feminino. Foi nessa fase de sua vida, aos 16 anos de idade, que ela começou a conhecer e a estudar as diferentes possibilidades de ser e estar no mundo.

Clara começou a trabalhar por volta dos 14 anos e com 16, já estava com carteira assinada no mercado da família, onde permaneceu por 8 meses, até que pediu demissão; isso aconteceu porque não conseguia conciliar o trabalho com a escola, além de ser um trabalho desgastante: “Eu pedi pra sair porque o mercado era *punk*, era bruto” (Clara). No entanto, continuou ajudando esporadicamente, quando o movimento era maior, como nos fins de semana e feriados. Nesse sentido, a relação inicial de Clara com o mercado de trabalho foi positiva, pois estava ainda em um contexto familiar.

Depois do mercado, seu segundo emprego com carteira assinada foi em uma fábrica de embalagem plástica, onde trabalhava no período noturno; como não conseguiu se adaptar ao horário, Clara acabou pedindo demissão. Nesse entremeio, ela passou a se descobrir enquanto uma mulher trans, até que, aos 20 anos, optou por iniciar a terapia hormonal: “Não que [...] só a partir da terapia que eu ia me sentir uma mulher de verdade. Mas eu optei pela terapia [...] eu queria poder saber até onde meu corpo poderia chegar” (Clara). Já depois da transição, Clara trabalhou em um hospital desempenhando a função de copeira hospitalar; nesse local, vivenciou situações constrangedoras.

Apesar disso, em geral, sentia-se confortável no ambiente em que trabalhava: “As meninas, apesar da curiosidade, apesar daquele monte de questionamento e tudo mais, eram bem legais” (Clara). Ademais, Clara gostava de trabalhar no hospital, pois o horário era flexível e as atividades desempenhadas por ela eram gratificantes. Clara permaneceu neste emprego por 45 dias, até que foi demitida devido a um corte de gastos: “Mas assim, nenhuma explicação lógica, porque [...] eu saí logo

em seguida, já entrou outra no meu lugar. Então, né? O corte de gastos não existe" (Clara). No momento da demissão, ela sentiu medo do que viria a seguir. Posteriormente, passou a trabalhar em shoppings, onde continua atualmente como vendedora em uma loja de roupas e calçados.

As demissões Enquanto Vivências de Pessoas Transgênero

A vivência enquanto um determinante do desenvolvimento (Veresov, 2016) pôde ser observada em três dos quatro casos analisados. Não foi possível apreender de maneira qualificada a vivência de Lina, no que tange ao seu desenvolvimento qualitativo, pois ela ainda estava no seu processo de internalização do evento, tendo em vista que sua entrevista ocorreu no dia de sua demissão. Entretanto, a situação revelou os contornos emocionais ainda bastante aflorados, indicando também particularidades vividas por Lina, apresentadas na seção seguinte.

No caso de Erin, a demissão representou o momento em que decidiu mudar sua atitude em relação aos processos seletivos:

> Isso mudou a forma com a qual eu lido agora. Agora eu falo [...] Daí já no segundo emprego que eu pedi demissão já... Mesma tática de conseguir, mas aí na entrevista já falava meu nome. Está assim, mas é dessa tal forma. Eu comecei a deixar explícito no primeiro contato com a empresa (Erin).

Para Laura, esse evento proporcionou um amadurecimento emocional no que se refere às suas limitações enquanto ser humano, além de provocar um exercício de autorreflexão:

> Eu percebi muitas coisas de amadurecimento [...] Se eu der conta do que eu estou fazendo é isso, né? Foi um crescimento e também um exercício de humildade, eu acho, de entender que tipo é isso, gata, você é só uma pessoa no mundo, você não vai fazer diferença no mundo, você vai fazer o seu (Laura).

Já para Clara, a demissão sempre significou mudanças em sua vida, desde sua percepção do trabalho com sua família até questões mais específicas de circunstâncias vividas por pessoas trans:

> Cada demissão, cada emprego que eu passei e tudo mais eu tive alguma chave virada [...] Com meu pai eu tive a chave que a gente nem sempre está tão seguro assim com os nossos pais [...] Depois, na fábrica, eu tive outra chave: tipo, Pô eu trabalhar de madrugada é foda e aplausos pra quem consegue porque eu de fato não consigo. Então são várias chaves [...] (Clara).

Portanto, pode-se dizer que as mudanças do ambiente social desses indivíduos, provocadas pela demissão, implicaram em um novo estado de consciência, conforme indica Vygotski (2006), ao considerá-la como um produto da relação do indivíduo com o meio, bem como das mudanças nele ocorridas. Isso porque, segundo Fleer, González Rey e Veresov (2017), pontos de transição — como a passagem do emprego ao desemprego — possuem a capacidade de criarem momentos dramáticos e, consequentemente, revelarem aspectos desenvolvimentais.

Como se observa, as vivências da demissão para cada participante diferenciam-se entre si, representando, em cada caso, um sentido diferente, isto é, a construção de um novo entendimento individual por meio do social (Daniels, 2011). Isso acontece devido ao princípio da refração inerente à perejivânie (Veresov, 2016). Assim, mesmo compartilhando um mesmo recorte social de gênero, as particularidades das vivências trans também se diferenciam entre si, uma vez que a consciência filtra o mundo a partir de recortes específicos (Vygotsky, 2004). Além disso, percebe-se o momento da demissão como um drama, ou seja, uma contradição, representando um *turning point*[4] no processo de desenvolvimento (Veresov, 2016). Em todos os casos narrados na seção anterior, a demissão provocou tensões e rupturas importantes.

No entanto, entende-se que mesmo havendo uma condição individual nas vivências da demissão para pessoas transgênero, elas são permeadas, ou melhor, definidas por uma teia de condições sociais (do meio) muito maior (Vigotski, 2010; Veresov, 2016). Isso pode ser observado nas particularidades das vivências da demissão para esse grupo, apresentadas a seguir.

Vivências de Pessoas Transgênero: Particularidades da Demissão

Ao identificar as particularidades das vivências trans da demissão, duas categorias surgiram a partir da análise dos dados: o medo de não conseguir outro emprego por ser transgênero (Clara e Lina) e a insuficiência da capacitação e experiências profissionais no caso de pessoas trans (Erin, Laura e Lina). Desse modo, tais aspectos integram uma rede estruturante das vivências do grupo aqui estudado, a qual, em parte, as determinam. Mesmo desempenhando um papel ativo no

[4] Contradições, drama, eventos dramáticos (Veresov, 2016).

processo de constituição individual, conforme mostram Liberali e Fuga (2018) a partir das vivências identificadas, essas pessoas ainda são restringidas pela hostilidade vivida por elas em ambientes de socialização coletiva (Paniza, 2019), ilustrada claramente nas narrativas apresentadas.

Longe de indicar um determinismo social, no qual a subjetividade[5] individual apresenta menos poder no processo de desenvolvimento do que elementos do meio, analisa-se que o ambiente social é marcado por opressões que configuram as particularidades identificadas. Isso significa que pessoas transgênero apresentam elementos em suas vivências que não estariam configurados nas vivências de pessoas cisgênero, não apenas devido à refração individual, mas principalmente pelas condições sociais, que afetam de maneira mais profunda e desigual o grupo pesquisado.

Sabendo que o desenvolvimento parte de um processo de interiorização, não do individual para o social, de acordo com Vigotski (2010), mas ao contrário, a partir do social para o individual, necessita-se de ações que modifiquem a realidade social concreta. Dessa maneira, condiciona-se à população transgênero uma possibilidade de desenvolvimento mais amplo, que não envolva limitações relacionadas a uma condição existencial de gênero. À vista disso, tratando-se do mundo do trabalho, é imperativo um movimento institucional advindo das empresas direcionado à mudança dessa realidade.

Vivências de Pessoas Transgênero: Contornos Emocionais da Demissão

As vivências da demissão nos casos analisados explicitaram sentimentos diversos, principalmente ligados às variáveis psicológicas descritas por Caldas (2000a), como desespero (Lina), angústia (Laura), tristeza (Lina e Erin) e alívio (Laura). Para Lina, os sentimentos apontados decorreram da frustração de suas expectativas quanto à sua contratação como vendedora. No caso de Laura, observa-se duas situações: uma negativa, no caso da angústia, relacionada à insegurança financeira, e uma positiva, no caso do alívio, pois trabalhava em um emprego muito desgastante. Para Erin, a tristeza decorreu da situação injusta de transfobia vivenciada no local de trabalho, a qual culminou em

[5] "Unidade de processos emocionais e simbólicos que formam novos fenômenos qualitativos" (Fleer; González Rey; Veresov, 2017, p. 3, tradução nossa).

sua demissão. Como se observa, a predominância é de sentimentos negativos, como pontuam Jesus, Benevides e Dutra (2019).

Há, ainda, o medo elencado na seção anterior, diretamente ligado às futuras possibilidades de emprego, assinalado por Machado, Hernandes e Moraes (2004). Nos casos das vivências trans, esse sentimento é particular, pois atrela-se a uma questão social mais ampla, ou seja, a insegurança não se associa apenas ao clima econômico ou à capacitação, por exemplo, mas à identidade das pessoas transgênero. Não importa o quão aptas estejam para certo cargo ou quantas experiências de emprego já tiveram, seu acesso ao mercado de trabalho está condicionado ao meio social, caracterizado por apresentar violações de direitos civis básicos dessa população (Jesus, 2012, 2018). Assim, cabe também às empresas a responsabilidade de mudar essa realidade, isto é, se prepararem para receber esse grupo.

Considerações Finais

O presente artigo buscou analisar as vivências da demissão para pessoas transgênero do interior do Paraná por meio da elaboração e apresentação de narrativas sobre a vida dos participantes da pesquisa, que permitiu apreender algumas particularidades que marcam as vivências desse evento para um grupo historicamente vulnerabilizado no mundo do trabalho. Partindo da base teórica oferecida pela Teoria Histórico-Cultural, a interpretação dos dados obtidos em campo foi redigida no intuito de articular os diferentes conceitos propostos por Vygotsky. Assim, também foi possível identificar os contornos emocionais envolvidos neste evento.

Diante desse contexto, depreende-se que a demissão engendrou modificações na subjetividade dos participantes da pesquisa, indicando uma reorganização qualitativa condicionadora de novas visões de mundo a partir das vivências de um evento dramático como a demissão. Tendo configurado tensões importantes, o evento foi permeado, principalmente, por sentimentos negativos como angústia, tristeza e desespero. Ademais, apreende-se também duas particularidades que agravam as vivências da demissão para os sujeitos desta pesquisa: o medo de não conseguir outro emprego por ser transgênero e a insuficiência da capacitação e experiências profissionais no caso de pessoas trans.

À vista disso, tratando-se do mundo do trabalho, é imperativo um movimento institucional advindo das empresas direcionado à mudança da realidade concreta. Nesse aspecto, o papel das organizações, principalmente dos departamentos de gestão de pessoas, é de preparação para receber esse grupo. Ao adotar práticas nesse sentido, contribuirão para modificar um meio social violento e opressivo e, consequentemente, melhorando as possibilidades de desenvolvimento humano individual e coletivo de pessoas transgênero.

O estudo realizado insere na literatura uma abordagem multidisciplinar no trato de questões sobre o mundo do trabalho, especificamente a demissão. Desse modo, focalizou-se o indivíduo a partir de uma perspectiva emancipatória, considerando suas potencialidades de desenvolvimento. Nesse sentido, para além de buscar na diversidade sua utilidade à organização, sugere-se que a gestão de pessoas busque entendê-la como parte de sua responsabilidade social consciente em vez de conveniente.

Como última nota, aponta-se que a presente pesquisa se limitou a um único encontro com os participantes, além do fato de que nem todos estavam desempregados à época. Assim, para futuras investigações, fica a sugestão de acompanhar pessoas transgênero desempregadas durante todo o período de desemprego, desde o momento da demissão até sua entrada em um novo local de trabalho. Embora a memória seja uma ferramenta poderosa, analisar o evento nesse contexto possibilita apreender de maneira mais aprofundada os diferentes processos envolvidos nas vivências da demissão.

Referências

BEAUREGARD, Alexandra *et al.* Listen carefully: transgender voices in the workplace. **The International Journal of Human Resource Management**, [S.l.], v. 29, n. 5, p. 857-884, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09585192.2016.1234503?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BECKER, Fernando. O que é construtivismo? **Série Ideias**, São Paulo, n. 20, p. 87–93, 1994.

BENEVIDES, Bruna. (org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito

Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

CALDAS, Miguel. **Demissão**: causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo. São Paulo: Atlas, 2000a.

CALDAS, Miguel. Enxugamento de pessoal no Brasil: podem-se atenuar seus efeitos em empresa e indivíduo? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 29-41, 2000b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/PXqTGR37SWLYDLn8Mv4vN3x/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2022.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DANIELS, Harry. **Vygotsky e a pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FLEER, Marilyn; GONZÁLEZ REY, Fernando; VERESOV, Nikolai. Perezhivanie, emotions and subjectivity: setting the stage. In: _____ (ed.). **Perezhivanie, emotions and subjectivity**: advancing Vygotsky's legacy. Singapore: Springer, 2017. p. 1-15.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise do conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREITAS, Maria Ester de. Por uma ética na demissão? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 102–106, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZF7BBbWjcQZjVXcbzG3Wtns/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2022.

FURTADO, Raquel Alves; CARRIERI, Alexandre de Pádua; BRETAS, Paula Fernandes Furbino. Humor na internet: trabalhadores utilizam nova estratégia para protestar contra demissões e terceirizações. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 33–44, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rausp/a/LhLvYty9fsMNRrgwZVVL7bw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOÉS, Geraldo Sandoval *et al*. O mercado de trabalho no setor cultural: a
influência da pandemia de Covid-19 nos seus fluxos e estoques. **Carta de Conjuntura**: n. 54, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=f113df1e-0d25-4ee8-bd6f-648d96e7360c>. Acesso em: 09 mar. 2025.

JESUS, Laís Francine Nascimento de; BENEVIDES, Tânia Moura; DUTRA, Renata Queiroz. Prejuízo ou alforria? os significados da perda do emprego entre os trabalhadores de teleatendimento. **Revista Formadores**, Cachoeira, v. 12, n. 2, p. 21–34, 2019. Disponível em: <https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/1129/808>. Acesso em: 1 mar. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autora, 2012. Disponível em:
<https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta es popula o trans>. Acesso em: 23 fev. 2022.

JESUS, Jaqueline Gomes. Travessia: caminhos da população trans na história. In: GREEN, James *et al*. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

KÖLLEN, Thomas. Declining career prospects as 'transition loss'? On the career development of transgender employees. In: BROADBRIDGE, Adelina; FIELDEN, Sandra (ed.). **Research Handbook of Diversity and Careers**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2018.

LIBERALI, Fernanda Coelho; FUGA, Valdite Pereira. A importância do conceito de perejivanie na constituição de agentes transformadores. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 35, n. 04, p. 363-373, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000400004>. Acesso em: 1 mar. 2022.

LIMA, Maria Gabriela Pires de Lacerda *et al*. Tempo de demissão em tempos líquidos. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 126–135, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/40864/21597>. Acesso em: 1 mar. 2022.

MACHADO, Hilka Vier; HERNANDES, Cláudio Aurélio; MORAES, Maristela Moraes. Explorando significados da demissão. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 1, n. 10, p. 7–15, 2004. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/184>. Acesso em: 1 mar. 2022.

PANIZA, Maurício Donavan Rodrigues. À sombra do arco-íris, à margem da diversidade organizacional: uma revisão narrativa sobre travestis e transexuais no mundo do trabalho. In: EnANPAD, 43, 2019, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2019, p. 1-16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjcyMjA=>. Acesso em: 23 fev. 2022.

POLKINGHORNE, Donald. Narrative configuration in qualitative analysis. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 5–23, 1995. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0951839950080103>. Acesso em: 30 mar. 2022.

TOLFO, Suzana da Rosa; COUTINHO, Maria Chalfin. Implicações de enxugamento para ex-trabalhadores de empresas estatais. **Psicologia e Sociedade**, [S.l.], v. 19, edição especial, p. 57–65, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/MQtmW8tbSfbRk4PGhFyjqLm/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2022.

VAN DER VEER, René; VALSINER, Jaan. **Vygotsky:** uma síntese. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

VERESOV, Nikolai. Perezhivanie as a phenomenon and a concept: questions on clarification and methodological meditations. **Cultural-Historical Psychology**, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 129–148, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/310552515_Perezhivanie_as_a_Phenomenon_and_a_Concept_Questions_on_Clarification_and_

Methodological MeditationsCultural-historical psychology 12 3 129-148 doi 1017759chp2016120308>. Acesso em: 1 mar. 2022.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681–701, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42022>. Acesso em: 1 mar. 2022.

VINNUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 10 nov. 2021.

VYGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras escogidas**. Tomo IV. 2. ed. Madrid: Machado Libros, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **Teoria e método em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

The Perezhivanie of Dismissal for Transgender People: A Narrative Inquiry

ABSTRACT: This paper seeks to analyse the dismissal of transgender people in the Parana state of Brazil. The involuntary dismissal is considered a moment of rupture, in which the job is taken from the worker against his/her will, representing a locus of individual development. To the transgender population, this event is influenced by specific individual as well as social issues. It was analyzed the perezhivanie of involuntary dismissal for transgender people in the countryside of Paraná through narrative inquiry. Four interviews were carried out, with people who have been involuntary dismissed at least once before. The results revealed the particularities of perezhivanie for the transgender people in this study as well as the emotions involved in the process.

KEYWORDS: Cultural-Historical Theory. Perezhivanie. Transgender People. Dismissal. Narrative Inquiry.

Samuel Osório Ribeiro da Silva

Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da UEM.

Marcio Pascoal Cassandre

Psicólogo e Administrador, com doutorado em Educação pela Aarhus University, doutorado em Administração pela Universidade Positivo e mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atua como professor no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA-UEM). Coordena a Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UEM (CSVM-ACNUR).

Recebido em: 27/06/2022

Aprovado em: 15/01/2025

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

Invisibilização das transmasculinidades na saúde: Considerações a partir do perfil sociodemográfico de homens trans e pessoas transmasculinas vinculados a um serviço especializado no sul do Brasil

Guilherme Lamperti Thomazi, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)*
Gabriela Tizianel Aguilar, *Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre*

Resumo: O Brasil, que lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans, possui lacunas críticas nos dados sobre homens trans e pessoas transmasculinas. Esse artigo se soma às iniciativas dos movimentos sociais para produção de dados sobre e com pessoas trans, compreendendo a urgência deles para a criação e qualificação de políticas públicas efetivas. Dessa forma, discutimos a invisibilidade das transmasculinidades na saúde a partir do perfil de homens trans e pessoas transmasculinas vinculadas ao Ambulatório Trans do município de Porto Alegre, RS/Brasil. Dentro dos dois anos de funcionamento do serviço, foram vinculados 418 usuários, sendo 384 homens trans e 34 transmasculinos. Destes, 328 (78,5%) são brancos, 244 (58,4%) têm entre 20 e 27 anos, 122 (29,2%) tem diploma de ensino médio e menos da metade (30,6%) trabalham formalmente. Homens trans brancos acessam serviços mais jovens e com maior nível educacional que negros, enquanto transmasculinos apresentam escolaridade superior. Os dados aqui produzidos mostram aqueles que conseguem enfrentar diferentes barreiras para ingressar em um serviço construído para facilitar o acesso de pessoas trans, evidenciando o longo caminho a ser percorrido para acolhimento sensível às complexidades dessa população no SUS.

Palavras-chave: Transmasculinidades. Homens trans. Acesso aos serviços de saúde. Serviços de saúde para pessoas transgênero.

INTRODUÇÃO

A produção acadêmica sobre saúde da população trans no Brasil tem crescido significativamente nos últimos anos, porém com uma distribuição assimétrica: enquanto mulheres trans e travestis ocupam lugar central nas pesquisas - mesmo que a partir de abordagens patologizantes e/ou com foco restrito ao HIV/AIDS e uso de hormônios -, homens trans e pessoas transmasculinas permanecem à margem. Essa disparidade foi evidenciada em revisão sistemática da produção latino-americana sobre saúde de pessoas trans entre 1966 e 2017, que identificou apenas um estudo - dentre 88 analisados - dedicado especificamente a essa população (Rodriguez, 2017).

Esse apagamento é potencializado pela inexistência de informações oficiais sobre pessoas trans no Brasil. Os dados disponíveis sobre essa população são produzidos por organizações do movimento social como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que publica anualmente o dossiê sobre assassinatos de pessoas trans e travestis, e o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), que vem lançando relatórios com foco em homens trans e pessoas transmasculinas (Pfeil; Lemos, 2021; Pfeil; Alves, 2024; Benevides, 2025).

Relatórios esses que denunciam os efeitos nefastos da intersecção de diferentes sistemas de opressão na vida de pessoas trans: entre 2017 e 2024 a média das pessoas trans negras assassinadas foi de 78%, em comparação, no mesmo período, entre pessoas brancas, esse índice é de 21%. Em relação a idade, 77% das vítimas tinham menos de 35 anos. Segundo este relatório, as pessoas trans que são assassinadas por violência transfóbica são travestis negras trabalhadoras sexuais (Benevides, 2025). Mesmo que os números de assassinatos de homens trans sejam inferiores a mulheres trans e travestis, esses casos não podem ser minimizados. Essa subnotificação pode ser atribuída à dificuldade de identificação adequada das vítimas – quando as notícias, principais fontes de dados destes relatórios, não respeitam suas identidades de gênero.

Além da produção de dados que tenta suprir as falhas do Estado, o movimento social trans tem um importante histórico ligado à luta pelo direito à saúde. As primeiras organizações e grupos de ativistas formados por travestis e mulheres trans/transexuais remontam ao início da década de 1990 e tem, de um lado, a AIDS e o acesso ao tratamento como balizador e, do outro, a luta contra a violência policial em locais de

prostituição (Carvalho; Carrara, 2013). Mesmo com a participação de alguns homens trans, como Alexandre Peixe, em organizações e eventos do movimento social durante a primeira década dos anos 2000, coletivos de homens trans começaram a surgir com força a partir de 2010 (Ávila, 2014). Leonardo Peçanha (2023) aponta que a regulamentação, por meio do Conselho Federal de Medicina (CFM), das cirurgias como a mastectomia bilateral foi um dos eventos importantes para a multiplicação de grupos de homens trans no país.

Fruto de intensas mobilizações sociais, importantes avanços legislativos foram alcançados no campo da saúde. Sempre uma demanda presente, fazer as modificações corporais de acordo com sua identidade de gênero no âmbito do Sistema Único de Saúde começou a ser uma possibilidade a partir de 1997 - inicialmente limitada a hospitais universitários (Ávila, 2014). O processo transexualizador, instituído em 2008, centraliza a atenção de pessoas trans no nível hospitalar e, por meio de sua ampliação em 2013, permite a realização de hormonização e cirurgias de afirmação de gênero no SUS (Brasil, 2008;2013). Além disso, ambas normativas se embasam nas resoluções que tratam as identidades de gênero diferentes da cisgeneridade como patologias sendo enquadradas dentro do capítulo de transtornos mentais (Ávila, 2014; Borba, 2014).

Após 11 anos sem novas políticas para essa população, o novo governo Lula (PT/2022-2026) criou um Grupo de Trabalho para redefinir novamente essa política, sem previsão de lançamento. Em uma apresentação realizada em fevereiro de 2024, o governo federal lançou o projeto chamado “Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (PAES PopTrans)”, prevista para lançamento entre fim de 2024 e início de 2025, com o objetivo de “melhorar o acesso das pessoas trans à Atenção Especializada à Saúde no SUS”. Esse projeto traz, a partir de informações de gestores e/ou representantes de comitês diversos, a quantidade de serviços que focam nas pessoas trans (Brasil, 2024).

Atualmente, dos 10 serviços hospitalares habilitados para o Processo Transexualizador, pelo menos 6 estão nas regiões sul-sudeste do país. Os serviços ambulatoriais seguem essa mesma lógica, sendo que dos 12 cadastrados, 9 estão nessas regiões. A maioria esmagadora dos serviços destinados à população trans opera por iniciativa própria, destacando a importância dos movimentos locais na criação desses recursos. Os estados com o maior número de unidades são: São Paulo

com 50; Rio Grande do Sul com 15; Pernambuco com 13; Rio de Janeiro com 5 e Bahia com 4 (Brasil, 2024).

Um destes serviços é o Ambulatório Trans de Porto Alegre. Inaugurado no dia 7 de agosto de 2019, o "Ambu", como é chamado pelas pessoas usuárias, tem o objetivo de oferecer atendimento integral para pessoas trans (THOMAZI, 2020). Esse trabalho objetiva discutir a invisibilização das transmasculinidades na saúde brasileira a partir do perfil de homens trans e pessoas transmasculinas de um serviço específico para pessoas trans. Almejando, dessa forma, preencher algumas das lacunas referentes a essa população.

METODOLOGIA

Esse estudo, de abordagem quantitativa, traz como método um estudo transversal descritivo-analítico. Os dados contidos neste manuscrito foram produzidos a partir da consulta de prontuário das pessoas vinculadas ao Ambulatório Trans de Porto Alegre e do banco de dados próprio deste serviço, durante os anos de 2019 a 2021.

Campo do estudo

O Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre, apelidado pelas pessoas usuárias como "Ambu", foi inaugurado em 2019 com o objetivo de acolher pessoas trans e travestis, historicamente afastadas do SUS. Antes da inauguração deste serviço, apenas o Programa Transdisciplinar de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (PROTIG) prestava atendimento especializado para a população trans do município. O PROTIG atende pacientes de todo o Rio Grande do Sul. No entanto, devido ao uso do mesmo código de regulação (Psiquiatria/Transexualismo) para cirurgias de transgenitalização e outras demandas específicas - como a hormonização -, a fila de espera se estende por anos.

Inicialmente, o Ambu funcionava uma vez por semana durante o período da noite, em uma unidade de saúde central. Mesmo adotando o nome de ambulatório, o serviço funcionava como uma unidade básica de saúde, não sendo necessário encaminhamento para ser atendido. Como forma de ingresso, a pessoa usuária poderia escolher agendar um acolhimento pelo whatsapp ou chegar por meio de demanda espontânea. O Ambu ampliou rapidamente seus dias de atendimento devido à alta

demanda, que ultrapassava 50 pacientes diários. Hoje o serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h, em uma estrutura própria e exclusiva.

População

A população deste estudo são homens trans e pessoas transmasculinas, vinculadas ao Ambulatório Trans no período de agosto de 2019 a agosto de 2021. Os critérios de inclusão deste estudo foram: (1) ter pelo menos uma evolução em prontuário eletrônico que conste como identidade de gênero "homem trans", "homem transexual", "transmasculino" ou "pessoa transmasculina"; (2) ter como sexo designado ao nascimento feminino e se declarar uma pessoa trans com preferência de pronomes masculinos ou neutros; (3) ter sido vinculado ao ambulatório até o dia 29 de agosto de 2021. Foram excluídas da análise pessoas com identidades trans femininas, registros com dados incompletos ou inconsistentes e casos com ingresso posterior ao período do estudo.

Por que homens trans e pessoas transmasculinas?

Homens trans não são um grupo homogêneo. Nesse sentido, Almeida (2012) discorre sobre quatro grandes grupos de pessoas que assumem publicamente tal identidade: aqueles que não se desligam totalmente do feminino, por limitações subjetivas (medo), sociais (desemprego, violência), objetivas e familiares; os que não querem/fazem modificações corporais mas usam artigos e objetos tidos como masculinos (cuecas, camisas, acessórios); pessoas que compõem identidades que mesclam o masculino/feminino fugindo dos binarismos de gênero, podendo fazer o uso de hormonização mas não demonstrando interesse na realização da mastectomia; e, sujeitos que têm interesse e/ou realizam a hormonização e/ou mastectomia, o uso do binder, procuram reconhecimento jurídico e social (alteração do nome/sexo nos documentos), além de fazerem grande uso dos acessórios significados como masculinos.

Simone Ávila (2014) destaca a ausência de um consenso sobre o termo, utilizando transhomen para se referir "aos sujeitos que foram identificados no nascimento como pertencentes ao "sexo" feminino e que se identificam com o gênero masculino (Ávila, 2014, p. 32; Silva, 2007)".

Como justificativa apresenta o termo como tradução do francês "transhomme" de um importante pesquisador e teórico feminista Sam Bourcier, em quem se apoia teoricamente. O argumento é de que o termo seria um substantivo que nomeia a quem se refere e não um adjetivo que qualificaria tal sujeito. Esta também seria uma tentativa de fugir das dicotomias homem/mulher e masculino/feminino (Ávila, 2014).

Já Dan Kaio Souza Lemos (2024), atual coordenador do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), divide as transmasculinidades brasileiras em três grupos: homens trans, que se reafirmam enquanto homens e fazem uso de pronomes masculinos (ele/dele); boycetas, que não se afirmam enquanto homens mas reivindicam uma identidade masculina, além de também utilizar pronomes masculinos; e, por fim, transmasculines, que não se identificam nem como homem nem como mulher, mas de certa forma integram as masculinidades a partir de sua ressignificação, tendo preferência por pronomes neutros (elu/ile; delu/dile) ou masculinos.

Para fins deste artigo, levando em consideração as classificações de Guilherme Almeida (2012), Simone Avila (2014), Dan Kaio Souza Lemos (2024), e dos movimentos e coletivos das diversas transmasculinidades no Brasil, considero homens trans como pessoas que foram marcados com o sexo feminino ao nascimento (AFAB) mas, ao decorrer de suas vidas, reivindicam uma identidade masculina na qual se reconhecem, que é nomeada politicamente homem trans. Várias são as identidades auto percebidas que integram essa categoria êmica.

Já "outras pessoas transmasculinas", que nomeio de "pessoas transmasculinas" ou "transmasculinos" para facilidade da escrita, são entendidas como pessoas que foram marcadas com o sexo feminimo e que atualmente usam pronomes neutros e/ou masculinos, se identificando com símbolos dados como masculinos pela sociedade, podendo ou não fazer uso de tecnologias biomédicas/políticas, e que reinvindicam uma identidade não binária, fugindo do binarismo homem/mulher. Integram esse grande e diversificado grupo pessoas que se identificam como transmasculinos, demiboys, e outras autodenominações. Ressalto aqui que o uso de hormônios não define alguém como homem ou não. Um exemplo são os próprios boycetas que, ao contrário de literaturas médicas e psicológicas que definem transexuais como pessoas com "um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico" (Organização

Mundial da Saúde, 1994), não tem nenhum problema com seus orgãos genitais.

Mas qual é a diferença entre homens trans e os transmasculinos? De forma simples e direta: autoidentificação. O direito de autonomeação e autodenominação é uma das bases que compõem os Princípios de Yogyakarta, um marco internacional na área jurídica ao formar bases para legislações que versam sobre direitos relacionados à identidade de gênero e orientação sexual. Tal documento foi fruto do trabalho de 29 especialistas de 25 diferentes países - dentre eles o Brasil - que se reuniram em Yogyakarta, capital da Indonésia, entre os dias 6 e 9 de novembro de 2006 com o objetivo:

> "não de estabelecer novos direitos à comunidade LGBT+, mas refletir as formulações presentes nos principais instrumentos internacionais sobre direitos humanos, explicitando que estes direitos também se estendem a essa comunidade e que os Estados têm obrigações que devem ser cumpridas para a melhor aplicação e proteção destes direitos (Alamino; Vecchio, 2018, p. 649)".

Em 2017, comemorando os 10 anos de seu lançamento, foram adicionados mais 8 pontos ao chamado The Yogyakarta Principles +10 (YP+10): como o direito à proteção do Estado, ao reconhecimento legal, integridade mental e corporal, liberdade à descriminação ou sanções em razão da identidade de gênero ou orientação sexual, proteção contra a pobreza, à sanidade e higiene, gozo dos direitos humanos em relação às tecnologias, à verdade e o direito à prática, proteção, preservação e reavivação da diversidade cultural (Yogyakarta Principles plus 10, 2017).

Essa multiplicidade de autonomeações é marca de uma mudança de paradigma: inicialmente, quem detinha o poder de nomeação eram médicos, psicólogos, psicanalistas e pesquisadores da academia e agora o direito à autodenominação é reivindicado por movimentos sociais organizados. Esses diferentes termos, que não são de origem biomédica - e, por consequência, não tem a função de diagnosticar ou categorizar sintomas/tratamentos - passam a emergir a partir das vivências e cotidianos de pessoas trans, de grupos ativistas, mas também do seu encontro (e fricções) com o sistema patologizante de suas identidades. Nas palavras de Jack Halberstam (2018): "A fragmentação, a segmentação e a multiplicidade da categoria trans* só podem emergir dentro de uma ótica que reconheça trans* como uma categoria ampla e fluida e não como um diagnóstico (p. 88)".

Fonte dos dados

O banco de usuários vinculados ao serviço foi disponibilizado pela coordenação do Ambulatório Trans e da Política Municipal de Saúde LGBTQIA+ de Porto Alegre. Após análise inicial do banco de dados, foram identificados 515 homens trans, 101 pessoas não binárias, 5 pessoas com identidade de gênero assinalada como “outra” e 2 pessoas sem informação.

A categoria 'não binária' incluía pessoas designadas como sexo feminino ou masculino ao nascimento. Considerando a histórica invisibilidade das identidades transmasculinas em estudos quantitativos, estabelecemos critérios específicos para construção desta nova variável mediante análise dos 101 prontuários. Como o banco de dados original não contemplava especificamente a identidade transmasculina, desenvolvemos parâmetros classificatórios baseados em: (1) designação de sexo feminino ao nascimento; (2) preferência atual por pronomes neutros e/ou masculinos; (3) identificação com símbolos socialmente reconhecidos como masculinos; (4) uso facultativo de tecnologias biomédicas (hormonização/cirurgias) e estratégias políticas de afirmação identitária. Esta operacionalização visa dar visibilidade acadêmica a uma identidade frequentemente marginalizada na literatura científica.

O processo de qualificação dos dados ocorreu em três etapas sequenciais. Na primeira fase foi realizada a revisão dos prontuários das pessoas inicialmente classificadas como não binárias, sem registro ou outra identidade, sendo reclassificadas como 34 transmasculinos, 19 homens trans e 55 mulheres trans ou travestis. A segunda etapa consistiu na revisão dos 515 registros originalmente cadastrados como homens trans, quando foram identificados e removidos um caso duplicado, dois registros de mulheres trans e cinco pessoas que deveriam ser classificadas como transmasculinos (autodeclaradas dessa forma na evolução), resultando em 526 homens trans e 39 transmasculinos após o processo. Por fim, a terceira fase envolveu a complementação das variáveis de interesse para a pesquisa a partir das evoluções registradas pelos profissionais de saúde e dos dados existentes no banco do serviço.

As variáveis sociodemográficas incluídas neste estudo foram: raça/cor autodeclarada (branca, preta, parda, amarela, indígena), faixa etária (5-15, 16-19, 20-29, 30-39, 40-49, 50+ anos), escolaridade (do fundamental incompleto ao superior completo), situação laboral

(trabalho formal sim/não - este último incluindo desempregados, autônomos e estudantes) e retificação do nome (sim/não). Não existiam, tanto no banco de dados como nos prontuários, informações relativas a nacionalidade[1] ou renda das pessoas vinculadas. Existiam ainda variáveis relacionadas ao acesso e tipo de atendimento que foram discutidos em outro artigo[2].

Análise

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, com apresentação de valores absolutos e frequências (absolutas e relativas), estratificados por identidade de gênero. As variáveis relacionadas ao atendimento foram ainda estratificadas por raça/cor da pele. Para o processamento e tabulação dos dados, utilizou-se o programa Excel.

Aspectos éticos

O estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Parecer nº 5.207.201, de 20/01/2022; CAEE 53148521.9.0000.5347) e do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (Parecer nº 5.278.354, de 08/03/2022; CAEE 53148521.9.3001.5338), garantindo o cumprimento de todos os requisitos éticos para a realização da pesquisa.

RESULTADOS

Integram o corpus empírico deste artigo 418 usuários vinculados ao Ambulatório Trans, dos quais 384 homens trans e 34 pessoas transmasculinas. O perfil dessa população pode ser observado na tabela 1 abaixo.

[1] Entretanto, todas as pessoas presentes no banco de dados tinham tinham CPF e Cartão SUS.
[2] THOMAZI, G. L. *et al.* Onde estão as transmasculinidades no SUS? Perfil sociodemográfico e de acesso de homens trans e transmasculinos vinculados ao Ambulatório Trans de Porto Alegre/RS, 2019 - 2021. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [*s. l.*], 2024.

Tabela 1. Perfil dos homens trans e pessoas transmasculinas vinculadas ao Ambulatório T.

Característica	Homem trans n= 299		Pessoas transmasculinas n = 57		Total n= 25	
	n	%	n	%	n	%
Raça/cor						
Branca	299	77,9	29	85,3	328	78,5
Preta	57	14,8	5	14,7	62	14,8
Parda	25	6,5	0	0,0	25	6,0
Amarela	3	0,8	0	0,0	3	0,7
Faixa Etária						
5-15	14	3,6	2	5,9	16	3,8
16-19	58	15,1	3	8,8	61	14,6
20-29	221	57,6	23	67,6	244	58,4
30-39	70	18,2	5	14,7	75	17,9
40-49	15	3,9	1	2,9	16	3,8
50+	6	1,6	0	0,0	6	1,4
Escolaridade						
Ensino Fundamental Incompleto	39	10,2	2	5,9	41	9,8
Ensino Fundamental Completo	13	3,4	0	0,0	13	3,1
Ensino Médio Incompleto	90	23,4	4	11,8	94	22,5
Ensino Médio Completo	115	29,9	7	20,6	122	29,2
Ensino Superior Incompleto	103	26,8	15	44,1	118	28,2
Ensino Superior Completo	24	6,3	6	17,6	30	7,2
Trabalho Formal						
Sim	122	31,8	6	17,6	128	30,6
Não	262	68,2	28	82,4	290	69,4

Nome Retificado						
Sim	63	16,4	0	0,0	63	15,1
Não	321	83,6	34	100,0	355	84,9

Fonte: elaborado pelas pessoas autoras.

A maioria dos usuários do serviço se autodeclara branca, representando 77,9% (299/384) dos homens trans e 85,3% (29/34) das pessoas transmasculinas. observou-se maior concentração na população jovem: 57,6% (221/384) dos homens trans e 67,6% (23/34) dos transmasculinos encontravam-se entre 20 e 29 anos. Quanto à escolaridade, 29,2% (122/418) dos usuários possuíam ensino médio completo, seguido por 28,2% (118/418) com ensino superior incompleto.

A análise do vínculo empregatício mostrou predominância do trabalho informal, atingindo 68,2% (262/384) dos homens trans e 82,4% (28/34) dos transmasculinos. Não havia informação sobre retificação documental nos dados das pessoas transmasculinas; no entanto, este dado aparece nos registros de homens trans, em que 16,4% tinham alteração de nome e gênero nos documentos.

Como destacado anteriormente, há uma grave escassez de dados sobre a população trans no Brasil, especialmente no que diz respeito às pessoas transmasculinas negras. Com isso em vista, mesmo que a maioria da população do ambulatório seja de pessoas brancas, decidimos construir o perfil dessa parcela da população com vistas a analisar as diferenças em relação às transmasculinidades brancas. Os dados estratificados por raça/cor estão organizados em duas tabelas distintas: a Tabela 2 apresenta os resultados para homens trans, enquanto a Tabela 3 mostra os dados específicos das pessoas transmasculinas.

Tabela 2. Perfil dos homens trans vinculados ao Ambulatório Trans, estratificado por raça/cor.

Característica	Branca n= 299		Preta n = 57		Parda n= 25		Amarela n= 3		Total	
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Faixa etária										
5-15	12	4	1	1,8	1	4	0	0	14	3,6
16-19	47	15,7	5	8,8	6	24	0	0	58	15,1

20-29	174	58,2	32	56,1	13	52	2	66,7	221	57,6
30-39	50	16,7	16	28,1	3	12	1	33,3	70	18,2
40-49	10	3,3	3	5,3	2	8	0	0	15	3,9
50+	6	2	0	0	0	0	0	0	6	1,6
Escolaridade										
Ensino Fundamental Incompleto	32	10,7	4	7	3	12	0	0	39	10,2
Ensino Fundamental Completo	10	3,3	2	3,5	1	4	0	0	13	3,4
Ensino Médio Incompleto	68	22,7	13	22,8	8	32	1	33,3	90	23,4
Ensino Médio Completo	88	29,4	19	33,3	7	28	1	33,3	115	29,9
Ensino Superior Incompleto	80	26,8	17	29,8	5	20	1	33,3	103	26,8
Ensino Superior Completo	21	7	2	3,5	1	4	0	0	24	6,3
Trabalho formal										
Sim	99	33,1	17	29,8	6	24	0	0	122	31,8
Não	200	66,9	40	70,2	19	76	3	100	262	68,2
Nome retificado										
Sim	52	17,4	8	14	2	8	1	33,3	63	16,4
Não	247	82,6	49	86	23	92	2	66,7	321	83,6

Fonte: elaborado pelas pessoas autoras.

Os dados revelam diferenças importantes na distribuição segundo idade e raça/cor: homens trans brancos apresentam média de 25,36 anos (variando de 6 a 56 anos), pretos 26,85 anos (13-42 anos), pardos 24,24 anos (15-45 anos) e amarelos 27 anos (21-35 anos). A pessoa mais jovem vinculada ao ambulatório, um menino trans branco, tinha 6 anos. Já o usuário branco de maior idade, também branco, tem 56 anos. A faixa etária predominante (20-29 anos) concentra 58,2% dos brancos, 56,1% dos pretos, 52% dos pardos e 66,7% dos amarelos. Quanto à escolaridade, entre os brancos 29,4% completaram o ensino médio e 7% possuem ensino superior completo, enquanto entre os pretos esses percentuais são 33,3% e 3,5% respectivamente. Os pardos apresentam 28% com ensino médio completo e nenhum com superior completo. A análise do vínculo empregatício mostra maior formalidade entre brancos (33,1%) comparado a pretos (29,8%), pardos (24%) e amarelos.

Tabela 3. Perfil das pessoas transmasculinas vinculadas ao Ambulatório Trans, estratificado por raça/cor.

Característica	Branca n=29		Preta n=5		Total	
	n	%	n	%	n	%
Faixa etária						
5-15	2	6,9	0	0	2	5,9
16-19	3	10,3	0	0	3	8,8
20-29	20	69	3	60	23	67,6
30-39	3	10,3	2	40	5	14,7
40-49	1	3,4	0	0	1	2,9
50+	0	0	0	0	0	0
Escolaridade						
Ensino Fundamental Incompleto	2	6,9	0	0	2	5,9
Ensino Fundamental Completo	0	0	0	0	0	0
Ensino Médio Incompleto	4	13,8	0	0	4	11,8
Ensino Médio Completo	5	17,2	2	40	7	20,6
Ensino Superior Incompleto	13	44,8	2	40	15	44,1
Ensino Superior Completo	5	17,2	1	20	6	17,6
Trabalho formal						
Sim	5	17,2	1	20	6	17,6
Não	24	82,8	4	80	28	82,4
Nome retificado						
Sim	0	0	0	0	0	0
Não	29	100	5	100	34	100

Fonte: elaborado pelas pessoas autoras

Entre as pessoas transmasculinas brancas vinculadas no serviço, a mais jovem tem 13 anos e a mais velha 47 anos; já o transmasculino preto mais novo tem 25 anos e o mais velho tem 31. Pessoas transmasculinas brancas apresentam média de idade de 24,9 anos, enquanto pretas têm média mais elevada. A maioria concentra-se na faixa de 20-29 anos (69% dos brancos; 60% dos pretos). Quanto à escolaridade, 44,8% das brancas cursaram ensino superior (incompleto ou completo), contra 40% dos pretos com superior incompleto. No mercado de trabalho, apenas 17,2% dos brancos e 20% dos pretos possuíam emprego formal.

DISCUSSÃO

Mesmo com os quase 10 anos da Política de Saúde Integral LGBT a presença de pessoas trans no SUS ainda é bastante incipiente. Partindo da cisheteronorma, nosso sistema de saúde ainda considera o cisgênero e o heterossexual como o padrão que deve ser seguido e replicado. Isso em si já traz problemas importantes para a população que foge dessa norma, eles têm seu espaço neste sistema relegado a locais (e profissionais) que se preocupam com o tratamento de sua identidade que é interpretado como patologia. O acesso dessa população é possível a partir do enfrentamento de inúmeras barreiras que nem passam pela cabeça de pessoas cisgêneras, como o acesso a banheiros ou mesmo a impossibilidade de ser encaminhado para um profissional específico (como ginecologista, no caso de homens trans) após a retificação dos documentos. Essas barreiras se multiplicam quando olhamos para homens trans e transmasculinos negros: têm maior dificuldade de acessar o serviço, ingressam com idade superior, apresentam menor escolaridade e mais dificuldade no ingresso ao mercado de trabalho.

Como apontado no início deste trabalho, os dados produzidos sobre pessoas trans são majoritariamente direcionados a mulheres trans e travestis, com um olhar bastante direcionado à prevenção e tratamento de HIV/AIDS (Rodriguez, 2019). As produções científicas sobre as transmasculinidades ainda são escassas na saúde pública/coletiva e as que se atente para as intersecções entre raça, classe, gênero e idade são menores ainda. A interseccionalidade, caracterizada como uma ferramenta que busca "capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação" por Crenshaw (2002, pág 177), se mostra fundamental para abordar não só o afastamento das transmasculinidades da saúde mas o próprio processo de invisibilização que dificulta a produção de dados sensíveis e fidedignos dessa parcela importante da população. Sirma Bilge (2009) chama a atenção para a transdisciplinaridade desta ferramenta, em outras palavras, a saúde sozinha não pode (e nem consegue) trabalhar de forma isolada em relação às opressões estruturais que permeiam a nossa sociedade.

Diferente do que algumas produções acadêmicas levam a crer, existem especificidades que impossibilitam com que as pessoas que se identifiquem dentro das transmasculinidades sejam abordadas como

"uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos" (Collins, Bilge, 2021). Jack Halberstam (2018) e Guilherme Almeida (Almeida, 2021) trazem, um no contexto dos Estados Unidos e outro no Brasil, que homens trans negros são mais abordados por policiais, na medida que o uso de testosterona os faz masculinos e corpos negros masculinos são socialmente interpretados como violentos e perigosos. Assim, a imbricação do gênero com o racismo "inscreve as transmasculinidades negras entre os corpos perigosos aos quais são destinados o destrato, as violências físicas, a permanente supeição e o risco de encarceramento ou assassinato" (Almeida, 2021, p. 19). Cabe pensar então, em questões acerca da retificação de nome e gênero que fogem de discussões mais abrangentes: como acessar esse direito quando, em seus respectivos países, a mortalidade policial é direcionada a jovens engros e é palpável o encarceramento em massa dessas populações? Essa é uma questão ainda pouco explorada na academia brasileira mas muito pautada nos movimentos sociais. Leonardo Peçanha complementa essa reflexão ao apontar que homens trans que utilizam testosterona e desenvolvem características tradicionalmente associadas à masculinidade são, a princípio, reconhecidos como homens (cis). Essa passabilidade poderia ser vista como uma vantagem. No entanto, ele questiona até que ponto ser percebido como um homem negro no Brasil pode representar segurança (Peçanha, 2021). Esse sentimento de ameaça constante de violência influencia direta e negativamente na saúde, não sendo raros os relatos de abusos de álcool e outras drogas, sendo o tabaco uma substância bastante presente em diferentes relatos (Almeida, 2021).

Tanto na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) quanto no Censo do IBGE, dois dos grandes levantamentos de base populacional do país, não consideram questões relativas à identidade de gênero. Como resultado, não existem dados oficiais sobre quantas pessoas trans e travestis existem no Brasil. Esse fato por si só já traz um enorme problema não só para discussões sobre perfil dessas populações, mas para o planejamento de políticas públicas efetivas direcionadas a elas. Com isso em mente, é imperativo a produção de dados sobre essa população, desta forma, o perfil daqueles que conseguiram acessar um serviço dentro do SUS é um passo inicial importante. Mesmo que a quantidade de pessoas transmasculinas seja inferior a de homens trans, pensamos ser necessário apresentar seu perfil como forma de combater esse "apagão" de dados direcionado às transmasculinidades.

Grande parte da população no serviço é jovem, sendo que 58,4% (244) têm entre 20 e 29 anos. Esse dado é interessante pois a relação entre pessoas jovens e os serviços de saúde, ao invés de ser um acompanhamento contínuo, tende a ser esporádica e focada em demandas imediatas. Esses atendimentos eventuais são relacionados a demandas agudas, como vacinação, acompanhamento em saúde bucal ou mesmo testagem de infecções sexualmente transmissíveis (Martins et al., 2019). No ano de 2021 foi lançado o relatório "A Dor e a Delícia das Transmasculinidades no Brasil: Das invisibilidades às demandas" por meio do Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos. A partir de um mapeamento com base em 1219 respostas online, foi constatado que 44% das pessoas que responderam tinham entre 19 a 24 anos e 36,6% entre 25 e 34 anos, caracterizando uma população jovem (PFEIL, LEMOS, 2021). Somando os homens trans e transmasculinos vinculados ao ambulatório, cerca de 72, 29% têm entre 16 e 29 anos, mostrando também uma população mais jovem. Da mesma forma que no relatório, realizado de forma online, imagino que a alta taxa de pessoas jovens seja pela forma de agendamento utilizando aplicativos móveis, que pessoas mais velhas tendem a não ter tanta familiaridade. O envelhecimento da população transmasculina é uma pauta que tem sido debatida muito recentemente pela academia, Almeida (2021) sublinha que faz "parte de uma geração que só conheceu a possibilidade de se afirmar como trans com mais de trinta anos, porque essa possibilidade não existia até então no cenário brasileiro" (pág.10).

Além disso, o Brasil ocupa a liderança no número de assassinatos de pessoas trans e travestis, com destaque para a população jovem, que tem suas vidas interrompidas precocemente, dificultando que essa parcela da sociedade alcance a velhice. Anualmente a ANTRA publica, no dia 19 de janeiro (dia nacional da visibilidade trans), o Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras, sendo o último lançado em 2022, com dados referentes ao ano anterior. Dos 140 assassinatos de pessoas trans que aconteceram no país, 5 foram de homens trans e pessoas transmasculinas, o que representa menos de 5% dos casos. Nesse documento, a ONG afirma que a expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos, porém, 5,3% dos homens trans vinculados ao serviço têm mais de 40 anos (BENEVIDES, 2022).

De acordo com o censo de 2010, cerca de 74,5% (1.108.587) da população de Porto Alegre é branca, dado que também pode ser notado no grupo de homens trans, na qual 77,9% (299) se autodeclaram

brancos. Já a porcentagem de transmasculinos autodeclarados brancos é superior a da cidade, somando 85,3% (29) (IBGE, 2010). Os dados encontrados nesse trabalho diferem substancialmente do relatório A Dor e a Delícia das Transmasculinidades no Brasil, com dados majoritariamente dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, cerca de 59% das pessoas entrevistadas se declararam brancas, contra 23,2% pardas, 13,6% pretas e os 4% restantes dividido entre indígenas e amarelos (Pfeil; Lemos, 2021).

Ao olhar para o grupo de homens trans, é possível observar a necessidade de uma análise além da identidade de gênero, principalmente no que tange a escolaridade, empregabilidade e acesso ao SUS. No banco de dados disponibilizado pelo serviço não consta a informação de renda, dado que limita a análise do perfil de usuários do ambulatório, pois impossibilita saber como as pessoas que não tem trabalho formal conseguem sobreviver. Parte dos homens trans e transmasculinos estão cursando o ensino médio ou superior tendo bolsas e auxílios estudantis como fonte de renda.

Enquanto 22,7% dos homens trans brancos não completaram o ensino médio, esse número sobe para 32% e 33% para pardos e amarelos, respectivamente. Já o dado do ensino superior completo é o que mais chama atenção, apenas 3,5% dos homens trans pretos e 4% dos pardos conseguiram o diploma, contra 7% dos brancos. A escola é um dos vários dispositivos de regulação da sociedade, que além de ensinar diferentes matérias e conteúdos, moldam o entendimento do certo/errado, saudável/patológico, normal/estranho. Uma das formas que isso ocorre é pelo mecanismo da vergonha e culpa das pessoas que quebram as expectativas da norma cisheterosexual, tendo como um dos resultados sua marginalização (Louro, 2018).

Outrossim, o acesso à educação pela população trans e travesti é permeado por violências, desde o não respeito ao uso do nome social até a proibição do uso do banheiro de acordo com o gênero (Louro, 2018). A transfobia direcionada à homens trans e transmasculinos pode acarretar no abandono dos estudos por parte dessa população, como explicitado por Théo Hala (2021), um homem trans negro, quando fala sobre os vários episódios de transfobia sofridos durante o início da transição enquanto realizava um estágio na faculdade: “A saída que encontrei: os atrasos e as faltas”.

Outro ponto que deve ser levantado é a questão da empregabilidade entre os usuários do serviço, pois apenas 30,6% deles afirmam ter trabalho formal, número que cai para 17,6% se levarmos em consideração apenas as pessoas transmasculinas. No relatório organizado por Bruno Pfeil e Kaio Lemos (2021), 55,1% das pessoas que responderam o formulário não tem emprego, número bastante inferior ao encontrado nesta pesquisa. A impossibilidade de ingressar no mercado de trabalho, além de limitar o acesso à direitos e bens, abala fortemente a noção de masculinidade entre os homens trans, tendo em vista que o trabalho, na América Latina, é uma das formas que "permite aos homens ocupar um lugar social no mundo adulto masculino" (Vigoya, 2018).

Entre o grupo de homens trans brancos, 33,1% trabalham formalmente, contra 29,8% dos pretos e 24% dos pardos. A necessidade de assumir subempregos como forma de subsistência entre homens trans negros não é novidade. Este é um dos temas centrais e presente em vários dos relatos que compõe o livro "Transmasculinidades Negras: Narrativas em primeira pessoa", livro organizado por Bruno Santana, Leonardo Peçanha e Vércio Conceição (2021). Em um destes capítulos, Theo Hala (2021) conta como, para conseguir comprar alimentos, precisou vender livros da faculdade. Esse depoimento escancara uma luta constante do movimento trans: não bastam políticas que facilitem o ingresso de pessoas trans no ensino superior se elas não são acompanhadas de formas de subsistência e manutenção, em que muitos dos cursos funcionam em período integral.

As próprias exigências para o ingresso no mercado de trabalho, além de selecionar os profissionais mais qualificados, acaba por criar um filtro racial sobre quem pode ou não exercer determinada função (Carneiro, 2011).A ausência de pessoas negras no mercado de trabalho (aqui representados por homens trans pretos e pardos e transmasculinos pretos e pardos) acaba por retroalimentar um mecanismo de exclusão, na qual essa pessoa não consegue ingressar no mercado de trabalho por não ter uma determinada formação, e não consegue atingir tal formação por recorrer a subempregos e a vastas horas de trabalho para subsistência (CARNEIRO, 2011).

No dia 1 de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu como direito de pessoas trans a alteração do nome e gênero a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

4.275, tendo como uma das premissas que “A identidade de gênero é manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, como tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la”. Ficou então vedada a necessidade de comprovação, seja por meio de laudo ou realização de procedimentos cirúrgicos, a identidade de gênero da pessoa que tem o desejo de alterar o nome e gênero na certidão de nascimento e/ou casamento. A partir dessa decisão, a Corregedoria Nacional de Justiça publicou o Provimento Nº 73 de 28/06/2018, que dispõe sobre a forma e os documentos necessários para a realização desse processo, citando a obrigatoriedade de a pessoa ter mais de 18 anos e a impossibilidade de alterar o sobrenome.

Ambos os acontecimentos ocorreram em 2018, criando a possibilidade para várias pessoas trans modificarem seus nomes e gêneros sem a necessidade de um processo caro, longo e permeado de diversas violências institucionais, como a obrigatoriedade de múltiplos comprovantes e laudos de profissionais de saúde atestando a pessoa com o código F64.0 - Transexualismo, do CID-10. Dessa forma, mesmo que tardio, o provimento Provimento Nº 73 trouxe para as pessoas trans a possibilidade de um direito que todas as pessoas cis têm, o nome, porém são necessários 17 documentos obrigatórios para que a averbação aconteça. Desses documentos, nem todos são gratuitos o que, levando em consideração que apenas 31,4% dos usuários cadastrados no serviço têm emprego formal, pode explicar a baixa porcentagem de pessoas que acessaram esse direito (BRASIL, 2018).

CONCLUSÃO

Ao pensar nas políticas de saúde para homens trans e pessoas transmasculinas é necessário atenção não apenas às questões de gênero, mas também para as diferentes formas de opressão que se imbricam, produzindo não só o afastamento dessa população mas também sua completa invisibilização nas políticas de saúde. O perfil destes usuários, mesmo que não represente as diversidades intrínsecas desse grupo, à primeira vista, parece indicar que homens trans e pessoas transmasculinas são pessoas brancas e de alta escolaridade. Mas, ao aprofundar a discussão dos dados aqui produzidos, esperamos descortinar uma realidade mais complexa: as pessoas com essas características são, na realidade, aquelas que conseguem transpassar diferentes barreiras para chegar a este serviço. Serviço que, ao contrário

de muitos outros, cotidianamente se capacita e discute sobre as questões relativas à diversidade de gênero

É fundamental compreender quem são as pessoas que permanecem excluídas dos serviços públicos de saúde. Essas informações, somadas ao diálogo com os movimentos sociais trans, são importantes para a produção de tecnologias e políticas capazes de garantir não só o direito constitucional à saúde, mas a serviços verdadeiramente acolhedores.

Este estudo apresenta uma limitação importante: os dados refletem apenas a realidade daqueles que conseguiram acessar o ambulatório especializado. Ficam de fora homens trans e pessoas transmasculinas que enfrentam barreiras diversas — seja por falta de informação, discriminação, falhas na rede de atenção ou mesmo o afastamento dos serviços como forma de defesa e evitação de preconceitos. Portanto, embora este trabalho contribua para a visibilidade dessa população, ele também evidencia a necessidade de ir além dos serviços especializados. É preciso entender as trajetórias daqueles que nunca chegaram a esses espaços, documentar suas dificuldades e também estratégias de cuidado fora dos serviços de saúde. Para tanto, são necessários outros tipos de estudos com distintas abordagens metodológicas, capazes de registrar tais percursos e experiências. Só assim será possível transformar o SUS em um sistema verdadeiramente acolhedor para todas as pessoas.

Referências

ALAMINO, F. N. P.; VECCHIO, V. A. D. Os Princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [*s. l.*], v. 113, p. 645–668, 2018.

ALMEIDA, G. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, [*s. l.*], v. 20, p. 513–523, 2012.

ALMEIDA, G. S. D. Prefácio. In: **Transmasculinidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa.** São Paulo, SP: Ciclo Contínuo Editorial, 2021. p. 9–20.

ÁVILA, Simone Nunes. FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 2014. 241p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BENEVIDES, B. G. (org.). **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. BRASILIA, DF: Distrito Drag, 2025.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 569-581, ago. 2012.
BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v. 225, n. 1, p. 70-88, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707/GM de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.

BRASIL. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 1 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.803/GM de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. **Programa de Atenção Especializada à Saúde da População Trans (PAESPopTrans)**. [*S. l.*], 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e-resumos/2024/janeiro/paespoptrans/view. Acesso em: 20 mai. 2025.

BORBA, Rodrigo. (Des)aprendendo a “ser”: trajetórias de socialização e performances narrativas no processo transexualizador. 2014. 206 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011

CARVALHO, M.; CARRARA, S. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [*s. l.*], p. 319–351, 2013.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento 73 de 28 de junho de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

FLORES, Andrew R. et al. How Many Adults Identify as Transgender in the United States? Los Angeles, CA: The Williams Institute, UCLA School of Law, 2016.

HALA, Théo. Gênese de mim. In: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; CONCEIÇÃO; Vércio Gonçalves. **Transmasculinidades Negras: Narrativas plurais em primeira pessoa.** São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021. p. 39-60.

HALBERSTAM, J. **Trans*: a quick and quirky account of gender variability**. Oakland, California: University of California Press, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama. Acesso em: 16 abr. 2022.

LEMOS, D. K. Políticas Públicas de Gestação, Práticas e Experiências Discursivas de Gravidez Transmasculina. *In*: LUCENA, F. S. *et al.* (org.). **Concepção, gravidez, parto e pós-parto: perspectivas feministas e interseccionais**. São Paulo, SP: Instituto de Saúde, 2024. (Temas em saúde coletiva). p. 295–318.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10, classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. São Paulo (SP): Edusp, 1994.

PEÇANHA, L. M. B. Breve história política das transmasculinidades brasileiras: atores políticos e demandas em saúde. *In*: PFEIL, B. L. *et al.* (org.). **Masculinidades Outras**. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023. v. 1º, p. 148–172.

PEÇANHA, L. M. B. Ensaios sobre Transmasculinidades Negras: Desafios e inquietações. In: **Transmasculinidades negras: narrativas plurais em primeira pessoa.** São Paulo, SP: Ciclo Contínuo Editorial, 2021. p. 133–140.

PFEIL, Bruno; LEMOS, Kaio (org.). **A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas.** Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

PFEIL, C. L.; ALVES, R. N. **Relatório das Mortes e Violências Contra as Transmasculinidades em 2023**. Curitiba: Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT, 2024.

RODRIGUEZ, Ale Mujica. **Cartografias de cuidados à saúde trans na Atenção Primária do município de Florianópolis, 2017 - 2018.** 2019. 145p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

THOMAZI, Guilherme Lamperti. **Demandas em saúde de pessoas trans e barreiras de acesso: Experiência dos seis primeiros**

meses do Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre. 2020. 50p.

VIVEROS VIGOYA, M. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América.** Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

YOGYAKARTA PRINCIPLES PLUS 10. **Yogyakarta Principles plus 10** – Yogyakartaprinciples.org. *In*: 2017. Disponível em: https://yogyakartaprinciples.org/principles-en/yp10/. Acesso em: 4 jul. 2024.

Invisibilization of trans masculinities in health: Considerations based on the sociodemographic profile of trans men and transmasculine people linked to a specialized service in southern Brazil

Abstract: Brazil, which leads the world ranking of murders of trans people, has critical gaps in data on trans men and transmasculine people. This article joins the initiatives of social movements to produce data on and with trans people, understanding the urgency of these data for the creation and qualification of effective public policies. Thus, we discuss the invisibility of trans masculinities in health based on the profile of trans men and transmasculine people registered at the Trans Outpatient Clinic in the city of Porto Alegre, RS/Brazil. Within two years of operation of the service, 418 users were registered, 384 trans men and 34 transmasculine. Of these, 328 (78.5%) are white, 244 (58.4%) are between 20 and 27 years old, 122 (29.2%) have a high school diploma and less than half (30.6%) are formally employed. White trans men access services at a younger age and with a higher level of education than black people, while transmasculine men have higher levels of education. The data produced here show those who are able to overcome different barriers to accessing a service designed to facilitate access for trans people, highlighting the long road ahead to provide care that is sensitive to the complexities of this population in the SUS.

Key words: Trans masculinities. Trans men. Access to healthcare. Health services for transgender persons.

Guilherme Lamperti THOMAZI
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP). Tem mestrado e residência em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trabalhador e defensor do SUS, pesquisa e atua com diferentes movimentos sociais pela ampliação do acesso de pessoas trans à saúde.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5696-6275

E-mail: glthomazi@usp.br

Gabriela Tizianel AGUILAR
Médica de Família e Comunidade pela Secretaria de Saúde Municipal de Porto Alegre. Mestra em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Coordenou a Área Técnica da Saúde da População LGBTQI+ da Secretaria Municipal de Saúde e o Ambulatório Trans de 2020 a 2023. Formada em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4105-7612
E-mail: gabrielatizianel@gmail.com

Recebido em: 25/08/2023
Aprovado em: 21/04/2025

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

Atenção primária à saúde e o atendimento às pessoas trans e travestis: uma proposta de Educação Permanente em um Centro de Saúde da Família em Sobral – Ceará

Thamyles de Sousa e Silva, *Universidade Federal do Ceará (UFC)*
Beatriz Alves Viana, *Universidade Estadual do Ceará (UFC)*
Juliana Vieira Sampaio, *Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*
Deni Elliot Noronha Lopes, *Universidade Federal do Ceará (UFC)*
Isabela Cedro Farias, *Universidade Federal do Ceará* (UFC)
José Rogers Winchester de Sabóia, *Centro Universitário INTA (UNINTA)*

Resumo: Este trabalho investiga as percepções de profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) sobre o atendimento à trans e travestis em um Centro de Saúde da Família (CSF) de Sobral – Ceará, a partir de uma pesquisa-intervenção qualitativa, exploratória e cartográfica. Para tanto, foram efetuados encontros individuais por meio de entrevistas semiestruturadas com os profissionais do CSF além da realização de uma Educação Permanente em Saúde (EPS) com os mesmos, visando fornecer uma devolutiva acerca dos assuntos mais pertinentes trazidos pelos participantes. Observou-se que há um grande desconhecimento dos profissionais no que se refere a questões básicas relacionadas a gênero e sexualidade e que há muitos obstáculos no acesso à saúde por parte da população trans e travesti. Conclui-se que é necessário que as práticas de saúde dentro da APS sejam repensadas no que se refere ao atendimento humanizado e ético das pessoas trans e travestis.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Permanente em Saúde. Transexualidade. Travestilidade. Atenção Primária à Saúde.

Introdução

Este estudo apresenta os resultados da realização de uma pesquisa que ocorreu em um Centro de Saúde da Família (CSF) no município de Sobral – Ceará. A pesquisa tem como objetivo investigar as percepções de profissionais inseridos em um CSF de Sobral – Ceará sobre o atendimento às pessoas trans e travestis[1]. Para atingi-lo, realizou-se encontros individuais por meio de entrevistas semiestruturadas com os profissionais do CSF e uma posterior intervenção por meio de uma Educação Permanente em Saúde (EPS) visando fornecer uma devolutiva acerca dos assuntos mais pertinentes trazidos pelos participantes. Tal proposta considera o caráter de importância de intervenções coletivas, pois como afirmam Rocon *et al.* (2022), são necessárias condições de aparecimento e reconhecimento criadas coletivamente e que considerem a população trans como vidas vivíveis e acolhidas em sua necessidade. Desse modo, nesse trabalho serão expostas as "afetações" geradas ao longo da intervenção e a potência do trabalho em conjunto.

São inúmeras as ações de invisibilidade e preconceito direcionadas à pupulação trans e travesti, sendo aqui apontadas, de forma específica, aquelas que se referem ao setor saúde. Para a autora Luma de Andrade (2012, p. 248), "o que foge ao modelo hegemônico estabelecido é submetido à pedagogia da violência e da dor como tentativa de correção e retidão". Assim, a existência de corpos/corpas/corpes diversos torna-se um ato de resistência e de busca incessante pela obtenção de uma vida digna, principalmente no que se refere à obtenção de um cuidado humanizado. A partir disso, aponta-se que não considerar a forma como cada corpo se mostra é colaborar para práticas patologizantes e biologicistas. A partir da discussão apontada sobre o atendimento em saúde por parte de trans e travestis, pesquisas apontam (SAMPAIO, 2013; BENEVIDES, 2023; LIONÇO, 2009; ROCON, BARROS, SODRÉ, RODRIGUES, 2022) que tal cenário de dificuldade de acesso desse público às ações de saúde na APS é uma realidade presente em diversos contextos.

[1] De acordo com o manual elaborado pelo Ministério Público do Ceará (2017), pessoas transgêneros possuem uma identidade diferente da correspondente ao sexo biológico. Já travestis vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se identificam necessariamente como homem ou mulher. Será utilizado neste trabalho o termo pessoas trans, pois para Sampaio (2013) compreende-se o uso desses termos para além de categorias identitárias, desse modo, não prendendo-se a nomenclaturas que por vezes colaboraram para processos de patologização desses corpos.

Almeida *et al.* (2024, p. 2) apontam que "muitos profissionais não recebem treinamento adequado sobre questões de saúde sexual específicas das pessoas trans". Fato este que aumenta as possibilidades do não acesso aos serviços. Ressalta-se, ademais, que há falhas nas comunicações e orientações no que se refere aos serviços especializados, impossibilitando, assim, com que trans e travestis consigam obter as informações necessárias para usufruir de seus direitos na saúde (PEREIRA; CHAZAN, 2019). Lionço (2009) afirma que o acesso de pessoas trans e travestis aos serviços de saúde relaciona-se não apenas ao cuidado no processo saúde-doença, mas a uma estratégia de construção de si.

Cabe ressaltar, que alguns avanços vêm se consolidando ao longo dos anos através de interesses entre o movimento social de transexuais e o Ministério da Saúde (ARÁN; MURTA; LIONÇO, 2009), como por exemplo a conquista do Processo Transexualizador que segundo Rocon *et al.* (2019), é implementado por meio da Portaria 1707/2008, redefinida e ampliada em 2013, bem como, a inserção do nome social que, de acordo com o Ministério da Saúde (2009), é assegurado por lei, mais especificamente pela Portaria no 1.820/2009. Faz-se necessário reiterar a importância destas conquistas. No entanto, mesmo existindo, o direito à saúde por parte destas pessoas ainda é negligenciado em vários estados (VALOIS *et al.*, 2024). Tal fato aponta os limites ainda presentes diante dessa problemática no que se refere à atuação das políticas públicas de saúde a nível federal, estadual e/ou municipal.

Nesse sentido, ter realizado uma pesquisa dentro do âmbito da saúde, especificamente dentro da APS, foi atuar nos espaços em que os acolhimentos devem ser baseados no respeito e na humanização, visto que é o primeiro contato do usuário com o SUS (LAVRAS, 2011). Por isso, nessa pesquisa-intervenção realizou-se uma Educação Permanente em Saúde (EPS) com os profissionais da APS com o objetivo de buscar desenvolver um trabalho baseado na multiprofissionalidade e interdisciplinaridade em que os mesmos poderiam agregar conjuntamente.

Para Ferreira *et al.* (2019, p. 224): “A EPS visa fortalecer as práticas em APS e o modelo de atenção à saúde vigente no país considerando o trabalho articulado entre as esferas de gestão, as instituições de ensino, o serviço e a comunidade”. Entende-se que trabalhar por meio da EPS é também possibilitar espaço de reflexão

acerca das práticas profissionais, tendo em vista que, de acordo com Rocon *et al.* (2022, p. 2), "transfobia e travestifobia [...] são efeitos de políticas de reconhecimento organizadas por normas sociais que avaliam quais vidas são vivíveis".

Diversas pesquisas e trabalhos realizados por pessoas trans e travestis (ANDRADE, 2012; NASCIMENTO, 2020; RODOVALHO, 2017; PRECIADO, 2018) afirmam a existência de demasiada exclusão direcionada a seus corpos em diversos âmbitos. Desse modo, torna-se indubitável a necessidade de pensar ações de promoção e prevenção à saúde para esses sujeitos, principalmente, no contexto de "porta de entrada" do SUS: a APS. Trata-se de uma possibilidade em enxergar os corpos trans e travestis para além de padrões, possibilitando a existência de formas diversas de subjetividades.

Portanto, a importância em discorrer acerca dessa temática se justifica a partir da tentativa de fomentar um olhar mais humanizado para trans e travestis e suas demandas nos serviços de saúde, aqui de forma específica, na APS. Além de colaborar ativamente nos processos interventivos no âmbito da saúde. Nesta pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e de campo, foi utilizada uma 'Pesquisa-Intervenção'. Neste trabalho, compreende-se que refletir sobre a saúde das pessoas trans e travestis exige um aprofundamento dos discursos e afetos que atravessam os diversos territórios geográficos e subjetivos que são construídos para o cuidado desses grupos.

Percurso metodológico

Nesta pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e de campo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; GONSALVES, 2019), foi utilizado o método 'Pesquisa-Intervenção', tendo em vista o objetivo de "ampliar as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas e enfatizar o ato sociopolítico que uma investigação pode constituir" (ROCHA; AGUIAR, 2003, p.70). Dentre as principais características da pesquisa-intervenção encontra-se a "mudança de parâmetros de investigação no que tange à neutralidade e à objetividade do pesquisador, acentuando-se o vínculo entre gênese teórica e social, assim como a produção concomitante do sujeito e do objeto" (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 71).

A pesquisa foi realizada em Sobral/CE - um município que possui aproximadamente 210.711 habitantes de acordo com dados de 2020 do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - no segundo semestre do ano de 2022.

No que se refere a perspectiva teórica e de análise dos fenômenos colhidos por meio do diário de campo[2] e transcrições das entrevistas, nos baseamos no método cartográfico, que norteou todo o processo de pesquisa. Sobre esse método, conforme aponta Cintra *et al* (2017, p. 45):

> Enquanto método de pesquisa, a cartografia é uma das possibilidades de se estudar objetos de caráter mais subjetivos e que exigem do pesquisador a habitação de diferentes territórios, na perspectiva de transformar para conhecer, como na produção de conhecimento por meio de pesquisas participativas do tipo pesquisa-intervenção. Nesta modalidade de pesquisa, considera-se que sujeito e objeto estão juntos na mesma experiência, o conhecimento é tido como criação e a pesquisa é compreendida sempre como intervenção.

Assim, baseado no objetivo principal deste trabalho, acredita-se que o método cartográfico foi a melhor escolha para analisar como tem sido construídas as práticas de saúde dos profissionais da APS direcionadas a população trans e travesti, pois a perspectiva cartográfica enfatiza a intervenção e o acompanhamento dos processos, algo que possibilita a potência de se relacionar com as dinâmicas e os movimentos que atravessam os trabalhadores envolvidos na pesquisa (KASTRUP; BARROS, 2009). A cartografia para Pozzana e Kastrup (2009) liga-se ao acompanhamento de processos. Com isso, não há separação entre as fases da pesquisa no que concerne à análise dos dados. A partir da utilização do método cartográfico cada encontro é vivenciado de forma atenta dentro do território.

A movimentação das pessoas, a dinâmica do serviço, a interação entre os profissionais, as palavras ditas, expressões feitas e os gestos realizados por cada um que participou desta pesquisa fizeram parte dos processos analisados. Para a realização da pesquisa foram selecionados todos os profissionais que estavam inseridos no quadro permanente do CSF supracitado.[3] Inicialmente realizou-se entrevistas com os profissionais, buscando compreender suas percepções em torno da concepção dos atendimentos da população trans e travesti em saúde na APS. Posteriormente, foi construída uma intervenção por meio de uma

---

[2] O diário de campo para Kroeff et al. (2020, p. 476) refere-se: "A escrita faz parte do saber-fazer do(a) pesquisador(a). O diário de campo não é um texto pronto, como um resultado final da pesquisa, mas está inserido no procedimento metodológico".

[3] Esta pesquisa não apresentou riscos a seus participantes e ocorreu seguindo as normas da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Além disso, foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (Plataforma Brasil) de forma a garantir os aspectos éticos da Pesquisa com seres humanos (Nº do processo CAAE 55465222.2.0000.8133).

EPS, possibilitando uma capacitação por parte desses técnicos que trabalham com o atendimento dessas pessoas.

A EPS tratou-se de um momento formativo que foi dividido em dois dias de encontros com duração de aproximadamente 1 hora e 30 minutos, direcionados aos profissionais do CSF que participaram da pesquisa. Buscou-se, nesses encontros, abordar com os profissionais sobre o atendimento à população trans e travesti por meio da utilização de recursos didáticos que possibilitassem uma melhor compreensão sobre os direitos e o acesso à saúde da população trans e travesti, tais como ferramentas audiovisuais, jogos lúdicos e dinâmicas de grupo. No último tópico de discussão do presente artigo será relatado de forma detalhada as atividades desenvolvidas ao longo da EPS, bem como os resultados alcançados.

O motivo da escolha de uma EPS direcionada a esses profissionais justifica-se por ser um dispositivo que, além de servir como uma forma de retorno e contribuição ao campo de estudo, corresponde a uma ferramenta que contribui para formação dos trabalhadores da saúde, por meio de instruções pedagógicas na educação continuada nesses serviços (CECCIM, 2004/2005). Argumenta-se que essa devolutiva por meio de uma construção em conjunto foi relevante para que esses profissionais pudessem refletir de forma crítica acerca de suas práticas, principalmente nos modos como realizam o atendimento a trans e travestis.

O desconhecimento diante do que se nega enxergar: Entendendo os processos de fazer saúde no território

O primeiro contato com os profissionais do CSF foi através de uma reunião, sendo motivo para que algumas rotas já estabelecidas fossem reorganizadas. Tornou-se um momento para percepção de pontos relevantes. Inicialmente, foi explicado o objetivo da pesquisa para algumas das profissionais presentes. Após isso, surgiu o questionamento de uma delas sobre o que seriam os termos "trans" e "travesti" seguido da resposta de uma das que estavam presentes. Segue um trecho do diário de campo que explicita detalhadamente a situação:

> “Eu não sei nem o que é, qual a diferença dos dois?”. Ela se referia aos termos trans e travesti. Em seguida vem a fala de uma das profissionais, em que diz de forma a tentar sanar a dúvida: “Tipo lésbica, *gay*”. Ou seja, nota-se um desconhecimento acerca de

> identidade de gênero e orientação sexual, tendo em vista que ela mistura os termos e dá a entender que possuem o mesmo sentido. (Diário de campo, 29/07/2022).

O desconhecimento acerca dos termos já se tornou notório neste primeiro encontro. Notou-se a importância em trazer essa discussão para aquele espaço de trabalho dos profissionais da APS. Dos 20 profissionais entrevistados, apenas 5 sabiam definir a diferença entre os termos “trans” e “travesti”.

Durante os encontros foi possível perceber nas falas dos participantes algumas repetições sobre o desconhecimento referente à identidade de gênero, à orientação sexual e às políticas públicas de saúde que abrangem às populações trans e travesti. Ainda assim, percebeu-se uma desresponsabilização do cuidado que se direcionava para uma supervalorização do saber biomédico, como se apenas esse saber pudesse dar conta das demandas trazidas pelo grupo de trans e travestis. Ademais, havia um desconhecimento até mesmo diante de alguns recursos que devem ser utilizados em documentos do próprio serviço, como o uso do nome social no cartão do SUS.

Em alguns momentos de diálogo com dois dos participantes foi relatada a possibilidade de utilização do nome social pelo usuário e como seria o seu manejo caso fosse solicitado. Afirmaram os participantes:

> **Participante 01:** Chamaria pelo nome até a pessoa manifestar. A maneira como ela quer ser chamada não tem como a gente adivinhar. (Entrevista 01, 08/08/2022).

> **Participante 05:** Eu ia chamar o nome que tem na identidade, mesmo tendo a fisionomia de um homem, mas tendo o nome de uma mulher eu vou chamar o nome de mulher, porque se tá no RG é porque quer ser chamado por aquele nome, é um direito dele. Então, eu vou chamar pelo nome que tem na identidade. (Entrevista 05, 09/08/2022).

Diante de tais falas, é válido refletir sobre algumas das consequências que podem ocorrer quando uma pessoa trans ou travesti é chamada pelo nome de registro; uma delas é a possibilidade de uma não vinculação com o serviço, visto que o uso do nome social surge como ferramenta que favorece o acolhimento e o estabelecimento do vínculo

destes sujeitos aos serviços de saúde, colaborando na permanência do usuário e na aderência aos cuidados em saúde (SILVA *et al.*, 2017). Diante disso, vale trazer esse trecho referente a uma das respostas a respeito da tratativa com os usuários trans e travestis.

> **Participante 13:** Geralmente, quando eu percebo essas situações eu pergunto como a pessoa se identifica. Até porque hoje em dia no PEC, o Prontuário Eletrônico, a gente consegue acessar os dados do paciente e tem a opção do nome social. Tanto que quando não tá atualizado, eu mesmo faço a troca, como já aconteceu isso algumas vezes. Então, eu chamo como a pessoa se reconhece, de acordo como a pessoa se reconhece.
>
> **Pesquisadora:** Se você visse na recepção, é algo muito mais desse tato, desse manejo seu enquanto profissional de perceber ou você acha que precisaria perguntar?
>
> **Participante 13:** Eu acho que seria melhor... obviamente que a gente percebe porque é algo que é visto. Mas é óbvio que eu vou perguntar, porque também já aconteceu de algumas vezes, talvez a gente destine a achar que a pessoa é aquilo, mas quando eu pergunto eu vejo que não. [...] Eu sempre gosto de perguntar como é que a pessoa gosta de ser chamada e tudo mais, e eu acho que isso reverbera um certo cuidado, zelo e respeito em relação à pessoa, é uma postura minha, que eu costumo ter. Mas obviamente se ela já veio se apresentando, caso já tenha o nome social escrito, sigo o que tá escrito. (Entrevista 13, 10/08/2022).

Lisboa e colaboradores (2017, p. 165) expõem que "A comunicação e o acolhimento são ferramentas poderosas no processo de cuidar, e tem por finalidade melhorar a compreensão, de tal modo fortalecendo o vínculo do usuário com a unidade de saúde". Assim, como aponta a literatura, o cuidado é perpassado também pelas palavras e pelo diálogo. Atentar-se ao usuário e dialogar permite uma maior possibilidade de vinculação, bem como oportuniza que as práticas de saúde possam ser alinhadas com os princípios do Sistema Único de Saúde.

“Eles querem ser como qualquer pessoa” e “Todo mundo é todo mundo”: Equidade ou igualdade no atendimento à saúde de pessoas trans e travestis?

Pensar que as pessoas são iguais e que, portanto, não devem existir diferenças no atendimento à saúde para determinadas populações convoca-nos a refletir sobre a maneira como os princípios do SUS estão sendo colocados em prática, como exemplo: a equidade[4] e a integralidade[5]. Sobre isso, o trecho mencionado abaixo ilustra a fala de uma profissional sobre sua visão acerca das diferenças direcionadas a corpos trans e travestis e a outros grupos atendidos.

> **Participante 02:** Aqui [na UBS] a gente tem uma atenção maior à gestante que tem uma condição diferente, ao diabético, ao hipertenso, mas eles [pessoas trans e travesti] não, eles querem ser tratados como qualquer pessoa. [...] Então, vão ser tratados como se fosse, alguém que é tratado diferente, como a gestante é tratada diferente por muitos motivos, talvez seja mais confortável estarem inseridos como todo mundo está. Agora, ter um olhar mais atento, claro sempre respeitoso acho que é bem válido. (Entrevista 02, 08/08/2022).

Na esteira dessa discussão podemos refletir com Aranha, Silva e Silva (2011, p. 23) que “o profissional de saúde deve levar em consideração os aspectos subjetivos, culturais, ambientais e de estilo de vida do indivíduo". A partir disso, compreende-se que cada usuário terá sua especificidade no atendimento à saúde e que tais particularidades devem ser consideradas. Vejamos alguns trechos das entrevistas que ilustram essa discussão:

> **Pesquisadora:** Você conhece alguma lei ou política que garante o acesso dessa população específica trans e travesti no serviço de saúde? No SUS?

---

[4]Segundo Barros e Sousa (2016, p. 16): “A equidade como sendo a estratégia para se atingir a igualdade de oportunidades no tocante ao usufruto de boas condições de saúde e de acesso aos serviços de promoção, prevenção e recuperação, levando-se em conta as disparidades.”.

[5]Para Fontoura e Mayer (2006, p. 532-533): “A Integralidade [...] vai transformando as pessoas e construindo algo melhor. Busca uma assistência ampliada, centrada no indivíduo e não aceita a redução do mesmo nem à doença nem ao aspecto biológico. Envolve a valorização do cuidado e o acolhimento.”.

> **Participante 11:** Não, uma coisa que também não concordo é uma lei só pra essas pessoas, [...] é como se fosse uma coisa em específico e pra mim eu acho que não é, eu acho que todo mundo é todo mundo, num tem essa diferença [...] acho que a constituição é pra todos. Eu acho que às vezes a pessoa quer algo a mais, então, tem que ter algo a mais pra todo tipo de pessoas. Não concordo com isso, porque tem que ter o respeito de todo mundo, do casal, do hétero, do trans, do índio. Agora eu não concordo com isso. (Entrevista 11, 10/08/2022).

Partindo dessa lógica, é possível afirmar que a equidade concerne ao fato de que existem particularidades de cada sujeito a partir da sua história de vida e que, a partir desta, seria possível pensar estratégias como políticas públicas que convoquem ações para superar a desigualdade (CARVALHO *et al.,* 2020). A partir dessa lógica entende-se que cada um partirá de um ponto diferente, tendo acesso a oportunidades diferentes ao longo da vida. Concomitante a isso, de acordo com o Dossiê da ANTRA (2022, p. 17-18):

> A sensação, enquanto corpo trans, é de insegurança em todo espaço. Parte de uma estrutura cis-centrada que sequer está preparada (e disposta) para lidar e acolher nossos corpos e como resultado, somos obrigadas a assistir e temer a agressão, a violência e a morte, todos os dias de nossas mortes em vida [...].

Assim, analisando esse trecho e as falas citadas acima afirma-se que pensar desigualdades na saúde é compreender sua constituição a partir de múltiplos fatores, sendo construída, ao longo dos anos, a partir de inúmeras tensões e escolhas políticas. Pautando-se em influências e especificidades elaboradas por aqueles que estavam à frente. Diante disso, traz-se que certos sujeitos estão mais expostos a situações de desigualdade do que outros (OLIVEIRA; PEREIRA, 2024). Com isso, faz necessário pensar que na implementação e continuação de políticas é de suma importância para que tais especificidades sejam consideradas de modo sensível, além de elaborar estratégias pautadas em realidades diversas.

O último recurso que se torna o primeiro

O vínculo do usuário com a APS é de demasiada importância para a realização de promoção e prevenção à saúde, bem como para analisar as demandas a partir do território em que ele está inserido. Uma APS atuante e resolutiva colabora para diminuir as longas demandas no

último nível de atenção à saúde. Muitos dos casos encaminhados para os hospitais específicos ocorrem devido à baixa resolutividade na APS, gerando longas filas de espera (AGUILERA *et al.,* 2013). Ao longo das entrevistas foi possível perceber que a lógica biomédica é bastante presente nos discursos de alguns profissionais. Alguns parecem assumir essa postura em alguns trechos, como afirma:

> **Participante 12:** [...] Fico cheia de medos de tratar a pessoa mal por não saber como tratar, porque quando a gente trabalha na saúde, você vai muito pelo biológico, da saúde-doença e a esfera psicológica fica em segundo plano. Então, às vezes a gente acaba sendo... tratando errado, tratando mal porque vai pelo biológico. [...] Muitas pessoas que têm esses problemas de gênero, não sei se é assim que pode ser chamado, elas às vezes têm muitas características, mas elas não se aceitam. [...]. (Entrevista 12, 10/08/2022).

Reitera-se aqui alguns pontos: há uma visão biologicista dos sujeitos trans e travestis e, ainda, estes grupos, em sua maioria, só procuram acesso à saúde em último caso. Dessa forma, a partir das falas acima, vale pensar sobre alguns dos fatores que cooperam para que as pessoas trans e travestis não vinculem com a APS. As situações de violência por meio de 'chacota', humilhação, discriminação, entre outras situações, os leva a evitar adentrar nos equipamentos e serviços de saúde, o que reflete na piora de suas condições de saúde, só recorrendo aos serviços em caso de demandas especializadas ou urgentes (SOUZA; PEREIRA, 2015). Concomitante a isso, alguns profissionais, ao serem questionados sobre a possibilidade de existir resistência da procura dessas populações para o serviço, apontam:

> **Participante 13:** Sim. Inclusive já foram relatados, em outras oportunidades, dessa questão da dificuldade de acesso, com medo de haver preconceito, olhar torto que a gente sabe que infelizmente algumas pessoas vêm a destinar. Inclusive pelo não cumprimento do nome social que esse é um fato que o serviço que era pra ser acolhedor ao mesmo tempo que tem a proposta nem sempre age de tal forma, principalmente, pra população LGBTQIA+. (Entrevista 13, 10/08/2022).

> **Participante 08:** Sim. Eu acho que a maioria deles não vem por conta dos olhares, porque às vezes tem o ditado "o que a boca não fala, a face mostra". Então, eles se sentem constrangidos, [...] porque a gente sente quando uma pessoa tá olhando diferente e sabem que o olhar diferente para eles é pela escolha de gênero, então isso impede a vinda [...]. Então, se for pra sair de casa pra não se sentir bem no lugar, não vêm, [...] mesmo no percurso de chegar no posto eles

> passam por muita piadinha besta no meio do caminho das pessoas, então preferem não vir [...]. (Entrevista 08, 09/08/2022).

A partir das falas acima, pode-se afirmar que os próprios profissionais reconhecem a dificuldade das pessoas trans e travestis chegarem aos serviços de saúde, especialmente os da APS. A APS sendo a principal porta de entrada para o SUS e tendo como obejtivo promover promoção e prevenção à saúde, o não acesso desses usuários a esse nível de atenção impossibilita que essas ações ocorram (MENDONÇA *et al,* 2023). De outro lado, o fato de ocorrerem preconceitos e violências direcionadas a tais corpos pode colaborar na perpetuação do não acesso, demonstrando que existe a necessidade de posicionamentos humanizados e acolhedores na APS. Como exemplo tem-se a Política de Humanização (PNH) lançada pelo Ministério da Saúde em 2003, que busca construir espaços de trabalho que estimulem profissionais e usuários, objetivando inibir práticas desumanizadoras que prejudicam a saúde e o cuidado.

Possibilidades geradas pelo trabalho em conjunto: a potência da Educação Permanente em Saúde (EPS)

No segundo momento da pesquisa-intervenção, foi realizada uma Educação Permanente em Saúde (EPS) cuja metodologia será descrita e detalhada ao longo do presente tópico de discussão. A EPS foi dividida em dois dias de encontros com os profissionais de saúde participantes da pesquisa. O primeiro encontrou durou 2 horas e o segundo 1 hora e 30 minutos. Participaram 12 profissionais no primeiro encontro e 7 no segundo. A descrição desses momentos será uma tentativa de trazer em palavras a potência que proporcionaram e as impressões acerca de todas as falas, expressões e gestos ocorridos.

Em um primeiro momento da EPS foram expostas notícias referentes a algumas mortes de pessoas trans e travestis, bem como os métodos utilizados nos homicídios. Quando mostrados os dados (Figura 1) da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), nos dois dias de encontros, os participantes ficaram demasiadamente atentos e perplexos ao depararem-se com as formas violentas com que essas pessoas são mortas. Ao serem questionados sobre o que mais chamou

atenção, os participantes afirmaram que “os métodos são muito agressivos e cheios de ódio”.

Figura 1 – Métodos utilizados nos assassinatos de trans e travestis em 2021.

Quadro com os mais recorrentes tipos de métodos utilizados no assassinato em 2021

Tipo de Ferramentas/Métodos	
Apedrejamento	Facadas + Espancamento
Apedrejamento e golpes de martelo	Facadas + Mão arrancadas
Atropelamento Intencional	Golpeada com um móvel de madeira
Corpo incendiado	Golpes de facão
Espancamento	Homicídio Doloso + Omissão de socorro
Espancamento + Facadas	Objeto cortante
Espancamento + Pauladas + Facada	Pauladas
Espancamento a pedradas	Pauladas
Estrangulamento	Tiros (cabeça e seios) + orelha decepada
Estrangulamento + Espancamento (Rosto e Cabeça com sinais de violência)	Tiros (Execução) + Espancamento
Facadas (mais de 20)	Tiros + facadas
Apedrejamento	Facadas + Espancamento

Autora: BENEVIDES, Bruna, 2022.

Fonte: BENEVIDES, Bruna Garcia. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2022.

Em seguida, mostrou-se um vídeo com recortes de relatos de trans e travestis contando sobre como foram atendidos nos serviços de saúde. Como exemplo de falas citadas no vídeo tem-se: ‘A gente escuta o relato da maioria das mulheres trans que a gente conhece que evita ir ao atendimento médico pelo constrangimento que acontece’, ‘Os postos de saúde tinham que dar pra nossa população o acolhimento e não o constrangimento’, ‘As pessoas já vêm logo com uma camisinha ou um *folder* de DST pra me entregar e não foi pra aquilo que eu entrei no posto de saúde muitas vezes, eu tenho dor de garganta, de cabeça eu posso quebrar um pé.’.

As notícias e os vídeos foram utilizados com o objetivo de mostrar para os profissionais do CSF sobre as diferentes formas de violência que corpos trans e travestis sofrem por não estarem dentro do que é colocado como padrão, ou seja, identificar-se com o sexo biológico. Ademais, foi uma tentativa de dizer: ‘Olhem como essas pessoas estão sendo mortas apenas por existirem. Vocês conseguem ter dimensão dessa violência?’. Desse modo, expôs-se para os participantes fatos que realmente acontecem com os que lutam cotidianamente para que seus direitos não sejam retirados. Posteriormente, deu-se prosseguimento a discussão da EPS através de uma exposição dialogada com os profissionais, para que eles pudessem relatar de que forma têm enxergado seu fazer.

Iniciou-se esse momento apresentando aos participantes um dos dados coletados nas próprias entrevistas, a saber: o relato por parte de alguns profissionais sobre a ausência de pessoas trans e travestis no CSF ao longo dos anos de existência daquele serviço. Questionou-se sobre qual seriam as hipóteses deles sobre o porquê entendiam que esse público não chegava até o CSF. No primeiro dia, os profissionais afirmaram que "é por conta do preconceito, eles não se sentem acolhidos". Já no segundo dia, houve uma confusão entre orientação sexual e identidade de gênero quando esse questionamento foi feito, da mesma forma como ocorreram nas entrevistas. Ou seja, havia uma dificuldade dos profissionais em identificar esse público.

> "Esse público chega sim, a pessoa que disse isso tá errada, só pode não conhecer o serviço, é porque não fica lá na recepção e não vê." No entanto, quando a pesquisadora perguntou qual era esse público que a profissional se referia, disse: "Lésbica, *gay*, então, chega sim, a pessoa que disse não sabe". Nesse momento foi preciso, mais uma vez, assim como nas entrevistas, fazer a diferenciação entre os termos identidade de gênero e orientação sexual. (Diário de campo, 21/10/2022).

Sendo assim, um dos pontos que já seria falado na EPS referia-se a tal diferenciação, tendo em vista que foi uma das dúvidas mais frequentes dos profissionais. Desse modo, após uma pequena explanação sobre o que seria orientação sexual e identidade de gênero, os profissionais confirmaram que pessoas trans e travestis não chegam no CSF, apenas lésbicas e *gays*. Concomitante a isso, é importante destacar dois comentários feitos no primeiro dia de EPS:

> "Já chega cheio de direitos, falando alto" referindo-se à forma como trans e travestis chegam ao CSF, afirmando que a forma como vão até lá não é nada receptiva e prejudica que sejam atendidos. Uma das profissionais posicionou-se a respeito da fala anterior, dizendo: "A gente tem que entender que essas pessoas já sofrem inúmeras violências". Como em uma tentativa de trazer para a conversa que trans e travestis são tão violentados cotidianamente que necessitar pedir para que os outros os respeitem é cansativo, bem como, chegar falando alto torna-se uma tentativa de ser escutado, visto que já foi silenciado em diversos outros espaços. (Diário de campo, 20/10/2022).

Vale dar ênfase nestas duas falas, pois são posicionamentos divergentes, entretanto, foram desencadeadoras e tornaram possível que outras pessoas também se posicionassem. Ademais, tornou-se um

momento para que pudessem trazer suas dúvidas, todos construindo juntos formas diferentes de como esse acolhimento poderia acontecer, entendendo, assim, as violências que são dirigidas às pessoas trans e travestis. Desse modo, passou-se a pensar: Quais fatores podem influenciar para que essas pessoas estejam tão vulneráveis? Quais violências vivenciou essa pessoa que chegou "falando alto" no CSF?

A partir disso, reitera-se a potência que a EPS proporciona. Para Ferreira *et al.* (2019, p. 224) "A EPS visa fortalecer as práticas em APS e o modelo de atenção à saúde vigente no País considerando o trabalho articulado entre as esferas de gestão, as instituições de ensino, o serviço e a comunidade". Por meio dessa formação foi possível que os profissionais escutassem maneiras diferentes de ver uma situação e de que modo isso afeta suas práticas e a realização de um atendimento humanizado.

Na discussão coletiva foram expostas perguntas como: 'O nosso sistema está preparado para atender pessoas trans e travestis? Nós, profissionais, estamos preparados?', 'É de quem o papel de acolher o usuário?', 'Somos todos iguais?'. Este último questionamento trouxe divergências nos dois dias; no primeiro, foi dito que não e no segundo afirmaram que sim. A partir disso, foi possível trazer um dos princípios do SUS, a equidade. Com isso, quando falado a respeito de que cada sujeito será atendido de uma forma diferente no que se refere às suas necessidades, surgiram falas como:

> "Pra mim, é o mesmo preconceito que o negro sofre", "Todo mundo é ser humano". Desse modo, torna-se claro que a compreensão das particularidades ainda é escassa. Ou seja, para alguns, grupos minoritários partem do mesmo lugar e sofrem as mesmas violências. Fato que pode afetar de forma negativa o atendimento em saúde. (Diário de campo, 20/10/2022).

Dando continuidade, buscou-se realizar esse momento de forma didática, fez-se a diferenciação entre orientação sexual e identidade de gênero, bem como, sobre homem trans, mulher trans e travesti. Um fato relevante foi que os profissionais, nos dois dias, dialogaram muito, não tiveram receio de perguntar, diziam: "Mas eu não entendi, como é?", "Como é travesti? Como é que a gente chama", "Travesti também usa nome social?", "Se a pessoa chegar aqui, eu pergunto como quer ser chamada, né?". Além disso, os participantes também foram

exemplificando situações de como poderiam proceder e concluíram que o mais adequado seria perguntar ao sujeito que busca atendimento, para que diminuisse a probabilidade de ocorrer desrespeito, favorecendo na construção do vínculo.

Para finalizar a EPS, foi utilizado um jogo da memória (Figura 2) como uma ferramenta de colaborar para que os profissionais conseguissem fixar os termos e suas definições. Neste jogo, optou-se por utilizar as letras 'LGBTT', para que fosse possível fazer com que os profissionais entrassem em contato com os diversos termos. Justifica-se a escolha apenas dessas cinco letras, tendo em vista que acrescentar outras poderia existir a probabilidade de os profissionais ficarem dispersos ao visualizarem um maior número. Algo que já havia sido relatado, nas entrevistas por uma das participantes: "Te juro, tava até há pouco comentando aqui "eu vejo lá eu não sei nem dizer o nome mais das siglas, porque LGBT+, aí tem Q, não sei", eu nem presto atenção" (Participante 16).

Figura 2 – Jogo da memória utilizado na EPS



Fonte: registro fotográfico feito pela pesquisadora

Com os diálogos realizados anteriormente foi possível perceber o pouco conhecimento dos profissionais referente aos termos supracitados. Então, de forma cuidadosa, para que fosse possível ter uma maior adesão dos participantes, optou-se apenas por estas. Nesse sentido, foram divididos em dois grupos. O jogo funcionava da seguinte forma: 5 fichas com as letras, uma em cada, 5 fichas com as definições de cada letra. Desse modo, quando tiravam a letra 'L' precisavam encontrar a definição para lésbica. Da mesma forma acontecia para a letra G, gay, B, bissexual, T, trans, T, travesti.

Outras 5 fichas tinha-se as palavras: 'Homem trans', 'Mulher trans', 'Travesti', 'Lésbica', 'Gay' e 'Bissexual'. Com isso, ao pegarem essas fichas precisavam encontrar a outra que era o par. Assim, tinham que procurar a foto de pessoas que se identificam da forma como a palavra sinalizava. Com o objetivo de fazê-los relacionar a palavra ao seu significado, fixando, assim, as definições. Em cada ficha tinha-se uma figura de uma pessoa famosa, para que fosse possível identificarem com mais facilidade. Havia-se: Daniela Mercury, lésbica; Paulo Gustavo, gay; Luisa Sonza, bissexual; Thammy Miranda, homem trans; Ariadna, mulher trans e Linn da Quebrada, travesti.

À medida que os participantes pegavam as fichas, era solicitado que fossem falando o que cada uma significava. Ou seja, quando se retirava a letra T, perguntava-se: "O que essa letra significa?", dessa maneira, instigando-os a pensar, falar e fixar o que cada ficha dizia. Isso também se tornava possível, pois como estavam divididos em grupos, a competição para que um deles ganhasse fazia com que pudessem decorar a ficha e verbalizar onde estava cada uma, exemplo:

> "O Paulo Gustavo que é *gay* tá ali", "O L é de que mesmo? Lésbica né. Mulher que gosta de mulher", "A Ariadna é mulher que biologicamente nasceu homem". Falas ditas pelos profissionais quando foi possível perceber o quanto o jogo os fez pensar sobre os termos. (Diário de campo 20/10/2022).

> "O Thammy é o que?", "É mulher que virou homem. Não! Virou não, se identifica né?", "*Gay* é homem que gosta de homem né, que é orientação". (Diário de campo 21/10/2022).

Com o jogo conseguiu-se obter um retorno acerca da realização da EPS. Era possível ir dialogando com os profissionais, para que pudessem compreender diferenciações que anteriormente não conseguiam, como

por exemplo, o que seria identidade de gênero e orientação sexual. A realização de um momento didático e com ferramentas lúdicas colaborou demasiadamente no engajamento desses profissionais. A inserção no território, os diálogos com os profissionais e a EPS foram pensados de forma muito cuidadosa para que os profissionais não os entendessem como uma fiscalização, tendo em vista que o intuito era estar naquele espaço para dialogar e compreender alguns dos processos que ocorriam no CSF.

Um ponto relevante a ser citado foi a utilização de linguagem acessível e didática ao longo das entrevistas, para que os profissionais pudessem interagir e compreender. Portanto, foi necessária muita cautela. Tal episódio é perpassado por inúmeros fatores, um deles refere-se a pesquisadora, enquanto mulher cis, não vivenciar as mesmas violências e violações de direitos que pessoas trans e travestis vivem. Desse modo, ainda há espaço para colocar-se nesse lugar. Foram incontáveis as vezes em que surgiram falas violentas e que escancaravam o desrespeito a trans e travestis. Na EPS, de forma específica, nos dois dias surgiram mais falas em que a transfobia aparecia, além de algumas já citadas anteriormente, de forma implícita ou por meio de piadas, como:

> "A gente tem que respeitar, mas são pessoas que não se respeitam, ficam se oferecendo para os homens". Aqui reduzindo travestis à prostituição e, claramente, anulando todas as faltas de oportunidades que essa pessoa não teve, desse modo, restando-lhe a prostituição. "Embora sejam pessoas muito difíceis" a profissional referia-se a pessoas trans e travestis. (Diário de campo 20/10/2022).
>
> "Eu te chamo né, pelo nome social?" um homem cis, hétero, falando para outro homem cis e hétero. "Temos que respeitar qualquer ser humano independente do que seja", "Embora eu tenha a minha opinião". (Diário de campo 21/10/2022).

Sobre isso, é importante destacar que, para Djamila Ribeiro (2020, p. 28), "certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas [...] ao passo que outras são fortalecidas.". Para muitas pessoas cis, escutar frases como essas fazem sentido, tendo em vista que as violências vivenciadas por trans e travestis não fazem parte de suas vidas. É nítida a forma naturalizada em que são verbalizadas e perpetuadas. Para um melhor entendimento, exemplifica-se: No segundo

dia de EPS, quando surgiu o questionamento 'Todos são iguais?' os profissionais afirmaram que sim. Ao lado havia escrito a palavra 'equidade', um dos princípios do SUS, que é utilizado como estratégia para se atingir a igualdade de oportunidades a boas condições de saúde e acesso a serviços de promoção, prevenção e recuperação. Sendo necessário levar em consideração as disparidades de gênero, sociais, culturais, econômicas e étnicas (NUNES *et al.*, 2001).

A afirmação de que 'somos todos iguais' desconsidera as necessidades de cada usuário dentro do serviço de saúde, não realizando um atendimento equânime, bem como, anulando as particularidades no atendimento. Com isso, pode reverberar na falta de conhecimento de algumas informações importantes no atendimento de trans e travestis, como a utilização do nome social que, de acordo com o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. O uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de trans e travestis deve ocorrer no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Fazer essa consideração torna-se importante, pois a compreensão de 'as pessoas são todas iguais' pode resultar em prejuízos como a não procura em conhecer políticas, leis, diretrizes e princípios importantes para a própria atuação profissional dentro do sistema de saúde.

Por conseguinte, dentro de suas práticas é importante que o profissional possa estar em constante aprendizado, para que, dessa forma, não perpetue violências e opressões. Ao longo da inserção no serviço, foi possível perceber que poucos profissionais conheciam políticas voltadas para as pessoas trans e travestis, quando afirmavam conhecer, não lembravam do nome. Ademais, houve, por vezes, compreensões diferentes sobre formas de colocar em prática determinados direitos, como a inclusão do nome social no cartão do SUS – vários profissionais afirmaram que não poderiam, enquanto outros afirmaram que sim, no entanto, com muita insegurança.

Para a realização dessa EPS foi preciso estudo. Para que ocorresse de forma a não naturalizar violências foi necessário pensar de forma muito cuidadosa e estratégica. Desse modo, seria de grande importância que, ao efetivar ações como essas, os profissionais também possam passar por qualificações e treinamentos, para que, assim, não acabem por perpetuar mais preconceitos através de falas que, por vezes, são ditas de forma naturalizadas. É preciso atentar-se para o que está sendo

naturalizado, para que não calabore para perpetuação de violências. Entende-se a grande importância de corpos trans e travestis colaborando e agregando na construção de estratégias para a realização dessas Educações Permanentes. Ou seja, trazê-las para junto é entender quais são, de fato, as reais necessidades e impressões direcionadas aos serviços de saúde.

Considerações Finais

Conclui-se que a partir de todos os processos analisados, conseguiu-se compreender as percepções dos profissionais inseridos no Centro de Saúde da Família (CSF) acerca do atendimento as pessoas trans e travestis. A partir das falas escutadas foi possível perceber o demasiado desconhecimento dos profissionais sobre conceitos básicos, como por exemplo, a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual. Entretanto, é preciso refletir: termos considerados básicos, no entanto, para quem? Muitos conceitos trazidos não faziam parte do vocabulário dos profissionais. Ou seja, diante desse desconhecimento entende-se que esses termos, entendidos como básicos, para a maioria desses profissionais eram extremamente difíceis e complexos.

Desse modo, uma das fragilidades encontradas concerne à dificuldade em não ter sido possível aprofundar sobre questões mais específicas acerca do atendimento na APS referentes a trans e travestis, como por exemplo: 1. As demandas mais frequentes dos usuários. 2. A forma como tem-se colocado em prática políticas públicas voltadas para essas pessoas ou 3. Se havia possibilidade de encaminhamento para ambulatório caso o usuário solicitasse. Assim, o que se obteve de resultado, no que se refere ao acesso, é que não há acesso. Pessoas trans e travestis não estão indo para a APS e isso é extremamente urgente a ser discutido. Como fica a saúde dessas pessoas à medida que o sistema não as acolhe? Para onde vão os direitos desses usuários quando o atendimento humanizado não acontece?

Vale relembrar uma das perguntas utilizadas na exposição visual durante a EPS: ‘O nosso sistema de saúde está preparado para atender pessoas trans e travestis? Nós, profissionais, estamos preparados?’. A partir de todos os processos analisados, o que foi possível concluir é que

o Sistema de Saúde ainda precisa avançar largamente para que ocorra um atendimento ético e humanizado. Concomitante a isso, trazer essa informação novamente é afirmar que mesmo sendo pensadas inúmeras políticas, leis, resoluções, decretos etc, não serão úteis se os profissionais não souberem das existências desses documentos. Nesse viés, é relevante que se realizem momentos com esses profissionais para que essas informações sejam discutidas.

Isto é, a publicação de uma portaria sobre o direito de trans e travestis utilizarem o 'nome social' terá pouca utilidade em um espaço em que as pessoas desconhecem a noção de 'nome social'. Sendo assim, um acesso à saúde de qualidade é preciso ocorrer para todos os grupos. É necessário execução de ações voltadas à saúde de pessoas trans e travestis para que a violência não continue ocorrendo e para que o Brasil não se permaneça sendo o país que mais assassina essas pessoas no mundo inteiro.

O final dessa escrita é sobre o começo de outras lutas. Trata-se de uma tentativa em não naturalizar violências, assim, é uma forma de trazer um recorte da realidade acerca do atendimento a corpos trans e travestis e sobre o quanto é necessário que as práticas em saúde dentro da Atenção Primária sejam reconsideradas, para que, de fato, seja possível agir de acordo com seus princípios, estando perto dos usuários, na promoção e na prevenção da saúde. A Atenção Primária à Saúde é porta de entrada, então, é preciso que cumpra a sua responsabilidade abrindo as portas para as pessoas trans e travestis.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. **Tese de Doutorado**, Universidade Federal do Ceará, n. 278, p. 1-279, 2012.

AGUILERA, Sandra Lúcia Vieira Ulinski; FRANÇA, Beatriz Helena Sottile; MOYSÉS, Simone Tetú; MOYSÉS, Samuel Jorge. Articulação entre os níveis de atenção dos serviços de saúde na Região Metropolitana de Curitiba: desafios para os gestores. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 47, n. 4, p. 1021-1040, ago. 2013. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122013000400010.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009.

ARANHA, Joélinton dos Santos; SILVA, Monyque Évelyn Santos; SILVA, Jorge Luiz Lima da. Acolhimento e humanização: perspectiva do atendimento na atenção básica. **Informe-Se em Promoção da Saúde**, [*s. l*], v. 7, n. 2, p. 23-24, 2011.

BARROS, Fernando Passos Cupertino de; SOUSA, Maria Fátima de. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o sus. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 9-18, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902016146195.

BENEVIDES, Bruna Garcia. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. **Expressão Popular**, [*s. l*], p. 1-140, 2023.

_____. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. **Expressão Popular**, , [*s. l*], p. 1-107, 2023.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, p. 1-2, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. **Ministério da Saúde**. Brasília, p. 1-6, 2009.

CARVALHO, Alessandra Montezano de Paula; SILVA, Girlene Alves da; RABELLO, Elaine Teixeira. A equidade no trabalho cotidiano do SUS: representações sociais de profissionais da atenção primária à saúde. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 28, n. 4, p. 590-598, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x202028040151.

CEARÁ, Ministério Público do Estado do Ceará. O Ministério Público e os direitos de LGBT: conceitos e legislação / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, **Ministério Público do Estado do Ceará**. Brasília: MPF, p. 1-84, 2017.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, [S.L.], v. 9, n. 16, p. 161-177, 2004/2005.

CINTRA, A. M. S.; MESQUISTA, L. P.; MATUMOTO, S.; FORTUNA, C. M. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 45-53, 2017.

FERREIRA, Lorena; BARBOSA, Júlia Saraiva de Almeida; ESPOSTI, Carolina Dutra Degli; CRUZ, Marly Marques da. Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 43, n. 120, p. 223-239, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201912017.

FONTOURA, Rosane Teresinha; MAYER, Cristiane Nunes. Uma breve reflexão sobre a integralidade. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 59, n. 4, p. 532-536, ago. 2006. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71672006000400011.

GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. **Editora da UFRGS**. Porto Alegre, p. 1-120, 2009.

GONSALVES, Elisa Pereira. Iniciação à pesquisa científica. **Alínea**. Campinas, p. 1-79, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com Data de Referências em 1º de julho de 2021. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro, p. 1-17, 2021.

KASTRUP, V.; BARROS, R.B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, p.76-91, 2009.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 464-480, 9 jul. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. http://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.52579.

LAVRAS, Carmen. Atenção primária à saúde e a organização de redes regionais de atenção à saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 867-874, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902011000400005.

LISBOA, Natalia de Aviz; SANTOS, Sáila Freire; LIMA, Elizabel Izidorio. A importância das tecnologias leves no processo de cuidar na atenção primária em saúde. **Textura**, [S.L.], v. 10, n. 19, p. 164-171, 26 jan. 1918. Textura. http://dx.doi.org/10.22479/244799342017v10n19p164-171

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312009000100004.

LOPES, Anderson Ferreira. A legitimação da homofobia e transfobia: uma análise pragmática de algumas mídias como difusoras da discriminação. E-book CONQUEER... **Realize Editora**. Campina Grande, p. 43-54, 2018.

MEIRELES, Flávia. CORPOS/CORPAS/CORPES DISSIDENTES E A CENA ARTÍSTICA. **Moringa - Artes do Espetáculo**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 33-47, 21 jun. 2020. Portal de Periodicos UFPB. http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.2177-8841.2020v11n1.53469.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. EU NÃO VOU MORRER. **Revista Inter-Legere**, [S.L.], v. 3, n. 28, p. 1-22, 1 set. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. http://dx.doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n28id21581.

NUNES, André; SANTOS, James Richard Silva; BARATA, Rita Barradas; VIANNA, Solon Magalhães. Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento. **Organização Pan-Americana da Saúde, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada,** Brasília, p. 1-223, 2001.

POZZANA, Liliana; KASTRUP, Virginia. Cartografar é acompanhar processos. In. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre, p. 52-75, 2009.

PRECIADO, Paul Beatriz. Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. **Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro**, Sao Paulo, p. 1-448, 2018.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia**: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932003000400010.

ROCON, Pablo Cardozo; BARROS, Maria Elizabeth; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro. O reconhecimento e o aparecimento público como determinantes para a saúde: diálogos com mulheres transexuais e trabalhadores(as) da saúde. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 1-12, 2022. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902022210356pt.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; WANDEKOKEN, Kallen Dettmann. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 23, p. 1-14, 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/interface.180633.

RODOVALHO, Amara Moira. Cis By Trans. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 365-373, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. **Editora Jandaíra**, Sao Paulo, p. 1-128, 2020.

SAÚDE, Conselho Nacional de. Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. **Conselho Nacional de Saúde**, Brasilia, p. 1-12, 2012.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Health care: the transvestites of santa maria, rio grande do sul, brazil. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 146-153, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072015001920013.

SILVA, Lívia Karoline Morais da; SILVA, Ana Luzia Medeiros Araújo da; COELHO, Ardigleusa Alves; MARTINIANO, Claudia Santos. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 835-846, jul. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000300023.

VALOIS, Rogério Magalhães; SHIBATA, Larissa Yoshie; COELHO, Erik William Farias; TAVARES, Álvaro Alberto de Oliveira; SANTOS, Matheus Prado dos; SOEIRO, Ana Cristina Vidigal. Processo transexualizador e direito à saúde: desafios para a prática médica no cenário do SUS. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 04, 2024.

Primary health care and care for trans and transvestite people: a proposal for Permanent Education in a Family Health Center in Sobral - Ceará

ABSTRACT: This work investigates the perceptions of PHC professionals regarding care for trans and transvestites at a Family Health Center (CSF) in Sobral – Ceará, based on qualitative, exploratory and cartographic intervention research. From this, it is stated that access to health in Primary Health Care (PHC) for these people does not occur in an ethical and humanized way. Thus, individual meetings were initially held through semi-structured interviews with CSF professionals, and subsequently, Continuing Health Education (EPS) was carried out,

providing feedback on the most pertinent issues brought up by the participants. It should be noted that transvestites and transvestites do not access the CSF and there is a great lack of knowledge among professionals regarding basic issues related to gender and sexuality. It is concluded that it is necessary for health practices within PHC to be rethought with regard to humanized and ethical care for trans and transvestite people.

Keywords: Permanent Education in Health. Transsexuality. Crossdressing. Primary Health Care.

Thamyles de Sousa e Silva

Mestranda no Programa de pós-Graduação em Psicologia e Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará - Campus Sobral. Especialista em Saúde Pública e da Família pela Faculdade de Quixeramobim. Atua como docente no curso de Psicologia do Centro Universitário INTA - UNINTA.

Beatriz Alves Viana

Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE/FACEDI). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Juliana Vieira Sampaio

Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Deni Elliot Noronha Lopes

Mestre em Psicologia e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará. Psicólogo pela Universidade Federal do Ceará. Atua como Orientador Educacional.

Isabela Cedro Farias

Mestra em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará. Tem experiência de atuação na política de Assistência Social e no campo da saúde. Atua como docente no ensino superior.

José Rogers Winchester de Sabóia

Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário INTA - UNINTA. Foi supervisor técnico da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social em Sobral/CE.

Recebido em: 07/10/2023

Aprovado em: 11/01/2025

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

Cuidado transcultural na assistência de enfermagem à comunidade LGBTQIAP+: revisão de escopo

Natália Cristiane Silva Pereira, *Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).*
Janine de Araújo Ferro, *Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).*
Samuel Miranda Mattos, *Universidade Estadual do Ceará (UECE).*
Jameson Moreira Belém, *Universidade Estadual do Ceará (UECE).*
José Arnaldo Moreira de Carvalho Junior, *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*
José Wicto Pereira Borges, *Universidade Federal do Piauí (UFPI).*
Antonio Werbert Silva da Costa, *Universidade Federal do Piauí (UFPI).*

Resumo. Mapear o cuidado transcultural na assistência de enfermagem à comunidade LGBTQIAP+. Adotou-se como questão norteadora: como o cuidado transcultural é desenvolvido para a assistência de enfermagem à população LGBTQIAP +? A coleta de dados foi realizada em agosto de 2022 nas bases de dados Scopus, Web of Science, PubMed, CINAHL, Biblioteca virtual em Saúde e literatura cinzenta. Foram selecionados 26 estudos para compor a revisão. Observou-se que o desenvolvimento do cuidado transcultural para a população LGBTQIAP+ é pouco abordado e a maioria dos enfermeiros não consegue ofertar um cuidado culturalmente competente em sua totalidade. As evidências mostraram que a dificuldade de prestar um cuidado culturalmente congruente inicia-se na formação universitária e docente, criando lacunas de conhecimento e tornando necessárias ações de educação continuada e treinamento voltadas para o cuidado transcultural à pessoa LGBTQIAP+.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidado de enfermagem. Enfermagem Transcultural. Minorias Sexuais e de Gênero. Pessoas LGBTQIA+.

Introdução

A expressão da sexualidade e identidade de gênero são direitos sociais inerentes ao ser humano. Para exercê-los, é fundamental haver o acesso à saúde de forma igualitária em um modelo do cuidado fundamentado. Isto não é observado quando se trata de minorias sexuais e de gênero, tais como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais (LGBTQIAP+). A saúde dessa comunidade sofre com iniquidades provindas do preconceito e desigualdade social (GOMES; NORO, 2021; BRASIL, 2013).

A fundamentação do cuidado prestado às pessoas LGBTQIAP+ requer a percepção da diversidade e vulnerabilidade as quais estão expostas. Em uma recente revisão identificaram as seguintes vulnerabilidades das pessoas transgêneras, a saber: 1) saúde mental, 2) vulnerabilidade psicossocial; 3) Relações das mulheres transgêneras e serviços de saúde; 4) Processo transexualizador; 5) Direitos civis e cidadania; 6) Mulheres transgêneras jovens e na terceira idade; 7) Relações sociais (CORTES et al., 2022).

Vislumbrar os desafios impostos no âmbito pessoal e social e articulá-los aos cuidados em saúde requer fundamentação teórica compatível e aplicação de conhecimentos. Na enfermagem o desenvolvimento desse conhecimento pode ser desenvolvido a partir da Teoria Transcultural do Cuidado de Madeleine Leininger (LEININGER, 2002) que aprofunda o estudo de questões vinculadas aos modos de vida das pessoas, bem como ao cuidado culturalmente congruente (ALVES et al., 2021).

A teoria transcultural do cuidado tem como fundamento a associação de conceitos antropológicos sobre a relevância da cultura aplicados na assistência de enfermagem. A teorista inova a abordagem da assistência de enfermagem ao trazer o conceito de cuidado culturalmente competente com enfoque nas necessidades específicas de cada grupo conforme sua origem (LEININGER, 2002).

A cultura brasileira ainda possui valores hegemônicos no que diz respeito às orientações sexuais e identidades de gênero, justificado em valores moralmente conservadores que colocam a diversidade de gênero e a expressão da sexualidade como comportamentos anormais, levando à

opressão, intolerância, exclusão e estigmatização, colocando consequentemente a população LGBTQIAP+ em um cenário de vulnerabilidade a todo tipo de violência (SILVA et al., 2021).

A luta social pelo direito da população LGBTQIAP+ à saúde teve como marco no Brasil a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), que visa implantar ações para a prevenção de discriminações no âmbito institucional da saúde pública (BRASIL, 2013). A PNSILGBT corresponde com as demandas da sociedade, sendo fruto da luta histórica da população LGBTQIAP+ (MARTINS et al., 2021).

A saúde da população LGBTQIAP+ está inserida no cenário das populações vulnerabilizadas, possuindo um histórico de lutas enquanto movimento social contra as diversas formas de discriminação. Ainda que o movimento tenha apresentado conquistas políticas e sociais de saúde, como a criação da Política Nacional de Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2013), estas não têm se mostrado suficientes para o combate ao preconceito nos ambientes de saúde (PARENTE et al., 2021). Porém, espera-se que com a publicação do Programa de Atenção à Saúde da População Trans pelo Ministério da Saúde, ocorram melhorias na assistência (BRASIL, 2024).

Aprofundar-se nas práticas culturais de uma determinada população viabiliza ao profissional de enfermagem uma visão ampliada sobre as necessidades de cuidado. O estudo da comunidade LGBTQIAP+ no âmbito da saúde reconhece suas particularidades e pondera as repercussões que a expressão do gênero e da sexualidade possuem no processo saúde-doença. Portanto, clarificar como assistência de enfermagem é realizado no contexto da população LGBTQIAP+, torna-se relevante para avaliação das estratégias de atendimentos e elaboração de novos protocolos. Desta forma, o objetivo desse estudo é mapear o cuidado transcultural na assistência de enfermagem à comunidade LGBTQIAP+.

Método

Trata-se de uma revisão de escopo, seguindo a recomendação do *JBI Manual for Evidence Synthesis* e do *checklist Preferred Reporting*

Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) (PETERS et al. 2020).

Para nortear os passos da pesquisa foi elaborado um protocolo de pesquisa que consistiu em descrever as nove etapas: 1) Definir e alinhar o objetivo e a pergunta; 2) Desenvolver e alinhar os critérios de inclusão com o objetivo e pergunta; 3) Descrever a abordagem planejada para busca de evidências, seleção, extração de dados e apresentação de evidências; 4) Busca das evidências; 5) Mineração dos resultados; 6) Extração dos dados; 7) Análise dos achados; 8) Apresentação dos resultados; 9) Resumir as evidências em relação ao objetivo da revisão, tirar conclusões e observar quaisquer implicações dos achados (POLLOCK et al. 2022; MATTOS, CESTARI, MOREIRA, 2023). O protocolo foi disponibilizado na plataforma *Open Science Framework* (OSF) sob o doi: http://doi.org/10.17605/OSF.IO/95UK6.

A questão norteadora foi elaborada a partir do mnemônico PCC – população, conceito e contexto. Na população está inserida a comunidade LGBTQIAP+; no conceito inclui-se a cuidado transcultural e, no contexto, assistência de enfermagem, conforme construída a questão de pesquisa: "como o cuidado transcultural é desenvolvido para a assistência de enfermagem à população LGBTQIAP +?".

Para a construção da chave de busca realizou-se consulta ao Medical Subject Headingsi (MeSH), onde foi possível adotar os termos: *"sexual and gender minorities", "gay", "lesbian", "bissexual", "homossexual", "transgender persons", "intersexuality", "gender identity", "sexual behavior", "vulnerable population", "nursing care", "nursing", "practical nursing", "nursing theory", "transcultural nursing", "cultural compentency", "culturally competent care",* conforme representado no Quadro 1.

Quadro 1 – Desenvolvimento da estratégia de busca dos artigos, conforme acrômio PCC. Colinas-MA, Brasil, 2022.

QUESTÃO DE PESQUISA: como a teoria transcultural do cuidado é desenvolvida para a assistência de enfermagem à população LGBTQIAP+?			
MÉTODO PCC	**População**	**Conceito**	**Contexto**
	LGBTQIAP+	Teoria transcultural do cuidado	Assistência de enfermagem
CONVERSÃO	Sexual and gender minorities	Transcultural nursing	Nursing care
COMBINAÇÃO	sexual and gender minorities; gay; lesbian; bissexual;	nursing care; nursing; practical nursing.	transcultural nursing; nursing theory; cultural compentency; culturally

	homossexual; transgender persons; intersexuality; gender identity; sexual behavior; vulnerable population.		competent care; social behavior.
CONSTRUÇÃO	(“sexual and gender minorities” **OR** “gay” **OR** “lesbian” **OR** “bisexual” **OR** “homossexual” **OR** “transgender persons” **OR** “intersexuality” **OR** “gender identity” **OR** “sexual behavior” **OR** “vulnerable population”)	(“nursing care” **OR** “nursing” **OR** “practical nursing”)	(“nursing theory” **OR** “transcultural nursing” **OR** “cultural compentency” **OR** “culturally competent care” **OR** “social behavior”)
USO	(“sexual and gender minorities” **OR** “gay” **OR** “lesbian” **OR** “bisexual” **OR** “homossexual” **OR** “transgender persons” **OR** “intersexuality” **OR** “gender identity” **OR** “sexual behavior” **OR** “vulnerable population”) **AND** (“nursing care” **OR** “nursing” **OR** “practical nursing”) **AND** (“nursing theory” **OR** “transcultural nursing” **OR** “cultural compentency” **OR** “culturally competent care” **OR** “social behavior”)		

Fonte: adaptado de Araújo (2020).

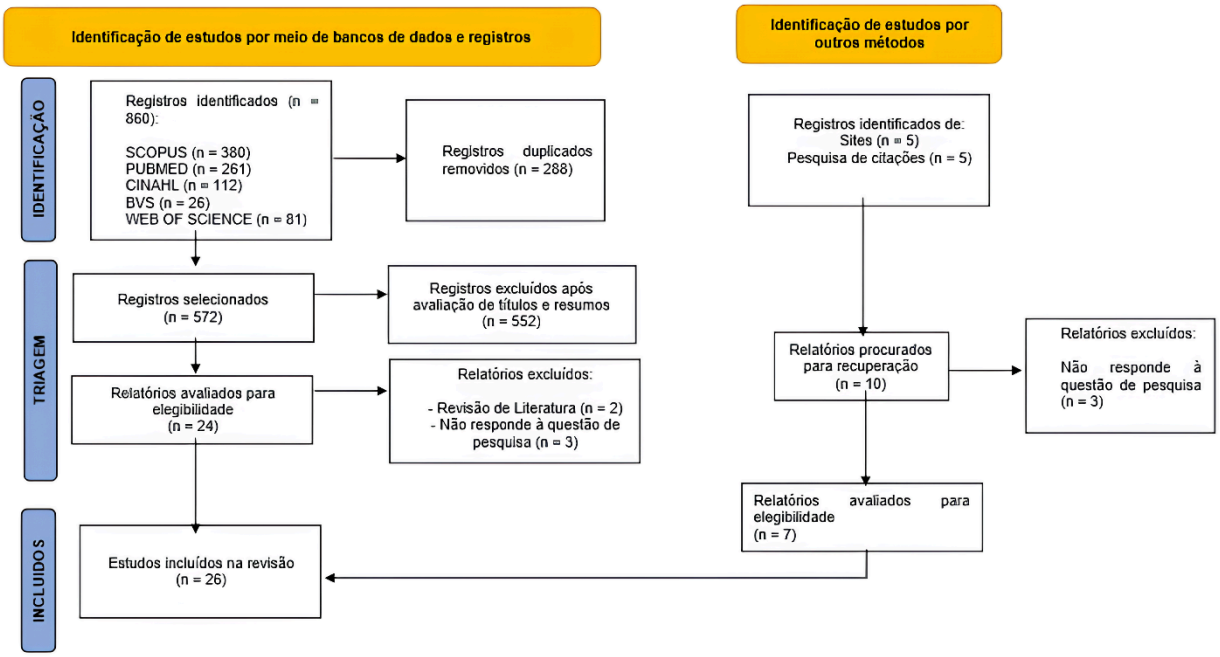
A coleta de dados foi realizada no período de agosto de 2022, utilizando as bases de dados Scopus, PubMed, CINAHL, Web of Science e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além da inclusão de literatura cinzenta, que corresponde às monografias de graduação e especialização, dissertações, teses, anais e livros de resumos de eventos científicos, como também produtos educacionais, currículos e planos de curso de universidades (BOTELHO; OLIVEIRA, 2015).

Utilizaram-se como critérios de inclusão estudos que atendessem à temática diretamente, abordando a relação da teoria transcultural do cuidado no desenvolvimento da assistência de enfermagem à população LGBTQIAP+, sem recorte temporal e sem restrição de idiomas. Excluíram-se estudos duplicados, trabalhos que não atendessem à questão norteadora e que não estivessem disponíveis de forma on-line e completa.

As buscas nas bases resultaram em 860 resultados, foram importados para o software *Rayyan*, uma plataforma voltada para

organizar a triagem de textos e títulos utilizados em pesquisas de revisões, essencial para o processo de triagem (OUZANNI et al., 2016). Os estudos foram submetidos primeiramente à retirada de duplicatas e, após, foram avaliados por dois revisores de maneira independente e às cegas, sendo as divergências resolvidas com a avaliação de um terceiro revisor. A seleção resultou em 26 textos e a busca detalhada está descrita no fluxograma 01.

Fluxograma 1 – Pesquisa e seleção de estudos para revisão. Adaptado de PRISMA 2020 – fluxograma para revisões sistemáticas (PAGE et al., 2020).



Fonte: Autores.

Resultados

A revisão contou com um total de 26 estudos, agrupados em um quadro caracterizando suas principais informações, conforme Quadro 2. Foi verificado a inclusão de artigos com publicações recentes e disponíveis em língua inglesa.

Os autores, em sua maioria, apontam para a responsabilidade da temática do cuidado culturalmente competente para a população

LGBTQIAP+ ser desenvolvida durante a graduação e continuar sendo treinada nos profissionais atuantes por meio de estratégias educativas. Os achados chamam atenção para o cuidado com a comunicação e a não-reprodução de estereótipos relacionados à sexualidade e gênero.

Quadro 2 – Características dos estudos selecionados para a revisão. Colinas, Maranhão, Brasil, 2022.

AUTOR/ANO	FORMAÇÃO / PAÍS	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Adams; Tumer (2016)	Enfermeiras / Estados Unidos	Aumentar a conscientização em estudantes de enfermagem sobre como questões de gênero e orientação sexual influenciam na saúde de mulheres lésbicas através de um programa educacional.	- Conscientização de alunos sobre as necessidades de saúde; - Desenvolvimento do cuidado transcultural para população LGBTQIAP+ como competência na graduação.
Bakker; Cavender (2003)	Enfermeiros / Estados Unidos	Apresentar estratégias para que os estudantes de enfermagem possam promover cuidados culturalmente competentes para jovens gays nos serviços de saúde.	- A comunicação transcultural é uma estratégia para promover um cuidado culturalmente competente de estudantes para com a população gay.
Bristol; Kostelec; MaDonald (2018)	Enfermeiros e biólogos / Estados Unidos	Avaliar o conhecimento e atitudes dos membros da equipe de saúde em relação a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros antes e depois de treinamento de competência cultural.	- Intervenções educativas e culturais voltadas para o desenvolvimento da competência cultural para a diversidade em profissionais de saúde causam um impacto positivo.
Caboral-Stevens; Rosario-Sim; Lovence (2018)	Enfermeiros / Estados Unidos	Avaliar conhecimentos, atitudes e competência cultural de docentes de enfermagem na população LGBT e determinar as relações entre essas variáveis.	- O corpo docente da enfermagem não é culturalmente competente em relação às atitudes para com a população LGBTQIAP+; - Há uma escassez de estudos voltados para a competência cultural de docentes de enfermagem em relação à população LGBTQIAP+.
Castleberry (2018)	Enfermeira / Estados Unidos	Conscientizar educadores e alunos de enfermagem sobre o *continuum* de gênero e a quebra de estereótipos.	- Compreender o gênero além dos estereótipos é fundamental para que

			enfermeiros docentes possam ensinar aos alunos a mitigar preconceitos e prestar cuidados eficientes a população transgênera e não-binária.
Eliason (1993)	Enfermeira / Estados Unidos	Examinar pessoas lésbicas, gays e bissexuais como subcultura nos Estados Unidos e sua relação com o acesso aos serviços de saúde.	- Os profissionais de enfermagem precisam estar cientes das necessidades únicas dos clientes gays, lésbicas e bissexuais, assim como examinar seus próprios sistemas de crenças para não fornecer um cuidado de má qualidade.
Fredriksen-Goldsen; Hoy-Ellis; Goldsen; Emlet; Hooyman (2014)	Assistentes Sociais e Enfermeiros / Estados Unidos	Descrever dez competências essenciais, alinhando-as com estratégias para melhorar a prática profissional e o desenvolvimento de serviços para promover o bem-estar de idosos, LGBT e suas famílias.	- Estudantes e profissionais de saúde não estão preparados para se relacionar de modo culturalmente competente com a população LGBT; - Em relação à população idosa, não deve ser função destes educar seus provedores de cuidado sobre suas necessidades específicas.
Garbers; Heck; Gold; Santelli; Bersamin (2017)	Médicas e Enfermeiros / Estados Unidos	Avaliar ações de apoio à saúde LGBTQ de Centros de Saúde Baseados em Escolas.	- Embora a equipe de enfermagem seja a primeira a ter contato com a população LGBTQ, raramente recebem treinamento sobre comunicação com essa população. É necessário um trabalho de nível da clínica para criar um ambiente mais inclusivo.
Guerin (2020)		Examinar os benefícios de educar os enfermeiros na prestação de cuidados culturalmente competentes com a finalidade de melhorar as experiências de saúde de transgêneros.	- Poucos enfermeiros recebem treinamento que seja inclusivo de gênero trans, limitando a assistência culturalmente inclusiva e competente.
Hardacker; Rubinstein; Hotton; Houlberg (2014)		Desenvolver e divulgar um currículo de seis módulos revisado por pares intitulado: "Educação em Saúde sobre LGBT's idosos".	- O desenvolvimento de um currículo estabelece um padrão para a melhora das práticas de enfermagem

			culturalmente competente para LGBT's idosos, ajudando a estabelecer conceitos fundamentais e estratégias neste atendimento.
Henriquez; Hyndman; Chachula (2019)		Desenvolver o conhecimento dos estudantes de enfermagem sobre linguagem inclusiva, terminologia, bem como os contextos históricos e sociais de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e *queer*/questioning (LGBTQ).	- Os estudantes compreenderam sobre mudanças nas estruturas familiares e compreensão do papel do enfermeiro na inclusão e acesso equitativo nos ambientes de saúde para populações vulneráveis e idosos LGBTQ; - A metodologia de estudo de caso facilitou a compreensão dos alunos sobre questões sociais de saúde LGBTQ.
Hickerson; Hawkins; Hoyt-Brennan (2018)		Criar um programa educacional que proporcione um ambiente inclusivo, onde os pacientes sintam-se seguros e respeitados para expressarem suas opiniões. Estimular a comunicação usando linguagem inclusiva e aberta. Obter um histórico completo sobre saúde sexual. Usar habilidades para incentivar o sexo seguro. Aumentar a sensação de competência em alunos após a participação no projeto.	- As demandas específicas de saúde da população LGBT não são atendidas devido a lacunas de conhecimento na formação de enfermagem, devido à escassez de professores especialistas e momentos de ensino; - Programas de simulação mostram-se eficientes para abordar tais questões.
Hoyer (2013)		Explorar a autoeficácia transcultural em enfermagem, líderes de educação e professores para obter uma compreensão significativa dos participantes do estudo relacionada a questões de identidade sexual não-binária.	- Indica a importância da educação continuada em enfermagem transcultural e competência cultural, assim como atividades educativas LGBT no local de trabalho; - Os líderes de educação em enfermagem têm influência sobre atividades de educação continuada.
Kaiafas; Kennedy;		Desenvolver um projeto de prática baseada em evidências para	- Os enfermeiros emergencistas do

Lynchburg (2021)		melhorar o conhecimento e as habilidades, a abertura e o apoio e a conscientização da opressão para enfermeiros de emergência ao prestar atendimento à população de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e *queer* no sistema de saúde militar.	sistema de saúde militar são conscientes sobre a opressão sofrida pela população LGBTQ; - Existe a viabilidade de intervenções educativas para promover um atendimento culturalmente competente para essa população, através da prática baseada em evidência.
Kraus; Duhamel (2018)		Explorar as diversas necessidades de idosos LGBTQ e examina como os enfermeiros que trabalham em todos os ambientes, incluindo cuidados de longa duração, podem tomar medidas práticas para evitar a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero.	- Os enfermeiros, por serem da linha de frente do cuidado, são muito influentes para mudar o cenário de discriminação nos serviços de saúde com base em orientação sexual/identidade de gênero.
Landry; Kensler (2019)		Decrever as disparidades de saúde vivenciadas por populações LGBTQI. Explicar definições e termos para melhorar a comunicação. Discutir as melhores práticas para fornecer ambientes inclusivos para esses indivíduos. Discutir o processo de “sair do armário” e como os enfermeiros podem atender melhor às necessidades dos indivíduos nos diferentes estágios de “sair do armário”.	- É importante que enfermeiros criem um ambiente inclusivo não apenas para heterossexuais, incluindo o desenvolvimento de habilidades para conduzir um atendimento culturalmente competente, focando no comportamento e não no julgamento; - O enfermeiro deve educar a população LGBTQI sobre sexo seguro; - O enfermeiro deve ter conhecimento sobre recursos e serviços para atender as necessidades dessa população.
Margolies; Brown (2019)		Fornecer informações sobre pessoas LGBTQ, seus riscos e disparidades em saúde e como os enfermeiros podem mudar esse cenário.	- O cuidado dessa população deve ser centrado no paciente e suas particularidades, dando autonomia para que o mesmo tome suas próprias decisões sobre seus cuidados, proporcionando um cuidado compartilhado

			e de confiança entre enfermeiro-paciente; - A assistência inclusiva para a população LGBTQ é um processo que deve ser trabalhado constantemente.
McEwing (2020)		Desenvolver um programa educacional para estudantes melhorarem a competência no atendimento a indivíduos LGBT, através de módulos educacionais e exercícios de simulações.	- Conteúdos educativos voltados à competência cultural para enfermeiros podem levar a melhores resultados entre a comunidade LGBT no atendimento em saúde.
Misener; Sowell; Phillips; Harris (1997)		Descrever como a enfermagem pode tomar medidas para acabar com a discriminação pessoal e profissional, tanto de clientes como colegas de profissão, com base na orientação sexual.	- A aceitação de colegas de trabalho e clientes de orientação sexual diferente da heternormativa deve ser baseada no princípio do respeito da expressão individual de cada pessoa sobre sua sexualidade; - Essa aceitação pode vir por meio de medidas educativas de modo formal e de modo informal pela postura de repreensão a comentários e ações preconceituosas.
Pittiglio; Lidtke (2021)		Realizar uma experiência de simulação no currículo de graduação de enfermagem com a finalidade de facilitar a prestação de cuidados de saúde a um paciente transgênero.	- Embora haja uma vasta informação na literatura sobre as disparidades de saúde LGBTQ+, ainda predomina uma escassez sobre esse conhecimento nos currículos do ensino de enfermagem; - Essas lacunas de conhecimento impedem o enfermeiro de prestar um cuidado culturalmente competente a essa população; - Utilizar simulações podem ajudar os alunos na compreensão de como prestar esses cuidados corretamente.

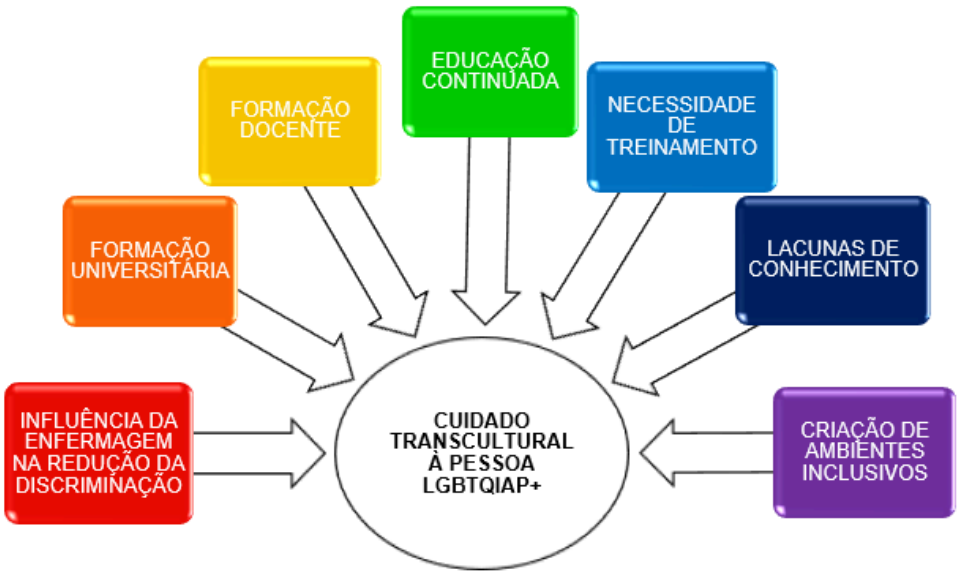
Smith (2016)		Explorar a competência cultural do enfermeiro examinando suas crenças, práticas e comportamento em relação à população gay e lésbica (segundo a escala GAP – prática afirmativa gay).	- O nível de conhecimento de competência cultural a clientes gays e lésbicas em programas de ensino tanto de licenciatura como de pós-graduação influenciam crenças e comportamentos na prestação de cuidados a essa população.
Strong; Folse (2015)		Abordar as necessidades educacionais sugeridas pela literatura e determinar se o conhecimento e competência cultural em relação aos pacientes LGBT podem ser melhorados.	- Os estudantes de enfermagem reconheceram a importância de melhorar o conhecimento e competência cultural relacionada ao cuidado da população LGBT; - As escolas de enfermagem devem incorporar conteúdo sobre cuidado culturalmente competente a população LGBT nos seus currículos.
The Joint Comission (2011)		Identificar e discutir como promover uma comunicação eficaz, cuidados culturalmente competentes, centrados no paciente e família, específicos para a comunidade LGBT, através do desenvolvimento de um guia	- A comunicação eficiente entre profissionais de saúde e pacientes LGBT é fundamental para a prestação de cuidados competentes nos serviços de saúde; - A abordagem ideal inclui as necessidades de linguagem, compreensão individual e questões culturais de comunicação.
Wilkerson (2011)		Identificar o que constitui um ambiente clínico culturalmente competente para pacientes LGBT.	- O ambiente clínico culturalmente competente inclui componentes estruturais, como decoração; componentes sistêmicos, como políticas e formulários e componentes interpessoais, como a relação de confiança entre o cliente e o profissional de saúde.

Wyckoff (2019)		Implementar uma intervenção educacional para aumentar a competência cultural de enfermeiros em relação às pacientes lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) usando um design pré-teste e pós-teste.	- Houve aumento significativo da competência cultural; - Os enfermeiros podem influenciar os ambientes de saúde promovendo políticas inclusivas para a população LGBT.
Ziegler; Luctkar-Flude; Carroll; Tyerman; Chumbley; Shortall (2021)		Desenvolver e implementar um kit de ferramentas de educação online para atender a uma demanda na educação de enfermagem relacionada ao conceito de cultura e cuidados à população que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queers* e intersexuais ou Dois-Espíritos (LGBTQI2S).	- O desenvolvimento de ferramentas educativas online mostra-se eficiente para a implementação e aprimoramento profissional no cuidado culturalmente competente para a população LGBTQ2S.

Fonte: Autores.

O mapeamento identificou que a maioria dos enfermeiros não presta cuidado culturalmente competente voltado para a população LGBTQIA+ e uma das causas está ligada à formação profissional, havendo necessidade de rever os currículos do ensino de enfermagem. A principal solução nos achados é ofertar treinamento de competências culturais para a diversidade no ambiente de trabalho. Os principais resultados encontrados foram categorizados por meio de análise temática e descritos no fluxograma 2.

Fluxograma 2 – Principais achados sobre o desenvolvimento do cuidado transcultural à pessoa LGBTQIAP+. Colinas, Maranhão, Brasil, 2022.



Fonte: Autores.

Discussão

O mapeamento mostrou que o desenvolvimento do cuidado transcultural à comunidade LGBTQIAP+ deve ser introduzido na educação em enfermagem, sendo que seu déficit pode levar aos profissionais de enfermagem desenvolverem suas atividades inadequadamente. O enfermeiro possui atuação central, considerando que está na linha de frente na maioria das instituições de saúde e faz o primeiro contato com a população LGBTQIAP+. Os resultados apontaram a considerável importância do enfermeiro na diminuição da discriminação nos atendimentos. (KRAUS; DUHAMEL, 2018). Tal resultado vai ao encontro com o estudo de Alves (2019), que afirma que o papel da enfermagem é diminuir as desigualdades na assistência a essa população através da humanização e dos preceitos básicos do código de ética da profissão, do atendimento livre de discriminação de qualquer natureza.

Os achados evidenciam como a principal causa para o déficit na assistência de enfermagem para as minorias sexuais e de gênero a formação de base universitária e dos docentes, que ainda possui lacunas de conhecimento. Os estudos de Smith (2016) e Strong (2015), afirmam que a educação acadêmica influencia diretamente na qualidade da assistência a esta comunidade. Ataíde et al. (2021) reforça a

responsabilidade dos cursos de enfermagem, descrevendo a formação no aspecto social, para o enfermeiro conseguir ultrapassar a dimensão do cuidado transcultural e proporcionar uma assistência centrada na pessoa.

As universidades possuem o desafio de incorporar práticas de cuidados culturalmente competentes voltados para as minorias sexuais e de gênero em seus componentes curriculares, estabelecendo um padrão adequado para o atendimento inclusivo para esta população (HARDACKER et al., 2014; MCEWING, 2020). Um resultado semelhante foi encontrado no estudo de Aydogdu (2022), evidenciando a necessidade de revisão dos currículos de graduação que incluam práticas de cuidados culturalmente competentes, não se limitando apenas a aulas teóricas.

O desenvolvimento de ferramentas educacionais que explorem as lacunas de conhecimento com metodologias adequadas e tecnológicas causa impactos positivos, como reforçam Henriquez et al. (2019) ao aplicarem a metodologia de estudo de caso com alunos de enfermagem, relacionada ao atendimento à população LGBTQIAP+, e Ziegler et al. (2021) ao utilizarem ferramentas educativas online para o aprimoramento do atendimento culturalmente competente à população LGBTQIAP+, tendo como resultado o aumento do conhecimento dos estudantes e profissionais.

Com esta mesma perspectiva, Sousa (2022) obteve resultado semelhante ao desenvolver tecnologia voltada para a consulta de enfermagem a mulheres transexuais, destacando a relevância do desenvolvimento de ferramentas tecnológicas educacionais.

O nível de conhecimento de profissionais, docentes e estudantes de enfermagem apresentou-se diminuído (FREDRIKSEN-GOLDSEN et al., 2014). Embora estes reconheçam a relevância do cuidado transcultural para a população LGBTQIAP+ ainda existem lacunas de conhecimento em sua formação que impedem o enfermeiro de prestar uma assistência de qualidade e sensibilizada (PITTIGLIO; LIDTKE, 2021). Em complemento, Carvalhais et al. (2020) discutem que as repercussões do nível de conhecimento de profissionais e estudantes também interfere nas barreiras de acesso dos serviços de saúde, encontradas pela população LGBTQIAP+, tornando a atitude do profissional tanto uma facilitadora quanto um obstáculo.

As situações de discriminação por gênero e sexualidade são reflexos da falta de conhecimento e de um sistema de crenças embasado no preconceito (ELIASON, 1993). O enfermeiro deve ser sensibilizado em sua formação no que concerne às questões de gênero e sexualidade, reavaliando suas representações sociais, por fim tornando sua assistência mais acolhedora, humanizada e singularizada (OLIVEIRA et al., 2019).

Embora o corpo docente de enfermagem possua limitações relacionadas a competência cultural para a assistência à população LGBTQIAP+ (CABORAL-STEVENS et al., 2018), é incumbência do docente educar seus alunos no sentido de mitigar preconceitos e compreender as questões de gênero e sexualidade além dos estereótipos (CASTLEBERRY, 2018). Corroborando com esta ideia, Moraes Filho et al. (2019) reforçam em seu estudo que é papel do enfermeiro conscientizar e educar para a diversidade sexual de forma positiva, quebrando tabus e trabalhando as políticas públicas de saúde LGBTQIAP+.

A necessidade de treinamento de profissionais, docentes e estudantes foi uma pauta constante nos resultados encontrados na presente pesquisa. Hoyer (2013) e Bristol et al. (2018) argumentam sobre a relevância da educação continuada e de como o enfermeiro, enquanto líder de equipe, possui influência na condução de atividades educativas voltadas para o cuidado culturalmente congruente para a diversidade sexual e de gênero. A educação continuada teve seu conceito ampliado e reformulado nos últimos anos mediante políticas e mudanças científico-tecnológicas. Nos serviços de saúde, a enfermagem demonstra ter capacidade para conduzir as intervenções educativas (SILVA et al., 2020).

De forma semelhante, Garbers et al. (2017) e Guerin (2020) argumentam que embora os enfermeiros sejam os primeiros profissionais a ter contato com a população LGBTQIAP+, raramente recebem treinamento para saberem se comunicar corretamente, no sentido de utilizar uma comunicação assertiva e não agressiva. Uma das soluções apontadas está na melhoria do desenvolvimento de ferramentas educativas, com potencial para inserção de tecnologias e metodologia inovadoras, como a simulação que demonstrou ser benéfica tanto para estudantes quanto profissionais (SUK-JEONG; MIN, 2019).

O aspecto da comunicação foi ressaltado como um elemento a ser otimizado na relação do enfermeiro com a população LGBTQIAP+ (THE JOINT COMISSION, 2011; BAKKER, CAVENDER, 2003). O processo de comunicação eficaz melhora significativamente a qualidade da assistência por meio de treinamentos de habilidades comunicativas, de inteligência emocional e empatia, que se encaixam adequadamente no atendimento a populações vulneráveis (GIMÉNEZ-ESPERT et al., 2020).

A humanização no atendimento deve incluir a criação de um ambiente inclusivo e acolhedor. Este ambiente é descrito pelos autores tanto nos aspectos físicos e estruturais, como na relação e influência do enfermeiro para tornar o ambiente clínico receptivo, aplicando estes elementos não apenas pensado para pessoas heterossexuais (WILKERSON et al., 2011; WYCKOFF, 2019; LANDRY; KENSLER, 2019). Na mesma linha de pensamento, Broca e Ferreira (2012) relatam que para a transformação do ambiente também é fundamental a inserção de instrumentos que promovam uma boa comunicação e relação interpessoal com os clientes e a equipe.

Ainda em relação ao ambiente inclusivo para a população LGBTQIAP+ cabe ressaltar que os enfermeiros também devem aplicar estes preceitos na aceitação dos colegas de trabalho que fazem parte dessa população. Este aspecto foi relatado por Misener et al. (1997) e Adams et al. (2016) como um déficit por parte dos profissionais que ainda têm dificuldade em aceitar e respeitar o direito de expressão da sexualidade de alguns colegas de trabalho. Dessa forma, o autor traz um ponto de vista pouco abordado e complementa com os demais autores que ressaltam a influência das intervenções educativas no ambiente de trabalho.

Nessa perspectiva que trata sobre a dimensão e influência do ambiente para profissionais e clientes LGBTQIAP+, Kaiafas et al. (2021) reforça esse aspecto no sentido de como a assistência tende a ser mais opressiva em setores de atendimento de emergência e de serviços militares, que costumam ser ambientes mais hostis para esta população. Em complemento, Araújo et al. (2020), ao pesquisar sobre o acolhimento da população LGBTQIAP+ na atenção básica, identificaram que também há um déficit de conhecimento por parte dos enfermeiros sobre como proceder corretamente no atendimento.

Para Margolies et al. (2019) um dos caminhos é incentivar a autonomia e o cuidado compartilhado entre o profissional e a população,

colocando o paciente LGBTQIAP+ centralizado no cenário do cuidado e estabelecendo uma relação de confiança que deve ser trabalhada constantemente.

O cuidado transcultural em enfermagem para a comunidade LGBTQIAP+ é uma habilidade a ser trabalhada constantemente. A discriminação por orientação sexual e de gênero ainda é frequente nos ambientes de saúde e nos demais setores da sociedade, o que revisita a necessidade de reavaliação da postura do profissional de enfermagem diante do atendimento às minorias sexuais e de gênero. A desconstrução e a quebra de tabus sobre gênero e sexualidade são lacunas a serem exploradas.

Trabalhar o conceito de cuidado culturalmente congruente, na prática de enfermagem, é uma demanda atual e necessária, porém com insuficiências que se concentram principalmente na falta de conhecimento e disposição para o diálogo por parte dos profissionais, instituições de saúde e ensino. As limitações da presente revisão consistiram na escassez de estudos sobre o cuidado transcultural e assistência de enfermagem voltado à comunidade LGBTQIAP+. Nesse sentindo, é necessário que próximas pesquisas possam incluir outros tipos de cuidados no intuito de ter maior abrangência do mapeamento.

Considerações finais

O mapeamento do cuidado transcultural para a comunidade LGBTQIAP+ encontrados neste estudo perpassam pelas influências da enfermagem na redução da discriminação, a formação universitária, formação docente, educação continuada, necessidades de treinamentos, preenchimento das lacunas do conhecimento e a criação de ambientes assistenciais inclusivos. O uma nova visão diante desses métodos de trabalhos, formação e habilidades pode permitir a desconstrução de crenças preconceituosas, atitudes discriminatórias e estigmatizantes, através da adoção de uma comunicação não-agressiva e uma assistência direcionada.

Apesar de os enfermeiros reconhecerem a importância de entender a cultura dos usuários e aplicá-la na assistência individualizadamente, o que ocorre na prática é a predominância da discriminação por orientação sexual e de gênero, fruto da falta de conhecimento e treinamento. Dessa

forma, aprender sobre o cuidado culturalmente competente possibilita ao enfermeiro refletir sobre sua responsabilidade social em uma sociedade culturalmente diversa. Esse olhar para o contexto cultural dá visibilidade ao paciente pertencente a populações minoritárias e diminui as vulnerabilidades à saúde.

A população LGBTQIAP+ é marcada por particularidades, tendo como especificidade central a ocorrência de situações de intolerância e violência. A LGBTQIAP+fobia está presente em todas as áreas da sociedade e nos serviços de saúde, acarretando barreiras no seu acesso. Nessa circunstância, o enfermeiro possui a incumbência de reduzir essas iniquidades por meio de uma assistência culturalmente congruente, acolhedora e humanizada, como também diante do seu papel educador e transformador das situações em saúde.

Para um melhor entendimento de como o cuidado transcultural vem sendo desenvolvido e aplicado à assistência de enfermagem à população LGBTQIAP+ é relevante que pesquisas de campo sejam realizadas com e por enfermeiros para uma investigação mais aprofundada e bem fundamentada, considerando a carência de estudos nessa área.

Referências

ADAMS, Glenda M.; TURNER, Karen. **Increasing self-awareness in nursing students to promote culturally competent care within a lesbian population. Journal of Obstetric, Gynecologic & Neonatal Nursing,** v. 45, n. 3, p. S5, 2016.

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. **Cultural care: sexual orientation as bias in health care practices.** International Archives of Medicine, v. 8, n. 32, 2015.

ALVES, Cassio Murilo Rodrigues. **O papel da enfermagem no rompimento dos preconceitos LGBT nos serviços de saúde.** Revista, v. 8, n. 3, 2019.

ALVES, Héryka Laura Calú et al. **Uso das teorias de enfermagem nas teses brasileiras: estudo bibliométrico.** Cogitare Enfermagem, v. 26, 2021.

ARAÚJO, Ellen Thallita Hill et al. **Acolhimento à população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros na atenção básica.** Revista Enfermagem Atual, v. 92, n. 30, p. 119-125, 2020.

ARAÚJO, Wánderson Cássio Oliveira. **Recuperação da informação em saúde: construção, modelos e estratégias.** ConCl: Conv. Ciênc. Inform., v. 3, n. 2, p. 100-134, 2020.

ATAÍDE, Isis Silva et al. **"Tem um minuto para mim?": diálogos entre formação inicial e responsabilidade social em Enfermagem.** Saúde em Redes, v. 6, n. 3, 2020.

AYDOGDU, Ana Luiza Ferreira. **Enfermagem transcultural: um desafio na formação em enfermagem.** Journal Health NPEPS, v. 7, n. 1, 2022.

BAKKER, Leslie; CAVENDER, Angela. **Promoting culturally competent care for gay youth.** The Journal of School Nursing, v. 19, n. 65, 2003.

BOTELHO, Rafael Guimarães; OLIVEIRA, Cristina Cruz de. **Literatura branca e cinzenta: uma revisão conceitual.** Ciência da Informação, v. 44, n. 3, p. 501-513, Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Ministério da Saúde. 1. ed., 1. reimp. 2013.

BRISTOL, Sarah; KOSTELEC, Teresa; MACDONALD, Ryan. **Improving emergency health care workers' knowledge, competency, and attitudes toward lesbian, gay, bisexual, and transgender patients through interdisciplinary cultural competency training.** Journal of Emergency Nursing, v. 44, n. 6, p. 632-639, 2018.

BROCA, Priscilla Valladares; FERREIRA, Márcia de Assunção. **Equipe de enfermagem e comunicação: contribuições para o cuidado de enfermagem.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 65, n. 1, 2012.

CABORAL-STEVENS, Meriam; ROSARIO-SIM, M.; LOVENCE, K. **Cultural competence of nursing faculty of the LGBT population.** Nursing Primary Care, v. 2, n. 3, p. 1-4, 2018.

CARVALHAIS, Maribel et al. **Estudantes de enfermagem relativamente à comunidade LGBT: conhecimentos, atitudes e competência cultural.** Revista de Investigação e Inovação em Saúde, v. 3, n. 2, 2020.

CASTLEBERRY, Jennifer. **Addressing the gender continuum: a concept analysis.** Journal of Transcultural Nursing, v. 30, n. 4, 2018.

CORTES, Helena Moraes et al. **Saúde mental de mulheres transgêneras: uma revisão integrativa de literatura/Mental health of transgender women: an integrative literature review.** Journal of Nursing and Health, v. 12, n. 3, 2022.

ELIASON, Michele. **Cultural diversity in nursing care: the lesbian, gay, or bisexual clients.** Journal of Transcultural Nursing, v. 5, n. 14, 1993.

FREDRIKSEN-GOLDSEN, Karen et al. **Creating a vision for the future: key competencies and strategies for culturally competent practice with Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender (LGBT) older adults in the health and human services.** Journal of Gerontological Social Work, v. 57, p. 80-107, 2014.

GARBERS, Samantha et al. **Providing culturally competent care for LGBTQ youth in school-based health centers: a needs assessment to guide quality of care improvements.** The Journal of School Nursing, 2017.

GIMÉNEZ-ESPERT, María del Carmen et al. **Empatia, inteligência emocional e comunicação em enfermagem: efeito moderador**

de fatores organizacionais. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 28, 2020.

GOMES, Sávio Marcelino; NORO, Luiz Roberto Augusto. **Competências para o cuidado em saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: desenvolvimento e validação de instrumento avaliativo.** Saúde e Sociedade, v. 30, n. 4, 2021.

GUERIN, Ella. **What are the benefits of educating nurses on transgender health?** Transgender Health, v. 06, n. 04, 2020.

HARDACKER, Cecilia et al. **Adding silver to the rainbow: the development of the nurses' health education about LGBT elders (HEALE) cultural competency curriculum.** Journal of Nursing Management, v. 22, p. 257-266, 2014.

HENRIQUEZ, Nadine; HYNDMAN, Kathryn; CHACHULA, Kathryn. **It's complicated: Improving undergraduate nursing students' understanding family and care of LGBTQ older adults.** Journal of family nursing, v. 25, n. 4, p. 506-532, 2019.

HICKERSON, Kirsten; HAWKINS, Linda A.; HOYT-BRENNAN, Ann Marie. **Sexual orientation/gender identity cultural competence: A simulation pilot study.** Clinical Simulation in Nursing, v. 16, p. 2-5, 2018.

HOYER, Grace. **Transcultural self-efficacy of nursing education leaders and faculty related to non-binary sexual identities.** Master's Theses, and Doctoral Dissertations, and Graduate Capstone Projects, 2013.

KAIAFAS, Kristen N.; KENNEDY, Tonia. **Lesbian, gay, bisexual, transgender, queer cultural competency training to improve the quality of care: an evidence-based practice project.** Journal of Emergency Nursing, v. 47, n. 4, p. 654-660, 2021.

KRAUS, Shaina; DUHAMEL, Karen. **Culturally competent care for older LGBTQ patients.** Nursing, v. 48, n. 8, 2018.

LANDRY, Jessica; KENSLER, Paula. **Providing culturally sensitive care to women who are in the sexual minority or are gender nonconforming.** Nursing for Women's Health, v. 23, n. 2, 2019.

LEININGER, Madeleine. **Culture care theory: a major contribution to advance transcultural nursing knowledge and practices.** J Transcult Nurs, v. 13, n. 189, 2002.

MARGOLIES, Liz; BROWN, Carlton G. **Increasing cultural competence with LGBTQ patients.** Nursing, v. 49, n. 6, p. 34-40, 2019.

MARTINS, Dilermando Aparecido Borges et al. **Uma análise da Política Nacional de Saúde Integral LGBT à luz do conceito gramsciano de Estado ampliado.** Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 126, 2021.

MATTOS, Samuel Miranda; CESTARI, Virna Ribeiro Feitosa; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. **Scoping protocol review: PRISMA-ScR guide refinement.** Rev Enferm UFPI, v. 12, n. 1, 2023.

MCEWING, Evan. **Delivering culturally competent care to the lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) population: education for nursing students**. Nurse Education Today, v. 94, 2020.

MISENER, Terry Richard et al. **Sexual orientation: A cultural diversity issue for nursing.** Nursing Outlook, v. 45, n. 4, 1997.

MORAES FILHO, Iel Marciano et al. **O papel da enfermagem no rompimento dos preconceitos LGBT nos serviços de saúde.** Revista, v. 8, n. 3, 2019.

OLIVEIRA, Ester Mascarenhas et al. **Corpo de homem com (tre)jeitos de mulher?": imagem da travesti por enfermeiras.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, 2019.

OUZZANI, Mourad et al. **Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews**. Systematic reviews, v. 5, p. 1-10, 2016.

PAGE, Matthew J. et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** International journal of surgery, v. 88, p. 105906, 2021.

PARENTE, Jeanderson Soares et al. **Saúde LGBTQIA+ à luz da bioética principialista.** Revista Bioética, v. 29, n. 3, 2021.

PETERS, Micah DJ et al. **Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews.** JBI evidence synthesis, v. 18, n. 10, p. 2119-2126, 2020.

PITTIGLIO, Laura; LIDTKE, Joshua. **The use of simulation to enhance LGBTQ+ care competencies of nursing students.** Clinical Simulation Nursing, v. 56, p. 133-136, 2021.

POLLOCK, Danielle et al. **Moving from consultation to co-creation with knowledge users in scoping reviews: guidance from the JBI Scoping Review Methodology Group.** JBI evidence synthesis, v. 20, n. 4, p. 969-979, 2022.

SILVA, Camila Pureza Guimarães et al. **Da educação em serviço à educação continuada em um hospital federal.** Escola Anna Nery, v. 24, n. 4, 2020.

SILVA, José Carlos Pacheco da et al. **Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 07, p. 2643-2652, 2021.

SMITH, Paul Steven. **Cultural competence of nurse practitioners: providing care for gay and lesbian clients.** UNLV Theses, Dissertations, Professional Papers, and Capstones. Dissertation. Doctor of Philosophy Nursing. University of Nevada, Las Vegas, 2016.

SOUSA, Josueida de Carvalho. **Tecnologia para consulta de enfermagem às mulheres transexuais à luz da teoria transcultural de Leininger.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 75, n. 5, 2022.

STRONG, Kristy L.; FOLSE, Victoria N. **Assessing undergraduate nursing students' knowledge, attitudes, and cultural competence in caring for lesbian, gay, bisexual, and transgender patients.** Journal of nursing education, v. 54, n. 1, p. 45-49, 2015.

SUK-JEONG, Kang; MIN, Hye Young. **Effects of LGBT nursing education using simulation. Korean Journal of Women Health Nursing,** v. 25, n. 4, 2019.

THE JOINT COMMISSION. **Advancing effective communication, cultural competence, and patient and family-centered care for the lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) community: a field guide.** The California Endowment, 2011.

TRICCO, Andrea C. PRISMA. **Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation.** Annals of Internal Medicine, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018.

WILKERSON, Johnny Michael. **Creating a culturally competent clinical environment for LGBT patients.** Journal of Gay & Lesbian Social Services, v. 23, p. 376-394, 2011.

WYCKOFF, Elizabeth. **LGBT cultural competence of acute care nurses.** Journal for Nurses in Professional Development, v. 35, n. 3, p. 125-131, 2019.

ZIEGLER, Erin et al. **Desenvolvimento de um kit de ferramentas educacionais online para os cuidados de enfermagem das minorias de orientação sexual e identidade de gênero.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 29, n. e3470, 2021.

PETERS; Godfrey, McInerney, Munn, Tricco, Khalil, 2020. Aromataris E, Lockwood C, Porritt K, Pilla B, Jordan Z, editors. ***JBI Manual for Evidence Synthesis.*** JBI; 2024

MATTOS, Samuel Miranda; CESTARI, Virna Ribeiro Feitosa; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. **Protocolo de revisão de**

escopo: aperfeiçoamento do guia PRISMA-ScR. Rev Enferm UFPI, p. e3062-e3062, 2023.

Transcultural care in nursing care for the LGBTQIAP+ community: scoping review

Abstract. Mapping transcultural care in nursing assistance for the LGBTQIAP+ community. The guiding question adopted was: how is transcultural care developed in nursing assistance for the LGBTQIAP+ population? Data collection was conducted in August 2022 across the Scopus, Web of Science, PubMed, CINAHL, Virtual Health Library, and grey literature databases. A total of 26 studies were selected for the review. It was observed that the development of transcultural care for the LGBTQIAP+ population is rarely addressed, and most nurses are unable to provide fully culturally competent care. Evidence showed that the difficulty in delivering culturally congruent care begins in university and teaching training, creating knowledge gaps and highlighting the need for continuing education and training focused on transcultural care for LGBTQIAP+ individuals.

KEYWORDS: Nursing care. Transcultural Nursing. Sexual and Gender Minorities. LGBTQIA+ people.

Natália Cristiane Silva PEREIRA

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Foi membra da Liga Acadêmica em Gênero, Sexualidade e Saúde (LAGS-UNIRIO).

Janine de Araújo FERRO

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestranda pelo programa de pós-graduação em Medicina Tropical pelo Instituto Oswaldo Cruz-IOC/Fiocruz, Rio de Janeiro.

Samuel Miranda MATTOS

Estágio Pós-doutoral, Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará (PPSAC-UECE). Profissional de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Jameson Moreira BELÉM

Enfermeiro, Doutorando em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (PPSAC) da universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PMAE) da Universidade Regional do Cariri (URCA).

José Arnaldo Moreira de CARVALHO JUNIOR

Enfermeiro, Doutor em Educação em Ciências e Saúde pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGECS/NUTES/UFRJ). Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

José Wicto Pereira BORGES

Enfermeiro, Mestre e Doutor em Cuidados Clínicos em Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) com período sanduíche no Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor Associado nível 1 do Departamento de Enfermagem e dos Programas de Pós Graduação Stricto sensu: 1) Saúde e Comunidade e 2) Enfermagem da Universidade Federal do Piauí. Editor-Chefe da Revista de Enfermagem da UFPI e Editor Associado da Revista Mineira de Enfermagem.

Antonio Werbert Silva da COSTA

Enfermeiro pelo Instituto de Ensino Superior de Teresina (IEST), Mestre e Doutorando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor Substituto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Recebido em: 28/02/2024

Aprovado em: 15/01/2025

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

A Prevalência da Hormonioterapia não assistida na população Transgênero: um estudo realizado em um Ambulatório Especializado de Florianópolis.

Rose Marie Mueller Linhares, *Universidade do Sul de Santa Catarina – (UNISUL)*

Rodrigo Coelho Martins, *Universidade do Sul de Santa Catarina – (UNISUL)*

Resumo: Este estudo tem como objetivo definir a prevalência da hormonioterapia não assistida e suas possíveis associações com os fatores sociodemográficos da população transgênero atendida em um ambulatório especializado em Florianópolis. Este é um estudo do tipo transversal com dados coletados de 485 prontuários eletrônicos da população transgênero atendida no Ambulatório Trans da rede pública de saúde de Florianópolis entre os anos de 2015 a 2021. Com base nas análises estatísticas realizadas, verificou-se que a prevalência da automedicação hormonal foi de aproximadamente 31,8%, com ênfase entre mulheres trans e travestis quando comparadas ao grupo de homens trans (RP=3,652; IC:2,712 - 4,918). Além disso, a prevalência da prática foi maior também entre trabalhadores informais, que não receberam apoio familiar e que possuíam um menor contato com profissionais da área da saúde.

Palavras-Chave: Pessoas Transgênero. Automedicação. Terapia de Reposição Hormonal. Identidade de Gênero. Populações Vulneráveis.

A definição de alguns termos precisa ser abordada de modo que haja uma diferenciação entre sexo biológico, orientação sexual, expressão de gênero e identidade de gênero (Corrêa et al., 2020). Sexo biológico refere-se ao órgão sexual de nascimento de cada pessoa (Corrêa et al., 2020). A orientação sexual aborda o direcionamento quanto ao gênero com que cada pessoa se sentirá atraída, afetivosexualmente, podendo ser heterossexual, homossexual, bissexual ou, ainda, assexual (Thé; Vasconcellos; Diniz, 2020). Expressão de gênero é uma construção social que delineia o comportamento e a forma com que cada pessoa expressará seu gênero (Corrêa et al., 2020). Já a identidade de gênero refere-se ao gênero com o qual uma pessoa se identifica, podendo ser cisgênero ou transgênero (Thé; Vasconcellos; Diniz, 2020). Assim, uma pessoa cisgênero é aquela em que há concordância entre a identidade de gênero com o gênero atribuído ao nascimento, e uma pessoa transgênero é aquela em que a identidade de gênero não é concordante com o gênero atribuído ao nascimento e que pode, até mesmo, não fazer parte da classificação binária (masculino e feminino) de gênero (Corrêa et al., 2020) (Thé; Vasconcellos; Diniz, 2020).

O acesso à saúde como um direito social de todos, defendido no artigo 196 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), e mesmo que existam algumas políticas de saúde pública voltadas para a população trans – travestis, homens e mulheres transsexuais, pessoas não-binárias, e entre outras identidades de gênero –, estas pessoas ainda enfrentam dificuldades de acesso aos serviços de saúde (Ministério da Saúde, 2012) (Rocon et al., 2020) (UNAIDS, 2021). Atitudes de estranhamento, além do uso de termos preconceituosos e do despreparo profissional acerca das demandas específicas desta população limitam e afastam seu acesso ao serviço de saúde, desde a atenção básica até os serviços de alta complexidade (Rocon et al., 2020) (UNAIDS, 2021).

O processo de despatologização das identidades de gênero no meio científico ainda é recente, como na nova versão do Código Internacional de Doenças (CID-11) que removeu esta condição do capítulo de transtornos mentais e comportamentais, e criou um novo capítulo referente a condições relacionadas à saúde sexual, que abriga o termo “incongruência de gênero” (WHO, 2022). Isto evidencia que as diversas identidades de gênero não são distúrbios de saúde mental, e classificá-las como tal pode perpetuar um enorme estigma que já existe na sociedade a

respeito deste tema (WHO, 2022) (Nascimento et al., 2020). E mesmo que exista este avanço científico, ainda há muito a ser feito, uma vez que o comportamento dos profissionais da área da saúde está enraizado e estruturado na educação, que é guiada por grades curriculares defasadas e que, raramente, proporcionam o contato acadêmico de alunos da área da saúde com as necessidades das pessoas transgênero (UNAIDS, 2021).

A dificuldade de acesso ao sistema de saúde, ainda, pode agravar o processo de desenvolvimento de disforia de gênero, que é definido como um sentimento de sofrimento frente a incongruência entre a aparência física e a identidade de gênero, sofrimento este que pode se intensificar por estigmas sociais e discriminação (Corrêa et al., 2020). Assim, as taxas de ansiedade e de depressão são desproporcionalmente altas entre estas pessoas em comparação com a população cisgênero em geral, o que leva a números ainda maiores de ideação suicida e de tentativa de suicídio na população transgênero (Owen-Smith et al., 2018).

Uma forma de diminuir a disforia de gênero é por meio da transição física para o gênero com o qual a pessoa se identifica (Adauy et al., 2018). Entre os processos mais comuns de afirmação de gênero está o uso da hormonioterapia, que deve ser prescrita e supervisionada por um médico (Adauy et al., 2018). No entanto, é frequente a prática de automedicação por indicação de pessoas próximas, ou por pesquisas feitas pela internet, e parte deste problema está na escassez de profissionais especializados que possam prescrever o tratamento de maneira adequada e segura (Krüger et al., 2019).

A hormonioterapia não assistida pode trazer uma série de problemas de saúde ao paciente, já que sua prescrição deve ser individualizada para cada usuário conforme as metas pessoais de cada um, a exposição e o esclarecimento da relação de risco e benefício dos medicamentos, a presença de outras condições médicas que podem ser agravadas ou até mesmo desencadeadas pela utilização destes agentes endócrinos exógenos (WPATH, 2012). Em relação ao uso hormonal não assistido pela população trans, relata-se aumento do risco de câncer, riscos cardiovasculares, como trombose e hipertensão arterial, alterações de peso e toxicidade hepática (Fernandez; Tannock, 2016).

Assim, é possível perceber a importância da realização de mais estudos para contribuir no delineamento de políticas públicas para que o acesso seja garantido a esta população que enfrenta dificuldades para adentrar os serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, apesar da existência de ambulatórios especializados. A criação e ampliação desses ambulatórios representam uma conquista histórica e urgente, sendo uma

medida concreta de reconhecimento e inclusão da população trans no sistema de saúde. Além de garantir o acesso a tratamentos médicos adequados, esses espaços desempenham um papel essencial na afirmação da identidade trans, assegurando um atendimento que respeite suas especificidades e promova a dignidade e a saúde integral. Nesse sentido, os ambulatórios especializados vão além do atendimento médico tradicional, funcionando como uma ferramenta de representação social, que não apenas reconhece a existência e os direitos dessa comunidade, mas também reforça a importância de políticas públicas que busquem mitigar as desigualdades históricas enfrentadas por pessoas trans no Brasil.

Além dos mesmos cuidados de saúde que pessoas cisgênero precisam, a população trans precisa de uma atenção especial no processo de hormonização que pode agravar ainda mais os riscos à saúde quando realizado sem o acompanhamento médico necessário. Portanto, o estudo teve como objetivo definir a prevalência da hormonioterapia não assistida e suas possíveis associações com os fatores sociodemográficos da população transgênero atendida pelo Ambulatório Trans da rede pública de saúde de Florianópolis, entre 2015 e 2021.

Metodologia

Estudo epidemiológico observacional do tipo transversal, realizado por meio da coleta de dados em prontuários eletrônicos da população (537) composta por todos os pacientes transgêneros atendidos pelo Ambulatório Trans de Florianópolis entre janeiro de 2015 a dezembro 2021. Foram incluídos na coleta de dados os prontuários de todos os pacientes que se autodeclararam com identidade de gênero diferente da cisgênero em alguma consulta e que possuíam idade igual ou superior a 18 anos completos (528). Foram excluídos do estudo os prontuários que não possuíam informações suficientes sobre a identidade de gênero dos pacientes e/ou sobre o uso de hormônios de maneira não assistida (14), além dos prontuários duplicados (28) e inativo (1). Resultando na inclusão de dados de 485 prontuários no estudo.

A variável dependente foi definida como a realização de hormonioterapia prévia de forma não assistida, em que o paciente informava, no momento da consulta, o uso ou não de hormônios sem a prescrição médica. As variáveis independentes foram definidas como: identidade de gênero; idade do início da transição; apoio familiar;

disforia de gênero; acompanhamento com outro profissional da saúde; idade; grau de escolaridade; ocupação.

Os dados obtidos dos prontuários foram tabulados no software Microsoft Excel 2019 e analisados por meio do programa IBM Statistical Package for the Social Sciences (IBM SPSS®) 18.0. Os dados qualitativos foram apresentados na forma de frequência simples e frequência relativa. Os dados quantitativos foram apresentados em medidas de tendência central (média) e suas respectivas medidas de variabilidade/dispersão (Amplitude [máximo e mínimo] e desvio padrão). O teste qui-quadrado foi utilizado para analisar a associação entre variáveis categóricas (exposição e desfecho). A medida de associação utilizada foi a razão de prevalência, com os respectivos intervalos de confiança 95% (IC 95%). Foi considerado significância estatística $p \leq 0,05$.

A pesquisa obedeceu aos preceitos éticos do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Resolução nº 466/2012 (autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade). Foi submetida ao CEP-UNISUL sob o número de registro CAAE 53529221.5.0000.5369, e à Comissão de Acompanhamento de Projetos de Pesquisa em Saúde (CAPPS) da Escola de Saúde Pública de Florianópolis, e os dados coletados apenas após a liberação do parecer consubstanciado, aprovado.

Resultados

Com a análise dos dados coletados dos prontuários de pacientes transgêneros (n = 485) atendidos no ambulatório especializado da rede pública de Florianópolis, entre 2015 e 2021, percebeu-se que cerca de 3 a cada 10 pacientes já havia realizado hormonioterapia de maneira não assistida.

As medidas de associação presentes na tabela 1 mostram que a prevalência da hormonioterapia não assistida foi maior entre mulheres trans e travestis (RP=3,652; IC=2,712 – 4,918), pessoas com trabalho informal (RP=2,023; IC=1,412 – 2,898), que não receberam apoio familiar (RP=1,421; IC=1,003 – 2,014) e que não realizavam ou não informaram acompanhamento prévio com psicólogo, psiquiatra ou endocrinologista (RP=1,519; IC=1,152 – 2,004).

Tabela 1: Análise bivariada da hormonioterapia e sua associação com aspectos sociodemográficos.

Variáveis	Hormonioterapia não assistida n (%)	Hormonioterapia assistida n (%)	RP (IC 95%)	*p*

Identidade de gênero				
Mulher trans / Travesti	103 (58,9)	72 (41,1)	3,652 (2,712 – 4,918)	< 0,001
Homem trans	44 (16,1)	229 (83,9)	1	-
Não-binário / Outras identidades de gênero	7 (18,9)	30 (81,1)	1,174 (0,5715 – 2,411)	0,326
Anos de estudo				
Até 11 anos de estudo	14 (31,1)	31 (68,9)	1,556 (0,7846 – 3,084)	0,107
12 anos de estudo	11 (20,0)	44 (80,0)	1	-
Mais de 12 anos de estudo	45 (30,8)	101 (69,2)	1,541 (0,8614 – 2,757)	0,064
Ocupação				
Trabalho formal	55 (28,1)	141 (71,9)	1	-
Trabalho informal	21 (56,8)	16 (43,2)	2,023 (1,412 – 2,898)	< 0,001
Autônomo	8 (28,6)	20 (71,4)	1,018 (0,5439 – 1,906)	0,469
Não trabalha / Desempregado	25 (30,9)	56 (69,1)	1,100 (0,7406 – 1,634)	0,319
Apoio familiar				
Sim	63 (23,7)	203 (76,3)	1	-
Não	34 (33,7)	67 (66,3)	1,421 (1,003 – 2,014)	0,028
Acompanhamento com psicólogo / psiquiatra / endocrinologista				
Sim	55 (24,8)	167 (75,2)	1	-
Não / Não informado	99 (37,6)	164 (62,4)	1,519 (1,152 – 2,004)	0,002
Disforia de gênero				
Presente	83 (29,5)	198 (70,5)	1	-
Ausente / Não informado	71 (34,8)	133 (65,2)	1,178 (0,908 – 1,529)	0,219

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

As características sociodemográficas dos participantes do estudo encontram-se descritas na tabela 2. Verificou-se que entre a população estudada houve uma maior proporção de homens trans (56,3%), que receberam apoio familiar (72,5%), residentes na cidade de Florianópolis (92,8%), que trabalhavam de maneira formal (57,3%), e que possuíam ensino superior incompleto (44,3%). A autodeclaração étnico-racial não foi registrada em nenhum dos prontuários analisados.

Tabela 2: Características sociodemográficas da população transgênero atendida no ambulatório trans entre os anos de 2015 a 2021.

Variáveis	**n**	**(%)**
Identidade de gênero		
Mulher trans	169	(34,9)
Homem trans	273	(56,3)
Travesti	6	(1,2)
Não-binário	34	(7,0)
Outras identidades de gênero	3	(0,6)
Realizou hormonioterapia não assistida		
Sim	154	(31,8)
Não	331	(68,2)
Ocupação		
Trabalho formal	196	(57,3)
Trabalho informal	37	(10,8)
Autônomo	28	(8,2)
Não trabalha / Desempregado	81	(23,7)
Grau de escolaridade		
Analfabeto	1	(0,4)
Ensino fundamental incompleto	2	(0,8)
Ensino fundamental completo	9	(3,7)
Ensino médio incompleto	33	(13,4)
Ensino médio completo	55	(22,4)

Ensino superior incompleto	109	(44,3)
Ensino superior completo	37	(15,0)
Apoio familiar		
Sim	266	(72,5)
Não	101	(27,5)
Acompanhamento com psicólogo / psiquiatra / endocrinologista		
Sim	222	(45,8)
Não / Não informado	263	(54,2)
Disforia de gênero		
Presente	281	(57,9)
Ausente / Não informado	204	(42,1)
Cidade de residência		
Florianópolis	450	(92,8)
São José	11	(2,3)
Palhoça	12	(2,5)
Biguaçu	2	(0,4)
Outro	10	(2,0)
Ano da primeira consulta no ambulatório trans		
2015	51	(10,5)
2016	54	(11,1)
2017	61	(12,6)
2018	56	(11,6)
2019	103	(21,2)
2020	75	(15,5)
2021	85	(17,5)

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Na tabela 3 estão descritas as medidas de dispersão de idade da população, sendo que a idade média com que os pacientes iniciavam a terapia de reposição hormonal foi de 25,7 anos. Estando os pacientes, durante a coleta de dados, com uma média de idade de 29,2 anos.

Tabela 3: Medidas de dispersão da idade atual dos pacientes e da idade do início da hormonioterapia, em anos.

n = 485	**Idade atual**	**Idade do início da hormonioterapia**
Média	29,2	25,7
Mediana	28,0	24,0
Desvio Padrão	7,9	7,5
Mínimo	18	16
Máximo	67	66

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Discussão

A pesquisa revelou que o uso de hormônios sem prescrição médica possui uma prevalência de 31,8% entre a população estudada. Este número foi ainda mais alarmante entre mulheres trans e travestis, em que 58,9% deste grupo realizou o uso de terapia hormonal de maneira não assistida em algum momento de suas vidas. Esta prática também apresentou relevância em um estudo realizado apenas com travestis e mulheres trans (n = 127) de Salvador/BA, onde a prevalência da hormonioterapia não assistida foi de 68,1% na amostra (Silva et al.,

2022). Além da comercialização facilitada de hormônios feminilizantes, esta excessiva automedicação reflete as barreiras de acesso aos serviços de saúde, a exemplo da estigmatização e da discriminação social para com estas identidades de gênero (Carrara et al., 2019).

Em contrapartida, a prevalência de hormonioterapia prévia de forma não assistida entre homens trans foi de 16,1%. Na pesquisa realizada no Ambulatório Trans de Porto Alegre, 86,6% das pessoas trans-masculinas apontaram o processo de hormonização como o principal motivo de busca por atendimento médico no ambulatório especializado (Thomazi; Avila; Teixeira, 2022). Motivo, este, que pode estar associado à necessidade de retenção de receita médica durante a compra da medicação. Portanto, uma resolução sanitária que é capaz de levar a um maior acompanhamento médico, haja visto que do total de pacientes atendidos neste ambulatório, 56,3% identificavam-se como homens trans, enquanto 34,9% eram mulheres trans, 7,0% não-binários e 1,2% travestis.

Além da identidade de gênero e suas particularidades, a hormonioterapia não prescrita esteve associada a questões financeiras, de suporte social e familiar. Foi percebido que o relato de automedicação hormonal esteve duas vezes mais presente nos prontuários de pacientes que trabalhavam de maneira informal quando comparada com a prevalência dos pacientes que trabalhavam de maneira formal ($p < 0,001$). Um estudo, que avaliou condições de saúde e trabalho na população transgênero do estado de São Paulo de 2014 a 2015, revelou que 46,0% dos pacientes que realizavam acompanhamento médico durante processo de afirmação de gênero estavam inseridos no mercado de trabalho formal ($p < 0,001$) (Silva; Luppi; Veras, 2020). A prostituição é um dos principais exemplos de trabalho informal nesta população, sobretudo entre mulheres trans e travestis, o que faz com que a terapia hormonal não seja apenas uma terapia de afirmação de gênero, mas também uma forma rápida de construção corporal para que sejam aceitas no meio competitivo das profissionais do sexo (Silva et al., 2022).

Ainda, a prevalência da hormonioterapia não assistida foi maior entre os pacientes que, fora do ambulatório trans, nunca tiveram suas identidades de gênero abordadas por outros profissionais da saúde como psicólogos, psiquiatras e endocrinologistas. Com isto, foi identificado nesta pesquisa que o uso indiscriminado de hormônios foi 1,52 vezes mais prevalente entre os pacientes do ambulatório que possuíam um menor contato com o sistema de saúde. Este contato com profissionais da área de saúde pode proporcionar educação em saúde frente ao

processo de afirmação de gênero, além do suporte às questões de saúde mental para esta população (Nascimento et al., 2020). No estudo realizado acerca das relações familiares de mulheres trans e travestis, da região metropolitana do Rio de Janeiro, todas as participantes informaram que nunca foram levadas por suas famílias a consultas com psicólogos ou médicos no início da transição de gênero, momento que costuma coincidir com a saída de casa, com o início da prostituição e do uso de hormônios sem assistência médica (Monteiro; Brigeiro, 2019).

Outra questão que esteve associada a um maior número de pacientes que realizavam hormonioterapia sem acompanhamento médico foi o apoio e a aceitação familiar sobre a identidade de gênero de cada paciente. Nesta pesquisa, cerca de 33,7% dos pacientes que não receberam apoio familiar faziam o uso da medicação por conta própria, número aproximadamente 1,42 vezes maior do que no grupo que teve sua identidade de gênero aceita entre os familiares. É comum que pessoas trans enfrentem marginalizações dentro do próprio núcleo familiar, deixando-as desamparadas e vulneráveis, o que promove uma busca por meios alternativos de suprir as necessidades de construção corporal no processo de afirmação de gênero, como o uso de hormônios sem orientação e acompanhamento médico (Silva; Bezerra; Queiroz, 2015). Alguns programas voltados à educação e assistência familiar e ao cuidado de crianças transgênero podem ajudar a reduzir situações de risco de automedicação com hormônios, além de reduzir o risco de outras situações como o etilismo, o tabagismo, o uso de drogas ilícitas e da exposição a ISTs (Okano et al., 2022).

Acerca do perfil etário dos pacientes, pode-se dizer que é uma população composta por jovens, sendo que a média de idades no momento da coleta de dados foi de 29,2 anos, e a idade média em que os pacientes iniciaram a terapia hormonal foi de 25,7 anos. A idade dos pacientes foi semelhante à média encontrada em uma pesquisa realizada no Distrito Federal com mulheres trans e travestis cujo valor foi de 28,2 anos (Krüger et al., 2019). No entanto, no que diz respeito à idade do início da hormonioterapia, houve uma diferença média de 7 anos, caindo de 25,7 para 18,7 anos, algo que pode ser justificado devido à amostra do estudo em questão ser composta apenas por mulheres trans e travestis (Krüger et al., 2019).

Uma das limitações deste estudo está na possibilidade de viés de informação, já que pode ocorrer de maneira eventual a categorização errônea das variáveis no momento da coleta de dados. Além disso, há um viés de preenchimento, pois os dados são coletados de prontuários

eletrônicos, que são preenchidos por diferentes médicos, sem uma padronização nas informações que deveriam ser registradas durante a anamnese da primeira consulta. Esse ajuste seria necessário para que se possa obter, de maneira mais adequada e clara, informações que revelem o real contexto em que o paciente está inserido. Como exemplo, é possível citar a variável de autodeclaração étnico-racial, cuja informação não consta em nenhum dos prontuários dos pacientes. No estudo realizado com a população transgênero em sete municípios de São Paulo, a prevalência da autodeclaração preta e parda somam aproximadamente 58% do total da amostra, enquanto 37,6% do total se autodeclarou branco (Silva; Luppi; Veras, 2020).

Considerações Finais

Com base nos dados coletados dos prontuários de pacientes transgêneros atendidos no ambulatório especializado da rede pública de Florianópolis, entre 2015 e 2021, os resultados obtidos nesta pesquisa apontaram que a hormonioterapia não assistida possui uma alta prevalência, sobretudo entre as mulheres trans e travestis, seja pela facilidade na compra de hormônios feminilizantes, seja pela necessidade de uma rápida construção corporal. A análise revelou que fatores como a falta de apoio familiar, o trabalho informal e o baixo acompanhamento por profissionais de saúde, como psicólogos, psiquiatras e endocrinologistas, são associados a uma maior prevalência dessa prática. Embora a automedicação hormonal represente um risco à saúde, é importante reconhecer que, devido à marginalização histórica e à realidade socioeconômica das pessoas trans, muitas não têm acesso adequado aos serviços de saúde e, portanto, buscam alternativas por conta própria. Esses dados ressaltam a urgência de políticas públicas de saúde que promovam a educação sobre o tema, incentivem a adesão ao sistema de saúde e garantam o acompanhamento adequado para esta população. Além disso, a falta de registro da autodeclaração étnico-racial nos prontuários revela a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e sensível às diferentes dimensões da identidade trans. Portanto, as políticas de saúde devem ser mais assertivas, inclusivas e adaptadas às necessidades específicas dessa comunidade, visando mitigar as desigualdades e promover o acesso a cuidados médicos adequados e respeitosos.

Referências

ADAUY, Arlette et al. Terapia hormonal en persona transgénero según world professional association for transgender health (WPATH) (1) y guías clinicas de la endocrine society. (2). *REV CHIL OBSTET GINECOL*, p. 16, 2018.

CARRARA, Sérgio et al. Body construction and health itineraries: a survey among travestis and trans people in Rio de Janeiro, Brazil. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 4, p. e00110618, 2019.

CORRÊA, Fábio Henrique Mendonça. et al. Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 69, n. 1, p. 13–22, jan. 2020.

FERNANDEZ, John David; TANNOCK, Lisa R. Metabolic Effects Of Hormone Therapy In Transgender Patients. Endocrine Practice, v. 22, n. 4, p. 383–388, abr. 2016.

KRÜGER, Alícia et al. Characteristics of hormone use by travestis and transgender women of the Brazilian Federal District. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 22, n. suppl 1, p. e190004, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 36 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 4, p. e00111318, 2019.

NASCIMENTO, Fernanda Karla et al. Brazilian transgender children and adolescents: Attributes associated with quality of life. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 28, p. e3351, 2020.

OKANO, Sérgio Henrique Pires et al. Characteristics of a Population with Gender Incongruence Assisted at a Specialized Outpatient Service in the

City of Ribeirão Preto. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia / RBGO Gynecology and Obstetrics*, v. 44, n. 03, p. 258–263, mar. 2022.

OWEN-SMITH, Ashli A et al. Association Between Gender Confirmation Treatments and Perceived Gender Congruence, Body Image Satisfaction, and Mental Health in a Cohort of Transgender Individuals. *The Journal of Sexual Medicine*, v. 15, n. 4, p. 591–600, abr. 2018.

ROCON, Pablo Cardozo et al. ACESSO À SAÚDE PELA POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL: NAS ENTRELINHAS DA REVISÃO INTEGRATIVA. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 1, p. e0023469, 2020.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1723–1734, maio 2020.

SILVA, Ricardo Araújo da et al. Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 2, p. 503–514, fev. 2022.

SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da; BEZERRA, Waldez Cavalcante; QUEIROZ, Sandra Bomfim de. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 26, n. 3, p. 364, 26 dez. 2015.

THÉ, Ana Carolina; VASCONCELLOS, Fernanda Lima de; DINIZ, Erik Trovão. Abordagem Clínica do Paciente Transgênero. In: VILAR, Lucio (ed.). *Endocrinologia Clínica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2020. Cap. 55. p. 1102-1114.

THOMAZI, Guilherme Lamperti; AVILA, Simone; TEIXEIRA, Luciana Barcellos. Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), n. 38, p. e22302, 2022.

UNAIDS. TODXS. Cartilha de Saúde LGBTI+: políticas, instituições e saúde em tempos de COVID-19. 1 ed. Brasília: UNAIDS, 2021. 60 p. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2021/04/2021_04_16_CartilhaSaudeLGBT.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

World Health Organization: WHO. *Gender incongruence and transgender health in the ICD*. Disponível em: https://www.who.int/standards/classifications/frequently-asked-questions/gender-incongruence-and-transgender-health-in-the-icd. Acesso em: 26 nov. 2022.

World Professional Association for Transgender Health: WPATH. Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero. 7 ed. Brasil: WPATH, 2012. 131p. Disponível em: https://www.wpath.org/media/cms/Documents/SOC%20v7/SOC%20V7_Portuguese.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

The prevalence of self-prescribed hormone therapy in transgender people: a study made in a specialized clinic in Florianópolis.

ABSTRACT: The aim of this study is to define the prevalence of self-prescribed hormone therapy and possible associations with sociodemographic factors in the transgender population treated at a specialized clinic in Florianópolis. This is a cross-sectional study with data collected from 485 electronic medical records of the transgender population attended at the Trans Ambulatory of the public health system in Florianópolis between the years 2015 to 2021. The data was tabulated and analyzed and its results were described and presented in the form of tables. The prevalence of self-prescribed hormone therapy among in this population was about 31.8%, this value was higher among trans women and transvestites when compared to the group of trans men (PR=3.652; CI:2.712 – 4.918). Furthermore, the prevalence was also higher among the group informal workers, who did not receive family support and who had less contact with health professionals.

KEYWORDS: Transgender Persons. Self Medication. Hormone Replacement Therapy. Gender Identity. Vulnerable Populations.

Rose Marie Mueller LINHARES
https://orcid.org/0000-0002-6545-3698
Médica endocrinologista pediátrica, mestre e doutora em Ciências Médicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

Rodrigo Coelho MARTINS
https://orcid.org/0000-0001-7930-6560
Médico generalista pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

Recebido em: 26/11/2022
Aprovado em: 09/06/2025

ISSN 2525-6904

ENSAIO

Política e Carnaval:

Como narrar a militância ancestral de Fernanda Benvenutty

Silvana de Souza Nascimento, *Universidade de São Paulo (USP)*

Resumo. Este ensaio pretende refletir sobre o processo coletivo de construção de escrita da biografia de uma das mais importantes ativistas do movimento trans e travesti no Brasil, Fernanda Benvenutty, que faleceu em 2020. Mostra os atravessamentos e desafios das pessoas escritoras do livro na elaboração da obra, bem como de algumas reverberações antropológicas fruto desse encontro.

PALAVRAS-CHAVE: Travesti; Biografia; Fernanda Benvenutty; Antropologia

"Quando é que tu vais escrever meu livro?", perguntou-me Fernanda Benvenutty, em janeiro de 2016, quando nos encontramos em um seminário como parte das comemorações do Dia Nacional da Visibilidade Trans, em São Paulo. Eu acabava de retornar a minha cidade natal e continuava a acompanhar, mesmo que à distância, as movimentações de Fernanda. Nessa época do ano, ela costumava vir à capital paulistana participar de eventos organizados em comemoração à visibilidade trans, visitar amigas e também comprar acessórios para os figurinos da sua escola de samba Unidos do Roger, sobretudo em lojas da rua 25 de Março.

Enquanto ela estava em São Paulo (ou por vezes no Rio de Janeiro), integrantes da escola de samba trabalhavam na laje da sua casa, no bairro do Roger, em João Pessoa, para os preparativos do Carnaval. Lá uma rede de trabalho coletivo se organizava para bordar, costurar, colar, remendar, criar e montar os figurinos e adereços para o esperado dia do desfile.

Naquele ano de 2016, pude encontrar Fernanda em São Paulo e segui-la em algumas de suas compras, e fomos acompanhadas de Fernanda de Moraes da Silva e Anyky Lima[1], companheiras de longa data do movimento trans.



Fernanda Benvenutty. Reprodução / Facebook

[1] Fernanda de Moraes da Silva, mulher transexual negra, ativista e assistente social, é atualmente coordenadora Nacional da CONATT, Conexão Nacional de Mulheres Transexuais e Travestis de Axé e secretária da ANTRA. Anyky Lima, conhecida como a Vó Anyky, atuou em várias frentes do movimento LGBTQIA+, inclusive pelos direitos das trabalhadoras sexuais. Foi presidenta do Cellos-MG (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual em Minas Gerais) e também foi representante estadual mineira da ANTRA. Faleceu em 2021, aos 65 anos, em Belo Horizonte, vítima de um câncer.

A partir do chamado de Fernanda para escrever sua biografia, convidei Lux Ferreira de Lima para esta empreitada. Lux Lima, hoje professore da Unicamp, na época era aspirante a um doutorado em Antropologia com um projeto de pesquisa sobre biografias e autobiografias de pessoas trans no Brasil e nos Estados Unidos, sob minha orientação. E começamos a trabalhar no livro neste mesmo ano. Já havia vários materiais que eu tinha coletado durante minha temporada na Universidade Federal da Paraíba, como entrevistas gravadas, diários de campo, materiais de campanha política e do movimento LGBTQIAPN+ e fotografias.

Fomos reunindo histórias e narrativas de Fernanda, de 2016 a 2019, entre idas e vindas entre João Pessoa e São Paulo, com visitas em sua casa no bairro Roger, registrando conversas informais e entrevistas, tanto com ela quanto com colegas de trabalho, amigues e familiares.

Lux pôde ficar alguns dias hospedade em sua casa em três ou quatro ocasiões e foi se aproximando de Fernanda Benvenutty ao mesmo tempo que ia aprendendo o ofício de trabalho de campo que, até então, não tinha realizado de forma mais permanente. Em uma de nossas primeiras visitas, Fernanda nos mostrou uma velha mala de viagem, onde ela guardava uma riqueza de materiais que não só registravam sua trajetória, mas do movimento LGBTQIAPN+ paraibano e nacional, tais como fotografias, documentos, jornais, cartazes, folders, que tivemos a oportunidade de digitalizar e disponibilizar para o acervo do Movimento do Espírito Lilás (MEL).

Nesse trabalho de elaboração coletiva de sua biografia, fomos aprendendo com Fernanda aquilo que ela desejava deixar como memória, o que deveria ser lembrado e o que deveria ser silenciado e esquecido (Lima, 2022). Grande parte da trajetória política de Fernanda já tinha sido registrada por mim durante a temporada em que vivi em João Pessoa e, então, nos dedicamos, naquele momento, a explorar outras faces de sua vida, tentando acompanhar os caminhos que ela escolhia compartilhar conosco.

Sua narrativa sobre si não seguia um fio linear e cronológico e era conduzida pelo seu desejo de relembrar eventos e situações que considerava importante: os amores, inclusive os da infância e adolescência; os dois casamentos; sua transição de gênero e a saída do lugar de origem para viver como travesti na capital; o ofício de parteira e técnica em enfermagem em hospitais; a experiência com a adoção de duas crianças e a maternidade; o Carnaval e as escolas de samba; sua

candidatura à vereadora e à deputada estadual; sua participação nas organizações trans e LGBTQIAPN+s na capital paraibana e a nível nacional; e, por fim, seu processo de adoecimento e morte.

Realizando um sonho de muitas jovens do interior, Fernanda Benvenutty, nascida em Remígio, no Cariri Paraibano, fugiu com um circo quando tinha seus 15 anos. Apaixonou-se por um jovem rapaz, trabalhador do circo e com ele viveu uma breve história de amor nos anos 1970. No circo, foi bilheteira, palhaça, trapezista e atriz. Nos espetáculos teatrais, sempre fazia personagens femininos. Com o circo, viajou por diferentes cidades e parece que ali já começou a experimentar tanto seus trânsitos de gênero quanto seu espírito viajante.

Durante a infância e adolescência em Remígio, sempre se percebeu como feminina, apesar da reprovação familiar, sobretudo paterna. Aos 16 anos, mudou-se para João Pessoa, a capital, já no final dos anos 70, em plena ditadura militar. A ideia era apenas passear na cidade e conhecer o mar, mas acabou ficando e só voltou a visitar a família cinco anos mais tarde. Essa decisão repentina de ficar em João Pessoa e não voltar para casa também está presente em outras narrativas de jovens travestis, que "acabaram ficando" mais tempo que o planejado em uma cidade ou mudando-se de lugar sem planejamento inicial.

A ida para João Pessoa foi um marco na trajetória de Fernanda, momento no qual iniciou seu processo de feminilização corporal, assumindo-se como travesti. Na capital paraibana, entrou pela primeira vez em contato com uma comunidade gay em formação e conheceu algumas poucas travestis que já circulavam pela capital e traziam informações sobre hormônios. Além disso, também atuou pontualmente na prostituição e depois interrompeu a atividade para se dedicar ao curso de técnica em enfermagem.

Para se sustentar, ela realizou diversos tipos de trabalho informal, como empregada doméstica, babá, ajudante de cozinha, cozinheira, garçonete, lavadeira e passadeira. Entre o final dos anos 70 e os anos 80, ainda no período da ditadura militar, Fernanda era uma das poucas travestis que circulava na cidade durante o dia. E foi aprendendo as estratégias de sobreviver e de escapar a várias formas de violência, tanto nas casas de família em que trabalhou, e sofreu assédio sexual, quanto nas ruas, por parte de clientes e homens. Já nos anos 90, depois de se formar em técnica em enfermagem, assumiu contratos temporários em hospitais e posteriormente ingressou em duas maternidades por meio de concurso público, uma em Goiana, na região metropolitana de Recife, outra em João Pessoa. Tornou-se parteira.

Nesses ambientes de trabalho, relatou muitos empecilhos, discriminações e violências, desde o momento da contratação, da renovação dos contratos, até os trabalhos cotidianos em que trouxe centenas de crianças ao mundo. Era vista como alguém que não deveria estar ali. Contudo, Fernanda atuou em hospitais até seu falecimento, aos 55 anos.

Ela tinha três sonhos, sendo que dois deles conseguiu concretizar em vida: ser mãe, política e escrever um livro sobre sua vida. Para concretizar estes sonhos, Fernanda dedicou-se ao movimento LGBTQIAPN+, na Paraíba e nacionalmente, candidatou-se três vezes a vereadora e uma vez a deputada estadual, virou muitas noites nos plantões hospitalares ao longo de três décadas, adotou duas crianças, que hoje já são adultas, e fundou uma escola de samba, a Unidos do Roger. Fez muitos movimentos e sua trajetória saiu da rota programada para grande parte das travestis no Brasil que tiveram que cair na estrada e sustentar-se com o trabalho sexual.

Conheci Fernanda em 2009, quando fiz meu primeiro contato com ela para me aproximar das questões que envolviam os transfeminicídios, período do assassinato de uma interlocutora de minhas pesquisas. Foram dez anos de convivência, entre idas e vindas, até sua morte, no início de 2020, um mês antes da eclosão da pandemia de Covid-19. Quando a conheci, ela era a presidente da Associação das Travestis e Transexuais da Paraíba (ASTRAPA), hoje Associação das Mulheres Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba (ASTTTRANS), cuja sede localizava-se no espaço do antigo teatro Cilaio Ribeiro, no centro de João Pessoa.

A ASTRAPA/ASTTTRANS foi fundada em 2002, com a participação de Fernanda Benvenutty, Andreina Giulliany, Geovana Laverna, Ana Beatriz Duarte e Lumara Vilar. Até então, a atuação militante das travestis era realizada dentro do Movimento do Espírito Lilás, o MEL, presidido à época por Luciano Bezerra, fundado em 1992, uma organização liderada sobretudo por homens cis e gays (Oliveira, T. 2017). Fernanda atuava tanto na ASTRAPA, na Paraíba, quanto nacionalmente, na ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), que foi fundada em 2000. Toda sua trajetória foi contada em livro, escrito por mim e Lux Lima, publicado no final de 2022, pela editora Patuá, resultado de entrevistas, conversas e trocas que tivemos com Fernanda

ao longo de cinco anos, em que fomos construindo juntes o projeto da sua biografia (cf. Benvenutty, Nascimento e Lima, 2022)[2].

"Ô abre alas, que ela vai passar"

Fernanda se foi no dia 2 de fevereiro de 2020, dia de Iemanjá, bem no início da pandemia de Covid-19. O câncer que a acometeu não deu trégua e ela não pôde ver seu livro publicado, tampouco comemorar (nesse plano) a vitória da sua escola de samba no Carnaval, 20 dias depois de sua morte. Naquele ano, o samba-enredo da Unidos do Roger foi justamente dedicado a ela, já prevendo a possibilidade de ela não estar mais presente.

"*Abram alas que ela vai passar, a Unidos do Roger vai te exaltar; Fernanda Benvenutty seu legado é imortal; hoje é o enredo do meu Carnaval*".

Para nós que ficamos ainda por aqui, Lux e eu, sua partida foi bastante dura e estávamos, naquela data, fora do Brasil e não tivemos a oportunidade de acompanhar presencialmente os rituais de despedida. Contudo, mantemos o projeto de finalização do livro e depois de várias tentativas e buscas de editoras que pudessem receber a publicação, tivemos uma resposta positiva da editora Patuá, de São Paulo, que lançou o livro em 2022.

Apesar de Fernanda não ter visto o livro finalizado, pôde ler uma das últimas versões em 2019, na última visita que Lux fez a ela, onde pôde fazer comentários do texto e balanços de sua vida. A imagem da heroína e da primeira travesti, batalhadora e invencível, aos poucos foi dando

[2] Na primeira aproximação com a ASTRAPA, elaborei um projeto de extensão, com o apoio da associação, "Olhares travestis", vinculado à Universidade Federal da Paraíba, em 2009, que tinha como propósito elaborar ações que envolvessem a universidade e a sociedade civil para contribuir para a desconstrução das imagens estereotipadas sobre travestis e mulheres trans. Por meio deste projeto, montamos a exposição fotográfica "Variações do Feminino". Depois deste primeiro projeto de extensão, vieram outros dois. "Olhares da Diversidade", que tinha como foco auxiliar o Movimento do Espírito Lilás na reconstituição da memória do movimento LGBTQIA+ na Paraíba e, posteriormente, em 2012, "Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba". Este último foi um programa, desenvolvido em coautoria com mais dois docentes da UFPB, Monica Franch e José Batista de Melo Neto, com apoio do Ministério da Educação, sendo parte dos resultados publicada em uma coletânea, **Entre o sertão e o mar: poéticas e políticas LGBT na Paraíba**, pela editora Devires (Nascimento e Franch, 2018), com a participação várias pessoas da equipe.

lugar a inseguranças por conta de seu processo de adoecimento e do afastamento de sua família biológica[3].

O processo da escrita da sua biografia foi bastante artesanal e coletivo. Foram horas e horas gravadas de conversas com Fernanda e com pessoas próximas a ela. Fomos dividindo, entre nós, a escrita dos capítulos e, à medida que ficavam prontos, líamos e revisávamos juntes, realizando uma produção conjunta de narrar e de escrever, e alternávamos com as falas de Fernanda, que ficaram destacadas no projeto editorial, como uma segunda voz. Assim, assinamos em três a autoria da publicação, com um generoso prefácio de José Cleudo Gomes, ativista LGBTQIAPN+, professor, doutor em Educação pela UFPB e amigo muito próximo de Fernanda que acompanhou durante anos sua carreira política. Cleudo também colaborou em diferentes momentos na produção do livro, oferecendo, generosamente, muitas informações sobre a trajetória pessoal e política de Fernanda, inclusive sobre o processo de sua partida, que foi para ele avassalador.

> Como contar histórias sobre uma vida que se encerrou no processo de relatá-la? Como sustentar o comprometimento dialógico na ausência da interlocutora e co-autora? Como interromper bruscamente o modelo narrativo pensado a partir de um arco de heroísmo e invencibilidade para fazer caber no desfecho do relato, em uma curva inesperada no momento da linha de chegada, a enfermidade, a fragilização e o perecimento? (Lima, 2022, p. 353).

Nas primeiras versões do texto, percebemos que nossa narrativa construía uma Fernanda Benvenutty heroína, invencível, romântica, cuja pessoa fomos redesenhando até encontrar um caminho onde as fissuras e os percalços pudessem aparecer. Na verdade, a heroína se revelava, inclusive, na maneira admirada como estabelecemos nossa relação com ela e até nos cegava. Aos poucos, cultivando uma relação de proximidade e confiança, nos deparamos com suas vulnerabilidades e tentamos fazer com que estas também estivessem presentes em nossa narrativa. O desafio estava em como realizar, em nós, um movimento de aproximação e distanciamento para tornar a linguagem do texto, de inspiração

[3] Benvenutty, Fernanda, Nascimento, Silvana, Lima, Lux. **Fernanda Benvenutty, uma política travesti.** São Paulo: editora Patuá, 2022. https://www.editorapatua.com.br/fernanda-benvenutty-uma-politica-travesti-de-fernanda-benvenutty-silvana-nascimento-e-luiza-ferreira-lima/

antropológica, acessível para diferentes públicos e que pudessem fazer sentido para Fernanda e para quem desejasse ler sua história.

Os primeiros relatos que ela nos ofereceu foram aqueles sobre os amores que teve, desde sua fuga no circo na adolescência, até seus dois maridos. Passamos muitos cafés em sua cozinha ouvindo histórias sobre seus afetos (e desafetos) e também sobre diferentes experiências de violência e de dor. Outro assunto que ela também dedicou muito tempo da sua narrativa foram os processos de adoção de seus dois filhos, Welan e Welania, e como elaborou sua maternidade com o auxílio e o cuidado de dona Maria, sua mãe. Aos poucos fomos entendendo os meandros de uma maternidade fragmentada e complexa, cujas crianças também a chamavam de tia e a avó de mãe (já falecida), e revelavam faces contraditórias de toda uma vida na busca de ser reconhecida como mãe de família, travesti, profissional da saúde e ativista LGBTQIAPN+. A maternidade, para ela, encontrava-se tanto na relação que estabelecia com suas pacientes em processo de parto quanto com seus filhos, que mantinham com ela uma relação de afeto, ainda que marcada por ambiguidades.

A questão familiar, tão complexa e dolorosa quando envolve pessoas trans, mostrou-se bastante tensa inclusive no momento de sua partida já durante o velório, onde parentes começaram a levar embora pertences da sua casa, expulsaram amigos e integrantes da Unidos do Roger que estavam em sua casa confeccionando os figurinos às vésperas do Carnaval e, por fim, colocaram aquela rica e antiga mala de viagem na calçada, onde toda uma vida militante estava ali.

Houve, assim, uma dupla morte e de negação de toda uma trajetória que não foi reconhecida por membros de sua família biológica. Felizmente Andreina Vilarim, uma das amigas que acompanhou Fernanda nos últimos meses de sua vida, pôde recuperar a mala e guardá-la em sua casa. Outra amiga fundamental foi Ana Beatriz Duarte, decoradora, que também a acompanhou nesse período de adoecimento. Foi essa família de afeto – amigues, integrantes da escola de samba e os orixás – que estava com Fernanda no final de sua vida. Não foram os irmãos, nem cunhadas, nem filhos, nem o pai. Grande parte deles moram em Remígio, pequena cidade na região do Cariri paraibano, lugar que tive a oportunidade de visitar em duas ocasiões.

A primeira vez foi acompanhando sua campanha eleitoral como deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores, em 2011, e a segunda foi para entrevistar seu filho, seu pai e seu cunhado para a escrita do livro.

Como conta José Cleudo Gomes (2022), a visita a Remígio durante sua campanha eleitoral parecia uma cena de "Tieta", o romance de Jorge Amado, aquela que retorna triunfal para sua cidade natal, com uma comitiva que incluía inclusive uma antropóloga meio fotógrafa (que era eu, no caso). À medida que Fernanda caminhava pela cidade, lembrava-se dos seus tempos de infância e adolescência, revivendo pedaços de sua
história.

Em Remígio, visitou vários parentes – irmãos, tios, sobrinhos, cunhadas. Em cada casa, deixava santinhos e pregava adesivos e cartazes nas portas, demarcando espacialmente sua campanha eleitoral. Algumas pessoas nas ruas e calçadas demoravam a reconhecê-la e, muitas vezes, chamavam-na pelo nome de nascimento – Eliziário Bemvindo da Silva.

O sobrenome Benvenutty foi uma forma de dar continuidade ao sobrenome familiar, Bemvindo, traduzido livremente para o italiano. Na sua cidade natal, Fernanda pôde visitar lugares que pouco frequentou ao longo de anos e rever pessoas que, até então, conheciam Eliziário e não Fernanda.

O retorno às suas origens possibilitou uma atualização do presente reforçando sua ascensão social, retornando à sua cidade não mais como um rapaz que "dava muito trabalho" para a família, mas como uma travesti bem sucedida, servidora pública, candidata à deputada estadual pelo PT.

Nas duas visitas que fiz à sua cidade natal, Fernanda mostrava-se confiante e parecia ser uma pessoa de referência na família, sobretudo porque a apoiava economicamente. Apesar de seu pai nunca ter aceitado sua identidade de gênero, e de ela ter sofrido diferentes experiências de violência doméstica especialmente na infância e na adolescência, fez questão que eu o conhecesse e o entrevistasse. Sempre se mostrava forte e sorridente, orgulhosa de ter sido uma das primeiras travestis a afirmar-se publicamente na região, de ter conquistado cargos públicos como técnica em enfermagem, dirigir escolas de samba, ser referência no movimento trans etc.

> Fernanda, ao mobilizar o modelo de narrativa heroica e de pessoa pronta, autônoma [...] reivindica para si e para a própria história papeis e agência a ela denegados, e repudia a única modalidade de reconhecimento oferecida – marcada por instâncias de desprezo, pena, interdição ao estatuto de pessoa. Nega, ademais, a capacidade desta dinâmica de

> enquadramento e de relação subjetivação-assujeitamento atingirem-na. Faz, da sua oralitura, autodefesa (Lima, 2022, p. 351).

Lux Lima, no último capítulo de sua tese de doutorado, refletiu sobre esse processo de construção da personitude de Fernanda e apontou, em sua narrativa biográfica, que havia uma negação do lugar da vítima que a colocava em um lugar intangível, como liderança, mas que, ao mesmo tempo, ia se fraturando e transbordando para fora desse enquadramento. Essas fraturas emergiram também na relação que se estabeleceu entre nós, Fernanda e a escrita. Com nosso apoio, ela concretizou o desejo de ter seu livro publicado, para que sua vida pudesse ser conhecida entre as novas gerações; e com o apoio dela, pudemos construir uma escrita compartilhada e, com a perspectiva de uma antropologia implicada, elaborar uma narrativa que pudesse perseguir sua oralitura (Martins, 1995).

Ao acompanhar Fernanda entre Remígio, João Pessoa e São Paulo, pude conectar diferentes pesquisas que realizei com travestis e reforçar a centralidade do movimento para pensar seus modos de ser e estar no mundo. Ela não parava de transitar por espaços muito heterogêneos, circulava entre “aquilo e aquilo outro”, como ela mesmo dizia. Realizava plantões em três hospitais diferentes, ao longo da semana e, entre os plantões, participava tanto das atividades da escola de samba quanto dos movimentos LGBTQIAPN+ na Paraíba e em outras regiões do país.

Sua longa atuação em hospitais e maternidades, e sua participação em inúmeros partos, aproximou-a de ambientes familiares heteronormativos e de mulheres cisgênero, sobretudo de classes populares. Também atuava na Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e na Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e realizava muitas viagens pelo Brasil, tornando-se uma das principais referências do movimento trans, ao lado de outras companheiras como Keila Simpson.

Fernanda pertencia a muitos lugares e plantou sementes em vários terrenos. Nunca ficava parada, evidenciando um multipertencimento e, ao mesmo tempo, um incômodo deslocamento. E daí, possivelmente, estava seu desejo de deixar sua trajetória registrada para a posteridade, em forma de livro. E encontrou em nós essa possibilidade.

Antropologias e suas implicações na vida

Escrever a biografia de Fernanda, ao lado de Lux Lima, teve um forte atravessamento antropológico e uma natureza de fazer compartilhado e plural. Foi uma escrita a muitas mãos, inclusive com a colaboração tanto da família de afeto de Nanda, como era tratada entre as pessoas mais próximas, quanto da família biológica. Envolveu conversas, entrevistas, pesquisas documentais e um longo processo de escrita relacional até encontrarmos uma escrita que pudesse ser lida por um público amplo, para além do circuito acadêmico. Essa forma de escrever e de narrar veio ao encontro da necessidade de aprofundar a proposta de uma antropologia implicada (Albert, 1995) e do exercício de um certo ativismo intelectual (Collins, 2013).

Essa perspectiva antropológica permitiu contar e registrar diferentes histórias de Fernanda Benvenutty de modo a acompanhar seu percurso narrativo, sua elaboração de si e apresentar sua própria fala como uma terceira voz. Permitiu também, pelo trabalho do tempo e pela relação com Fernanda, uma crítica dessa mesma perspectiva e do quanto é necessário sempre estarmos alertas para não reproduzimos imagens do controle em relação a pessoas trans e travestis.

Por meio de Fernanda, e com Fernanda, pudemos aprender a cultivar uma vigilância epistemológica e ética e fazer justiça à sua imaginação e às suas experiências. Construímos um feliz encontro que pôde tornar visível a imaginação de outros mundos para a transformação das estruturas de poder por meio da valorização da memória da vida travesti. Fernanda, presente!

Referências:

ALBERT, Bruce. « Anthropologie appliquée ou 'anthropologie impliquée'? ». In: BARÉ, Jean-François (ed.) **Les applications de l'anthropologie: un essai de réflexion collective depuis la France**. Paris: Karthala editions, 1995, pp. 87-118.

COLLINS, Patricia Hill. "Truth-telling and intellectual activism". **Contexts**, vol. 12, n. 1, p. 36-41, 2013. DOI 10.1177/1536504213476244.

LIMA, Lux Ferreira. **Trânsitos em texto: uma análise comparada de biografias e autobiografias de pessoas trans no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

Resumen:

Este ensayo pretende aportar una reflexión sobre el proceso colectivo de escritura de la biografía de una de las más importantes activistas del movimiento trans y travesti en Brasil, Fernanda Benvenutty, fallecida en 2020. Presenta los cruces y desafíos enfrentados por las personas que escribieron el libro en la preparación de la obra, así como algunas de las resonancias antropológicas que resultaron de este encuentro.

Palabras clave: Travesti; Biografía, Fernanda Benvenutty; Antropología

Silvana DE SOUZA NASCIMENTO

Professore de Antropologia da Universidade de São Paulo. Atua há quase vinte anos com temáticas que envolvem pessoas trans no Brasil. Coordena o grupo de pesquisa COCCIX – Estudos indisciplinares do corpo e do território e co-coordena o coletivo Corpas Trans na USP.

Recebido em: 18/03/2025

Aprovado em: 04/05/2025

ISSN 2525-6904

ENSAIO

Discurso em disputa e transindividuação: sentidos de paternidade e masculinidade na campanha da Natura

Carlos Henrique Bem Gonçalves, *Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (PPGL/PIPD-CAPES)*

Resumo. Este trabalho analisa a batalha discursiva em torno dos significados sobre paternidade nas redes sociais. A presença de um homem trans numa campanha publicitária sobre o "dia dos pais" de uma empresa de cosméticos disparou a convocação ao boicote à empresa protagonizada por um conhecido pastor evangélico neopentecostal. Baseados na teoria da individuação e conectados a uma perspectiva de linguagem insubordinada, conhecida como Linguística *Queer*, analisamos os efeitos de sentido dos discursos em disputa. Apontamos que a cisheteronormatividade se apresenta na forma de batalhas discursivas que pretendem regular, autorizar, punir e (des)legitimar os corpos que podem ser socialmente reconhecidos como "pais de verdade".

PALAVRAS-CHAVE: Cisheteronormatividade. Transindividuação. Discurso. Linguística *Queer*.

Introdução

A forma como nos constituímos enquanto indivíduos já foi tema de investigações epistemológicas e debates teóricos intensos, sobretudo no campo da filosofia que tem refletido sobre as pretensas estabilidades nesse processo e as rupturas inerentes a ele. Muitas teorias ignoraram o devir nesse movimento de constituição do ser considerando seus aspectos biológicos, psicossociais, físicos, sociais e culturais. Para sustentar esse argumento nos ancoraremos na teoria da individuação de Gilbert Simondon (1989, 2020) e estabeleceremos relações com a Linguística *Queer* (Bem Gonçalves, 2019, 2024; Borba, 2014, 2015, 2020; Lewis, 2018; Lívia e Hall, 2010; Santos Filho, 2020) derivada das contribuições da teoria da performatividade, da filósofa Judith Butler (2015), para analisar uma interação polêmica nas redes sociais quando a empresa Natura lançou uma campanha publicitária alusiva ao "Dia dos Pais" em que um homem trans aparece com uma das personagens da campanha.

Uma das principais contribuições do pensamento filosófico de Simondon (1989) é refletir sobre a questão da "forma" como uma cadeia conceitual que agrega as noções de metaestabilidade, campo de intensidade, energia potencial e informação. Para o filósofo a "forma" é pensada como informação e não mais como princípio de individuação, deixando de ser compreendida no modelo tradicional de transmissão de informação (emissor - receptor) de forma estável e quantificável, passando a ser entendida como uma relação complexa de trocas, irreversível e significativa já que os sujeitos emergem na interação por meio de um fundo pré-individual que passa a atuar como indivíduo, mas também como meio de transmissão de uma mensagem. Desta forma, a individuação é o ponto central de reflexão nas interações – offline, mas também online – já que o importante é "conhecer o indivíduo através da individuação e não a individuação a partir do indivíduo" (Simondon, 1989, p. 12).

O filósofo observa os processos de correlação e reciprocidade a partir da noção de campo magnético, oriundo dos estudos da física. Nesse caso, observa as características de imantação quando da inserção de uma barra de ferro não-imantada num determinado campo magnético. Simondon (1989) observa que quando essa barra se insere no campo ela passa por uma transformação e absorve as características de imantação a partir dos imãs que já formavam esse campo. Sendo assim, a barra não-imantada se torna parte integrante desse mesmo campo

constituindo-se como “cidadã da república do conjunto, como se ela própria fosse um imã criador desse campo” (Simondon, 1989, p. 44). Essa observação sobre o campo magnético possibilitou que o filósofo concluísse que há um campo de forças no qual a interação entre as partes se traduz em “processos muito mais refinados por intermédio do todo onde intervém mudanças seletivas” (Simondon, 1989, p. 46).

No entanto, não é possível estabelecer relações diretas entre a “forma” com estabilidades ou probabilidades já que os indivíduos estariam, em todas as suas formas físicas, biológicas, psicossociais e culturais, num estado provável de morte. Para Simondon (1989), o estado de morte é a degradação porque nenhuma transformação pode ser realizada sem que haja uma intervenção de energia exterior ao sistema degradado, ou seja, uma estrutura não poderia ser transformada ou modificada sem que haja uma força externa que atue sobre esse sistema de forma que possa fazê-lo se modificar. O estado de morte é um estado estável, fixo, rígido porque não possui um embrião de devir. Com isso, a pretensa ideia de estabilidade e homogeneidade de um campo de forças não é o que, necessariamente, produz formas estáveis e significativas, mas uma contínua repetição dessa forma em domínios novos, como é o caso da internet, na sociedade contemporânea.

Na perspectiva da teoria da individuação a possibilidade de um equilíbrio dentro desse campo de forças somente se dá por meio da metaestabilidade já que esse sistema não se mantém em estabilidade, mas numa essência de intensidade que possui um alto nível de energia potencial. Pensar a metaestabilidade significa imaginar esse sistema como operador de processos interativos de forças que garante a continuidade do sistema por meio da repetição dos padrões energéticos e da assimilação de novos integrantes para esse campo. Por isso, um campo metaestável atua para positivar o processo exercendo certo poder e força sobre o outro de modo que esse campo não desapareça.

Simondon (2020), compreende que emoção e afeto são dimensões do ser que possibilitam dilatar o entendimento da constituição desse ser. Frente a isso, recorre aos estudos da psicologia para formular que o psiquismo é um campo formado por sucessivas individuações que possibilitam a comunicação dessas particularidades para resolver *tensões* – também nomeadas pelo filósofo como *problemáticas* – já que a individuação psíquica, para Simondon (2020), diz respeito a um estado de evolução mental de um indivíduo ancorado nas emoções, na percepção de mundo e na significação. Na formação dessa individuação psíquica o indivíduo poderia transcender seus limites, muitas vezes

impostos pelo próprio sistema de forças no qual se insere como cidadão, adotando um movimento transindividual, quando o indivíduo poderia romper com a problemática da individuação recorrendo a novas tensões e, de certa forma, assumindo um protagonismo dentro do próprio sistema em que faz parte, deixando de ser um indivíduo que apenas repete em cadeia as normas e regras desse sistema. Dessa forma, o transindividual é aquele indivíduo que está em permanente devir no mundo e não mera reprodução substancial no mundo que habita. Para Simondon "é preciso partir da individuação, do ser apreendido em seu centro segundo a espacialidade e o devir, e não de um indivíduo substancializado diante de um mundo estranho a ele" (Simondon, 2020, p. 25).

Frente a isso, um componente imprescindível para se pensar o transindividual é a informação. Para Simondon (2020), a informação é um campo de tensão entre dois polos de energias que interagem. Isso porque a informação é o mecanismo que possibilita a individuação, sendo, portanto, impossível existir individuação sem informação. De acordo com o filósofo, a informação é um processo contínuo de transformação que está ancorado no próprio devir de individuação daqueles que participam de uma dada interação.

Nosso entendimento é que a informação constitui a individuação, no entanto, para existir individuação, informação e a possibilidade de protagonismo transindividual - que passaria a questionar o sistema em que está constituído como indivíduo - é necessário que esse processo aconteça na/pela linguagem. Desta forma, pretendo aproximar o construto filosófico de Simondon às minhas pesquisas sobre gênero, constituição de identidades, sexualidade e estudos da linguagem me ancorando num campo de pesquisa que tem sido nomeado de Linguística *Queer*.

Da potência *queer* na linguagem

O uso do termo em inglês "*queer*" que, inicialmente, fora utilizado como um insulto e ofensa à homossexualidade resultaram num consolidado campo de estudos (Bento, 2014; Butler, 2002; Louro, 2008; Miskolci, 2014, 2015; Saéz e Preciado, 1997) que investigou, entre outras questões, como um insulto verbal pode se tornar instrumento de apropriação linguística e possibilitar deslocamentos no seu significado de forma a gerar sentidos de orgulho, pertencimento, contestação e

resistências às hegemonias, notadamente, aquelas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, apontadas por estes estudos como "heterossexualidade compulsória".

Nosso objetivo não é traçar esse histórico já documentado na literatura científica, mas recorrer às recentes conceituações de cisnormatividade e cisheteronormatividade como estruturas sociais naturalizadas para sedimentar o caminho que pretendemos percorrer no objetivo deste trabalho. Para isso, recorremos às epistemologias transfeministas, derivadas destes estudos *queer* citados, acima.

Segundo Viviane Vergueiro (2015, p. 57) a cisgeneridade se localiza na coerência entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais, "englobando, via cisnormatizações, possibilidades definitórias restritas para corpos e identificações, bem como regulações sobre expressões de gênero." Por outro lado, conforme a transfeminista, a heterossexualidade é um processo de reconhecimento de desejos e práticas sexuais que está interligado com a genereficação dos corpos. Esse movimento interseccional entre a heterossexualidade e a cisgeneridade é produzido e sustentado por normas sociais e estruturas de poder, sendo apresentado como algo natural e alinhado, o que possibilita "uma potencial problematização do termo 'hetero' para se pensarem tanto as normatividades de desejos e práticas sexuais quanto para se pensarem as regulações do cistema sexo-gênero: cisheteronormatividade" (Vergueiro, 2015, p. 57).

Para Beatriz Bagagli (2013) a cisnormatividade está organizada num conjunto de regras que estabilizam poderes institucionais e não institucionais. Elas têm como um dos efeitos a produção da cisgeneridade como sinônimo de identidade de gênero, ou o que se espera que seja projetado como identidade de gênero, de forma que ela se naturalize como uma expressão "natural", "biológica", "congruente" entre sexo biológico e identidade.

Nesse processo de construção se naturaliza a suposta espontaneidade da cisheteronormatividade já que nos parece que ela está localizada num conjunto de "estruturas, instituições, relações e ações que promovem e produzem a heterossexualidade – e aqui acrescentamos a cisheteronormatividade - como natural, autoevidente, desejável, privilegiada e necessária" (Cameron; Kulick, 2003, p. 55).

O linguista Danilo Silva (2020) sugere que a cisheteronormatividade se trata de um produto da "materialização discursiva" (Motschenbacher, 2011, p. 153) que estabiliza as identidades sexuais e de gênero e destaca os processos histórico-linguageiros de

citação e recitação de normas hegemônicas produzindo "graus elevados de materialização discursiva exatamente quando alcançam efeitos de evidência, naturalidade e neutralidade" (Silva, 2020, p. 291).

Dito isto, para analisar as interações discursivas que envolvem esse contexto cisheteronormativo e compulsoriamente heterossexual, me afilio à Linguística *Queer*. Trata-se de um campo de pesquisa indisciplinar da linguística aplicada que tem como escopo central um exercício crítico às normatividades, buscando colocar em dúvida os processos hegemônicos nas construções de identidades, expressões de gênero e sexualidade. Nesse caso, estaríamos diante de um grupo de pesquisadores que podem ser entendidos como transindividuais, nos termos de Simondon (2020), já que se trata de indivíduos que passam a contestar as regras de um sistema de produção de conhecimento – a linguística – que possui formas e estruturas bastante rígidas no modo de fazer pesquisa. Daí a ideia de se propor uma Linguística *Queer*, ou seja, um campo de pesquisa inter e indisciplinar dentro da linguística que passa a contestar essas estruturas rígidas, ou seja, um exercício da transindividualidade.

Além disso, minha afiliação à Linguística *Queer* (LQ, doravante) pretende atender ao chamado do linguista Rodrigo Borba (2015) para quem é necessário *queerificar* os estudos linguísticos e isso significa adotar uma postura teórica, analítica e política na "desessencialização e desontologização da relação entre linguagem e identidades sociais" (Borba, 2015, p. 102). Conforme o pesquisador, linguistas *queer* buscam desenvolver pesquisas politicamente engajadas. Para ele, isso significa investigar e produzir uma visão mais nuançada sobre como os sujeitos utilizam da linguagem para se constituir nas limitações heteronormativas – e aqui acrescentamos cisheteronormativas – de discursos que naturalizam posições de sujeito, como a linearidade entre sexo biológico e expressões de gênero e sexualidade. Conforme Borba (2015, p. 102) "essa *queerificação* pode ter efeitos decisivos no escopo do campo dos estudos linguísticos que têm por muito tempo reduzido seus sujeitos de pesquisa a indivíduos brancos, de classe média, heterossexuais".

O olhar politicamente engajado que linguistas *queer* adotam em suas investigações foi sistematizado por Silva (2020, p. 284) em quatro pontos que parecem se encontrar nessas pesquisas, sendo:

> a) a concepção radicalmente performativa em relação a linguagem, gênero, corpo e sexualidade; b) a afirmação da mediação semiótica nos processos de subjetivação e de inteligibilidade; c) o foco analítico

> nas práticas discursivas localmente situadas; d) a impureza como vetor teórico-metodológico.

Desta forma, linguistas *queer*, em geral, se dedicam a investigar processos linguageiros que lhes possibilitam desnaturalizar o uso que sujeitos fazem da linguagem (performances) apontando para tensionamentos sobre as relações estáveis e universalistas na constituição identitária dos sujeitos. Esse movimento teórico-metodológico deixa "explícito que o alcance analítico da LQ não está restrito a produzir explicações sobre performances linguísticas e identitárias de sujeitos desviantes das normas de gênero, como se fosse essa uma 'linguística LGBT'" (Silva, 2020, p. 290).

A Linguística Q*ueer* é também um campo transdisciplinar e isso significa que ela busca se ancorar em categorias de análise e metodologias dos mais diversos campos, como é caso da filosofia da linguagem e da antropologia linguística.

Como tentativa de fazer um exercício prático de aproximação da filosofia de Simondon com a Linguística *Queer*, recorrerei às categorias de análise propostas pela antropologia linguística para imaginar possibilidades transindividuais de resistência em interações online no Brasil contemporâneo marcado pela ascensão da extrema-direita, notadamente, no que temos nomeado como Bolsonarismo.

Entextualização, performatividade e indexicalidade: possibilidades de resistência *queer*

A entextualização é um movimento discursivo que possibilita a descontextualização e recontextualização de um acontecimento. Para Bauman e Briggs (1990) a entextualização é a capacidade de extrair um discurso e um trecho de produção linguística – texto – que pode ser alçado do seu cenário interacional. Esse movimento é possível porque os discursos não estão, necessariamente, atrelados a um contexto em específico (Briggs, 2005, p. 273) e podem, desta forma, "ser visto não como restrito a um contexto único e limitado, mas continuamente descontextualizado e recontextualizado - extraído de certos textos, gêneros, contextos e mundos sociais e inserido em outros" (Briggs, 2007, p. 562).

Diante disso, temos que qualquer discurso pode ser extraído e transportado de um contexto ao outro, de modo que os significados vão se constituindo de forma guiada e sedimentando processos de significação por meio da interação. De acordo com Moita Lopes (2006, p. 39) "todo discurso é ideológico, uma vez que todo usuário está imbricado nos significados que produz, revelando seus interesses, valores e visões de mundo". Sanque (2020, p. 44) sedimenta esse pensamento ao inferir que a entextualização acontece como produto de "escolhas ideológicas" de modo que os significados produzidos sejam, posteriormente, recontextualizados.

Esse movimento de entextualização só é possível se o signo se deslocar de um contexto ao outro num constante círculo de repetição e inovação que Derrida (1977) chamava de *differance*, ou seja, repetição e inovação nos processos de significação. Para Pennycook (2010), a repetição mesmo 'da mesma coisa' sempre vai produzir novos significados, ou seja, a repetição de uma palavra, de uma frase, sempre vai se renovando de acordo com o contexto em que é repetido já que "repetir um processo nunca o faz idêntico ao primeiro, pois a própria repetição é um fator de mudança" (Blommaert, 2014, p.9). A linguista Branca Fabrício (2012, p. 05) infere que

> a sucessiva entextualização-descontextualização-recontextualização produz, em cada fase, um discurso reconfigurado e um novo texto contendo traços de contextos antecedentes e do entorno emergente – um texto que tem uma história única atendendo a regularidades socioculturais e também à contingência efêmera.

Nesse complexo movimento de entextualizações é possível observar que os textos circulam numa trajetória (Blommaert, 2005; Fabrício, 2012), "constantemente respondendo a textos anteriores e sendo recontextualizados em práticas discursivas posteriores" (Sanque, 2020, p.74). Os linguistas Blommaert e Rampton (2011, p. 11), dizem que "a construção do significado e a interpretação são vistos como momentos na mobilidade de textos e enunciados para os caminhos através dos quais textos enunciados viajam".

Esse movimento de entextualização me parece estar diretamente relacionado com os conceitos de ato performativo e performatividade. A filósofa Judith Butler (2002, p. 69) explica que o ato performativo está relacionado com uma "cadeia de repetições que se sustenta num poder moral vinculante" e que a performatividade acontece quando "um ato performativo autoriza, desautoriza (ou pune) uma série de relações

sociais ou sexuais (exercendo certo poder sobre o outro)" que manteria uma estrutura rígida, ou seja, a heterossexualidade compulsória e, aqui, acrescento a cisheteronormatividade, quando as regras da vida em sociedade passam a impor padrões de vivência em que pessoas trans são retiradas das suas autonomias para vivenciar suas expressões de gênero.

Entextualizar, então, é um dos efeitos da performatividade, quando os grupos sociais se movimentam no tecido social para exercer poder na tentativa de manter em funcionamento essa estrutura rígida, mas também uma possibilidade para que grupos subalternizados coloquem em questionamento essa mesma estrutura. Desta forma, a entextualização e a performatividade agem para indexar sentidos e significados quando falamos de corpos trans.

A indexicalidade possibilita identificar os significados que estão fixados e/ou sendo desestabilizados num dado contexto social. Fabricio (2013, p. 155) afirma que "significados e relações emergentes em interações locais estão sempre referidos a um repertório de convenções macrossociais (não redutíveis ao evento imediato)". Por isso, olhar a linguagem como produtora de efeitos indexicais nos permite observar os signos como integrantes dessa trama de entextualização e performatividade de forma que "os signos linguísticos e não-linguísticos mobilizados referem-se a ações textuais em cadeia que indexicalizam os significados sócio-históricos entrelaçados a sistemas ideológicos de crença" (Moita Lopes; Fabrício; Guimarães, 2019, p. 5). Para Silva (2020, p. 287) a perspectiva indexical do significado "emerge no interior das interações sociais, da negociação entre sujeitos engajados em práticas discursivas, sob o efeito de modelação advindo de vetores históricos, culturais, ideológicos, em jogo na própria produção dos significados".

No entanto, para Borba (2020b), a situacionalidade radical dos signos indexicais permite o surgimento dos sentidos de normatividade e de subversão contextualizados nas ações locais e não podem ser entendidos como anteriores ao engajamento discursivo. De acordo com o linguista, numa perspectiva *queer*, as identidades são entendidas como "fenômenos intertextuais já que, para fazer sentido, os signos usados localmente reavivam conexões com práticas, relações, grupos sociais e instituições que o usaram anteriormente" (Borba, 2020b, p. 31). Desta forma, para utilizar esse construto teórico nas investigações sobre gênero e sexualidade, o linguista orienta o seguinte caminho:

> para investigarmos a relação entre cis-heteronormatividade e sua contestação não devemos tomar esses fenômenos como anteriores à prática social ou como propriedades de certos indivíduos, mas sim como emergentes de um contexto discursivo específico. A indexicalidade é o mecanismo cultural que movimenta a performatividade ao vincular nossas ações linguísticas situadas a outras "práticas que sistematicamente formam os objetos dos quais falam" (Foucault, 1972, p. 64), ou seja, a discursos. É nessa relação entre língua e discurso que a cis-heteronormatividade e sua contestação se materializam em nossas ações diárias (Borba, 2020b, pg. 31).

Desta forma, entextualização, performatividade e indexicalidade estão intimamente imbricados num processo de produção discursiva que pretende deslegitimar a presença de um corpo transmasculino na campanha de dia dos pais. Os índices indexicais de homem e paternidade parecem ser o que estão em disputa nesses embates discursivos. Sendo assim, passaremos à análise do material.

Cis-heteronormatividade como trans-individuação

A empresa Natura anunciou que em sua campanha do dia dos pais, no ano de 2020, o ator trans Thammy Miranda, que no mesmo ano foi eleito como o primeiro homem trans vereador na cidade de São Paulo, estaria entre os contratados para protagonizar a campanha. Essa informação gerou reações de grupos conservadores nas plataformas de mídia social, sobretudo de líderes religiosos vinculados a igrejas evangélicas neopentecostais. Frente à notícia o pastor evangélico Silas Malafaia convocou um boicote à empresa de cosméticos no seu perfil pessoal na rede social *Facebook* e no antigo *Twitter*, atualmente X.

Esse trabalho se insere num contexto de avanço do neoconservadorismo, ou seja, no aumento de religiosos conservadores atuando na esfera pública alçados num discurso de defesa da moral religiosa que serviria de base para a regulação da vida social e reprodutiva da população, como afirmam Juan Vaggione, Maria das Dores Campos Machado e Flávia Biroli (2020). Lucas da Silva e Vicente Tchalian (2019), ao analisar as masculinidades cisgêneras e os controles de acesso da comunicação heteroterrorista identificaram que no Brasil contemporâneo a aversão à "ideologia de gênero", somada ao retorno da "ameaça comunista" e das discussões acerca do aborto e direitos

reprodutivos, são estratégias que envolvem a construção de uma fantasia coletiva que será compartilhada e reproduzida. Essas repetições vão solidificando essas fantasias como sensação de verdade e, assim, performativamente vão agindo sobre os corpos, as cidades, o planeta.

Thammy Miranda passou pela transição de gênero anunciando sua identidade trans, publicamente, no ano de 2014. Ele se tornou pai em 8 de janeiro de 2020, com o nascimento de seu filho Bento, fruto de seu relacionamento com Andressa Ferreira. O processo de gestação aconteceu por meio de fertilização *in vitro* (FIV). O casal realizou o procedimento nos Estados Unidos, utilizando o óvulo de Andressa e um banco de doadores de sêmen. A escolha foi feita com base em características genéticas compatíveis com os dois. Quanto à identidade de gênero no relacionamento, trata-se de uma relação cis-trans, pois Thammy é um homem trans, e Andressa Ferreira é uma mulher cisgênero. A presença de um homem trans na campanha específica do dia dos pais de uma das maiores empresas de cosméticos travou uma verdadeira batalha em torno dos significados de masculinidade e paternidade, conforme podemos observar na publicação, abaixo.



Figura 01: Boicote incentivado pelo Pastor Silas Malafaia
Fonte: twitter.com/pastormalafaia

O convite para o boicote à marca se sustenta no incômodo do líder religioso com a presença de um homem trans exercendo o papel de pai. É possível perceber que o pastor descontextualiza a campanha ao dizer que a Natura coloca uma mulher para fazer o papel de pai, quando na verdade o vídeo publicitário[1] apresenta vários homens possibilitando a dilatação dos índices indexicais de paternidade e masculinidade, ou seja,

[1] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w8AQe9jop8Y&t=22s

para a campanha da Natura ser pai é quem cuida e quem está presente o que justifica o uso da hastag #paipresente como destaque da campanha, não cristalizando a função de paternidade à biologia dos corpos – cisgêneros ou transgêneros. Ao descontextualizar a campanha, o líder religioso possibilita a recontextualização de forma que busca indexar a campanha da Natura como uma afronta aos valores cristãos, mas alinhadas às perspectivas ideológicas do seu grupo religioso.

Recorrendo a Simondon (1989, 2020) estaríamos frente a uma individuação - a do pastor - que não rompeu com o sistema cisheteronormativo em que está inserido, passando a reproduzir um campo de forças que pretende assimilar àqueles que não se reconhecem no sistema (cis-heteronormativo). A informação, neste caso, se constitui como um campo de fricção entre uma individuação que reproduz o sistema de crenças e o transindividual, ou seja, uma campanha publicitária que transcende as regras do sistema binário sexo-gênero que sedimenta os significados de paternidade e masculinidade que passam a constituir um modelo social de autorizações e punições acerca dessas regras que foram entextualizadas e indexicalizadas num processo de repetição.

Os papeis de gênero, tanto na campanha da Natura quanto na reação do líder religioso se faz presente num permanente processo de informação atrelado ao devir da individuação (Simondon, 2020). Na campanha é possível perceber um movimento performativo de ressignificação e fricção com a norma já que, no contexto cultural em que vivemos, paternidade é uma função social exercida por homens cisgêneros e masculinidade está relacionada com o distanciamento de emoções como cuidado, afeto e presença na educação e formação dos filhos. No Brasil, cinco milhões de crianças não possuem o nome do pai na certidão de nascimento de acordo com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil)[2] o que mostra que o exercício da paternidade se sedimenta nesse distanciamento afetuoso com a prole. O oposto do que performativamente é atribuído aos papeis de gênero feminino.

O chamado ao boicote parece localizar o líder religioso na dimensão da “individuação psíquica” (Simondon, 2020) já que esse estado, como vimos, está atrelado a aspectos mentais conectados com

[2] Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-jan-02/brasil-registrou-mais-de-1722-mil-criancas-sem-nome-do-pai-em-2023/#:~:text=Em%202023%2C%20dos%202%2C5,da%20Transpar%C3%AAncia%20do%20Registro%20Civil.

emoções como o medo que o pastor parece externar frente a presença de um homem trans representado de forma natural numa campanha publicitária. Além disso, a individuação psíquica está ancorada na percepção de mundo e, neste caso, a percepção do pastor é a de que ser homem depende de uma marcação biológica do órgão sexual masculino, sendo essa a percepção que resulta nos processos de significação. Isso explicaria a dificuldade que o pastor parece ter em respeitar a presença de corpos trans em espaços de visibilidade midiática, tradicionalmente ocupados de forma exclusiva por homens cis.

O chamado ao boicote também se fundamenta numa tentativa performativa de manutenção da matriz de inteligibilidade de gênero. O pastor associa o corpo transmasculino à biologia, indexando identidade à necessidade da conformidade linear entre corpo biológico, gênero e expressões identitárias. Esse movimento discursivo busca indexar a ilegitimidade dos corpos transmasculinos arrancando-lhes a possibilidade de exercício da paternidade, da masculinidade e das suas próprias identidades. A presença do corpo transmasculino no papel de pai faz o líder religioso entender como uma afronta aos valores cristãos. A cultura judaico-cristã tem como premissa que a função social dos corpos, supostamente dada por Deus, é a procriação e desta forma, corpos masculinos nascem biologicamente com pênis e corpos femininos nascem com vagina e útero para cumprir esse papel divino de reprodução da espécie, expressão máxima da cisheteronormatividade. Desta forma, o movimento performativo (chamado ao boicote) acontece numa tentativa de impedir a dilatação indexical possibilitada pela campanha em torno dos significados de paternidade e procriação, já que Thammy vivencia a experiência da paternidade desde o início de 2020, através do auxílio de uma tecnologia de reprodução: a fertilização *in vitro*.

A performatividade também aparece quando o pastor convoca “somos a maioria” em letras maiúsculas e em destaque como frase final do chamado ao boicote. A frase sentencia a condenação da campanha e pretende exercer poder numa tentativa de garantir sucesso no chamado ao boicote. O movimento performativo acontece numa tentativa de desautorizar e punir a Natura de forma a se consolidar como um dos principais líderes religiosos no Brasil que atua diuturnamente para barrar avanços nos direitos LGBTI+ no país.

Mas, se há esse movimento discursivo que pretende exercer força performativa para boicotar uma campanha e tentar indexar significados sobre paternidade, masculinidade e transexualidade de modo que

mantenha a estrutura rígida da matriz de inteligibilidade de gênero, expressão da cisheteronormatividade, por outro, acredito que a fricção com a norma e o enfrentamento dos intentos biopolíticos da cisheteronormatividade possibilitados pela realização da campanha seja um caminho profícuo para esperançar o futuro, num permanente movimento de transindividuação, nos termos de Simondon (2020).

Nos dizeres de Paulo Freire, na sua pedagogia da esperança, esperançar significa construir, não desistir, levar adiante. Nesse caso, resguardadas as reflexões críticas sobre capitalismo e a presença de identidades LGBTI+ em campanhas publicitárias, penso que a fricção com as normatizações tão presentes nos discursos dos líderes religiosos seja uma forma de resistência e de construir um futuro em que todas, todos e todes sejamos, verdadeiramente, livres.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos refletir sobre a complexa relação entre individuação, informação, linguagem, gênero e sexualidade. Apontamos que a cisheteronormatividade se apresenta na forma de discursos de regulação e (des) legitimação dos corpos transmasculinos.

Ao nos ancorarmos na filosofia da individuação de Simondon e estabelecermos relações com os estudos da linguagem conectados com os estudos de gênero e sexualidade concluímos que a presença de corpos transmasculinos em campanhas publicitárias gerou um movimento político de setores conservadores que passaram a descontextualizar os objetivos da campanha e a batalhar para manter intacto os sentidos e significados sobre paternidade, masculinidade e família.

Isso é possível porque, por meio da linguagem, os indivíduos expressam uma individuação psíquica que pode apenas reproduzir os saberes de mundo apreendidos dentro do sistema do qual faz parte, ou, por outro lado, esse indivíduo pode assumir uma dimensão transindividual, quando passa a ressignificar e gerar tensões acerca das significações dos saberes e estruturas que sustentam esse sistema. No caso em estudo, refletimos sobre a heterossexualidade compulsória como um sistema que regula a vida dos indivíduos em todas as suas dimensões.

Também percebemos que o movimento discursivo de entextualização (descontextualização-recontextualização) abre caminho para uma tentativa de exercício de poder e controle (performatividade)

de forma que o líder religioso convocou um amplo boicote à empresa, sabidamente fracassado. No entanto, o papel do líder religioso nessa batalha discursiva em rede possibilita a manutenção indexical dos significados atrelados às suas ideologias e do seu grupo religioso. Por outro lado, a simples presença e participação de um homem trans numa campanha de uma grande empresa de cosméticos parece ter contribuído para a dilatação dos signos indexicais sobre paternidade, uma vez que a campanha apresenta, com naturalidade e legitimidade, um corpo transmasculino no exercício cotidiano desse papel e dessa identidade social.

Apesar disso, podemos inferir que os avanços na legislação brasileira em torno dos direitos LGBTI+, como a recente criminalização da homofobia e transfobia, não tem sido suficiente para interromper discursos transfóbicos que ora se sustentam no argumento de liberdade de expressão e ora se ancoram no argumento de liberdade religiosa. As fronteiras entre crime e liberdade de expressão são bastante tênues o que aponta que nossa tarefa humanitária e de avanço no entendimento sobre convívio com as diferenças ainda engatinha num país que vivencia um verdadeiro paradoxo antropológico.

Referências

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. **Revista Gênero**, v. 14, n. 1, 2013.

BAUMAN, R; BRIGGS, C. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. **Ilha - Revista de Antropologia**, v. 8 1-2, 1990/2006.

BEM GONÇALVES, C. H. **Por uma performance polêmica: as visadas argumentativas como estratégias de contestação da heterossexualidade compulsória.** 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura. Discurso e Representação Social) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG, 2019.

BEM GONÇALVES, Carlos. **Lutas identitárias: discurso polêmico, argumentação e táticas de resistência**. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2024a. 136 p. v. 1. ISBN 9786527034841.

BENTO, Berenice. Queer o quê? Ativismo e estudos transviados. **Revista Cult** – Dossiê Teoria Queer – o gênero sexual em discussão, nº 193, ano 17, p.42-46, agosto de 2014.

BLOMMAERT, J. **Discourse: a critical introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and superdiversity: a position paper. In: **Working papers in urban language and literacies**, 2011.

BLOMMAERT, J. From mobility to complexity in sociolinguistic theory and method. **Tilburg Papers in Culture Studies**, paper 103, 2014.

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 441-474, 2014.

BORBA, R. Linguística queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Entrelinhas**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 2015.

BORBA, R. Falantes transviadxs: Linguística Queer e performatividades monstruosas. **Cadernos de Linguagem & Sociedade**, v. 21, n. 2, 2020a.

BORBA, R. Linguística queer: algumas desorientações. In: BORBA, R. (org.). **Discursos transviados: por uma linguística queer**. São Paulo: Cortez, 2020b.

BRIGGS, C. Communicability, Racial Discourse, and Disease. In: **Annual Review of Anthropology**, 34, 2005.

BRIGGS, C. Anthropology, interviewing, and communicability in contemporary social life. In: **Current Anthropology 48**, 2007.

BUTLER, Judith. Acerca del término *"queer."* In Judith Butler. **Cuerpos que importam – sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"**. Buenos Aires: Paidós, 2002, p. 313-339. Disponível em: https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/practicas_profesionales/824_rol_psico_rha/material/descargas/unidad_2/butler.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMERON, D.; KULICK, D. **Language and Sexuality**. Cambridge: Cambridge Press, 2003.

DERRIDA, J. Signature Event Context. **Glyph**, vol. 1, 1977.

FABRÍCIO, B. Trajectories of socialization in school transcontexts: discourse journeys on gender and sexuality. **Working Papers on Urban Languages and Literacies**. King's College, 2012.

FABRICIO, B. A "outridade lusófona" em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

LEWIS, E. S. Do léxico gay à linguística queer: desestabilizando a norma homossexual oculta nas teorias queer. **Revista de Estudos Linguísticos do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, n. 47, p. 675-690, 2018.

LÍVIA, A.; HALL, K. "É uma menina!": a volta da performatividade à linguística. *In*: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). **Linguagem, gênero, sexualidade**. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010. p. 109-129

MISCKOLCI, Richard. Crítica à hegemonia heterossexual. **Revista Cult** – Dossiê Teoria Queer – o gênero sexual em discussão, nº 193, ano 17, p.33-35, agosto de 2014.

MISCKOLCI, Richard. O que é o queer? **I Seminário Queer** – Sesc São Paulo. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uB8Yd53x51M. Acesso em 17 de novembro de 2016.

MOITA LOPES, L.P. "Falta homem até pra homem": a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: HEBERLE, Viviane Maia; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (Org.) **Linguagem e gênero**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

MOITA LOPES, L. P.; FABRICIO, B.; GUIMARÃES, T. Scaling queer performativities of genders and sexualities in the periphery of Rio de Janeiro in digital and face-to-face semiotic encounters. In: KROON, S.; SWANENBERG, J. (eds.). **Language and Culture on the Margins. Local/Global Interactions** . London: Routledge, 2019.

MOTSCHENBACHER, H. Taking queer linguistics further: sociolinguistics and critical heteronormativity research. **International Journal of the Sociology of Language**, n. 212, p. 149-179, 2011.

PAMPLONA, Renata Silva. **Pedagogias de gênero em narrativas sobre transmasculinidades**. Orientador: Prof. Dr. Nilson Fernandes Dinis. 2017. 336 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9492/PAMPLONA_Renata_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 8 out. 2020.

PENNYCOOK, A. **Language as a local Practice**. London: Routledge, 2010.

SAÉZ, Javier e PRECIADO, Beatriz. Prólogo (Lenguaje, poder e identidade). In. Judith Butler. **Lenguaje, poder e identidade**. Madrid: Editorial Síntesis S.A, 1997, p. 10-13.

SANQUE, Douglas Roberto Knupp. **"Pela família: Múltiplas indexicalidade do signo 'família' na comunicação do impeachment de Dilma Rousseff**. Orientador: Prof. Dr. Luiz Pulo da Moita Lopes. 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS FILHO, l. I. **Linguística queer**. Recife: Pipa, 2020.

SILVA, D. DA C. P. Materialização discursiva da cis-heteronormatividade em perspectiva escalar: contribuições para a Linguística Queer. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 280-306, 31 dez. 2020.

SIMONDON, G. **L'individuation psychique et colletive**. Paris: Aubier, 1989.

SIMONDON, Gilbert. **A individuação à luz das noções de forma e de informação**. 1. ed. [*S. l.*]: Editora 34, 2020. 624 p. ISBN 8573267550.

TACHALIAN, Vicente; SILVA , Lucas Guerra da. Controladores de acesso da agenda pública: as construções de masculinidades cisgêneras hegemônicas no panorama pré-eleitoral de 2018 no Brasil. **Revista Gênero** , Niterói, ano 2019, v. 19, n. 2, p. 2010-227, 2019. DOI https://doi.org/10.22409/rg.v19i2.1259. Disponível em:

https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31332. Acesso em: 10 nov. 2020.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 203 p. ISBN 978-65-5717-016-8.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Orientador: Djalma Thürler. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685. Acesso em: 7 out. 2020.

Transindividuation and discourse in networks:

Abstract: This paper analyzes the discursive battle surrounding the meanings of fatherhood on social media. The presence of a transgender man in an advertisement campaign for a cosmetics company on "Father's Day" triggered a call for a boycott of the company, led by a well-known evangelical neopentecostal pastor. Based on the theory of individuation and connected to a perspective of insubordinate language known as Queer Linguistics, we analyze the effects of meaning in the discourses in dispute. We argue that cisheteronormativity appears in the form of discursive battles aimed at regulating, authorizing, punishing, and (de)legitimizing bodies that can be socially recognized as "real fathers".

KEYWORDS: Cisheteronormativity. Transindividuation. Discourse. Queer Linguistics.

Carlos Henrique Bem Gonçalves

Doutor em Linguística Aplicada pelo PIPGLA/UFRJ. Realiza estágio pós-doutoral na UFSC-PPGL/PIPD-CAPES. Desenvolve pesquisas sobre linguagem, gênero e sexualidade na interface entre Sociolinguística, Pragmática, Antropologia Linguística, Análise do Discurso, Estudos Queers e Estudos críticos da mídia.

Recebido em: 20/05/2023

Aprovado em: 13/01/2025

ISSN 2525-6904

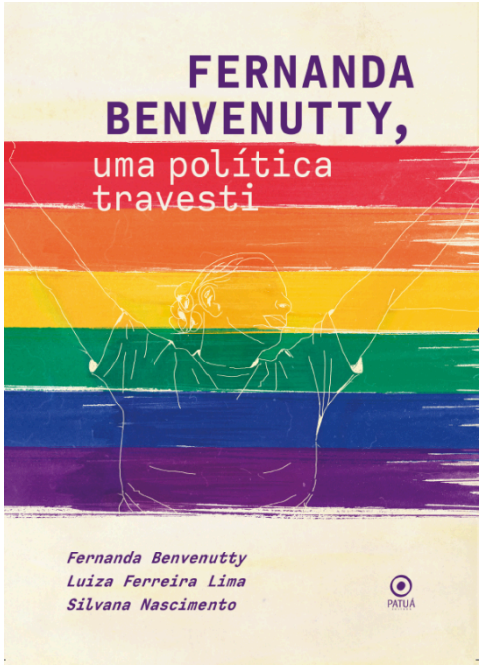
RESENHA

Fernanda Benvenutty, uma Política Travesti

Carlos Henrique Duarte Araújo, *Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal–RN, Brasil.*

Resumo: O livro resenhado narra a trajetória da travesti paraibana Fernanda Benvenutty, artista, ativista, trabalhadora da saúde e referência no movimento LGBTQIA+. A obra, escrita por Silvana Nascimento, Luiza Ferreira Lima e a própria Fernanda, apresenta sua trajetória como múltipla e entrelaçada, reunindo memórias e relatos de vida, destacando sua atuação como mãe, técnica em enfermagem e carnavalesca. É um registro sensível de resistência, afeto e afirmação de identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Travesti. Identidade. Resistência. Memória. Afeto



Fernanda Benvenutty, como era socialmente conhecida, foi uma travesti, artista circense, trabalhadora doméstica, profissional da saúde, carnavalesca e política. Nascida em 9 de fevereiro de 1962, na cidade de Remígio, no interior da Paraíba, Fernanda tinha uma personalidade marcante e destemida. Registrada ao nascer como Eliziário Benvindo da Silva, enfrentou os desafios e preconceitos vividos por pessoas LGBTQIA+ em sua época. Desde cedo, era descrita como alguém com "um fogo difícil de domar e um desejo de sair pelo mundo vivendo as maiores aventuras".

Sua trajetória cruzou com a da professora, pesquisadora e antropóloga Silvana de Souza Nascimento, também autora do livro. Silvana é vinculada ao programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP) e conheceu Fernanda em 2008, quando realizava pesquisas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Essas pesquisas abordavam a realidade de jovens trans, travestis e mulheres cisgêneras em situação de prostituição na BR-101.

Outra autora da obra, Luiza Ferreira Lima, doutore em Antropologia Social pela USP, dedica-se a estudos sobre travestilidades, transexualidades e transgeneridades sob uma perspectiva interseccional. Juntas — pois este livro também foi escrito com sua participação —, as autoras realizaram o sonho de Fernanda de registrar sua história, construindo uma narrativa que intercala relatos pessoais e reflexões sobre sua vida, desde a infância até a fase adulta. O livro revela suas intimidades, anseios, sonhos e a coragem de enfrentar o preconceito cotidiano, cativando o leitor a cada capítulo.

A obra conta com um prefácio de José Cleudo Gomes, educador popular, professor, ativista dos direitos humanos de pessoas LGBTQIA+ e amigo próximo de Fernanda. Estruturado em 13 capítulos, o livro percorre todas as fases da vida de Fernanda, da infância até seu falecimento, deixando um legado inspirador e emocionante.

O primeiro capítulo, **“O amor e o circo Babilônia”**, apresenta a coragem e a disposição de Fernanda ainda na adolescência. Aos 16 anos, ela tomou a decisão ousada de sair de casa e se juntar ao circo que passava por sua cidade. Nesse contexto, surgem seus primeiros amores e afetos, marcando um período de descobertas que a atravessaram profundamente.

No circo, Fernanda encontrou redes de apoio e afeto fora do ambiente familiar, o que a ajudou a explorar novos horizontes. Essas lembranças afetivas a acompanharam, fazendo-a alternar entre o desbravar do mundo e o retorno à casa de seus pais. Sua versatilidade

como artista circense também se destaca, sendo descrita como alguém que mantinha o circo Babilônia sempre em movimento, cheia de vida e energia.

No entanto, entre uma paixão e outra, Fernanda decide voltar para Remígio, motivada pelas dificuldades familiares que sua mãe enfrentava devido aos comportamentos de seu pai. Esse retorno marca um momento importante em sua trajetória, revelando um equilíbrio entre seu espírito aventureiro e o compromisso com os laços familiares.

No segundo capítulo, **“Infância arretada”**, conhecemos parte da vivência de Fernanda durante sua infância na cidade de Remígio. Sob a figura forte e rígida de seu pai, Ernane Benvindo da Silva, conhecido como Seu Galego, Fernanda era constantemente obrigada a performar uma identidade que não correspondia a quem realmente era. Desde cedo, ela aprendeu a "driblar as regras de comportamento" impostas às crianças, que delimitavam como meninos e meninas deveriam agir.

Esse cenário reflete uma realidade comum entre muitas crianças LGBTQIA+, que frequentemente crescem desenvolvendo estratégias para ocultar ou disfarçar sua verdadeira identidade. As aventuras de Fernanda nessa fase são narradas com riqueza de detalhes, destacando o papel acolhedor de sua tia Nila, que legitimava suas "traquinagens" e lhe dava apoio para explorar novos caminhos.

A história também aborda sua passagem pela Igreja como coroinha, uma escolha influenciada pela vontade de seu pai. Nesse ambiente, Fernanda encontrou formas de "não levantar suspeitas" sobre si mesma enquanto vivia sua primeira paixão avassaladora — e enfrentava o consequente coração partido. Esses momentos permitem ao leitor imaginar os diversos cantos de Remígio onde Fernanda, ainda criança, vivia suas aventuras às escondidas, criando um retrato de resiliência e coragem em meio às limitações impostas por sua família e pela sociedade da época.

"Livre para ser", como intitula o terceiro capítulo, descreve a infância de Fernanda, marcada pela busca de liberdade e pelo reconhecimento de sua verdadeira identidade de gênero. Já jovem, ela decide ir para João Pessoa, em busca de independência, e é lá que entra em contato com travestis mais experientes, como Nina e Valquíria, figuras que ganharam o respeito de Fernanda e deixaram uma marca profunda em sua memória.

A capital, no entanto, era um lugar desafiador. Em pleno período da ditadura civil-militar no Brasil, Fernanda encontrou espaço para afirmar sua identidade, mesmo em meio às tensões da época. Nesse

contexto, as novidades sobre estética trazidas do Sudeste, como procedimentos de feminização, despertaram o interesse de Fernanda. O processo de transformação reforçou sua feminilidade e passabilidade como "menininha", o que, embora aumentasse sua autoconfiança, também a expôs a situações delicadas, como o assédio por parte de maridos de patroas durante seus trabalhos como empregada doméstica.

Apesar dessas dificuldades, Fernanda encontrava maneiras de valorizar sua comunidade. Participava de eventos que enalteciam as vivências LGBTQIA+, como os concursos de "*Miss Gay*". Ao retornar para a casa dos pais em Remígio, o relacionamento com seu pai, conhecido como Seu Galego, revela nuances complexas. Embora ele não concordasse com a orientação da filha, passa a respeitá-la desde que certas condições fossem respeitadas, como não trazer homens para dentro de casa. Quando volta a João Pessoa, Fernanda abandona os trabalhos domésticos e se dedica aos estudos, marcando uma nova etapa em sua vida.

"Amores à flor da pele", o quarto capítulo, nos apresenta o lado amoroso de Fernanda e suas histórias com dois companheiros marcantes, Marcos e Anderson. Cada relação construiu um capítulo especial em sua vida, trazendo experiências que a fizeram refletir sobre o significado do amor e da parceria. Os relatos mostram que esses homens não apenas a amaram, mas também sustentaram suas próprias vontades e desejos ao lado dela. Fernanda reconhece, com carinho e admiração, o saldo positivo dessas vivências, apesar dos altos e baixos. Ela expressa respeito e gratidão aos dois homens de sua vida, elogiando a coragem que tiveram em viver essas histórias e por serem "à frente de seu tempo".

A narrativa dessas relações é apresentada de forma envolvente, despertando no leitor um sentimento de torcida pela felicidade de Fernanda. A maneira como suas histórias se entrelaçam convida à reflexão sobre algo que muitas travestis e mulheres trans almejam: ser amada e assumida por alguém sem medo ou receio. Fernanda, com sua trajetória, alcançou esse espaço, iluminando um tema tão significativo para sua comunidade.

No quinto capítulo, **“Parteira”**, conhecemos uma faceta fundamental da trajetória de Fernanda: seu desejo de cuidar e aprender, algo que ela carregava desde sempre. Ao ingressar como estagiária em 1992 na Maternidade Cândida Vargas, em João Pessoa, Fernanda encontrou o ambiente ideal para desenvolver suas habilidades e realizar seu sonho de ajudar a trazer vidas ao mundo. Sua dedicação e curiosidade a diferenciavam no trabalho. Fernanda fazia questão de

aprender profundamente sobre os processos do corpo, como a posição e o funcionamento do útero, a dilatação e o posicionamento correto do feto. Esse compromisso com a excelência destacava o impacto de seu trabalho, mesmo diante de um ambiente marcado por discriminação e preconceito, tanto por parte de colegas quanto daqueles que contratavam seus serviços.

Ainda assim, seus talentos foram reconhecidos. As aprovações em concursos e o respeito conquistado entre as autoridades da maternidade reforçaram sua posição. Mesmo enfrentando desafios, Fernanda transformava o espaço ao seu redor com sua determinação e habilidade. Sua militância já começava a se articular com sua atuação como técnica em enfermagem, integrando suas lutas políticas ao cotidiano do trabalho. O reconhecimento não tardou: Fernanda passou a ser conhecida como a "mão santa", por sua competência e dedicação. Essa política travesti, que desde os tempos de Remígio carregava sua força e coragem, continuava a marcar presença em todas as esferas de sua vida, inclusive no cuidado e no acolhimento dentro daquele espaço.

O sexto capítulo, **"Unidos pelo Carnaval"**, retrata a relação de Fernanda com o universo das escolas de samba, iniciada no final dos anos 1970, na extinta escola de samba Noel Rosa. Os relatos destacam os desafios enfrentados por Fernanda para interagir, participar e vivenciar a vida cultural e social nesses espaços, mesmo em atividades consideradas básicas, como o lazer. Esse esforço constante para ocupar esses ambientes é algo que o leitor perceberá ao longo de sua trajetória, e as autoras deixam isso evidente. Talvez esse contexto tenha motivado Fernanda a criar sua própria escola de samba, a "Unidos do Roger", cujo percurso, marcado por disputas, vitórias e perdas, é narrado no capítulo. A união com outros grupos culturais, como a Festa dos Santos Reis e o Cavalo Marinho, revela a habilidade de Fernanda em construir alianças indispensáveis para a manutenção e fortalecimento da Unidos do Roger. Mesmo quando precisou se afastar temporariamente por questões de saúde, Fernanda continuou envolvida nos movimentos sociais e na organização de sua escola, evidenciando seu senso de responsabilidade e comprometimento. A dedicação de seu grupo, tanto à escola quanto a ela, reflete a força coletiva que sustentava o projeto. Fernanda reconhecia que o sucesso da Unidos do Roger era fruto de um esforço compartilhado. Sua casa se tornava ponto de encontro e refúgio para todos os envolvidos, e o tumulto da preparação para os desfiles frequentemente fazia Fernanda perder o controle sobre a circulação de pessoas em seu lar. Essa dinâmica familiar e afetiva, representada por

sua “eterna escola”, revela não apenas sua devoção ao samba e à cultura local, mas também a importância das redes de apoio e afeto que construíra ao longo de sua vida.

No sétimo capítulo, **“A realização de um sonho: ser mãe”**, somos apresentados a um lado mais íntimo de Fernanda, frequentemente descrita por quem não a conhecia de perto como uma pessoa firme e de presença marcante. Por trás dessa imagem, havia uma mulher repleta de afetos e sonhos, e um dos mais profundos era o desejo de ser mãe.

Esse capítulo narra a concretização desse sonho, que sempre esteve presente em sua vida. A história começa no hospital Juliano Moreira, onde Fernanda trabalhava e onde conheceu seu primeiro filho, Wellan. Os diálogos e eventos ao redor desse momento revelam a determinação de Fernanda em construir uma família, enquanto a participação de sua mãe, dona Maria de Lourdes, mostra como as redes de afeto se fortaleciam. A mudança de sua mãe para João Pessoa, motivada por dificuldades em Remígio com o esposo, possibilitou a ambas uma convivência mais próxima. Para Fernanda, essa presença trouxe um amparo que ela própria não teve plenamente durante sua infância, marcada pela repressão, e que agora ela desejava oferecer aos filhos.

O falecimento precoce de sua irmã e melhor amiga, Jailza, foi um golpe que a deixou profundamente abalada. Nesse contexto de perda, surgiu a oportunidade de adotar sua segunda filha, Wellania, algo marcante para ela que ver uma semelhança física com Jailza tornando sua chegada ainda mais simbólica e especial para Fernanda.

O capítulo destaca a dedicação de Fernanda ao cuidado e à educação dos filhos, bem como sua preocupação constante em prepará-los para enfrentar os desafios de serem filhos adotivos. Também são explorados os dramas em torno da regularização das adoções e os laços que Fernanda construiu ao longo dessa jornada. Ela buscava formar os filhos dentro de valores de respeito às diferenças e à diversidade.

Embora o “eu te amo” não fosse uma expressão comum em sua família, Fernanda demonstrava amor de outras maneiras, especialmente por meio do suporte material e emocional. Essa narrativa revela não apenas as vulnerabilidades e medos de Fernanda, mas também sua incrível força e dedicação como mãe — de coração e por direito.

A trajetória de Fernanda carrega uma potencialidade política que se manifesta desde sua infância em Remígio até suas experiências como trabalhadora doméstica em casas de família. O oitavo capítulo, intitulado

“A entrada na política”, explora essa dimensão de Fernanda, sempre profundamente envolvida com a política, a cultura e os movimentos sociais, sendo uma figura política por essência.

O capítulo detalha sua atuação partidária, começando com sua participação no Partido dos Trabalhadores (PT), onde concorreu pela primeira vez como vereadora em 2000. Fernanda também desempenhou um papel significativo nos movimentos sociais voltados à comunidade LGBTQIA+, destacando-se na fundação e presidência da Associação de Mulheres Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba (ASTTRANS/ASTRAPA), criada com o apoio do Movimento Espírito Lilás (MEL).

Sua atuação política e social ampliou o debate em torno das questões trans e travestis, tanto na Paraíba quanto em outras regiões do Brasil. Fernanda participou ativamente de eventos políticos, artísticos e culturais em todo o país, incluindo sua atuação na Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), onde ocupou a vice-presidência ao lado de Keila Simpson. Juntas, lideraram a organização por duas gestões consecutivas, de 2004 a 2008, marcando a primeira vez que a ANTRA foi presidida por uma liderança do Nordeste.

Fernanda era uma figura transversal: a mesma pessoa que brilhava em uma escola de samba também participava de congressos, eventos e assembleias, criando e fortalecendo laços de amizade e cooperação. Sua postura autêntica e bem resolvida deixava uma impressão marcante por onde passava. Relatos de amigas, como Keila Simpson, destacam essa característica. Keila recorda, por exemplo, um momento em que, recém-conhecidas, Fernanda não hesitou em se despir na frente das colegas, exibindo sua confiança e naturalidade. Keila brinca, ainda, dizendo que Fernanda era tão encantadora que dava vontade de morar com ela.

"A primeira vez a gente tem que se jogar", como intitula o nono capítulo, retrata a estreia de Fernanda na vida política, quando concorreu ao cargo de vereadora em 2004 com o lema de campanha *“Respeito acima de tudo”*. Um ponto que chama atenção nesse e em outros momentos de sua trajetória política é a percepção, compartilhada por membros do meio político, de que a comunidade LGBTQIA+ não aderiu plenamente às suas campanhas. Em 2004, essa falta de apoio foi atribuída, em parte, ao fato de Fernanda ainda não ser amplamente conhecida dentro do movimento.

Esse capítulo também contextualiza o ano de 2004 como um marco importante, tanto para a trajetória de Fernanda quanto para as

políticas públicas voltadas à cidadania LGBTQIA+. Foi nesse ano que o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (Brasil sem Homofobia) foi lançado. Além disso, destaca-se o papel de Luciano Bezerra, uma figura importante em sua caminhada política. Embora Fernanda não tenha conquistado um cargo eletivo, sua candidatura abriu caminhos para que outras pessoas, dentro ou fora do movimento LGBTQIA+, ocupassem espaço no cenário político paraibano. Seu pioneirismo deixou um legado que inspira e fortalece a representatividade na política.

No décimo capítulo, **"Uma travesti e um padre"**, acompanhamos a campanha de Fernanda em 2010, marcada pela colaboração direta do padre, político e professor universitário Luiz Couto, do Partido dos Trabalhadores (PT). Com o lema *"A voz de todas as bandeiras"*, como destaca seu amigo Cleudo Gomes em entrevista: "De 2004 para 2010, você tem duas Fernandas, politicamente e enquanto militante." Ao que parece, percebe-se que Fernanda buscava ampliar o alcance de sua candidatura e dar mais ouvidos a quem estava construindo com ela. Essa campanha é descrita pelas autoras como um verdadeiro trabalho "corpo a corpo". Fernanda percorreu sua cidade natal, Remígio, reencontrando pessoas e relembrando sua trajetória, o que reforçava sua conexão com a comunidade local. Apesar de seus esforços, que lhe renderam 2.782 votos, Fernanda não conseguiu se eleger. Após essa tentativa, insatisfeita com o PT, ela decidiu mudar para o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Essa transição, no entanto, trouxe desafios significativos à sua carreira política, pois resultou na perda de importantes apoios. Isso se refletiu em sua última candidatura, em 2016, quando recebeu apenas 356 votos, deixando sua trajetória política em um cenário de incerteza.

No capítulo onze, **"A garota do cartaz"**, são destacados os papéis de destaque que Fernanda ocupou nos movimentos nacionais de transexuais e travestis. Sua presença tornou-se central em diversos eventos e campanhas voltadas à promoção de políticas públicas para pessoas LGBTQIA+. Em 2013, por exemplo, sua imagem ilustrou uma das campanhas nacionais mais notáveis do Sistema Único de Saúde (SUS) sobre o uso do nome social no Cartão SUS, conforme estabelecido pela Portaria 1.820 de 2009. Fernanda tornou-se uma figura cada vez mais requisitada, liderando discussões e ações voltadas ao reconhecimento e à garantia dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Seu impacto não se limitou à Paraíba; ela também contribuiu

significativamente para o avanço de políticas públicas em outros estados, consolidando sua relevância no cenário nacional.

A Fernanda política, valente e destemida ao longo de sua vida, também é retratada como alguém que encontrou apoio em sua família. Isso fica evidente no capítulo doze, **"Dores e afetos em família"**, que começa com o relato do falecimento de sua mãe, dona Maria de Lourdes. Neste capítulo, a história de Maria de Lourdes é contada sob uma nova perspectiva, com destaque para seu casamento de 50 anos com seu Galego. A relação entre os pais de Fernanda, marcada por momentos de amor e conflitos, lança luz sobre aspectos presentes nas entrelinhas dos capítulos anteriores. As motivações, o desgaste e as atitudes de seu Galego em relação a dona Maria de Lourdes ajudam a compreender melhor o contexto familiar que moldou Fernanda. Esse capítulo também revela a força de Maria de Lourdes e de Fernanda, evidenciada em um trecho particularmente tocante: quando Fernanda precisa contar à mãe os resultados de seus exames quando a acompanhava no hospital devido a complicações de uma cirurgia em que foi submetida. Nesse momento, ela enfrenta um conflito interno, equilibrando sua postura como profissional da saúde com o papel de filha de Maria de Lourdes.

"Seguir presente" é o último capítulo do livro, o qual encerra a narrativa com uma experiência dolorosa para Fernanda: sua batalha contra a doença. Apesar das dificuldades, Fernanda acreditava que a morte, e não a doença, marcava o verdadeiro fim. Embora não acreditasse em ressurreição, ela nutria um lado espiritual profundo e uma forte conexão com os orixás. Fernanda faleceu em 2 de fevereiro de 2019, dia de Iemanjá. Em sua homenagem, a escola de samba Unidos do Roger, à qual era fundadora, realizou seu desejo e foi para a avenida no Carnaval de 2020. A escola compôs um samba-enredo em sua memória e conquistou a vitória naquele ano. Sua militância e importância foram amplamente reconhecidas por veículos de notícias locais, órgãos públicos e instituições da Paraíba. O samba-enredo trouxe versos que sintetizam o legado de Fernanda: ela “pintou o arco-íris de esperança”, foi uma “ativista do riso” e uma “mãe parteira”.

A obra conduz o leitor de forma objetiva e cativante, apresentando Fernanda Benvenutty como uma travesti política única. Seu sobrenome, como se explica no texto, é uma tradução de “bem-vindo” para o italiano — um reflexo de como Fernanda foi, de fato, bem-vinda em tudo o que propôs ao mundo com sua coragem, determinação e busca por igualdade e respeito. Se há algo que sua biografia nos ensina é que Fernanda não se perdeu do nome: ela dançou em palácios, dançou nas ruas, vestiu-se de

sonhos, ela não sabia se a noite a levava, porque Fernanda era livre e indomável. Infelizmente o fim veio lhe buscar, mas ela sambou na avenida, fez os seus sambarem com e por ela, no escuro foi porta estandarte, conduzindo todos/as com sua luz e sua história.

Referências

BENVENUTTY, F.; NASCIMENTO, S. S.; LIMA, L. F. **Fernanda Benvenutty, uma política travesti**. 1. ed. São Paulo: Patuá, 2022. 194p.

Fernanda Benvenutty, a Travesti Politician

ABSTRACT: The reviewed book narrates the life journey of Fernanda Benvenutty, a travesti from Paraíba, who is an artist, activist, healthcare worker, and a prominent figure in the LGBTQIA+ movement. The work, written by Silvana Nascimento, Luiza Ferreira Lima, and Fernanda herself, presents her trajectory as multiple and intertwined, gathering memories and life stories that highlight her role as a mother, nursing technician and carnival artist. It is a sensitive record of resistance, affection and identity affirmation.

KEYWORDS: Travesti. Identity. Resistance. Memory. Affection.

Carlos Henrique, DUARTE ARAÚJO
Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), pesquisador(a) nas áreas de antropologia, educação e literatura, com ênfase em gênero, sexualidades, corpo e subjetividades. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Recebido em: 28/01/2025
Aprovado em: 18/04/2025

ISSN 2525-6904

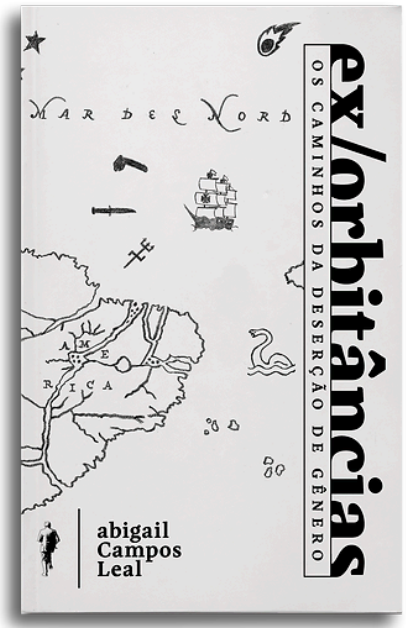
RESENHA

Arqueervos escuiresidos: práticas trans-formativas na desobediência radical e filosófica negra

Katharine Nataly Trajano Santos, *Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

Cristina Scheibe Wolff, *Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

CAMPOS LEAL, abigail. **Ex/orbitâncias: os caminhos da deserção de gênero.** São Paulo: GLAC Edições, 2021. 216p.





abigail Campos Leal é artista, escritora, filósofa, tradutora, educadora e se movimenta entre diversas linguagens artísticas e pelo saber negro radical. É uma das organizadoras do Slam Marginália (competição realizada por e para pessoas trans e suas poéticas/oralidades na cidade de São Paulo), com publicações independentes (textos, fanzines e outros hackeamentos de escrita), editoriais e de arte. Lançou seu livro de estreia *escuiresendo:*

ontografias poéticas (O Sexo da Palavra, 2020) e compôs a coletânea *ABEBE* de tatiana nascimento (N-1, 2020). Atua em instituições de ensino e pesquisa, é mestra em Ética Aplicada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com doutorado em Filosofia pela Universidade Pontifícia Católica de São Paulo (PUC/SP). Aqui, retomo sua leitura para pensarmos as implicações de a*rqueervos escuiresidos* como uma prática trans-formativa e inventiva das desobediências sexo/gênero/racial.[1]

O seu livro, ou melhor, "um certo ajuntamento de 12 textos" (p.14) intitulado *ex/orbitâncias: os caminhos da deserção de gênero* (GLAC edições, 2021) pode ser compreendido como um *continuum* e encontro de suas produções. Revisitando e fazendo um apanhado de textos apresentados em eventos e/ou publicados noutros espaços, entre 2016-2019, ela nos convida à compreensão do CIStema-mundo[2] e o lugar da deserção de sexo, gênero e raça em suas veredas pindorâmicas e em AbyaAyla. CIStema é sua forma de nomear o funcionamento do mundo através do ordenamento colonial e generificado de nossas estruturas sociais; assim, correlaciona a centralidade da cisgeneridade e sua pretensa normalidade/normatividade e da branquitude nela inclusa, um fluxo que percebemos mais vívido na crítica transfeminista e não-branca daqui, a exemplo de produções como a de viviane v. (2015) e Letícia Nascimento (2021).

Trata-se de um trabalho onto-epistêmico que se inscreve e escreve entre as *opacidades* e a *trans-lucidez* de uma pessoa não-binária/travesti, gorda, negra de pele clara e suas travessias junto a outres desertores que encontra pelo caminho. A obra se fragmenta em três seções, a saber: 1. deixando a teoria queer para trás; 2. guerrilha

[1]Uma versão preliminar dessa resenha foi apresentada como trabalho final à disciplina "Sexuality and Colonialism", ministrada pela Profa. Paola Bacchetta (Universidade de Berkeley, bolsista Fulbright), no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), entre maio e julho de 2022. Nela, fomos convidades a refletir sobre questões anticoloniais, antirracistas e anti-sexismo na produção literária brasileira e indicar uma obra para apreciação e análise. O livro de abigail foi a minha obra escolhida no afã de partilhar a felicidade em lê-la. A decisão pela retomada e publicação deste texto veio através dos debates na disciplina "Produção Textual e Editorial em Ciências Humanas", ministrada pelo Prof. Amurabi P. de Oliveira e a Profa. Miriam Grossi, no mesmo Programa, no segundo semestre de 2024.

[2]Tomo de empréstimo a definição de viviane v. (2015, p. 15) que se relaciona ao seu emprego no livro: "'Cistema-mundo', uso-a enquanto referência a Grosfoguel (2012, 339), que caracteriza um"[c]istemamundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal" que produz "hierarquias epistêmicas" em que – na leitura específica desta dissertação – perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas, ou silenciadas. A corruptela 'cistema', entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – 'cistêmico' – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de 'transfobia'."

ontográfica; 3. atravessando o neocolonialismo e a 'nova' guerra social. Por outro lado, é possível afirmar que o que une todas essas partes é a parceria firmada entre escritora e pessoa leitora, pois, assim como expõe no prefácio, são suas próprias questões, dúvidas, análises e artes que vão ali se organizando em palavra, imagens, intimidade e feitiço. Sem linearidade ou fixidez de ideias, a sua travessia se movimenta como as águas e nos convida a mergulhar.

Na primeira parte, os três capítulos compilados pensam como o *queer* enquanto palavra, identidade e força sexo-política, no Brasil, extrapola o lugar de mero agente passivo da importação bibliográfica canônica e embranquecida. Encontramos polifonias e dissonâncias das manifestações artísticas de pessoas desertoras (gênero e sexual) que, através da poética e de seus corpos-arquivos-museus, criam, recriam ou fabricam o que é ser *cuír* (tradução decolonial do queer) e produzir arte no contexto *sudaka*.[3] Sapatanizar, travestilizar e empretecer a(s) língua(s) são algumas das pistas de experimentação que, desde as veredas literárias periferizadas, destacam outras formas de criação compreendendo o fracasso, a monstruosidade e a precariedade como traços partilhados, comuns.

Enquanto referenciais a autora retoma as poesias *lesbo-afro-diaspóricas* e *queerlombistas* de tatiana nascimento, a história em quadrinhos transmasculina e não-binária *Quimer(d)a* de Lino Arruda e outros giros de nossa vizinhança: as *transmonstruosidades* líricas de Susy Shock, as escritas *travaprecárias* de Claudia Rodriguez, Constanzx Castillo na sua *porca punk* e a *genealogia marica*, um dispositivo bélico (trans)ontológico montado por Hija de Perra. O último termo, "marica", se aproxima ao sentido e contexto de criação do *queer* (Estados Unidos, anos 1960-1970) podendo ser reapropriado a partir da experiência situada, localizada - movimento esse que abigail identifica em algumas críticas tecidas por Judith Butler e Eve Sedgwick à tomada de vocábulos ofensivos como uma forma de reivindicação, nomeação e criação de um sujeito. Seu início, segundo Hija e partilhado pela autora, seria traçado nos rastros não-binários e sexo-desviantes das comunidades originárias de Abya Ayla e suas práticas historicamente ditas como selvagens no/pelo imaginário colonial.

[3] O termo ofensivo tem origem espanhola e se refere a pessoas de origem "sul-americana"; o emprego deste na obra se dá pelo uso irônico da autora e daquelas que analisa.

Na segunda parte, 5 capítulos adensam as discussões sobre as dissidências, os regimes cissexistas e heteronormativos e as dimensões políticas-existenciais de todos estes. Cada corpo manifesta de forma singular - e, por isso, também plural - gênero e sexualidade, montando seu *arqueervo* através da performance e de modificações monstruosas, hormonais, entre assimilações ou hackeamentos materiais e subjetivos das regulações coloniais e neocoloniais. O gênero em si é uma categoria que possibilita o que a autora chama de uma 'disseminação infinita', e essa leitura nos ajuda a compreender que assim como existir é algo processual, não há um "novo" gênero quando se recusa o binário normativo (como homem versus mulher), mas um movimento de desidentificação com ele que não é recente, mas uma inerente contrapartida à sua instauração e uso como ferramenta hierárquica do poder.

Simultaneamente, compreendendo que este corpo é desertor, historicizá-lo é uma prática anticolonial que transita entre a linguagem, o espaço, as redes afetivas-sexuais, as comunidades, enfim, àquilo que pode ser entendido como reorganização da própria vida social humana. Remontando a sua própria experiência de vida, as mesmas águas que guiam levam a transbordar: como 'arquivo vivo', ela complexifica a otobiografia em Jacques Derrida, pensando a escrita de si não como uma "(...) refundação de meu Eu íntimo, mas o momento em que esse e/u é atravessado por suas diferenças. (...) E/u sou o conjunto das diferenças que me atrav/essam y me trans/formam" (p. 78). Tais diferenças são as que dizem respeito à sua negritude, corpo gordo e transição de gênero, sobretudo à identificação de formas repressivas que a circunda desde a infância, efeitos diretos do racismo, sexismo e da gordofobia.

Na epiderme se marcam estratégias de sobrevivência, ataque, cura e cicatrização frente à ferida aberta que é o terrorismo colonial. Nas palavras, são as (im)possibilidades de escrever frente ao cansaço e a tortura que promove. É, sobretudo, reconhecer o trauma colonial brasileiro em nossa fundação; para a autora, são dois processos que se interpelam: o *esquecimento de si*, registrado historicamente nos processos de embranquecimento, e o *esquecimento traumático*, mecanismo de defesa psicossocial adotado por algumas pessoas negras/indígenas para resistir à violência racista anti-negro e anti-indígena que se atualiza na colonialidade. Esse terrorismo opera na ascensão fascista e delírios de discursos fundamentalistas, supremacistas

brancos, que ligam corpo e linguagem, atuando através da tortura. Nesse sentido, ela faz uma ponte com Judith Butler novamente, dessa vez destacando que o evento da tortura também nos afeta na dificuldade de documentá-la, pois visa, concomitantemente, a eliminação do testemunho.

Então, há como romper? Ou escapar? Jota Mombaça e Miro Spinelli são artistas cujos trabalhos se interpelam à sua crença na prática artística como uma saída mais que possível. Frantz Fanon, Sueli Carneiro, Calvin Warren e tatiana nascimento se somam à denúncia à branquitude e ao projeto sociocultural da mestiçagem que perpassam as memórias de infância de abigail com a sua família e na escola. Elas chegam até nós num exercício sensível, poético, bricolado por fotografias e análise do racismo, inclusive nas relações mais próximas. Integram-se à memória de pessoas desobedientes de sexo/gênero que há muito desafiaram o parentesco, como Brenda Lee, Cris Negão e a Família Stronger.

A sua transição de gênero e reinvenção desvela nas curvas do corpo e de seu cabelo crespo o processo de identificar-se, sem medo ou neurose, como uma pessoa preta e transfeminina. Entretanto, não é o racismo e nem a transfobia que fazem abigail ser quem é, mas, a sua existência *escuiresida (*p.132).

> (...) fui percebendo também que a construção do meu processo, lento, repleto de rupturas y desvios, e ainda inacabado, de transição de gênero, passou a abrir zonas-de-contatos com a minha racialização, até então ainda soterrada pelos adoecimentos provocados pelo imperativo de embranquecimento. Passei, então, a tentar construir uma nova relação com o meu corpo. O cabelo foi um dos primeiros elementos que tentei ressignificar. Na tentativa de me permitir construir uma feminilidade, passei a deixar meu cabelo crescer por completo, pela primeira vez na minha vida, lá pelos 25 anos. Nesse processo, tive que me reaver com o (meu) racismo implícito na (minha) neurose de deixar meu cabelo crespo - e junto com ele, minha pretitude - sempre escondidos! Assim, minha transfeminilização passou também a impulsionar y radicalizar meu processo de escurecimento, de **empretecimento**. um processo de cura duplo, uma *encuirz/ilhada* que se abre y faz cruzar no *m/eu corpespírito* a transgeneridade y o empretecimento como instrumentos de uma refeitura que não é mais ôntico-onto-lógica pois seu funcionamento não mais se deixa nomear pela diferença entre *ser* e *ente*. (grifos da autora, p. 127).

Foram as suas vivências na quebrada de Basílio Pimenta, bairro de Cachoeira do Itapemirim (Espírito Santo), as circulações territoriais migratórias, espirituais e familiares, que foram novamente acessadas pela autora. Entre genealogias e genéticas, ela reflete sobre o colorismo, os estigmas da negritude e as assimetrias aqui presentes. Realiza um exercício que é ético e ontológico, localizando alteridades infinitas na experiência racial, sem negar o peso e ordem que a constitui. Entre passabilidades precárias e a necessidade 'solitária y coletiva' de seguir nos refazendo, como no poema beliz de tatiana nascimento (2017) que cita, nos lembra de unir o que está esfacelado, porém segue brilhando no espelho das águas.

Na terceira parte, 4 capítulos situam as chagas coloniais e a guerra não declarada em curso na *terra brasilis*. A democracia aqui é ensaiada perante a agonia e à revelia de pessoas negras, dissidentes de sexo/gênero, estratificadas por classe e outros marcadores sociais da diferença. Essa diferença é criada e, da forma mais vil e hierárquica possível, elege quem tem direito a viver e concede licenças para matar. Seja nas intervenções milicianas, fundamentalistas, na eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro e o fortalecimento de ideais supremacistas, negacionistas, ou nas altas taxas de encarceramento, assassinato e suicídio de homens (cis e trans) negros, em feminicídios e transfeminicídios como o de Matheusa Passarelli, em políticas de envenamento, de fome, no não direito à terra, à demarcação de terras indígenas e quilombola, na perseguição à educadores e à 'ideologia de gênero', entre tantas outras barbáries.

Fatos, dados, eventos, sangue, suor e lágrimas não faltam. Na parte final da obra, abigail se volta aos tensionamentos: não há possibilidade de ser anticapitalista sem reparação histórica, nem de confabular frente à morte. Todas as mazelas políticas e sociais que a sua e a nossa travessia contra o ódio, o terror e às diversas formas de matar enfrentam foram naturalizadas em nosso país - também em espectro global - a partir da exploração e das violências. O estado de exceção é uma realidade para os grupos historicamente marginalizados, e as poucas ações de antidiscriminação (como a política de cotas em concurso público e entrada no ensino superior) são, por vezes, confundidas com uma ação direta de reparação. Em diálogo com a também filósofa Denise Ferreira da Silva, conclui que a reparação não tem acontecido em nenhum país. No mesmo ano que o livro é publicado, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara a Década da Restauração de Ecossistemas (2021-2030). Sueli Carneiro, uma das referências da obra e já citada anteriormente, foi

responsável por reforçar a esta mesma instituição quanto um programa de desenvolvimento social e econômico para afrodescendentes é imprescindível.[4]

Em “de volta à colônia”, a autora nos mostra o quanto a Casa Grande e seus jagunços estão, ainda, aqui, entre nós e até na dita luta revolucionária de esquerdas que não se movimentam ou esquecem convenientemente das suas posições no jogo estadista moderno-colonial. Onde está a força de solidariedade? abigail questiona e, no décimo capítulo, diz que não se trata de pedir, muito menos de se compadecer nos limites operados por e pela culpa branca: é implicação de forma concreta, material e, especialmente, econômica - inclusive entre aliados dos países ricos e predatórios.

As jornadas de 2013, para ela, trouxeram à tona medos antigos dos mesmos setores que inauguraram a democracia pelas bandas de cá. Duas posições diferentes aconteciam nesse cenário: enquanto o descontrole era temido pelas direitas, os movimentos populares viam que o enfrentamento radical e violento organizado era uma estratégia à ruptura. Alguns ganhos vieram, mas foram acompanhados de um massivo *backlash*. A criação da lei antiterrorismo, alguns anos depois, fragilizou o segundo grupo e marcou definitivamente mais uma postura coercitiva em prol das elites com perseguições diretas aos ativistas e prisões arbitrárias, como a de Rafael Braga.

Posteriormente, o golpe orquestrado que levou ao impeachment de Dilma Rousseff e uma série de outros retrocessos sociopolíticos indicava que o fascismo estava a se institucionalizar de forma ainda mais ostensiva, seja pelas mãos do Estado ou com sua bênção, ou pela cobertura midiática e os pânicos morais em torno disso que alimentaram. As denúncias do movimento negro e do feminismo negro se corporificam na análise de abigail, que reitera o quão a democracia sempre esteve intimamente ligada à violência e à ilegalidade. Paralelamente, a autora também fala de como este mobilizou e mobiliza as emoções: seja pelo niilismo e/ou apatia que tal cenário caótico traz, imobilizando àqueles que poderiam desertar, mas escolhem traçar caminhos à sobrevivência, ou por alimentar àqueles que nutrem o desejo bizarro da aniquilação.

[4]A esse respeito, ver postagem em Geledés - Instituto da Mulher Negra:https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro-reforca-na-onu-ideia-de-programa-de-desenvolvimento-economico-e-social-para-afrodescendentes/. Acesso: 03 fev. 2025.

"As bandeiras, as nações, os exércitos e os bancos dão tesão em muita gente" (p. 148), nos diz, algo semelhante aos usos dos afetos e das emoções que a ditadura fez de mote, conforme análise de Cristina Scheibe Wolff (2021). Ainda que as formas de terror deste passado recente ainda nos persigam, abigail e Cristina também rememoram que as resistências também estiveram e estão aqui. Se a Operação Tarântula, citada por Abigail, perseguiu pessoas trans e travestis no final dos anos 1980, a navalha escondida nas línguas das travestis já serviam de arma e amuleto antes e depois disso. Suas reelaborações riscaram o entendimento da imaginação radical que abigail recompõe ao longo de seus capítulos, escrita e vida. Daí a urgência de abrir os "arquivos abnegados" (p. 158): revisitar e celebrar todas os levantes anticoloniais que aqui se sucederam, todos os levantes anticoloniais que todos os dias persistem e acontecem.

Esse cenário invoca formular alianças ao mesmo tempo em que demonstra não haver outra possibilidade além da fuga. As pessoas desertoras sudakas se *ex/orbitam* entre traições antissociais, experiências comuns de solidão e cartografias citadinas (trans)excludentes. Compartilham desvios, diferentes estratégias de guerrilha, devaneios e lombras para se fortalecer. Racham a conta da dívida impagável, lembrando Denise Ferreira da Silva (2019), com quem morreu ou foi morto, os seus fantasmas. A propulsão dos textos finais é o firmamento de um *pacto* pela nossa sobrevivência *apesar* da colônia; nesse desaguar, a autora identifica zonas de contato entre pessoas negras e LGBTQIAPN+ para, de forma comunitária, fazê-lo. Estas são as 'queerências' que se ligam aos debates internacionais.

É na ancestralidade de *quilombos/kilombos*, reimaginados e atualizados em *cuirlombos/queerlombos* que junto à Jota Mombaça, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, tatiana nascimento, Cidinha da Silva e Fred Moten, a autora nos convida à baila insurrecional. Relembrando a queima de arquivos promovida por Ruy Barbosa no final do séc. XIX, ela aponta a necessidade da *escavação*, compreendendo ainda que os *kilombos* são espaços de resistência anteriores ao processo de colonização, estavam presentes desde a antiguidade africana. Invocando Abdias, também reforça que estes lugares não apenas serviram de refúgio e/ou resistência: delinearam formas outras de se viver, com inventividades e improvisações que, por si só, "(...) excedem

todo o texto historiográfico" (p. 167),"(...) toda lógica onto-histórica da metafísica euro-branca" (p. 169).

A sobrevivência *aqueerlombada* se transpõe em certo banditismo, malandragem. Encerrando o livro estão as flechas que cortam o "t/e/m/p/o colonial", disparadas durante a exposição 'À Nordeste', realizada no Sesc 24 de Maio, em São Paulo: a autora revisita ali as suas memórias da performance de abertura. Ao descrever o que permanecia em suas lembranças, os ruídos, as cacofonias ou o silêncio chegavam até nós para compreender quem fazia o ato, os objetos em cena e as coreografias que unia o todo. Era um processo de quebra, costura, linhas, sintonia e ajuntamento. O tempo histórico era um dos personagens, junto à Jota Mombaça, Ana Giza, Michelle Mattiuzzi, Juão Nÿn e demais artistas convidades. A promessa junto às danças das quebras era também de uma memória, mas não a da performance em si, mas sim do *sci-fi* de Octavia Butler e Conceição Evaristo, na radical e pulsante poética preta que transita no espaço, aquém de marcos coloniais e sua dissimulação.

A escrita incendiária de abigail Campos Leal, bem como as produções que sua obra une, não se pretendem e nem se prestam à serem capturadas. Os textos são apenas alguns registros, como explicita desde o prefácio, que acompanham os seus movimentos de *trans-forma-ação*. E, mesmo que sem se pretender fundacionista, bibliográfica ou forma de representação de si ou de alguém, *ex/orbitâncias*se constitui num inventário, um acervo. Rememora o descobrir e tornar-se negra escrevendo (inclusive academicamente) a partir de si, como disse Neusa Santos Souza (1983), a fim de resgatar sua identidade histórica-existencial. Reverbera em outro escrito de abigail chamado "me curo y me armo, estudando: a dimensão terapêutica y bélica do saber prete e trans" (2020), tomando mais espaço em sua recém-publicada tese: "A transição é uma fuga: as poéticas do infinito y o fim da ontologia" (2024).

Suas articulações são sociais, culturais, políticas, estéticas, éticas e ontológicas, atravessadas pelo comunitarismo e pela operação desertora. Fugitiva no corpo, na ponta da(s) língua(s) e dos policiamentos. Está nas artes, na literatura, na educação, vive entre a fricção das grandes cidades, galerias, também junto ao microfone do Slam. É uma defesa pelo pulsar da continuidade vital humana em toda a sua plenitude - algo historicamente negado pelo CIStema-mundo colonial branco e suas vicissitudes binárias, regulatórias e letárgicas. Transita entre as

encruzilhadas da imaginação radical negra e travesti que são anárquicas e abolicionistas, como interpretou Vinicius da Silva (2022).

Ex/orbitâncias é um livro que nos leva aos abismos de existências generificadas, racializadas e marcadas não só pelas violências coloniais. Nesse sentido, decerto, denuncia lacunas existentes no pensamento social, filosófico, político e feminista brasileiro, preenchendo-as com argumentações, inquietações, afetos e improvisos. Compõe uma crítica radical que se atualiza nos últimos anos entre as rupturas e fissuras do pensamento negro, indígena, e desertor de sexo/gênero no sul global, inclusive nas formas de pensar e ensinar sobre a história pindorâmica (Guimarães; Trajano, 2023). Sua anticolonialidade é marcada, particularmente, por sua defesa às vidas frente aos neocolonialismos e a arte como ferramenta política. Sua relevância reside em *aqueerlombar*vidas que escapam, escaparam ou que estão neste processo. Em sua última página - com o mesmo fundo preto das que iniciam - lemos em caixa alta seu chamado *escuiresido:* PARA LER COM O CORPO! O corpo é, assim, nosso primeiro, último e melhor *arqueervo*.

Referências

CAMPOS LEAL, abigail. **A transição é uma fuga**: as poéticas do infinito y o fim da ontologia. 2024. 244 f. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/41461 . Acesso em: 02 fev. 2025.

CAMPOS LEAL, abigail.**Ex/orbitâncias***:* os caminhos da deserção de gênero.São Paulo: GLAC Edições, 2021.

CAMPOS LEAL, abigail. me curo y me armo, estudando: a dimensão terapêutica y bélica do saber prete y trans. **Pandemia Crítica***, n.052*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

GUIMARÃES, Janaina; TRAJANO, Katharine. **Ensaios por uma educação histórica decolonial para (e por) as dissidências desde Pernambuco**. Recife: EDUPE, 2023.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SILVA, Vinícius da. Nas encruzilhadas da imaginação radical preta e travesti. **Aguarrás**, vol. 9, n. 39. São Paulo: Uva Limão, JAN/JUN 2022. Disponível em: <http://aguarras.com.br/encruzilhadas-preta-travesti/>. Acesso em: 15 ago. 2022. Acesso em: 02 fev. 2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro***:* as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VERGUEIRO, Viviane. **Por Inflexões Decoloniais de Corpos e Identidades de Gênero Inconformes:**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf . Acesso em: 02 fev. 2025.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul.** Curitiba: Brazil Publishing, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230126. Acesso em: 02 fev. 2025.

Katharine Nataly Trajano Santos

Licenciada em História pela Universidade de Pernambuco, Mestra em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, e doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina com período sanduíche na University of Pittsburgh – bolsa PDSE/Capes (2024-2025). Integra o Laboratório de Estudos em Gênero e História (LEGH/UFSC) e é bolsista Capes sob código de financiamento 001. E-mail: kthrinnn@gmail.com.

Cristina Scheibe Wolff

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Em 2004/2005, realizou Pós-Doutorado na Université Rennes 2, na França, e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set.-dez. 2017) e foi pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes - Université Rennes 2 (jan.-jul. 2018). Atualmente, é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), o Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e é uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas. E-mail: cristiwolff@gmail.com

Recebido em: 14/04/2025

Aprovado em: 18/04/2025

ISSN 2525-6904

OBITUÁRIO

Mara Lago: pioneira dos estudos de gênero na UFSC (1940-2025)

Miriam Pillar Grossi, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Resumo.

Este obituário homenageia Mara Coelho de Souza Lago, ocorrida em 2 de junho de 2025, em Florianópolis (SC). Professora emérita da UFSC, foi uma das pioneiras dos estudos de gênero, atuando ativamente no Instituto de Estudos de Gênero, Revista Estudos Feministas e na área de Gênero e Sexualidade do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

PALAVRAS-CHAVE: Mara Lago, Estudos Feministas e de Gênero, UFSC.



Edson Silva/UFSC

Emérita da UFSC-2011

É com muita tristeza que compartilhamos a notícia da morte da **Professora Mara Coelho de Souza Lago,** ocorrida em 2 de junho de 2025, em Florianópolis, em razão de um acidente cardio-vascular. Mara teve um papel fundamental na constituição do campo de estudos de gênero, sexualidade e diversidades na UFSC, sendo uma das fundadoras, em 2000, da área EGES no Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Ciências Humanas da UFSC, onde orientou duas dezenas de teses de doutorado. Foi uma das primeiras coordenadoras do Instituto de Estudos de gênero da UFSC, fundado em 2005

e participou também da organização de todos os Seminários Internacionais Fazendo Gênero na UFSC desde sua primeira edição em 1994 e das 3 edições do Curso d de formação de professoras do ensino básico, o GDE - Gênero e Diversidade na Escola - no qual foi também coordenadora.

No legado de suas fundações institucionais, agrega-se também a criação dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia do Serviço de Atenção Psicológica da UFSC (Sapsi) e do Laboratório de Psicologia Experimental da UFSC. Teve papel importante também na criação e consolidação do GT de Gênero e Psicologia na ANPEPP, no Conselho de Psicologia e em outras associações a área.

Formada em Pedagogia na UDESC, mestra em Antropologia no PPGAS-UFSC e doutora em Psicologia da Educação, era uma voz interdisciplinar de peso no interior do departamento de psicologia da UFSC e, nacionalmente, em diferentes associações de Psicologia. Também se auto-reconhecia como antropóloga, frequentava as Reuniões Brasileiras de Antropologia regularmente e seu livro *Modos de Vida e Identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina* (Editora da UFSC, Florianópolis,1996) é uma das principais etnografias sobre as transformações ocorridas em Florianópolis, com o processo de modernização ocorrido a partir da década de 1970.

Professora amada por suas e seus estudantes, por quem nutria especial atenção e acompanhava suas trajetórias por toda a vida, acompanhou algumas dezenas de estudantes em Iniciação Científica, mestrado e doutorado.

Desde sua aposentadoria oficial em 2011, quando também recebeu o título de professora emérita da UFSC, Mara havia assumido em tempo integral a coordenação editorial da REF - Revista de Estudos Feministas - uma das principais referências de nosso campo de estudos e foi finalizando o editorial de seu último número que partiu, ensinando-nos sobre a importância do compromisso feminista com o coletivo. **Os Cadernos de Gênero e Diversidade, junto com a REDE NIGS,** fazem aqui sua homenagem a esta pioneira dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

Obrigada, mestra!

Gustavo Diehl/UFSC



Mara Lago ao centro do grupo de professoras do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC (acompanhadas pelo reitor e vice-reitora da UFSC C) em momento onde foi homenageada na re-inauguração do Espaço Cultural Gênero e Diversidade em março de 2025

Apoios

CNPq

NAntS

TIRÉSIAS
NÚCLEO INTERDISCPLINAR DE ESTUDOS EM DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS TIRÉSIAS/UFRN

30 anos
1991 - 2021
nigs.ufsc.br

IUAES Commission of
Global Feminisms and Queer Politics